

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

LORENA CÂNDIDO FLEURY

**CERRADO PARA SER O QUÊ? REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E CONFLITOS
AMBIENTAIS EM TORNO DO PARQUE NACIONAL DAS EMAS, GOIÁS**

Porto Alegre

2008

LORENA CÂNDIDO FLEURY

**CERRADO PARA SER O QUÊ? REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E CONFLITOS
AMBIENTAIS EM TORNO DO PARQUE NACIONAL DAS EMAS, GOIÁS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida

**Série PGDR – Dissertação n° 88
Porto Alegre
2008**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da
UFRGS

F618c

Fleury, Lorena Cândido

Cerrado para ser o quê? : representações sociais e conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas, Goiás / Lorena Cândido Fleury. – Porto Alegre, 2008.

210 f. : il.

Orientador: Jalcione Almeida.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2008.

1. Conflito social : Conservação da natureza. 2. Meio ambiente : Preservação. 3. Conservação da natureza : Parque Nacional das Emas (GO). 4. Conservação da natureza : Desenvolvimento rural. II. Almeida, Jalcione. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 504.06

LORENA CÂNDIDO FLEURY

**CERRADO PARA SER O QUÊ? REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E CONFLITOS
AMBIENTAIS EM TORNO DO PARQUE NACIONAL DAS EMAS, GOIÁS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada *com louvor* em Porto Alegre, 08 de agosto de 2008.

Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida - orientador
PGDR/UFRGS

Dr. Eduardo Antônio Audibert
Fato Pesquisa Social e Mercadológica

Prof^a. Dra. Marta Júlia Marques Lopes
PGDR/UFRGS

Prof^a. Dra. Gabriela Peixoto Coelho de Souza
PGDR/UFRGS

Aos meus pais, Flávio e Beatriz, meus sinônimos de amor, confiança e amizade.

A todos aqueles que acreditam que seu trabalho “não é a pena que paga por ser humano, mas uma forma de amar – e ajudar o mundo a ser melhor”.

AGRADECIMENTOS

O carinho e a gratidão que pude acumular nesses dois anos e meio de mestrado atravessam as fronteiras dos cinco estados em que vivi etapas fundamentais dessa dissertação.

Começo com aqueles que propiciaram a minha vinda para o Rio Grande do Sul. Assim, agradeço ao corpo docente e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Foi uma honra conviver com pessoas tão competentes quanto solícitas, partilhar de um ambiente acadêmico tão fértil e responsável.

Particularmente, minha gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Jalcione Almeida, que aceitou o desafio de me guiar pela minha incursão multidisciplinar, e durante todo o percurso se manteve presente, instrutor, solidário.

Agradeço também ao CNPQ, pelo apoio financeiro na forma de bolsa de pesquisa, sem a qual teria sido impossível a viabilização do mestrado.

Em especial, os meus mais sinceros agradecimentos à família que me adotou em terras gaúchas, me proporcionando conforto, apoio e amizade em todos os momentos, desde a chegada a Porto Alegre: muito obrigada Adamir, para nós a querida Tia Preta, e seus filhos Thamir, Dílson e Kátia, assim como toda a família Cunha.

Agradeço carinhosamente também aos colegas de mestrado e doutorado, integrantes do inesquecível MIRF, *Movimento de la Izquierda Rural/Revolucionária/Responsável/Festiva*, fruto das intensas horas de convivência, amizades, discussões políticas, revoluções particulares e muitas festas. Encontrá-los em Porto Alegre me proporcionou uma estada decididamente mais rica e mais feliz.

Em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, agradeço imensamente a todos os colaboradores da minha pesquisa de campo. Foram inúmeras as pessoas que, antes mesmo de me conhecerem, se dispuseram a me ajudar, pelo simples exercício da confiança e da solidariedade. Impossível não citar o Mário Barroso, da *Conservation International*, responsável pelos primeiros contatos em Mineiros, GO; toda a equipe da Oréades Núcleo de Geoprocessamento, pelo apoio logístico e amizade; o Rogério Oliveira, do Ibama, chefe responsável pelo Parque Nacional das Emas.

Agradecimento mais que especial a Simone e a Maristela, do Instituto Physis, que entre manuelzinhos-da-croa, risadas e estradas, me acolheram e me possibilitaram o trânsito entre os cinco municípios do entorno do parque. Também a minha sincera

gradidão a Janine Castro e toda família Donha, que me receberam de braços abertos em sua casa, com atenção e hospitalidade inesquecíveis.

A partir de Belo Horizonte, mas presentes em todos os lugares, agradeço sobretudo aos meus pais, Flavio e Beatriz, e à minha irmã, Luana, que mesmo distantes se fizeram sentir sempre aqui pertinho, se mantendo como meus pilares enquanto estive “fora de casa”. Minha eterna gradidão pelo amor reconfortante nas horas difíceis, pelo amor confiante nas horas incertas, pelo amor satisfeito nos muitos momentos felizes.

Finalmente, meu amoroso agradecimento ao Alexandre. Sem você, a minha Porto Alegre não existiria. Tudo que fiz nesse período é um pouco seu, e um pouco para você. E em grande parte só foi possível por te ter ao meu lado com seu sorriso aberto, sua tranquilidade e sensatez que sempre admirei. Muito obrigada!

De certa forma, todas as páginas que virão a seguir podem ser vistas como um agradecimento, melhor, uma retribuição, àqueles que colaboraram para que esse mestrado existisse. E não foram poucos, o que tornaria hercúleo – apesar de justo – nominá-los individualmente. Assim, tentei reunir aqui algumas pessoas indispensáveis, correndo o risco de graves ausências. Portanto, estendo meus sinceros agradecimentos aos demais amigos, familiares, colaboradores, presentes nesses intensos anos de pesquisa e aprendizado.

O que muito lhe agradeço é a sua fineza de atenção.

REPRESENTAÇÕES E CONFLITOS

Aqui, você teve a oportunidade de ver hoje na reunião, a gente está vivendo já há vários anos, existe uma questão do embate entre as duas mentalidades, a mentalidade conserva...conservacionista - é isso?, e a mentalidade desenvolvimentista. E o gaúcho, que é desenvolvimentista – gaúcho, ou paranaense, ou agricultor - até muito pouco tempo atrás, ele não tinha menor preocupação com o meio ambiente. Do tipo: “Não, mata tá sobrando por aí, o que interessa é plantar, o que eu quero é plantar, eu vou gerar o alimento do mundo”. Tá certo? Tá, tem um raciocínio correto nisso. E o ambientalista, ao contrário: “Gente, tá acabando, tá acabando, calma”. Tá certo? Também tá certo, os dois estão certos.

(trecho de entrevista, abril/2007, Chapadão do Céu, GO)

RESUMO

O uso e apropriação do espaço cultural e biogeograficamente entendido como Cerrado tem sido historicamente fonte de conflitos sobre os sentidos e vocações de seus elementos naturais. Emblemática do que ocorre nas regiões de Cerrado é a área do Parque Nacional das Emas (PNE), em Goiás, e seu entorno, abrangendo cinco municípios pertencentes aos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Testemunha de todas as etapas de ocupação observadas no Cerrado, atualmente o PNE é considerado uma “ilha” de biodiversidade em meio à matriz agropecuária, caracterizada pela agricultura tecnificada voltada para exportação. No entanto, desde o final da década de 1990, com a relevância da questão ambiental, essa unidade de conservação tem sido alvo de ações conduzidas por órgãos federais responsáveis pelo meio ambiente e organizações não-governamentais, nacionais e internacionais, de cunho ambientalista, voltadas para a integração do Parque ao seu contexto regional através da conservação. Assim, esses grupos têm se somado aos atores locais, como produtores rurais e populações tradicionais, culminando em uma situação na qual diferentes grupos sociais, com diferentes lógicas de apropriação do meio, encontram-se constrangidos em um espaço comum, deflagrando um embate sobre qual lógica deverá ser priorizada. Recentemente, esse embate tem sido reforçado pelo litígio em torno da proposta de implementação de uma Zona de Amortecimento, que restringiria o uso do solo em uma faixa de dois a dez quilômetros contígua ao Parque. Essa medida tem sido rechaçada pelos produtores rurais do entorno, que consideram que, caso adotada, tornaria inviável a manutenção da prática agrícola em suas propriedades. Tendo esse contexto em vista, essa dissertação formula como questão central: quais as representações sociais da conservação ambiental das populações do entorno do Parque Nacional das Emas, e como essas representações configuram e permeiam o conflito ambiental no entorno da unidade de conservação? Para respondê-la, foi realizada uma pesquisa de campo na área do entorno do PNE no período de fevereiro a meados de abril de 2007, adotando-se como referencial teórico-metodológico a noção de representações sociais articulada aos estudos sobre conflitos ambientais. Após observação direta, pesquisa documental, técnicas de associação livre de palavras e entrevistas semi-estruturadas com 51 agentes atuantes na área do entorno, representando os principais grupos sociais identificados (representantes do poder público, produtores rurais, agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente e população tradicional), conclui-se que as representações sociais da conservação ambiental no entorno do PNE são elementos de distinção entre os grupos sociais ali presentes e fator explicativo da heterogeneidade de objetivos e interesses para o espaço comum explicitada na deflagração do conflito ambiental. Conclui-se também que as disputas em torno da Zona de Amortecimento são, simultaneamente, disputas por sentidos culturais, pautadas não apenas pelos interesses objetivos, mas também pelos significados que os distintos grupos sociais projetam para o entorno do PNE e para a construção comum do mundo ao seu redor.

Palavras-chave: Representações sociais; Conflitos Ambientais, Cerrado.

ABSTRACT

The use and appropriation of the cultural and biogeographical space known as Cerrado has been a historical source of conflicts about the meanings and trends of its natural elements. The area of the Parque Nacional das Emas (PNE) (National Park of Emas) is an emblematic example of what usually happens in the regions of Cerrado. Located in Goiás and surrounding areas and comprising five municipalities that belong to the states of Goiás, Mato Grosso and Mato Grosso do Sul, the PNE has been surrounded by a series of stages of land occupation and, nowadays, it is considered an “island” of biodiversity in the middle of an agropecuary matrix, characterized by technified exportation agriculture. However, since the end of the 1990`s, when the relevance of environmental issues stood out, this protected area has been a target of actions conducted by federal organs responsible for the environment and national and international environmental non-governmental organizations, which are concerned about the park’s integration to its original context through conservation. Thus, these groups have been struggling with the local actors, such producers and traditional people, culminating in a situation in which different social groups, each one having different ways of land appropriation, find themselves in a common space, struggling about which way should be prioritized. Recently, this struggle has been increased by the litigation around the proposal of implementation of a buffer zone, which would restrict the land use into a two-to-ten-kilometer zone adjoining the park. This proposal has been driven back by the neighbor rural producers, which consider it an obstacle to the management of the agricultural practice in their properties. In this context, the present essay formulates as a central question: what are the social representations of the environmental conservation of the PNE’s surrounding populations, and how these representations configure and interpose the environmental conflict in the neighborhood of this protected area? To answer this question a field research was carried out in the neighborhood of the PNE, from February to the middle of April 2007. The notion of social representations, articulated to the environmental conflicts studies, was adopted as a theoretical-methodological reference. After direct observation, data research, free association techniques and semi-structured interviews with 51 agents acting in the neighborhood, representing the main identified social groups (public authority representatives, rural producers, environmental research and defense agents, and traditional people), it was concluded that social representations of the environmental conservation in the PNE’s neighborhood act like distinct elements between social groups established there, and also as an explanatory factor for the heterogeneity goals and interests around this common space revealed in the deflagration of the environmental conflict. It was also concluded that the struggle around the buffer zone is, simultaneously, for the cultural sense, ruled not only by the objective interests, but also by the meanings that these distinct social groups associate in the PNE’s neighborhood, and in the common construction of the world around it.

Key-words: Social Representations; Environmental Conflicts; Cerrado

RESUMEN

El uso y apropiación del espacio cultural y biogeográficamente conocido como Cerrado, ha sido históricamente motivo de conflictos sobre los significados y vocaciones de sus elementos naturales. Un aspecto emblemático en las regiones de Cerrado es el área del Parque Nacional de las Emas (PNE) en Goiás y su entorno, abarcando cinco municipios pertenecientes a los estados de Goiás, Mato Grosso y Mato Grosso do Sul. Actualmente, el PNE, que ha sido testigo de todas las etapas de ocupación observadas en el Cerrado, es considerado una “isla” de biodiversidad entre la matriz agropecuaria, caracterizada por la agricultura tecnificada dirigida a exportación. Sin embargo, desde finales de la década de 1990, con la relevancia del tema ambiental, esa unidad de conservación ha sido objeto de acciones conducidas por órganos federales responsables por el medio ambiente y organizaciones no gubernamentales, nacionales e internacionales, de cuño ambientalista dirigidas a la integración del parque en su contexto regional a través de la conservación. Así, esos grupos se han sumado a actores locales, tales como productores rurales y poblaciones tradicionales, culminando en una situación en la cual diversos grupos sociales con diferentes lógicas de apropiación del medio, se restringidos en un espacio común, causando un embate sobre la lógica que tendría que ser priorizada. Recientemente, ese embate ha sido reforzado por el litigio en torno a la propuesta de implementar una Zona de Amortiguamiento, que restringiría el uso del suelo en una faja de 2 a 10 km contiguo al Parque. Esa medida ha sido rechazada por los productores rurales del entorno, quienes consideran que de ser adoptada, sería inviable el mantenimiento de la práctica agrícola en sus propiedades. En este contexto, la presente investigación tiene como pregunta central: ¿Cuáles son las representaciones sociales de la conservación ambiental de las poblaciones aledañas al Parque Nacional de las Emas y cómo esas representaciones configuran y traspasan el conflicto en el entorno de la unidad de conservación? Para responder a este cuestionamiento, se realizó un trabajo de campo en el área del entorno del PNE durante el periodo de febrero a mediados de abril de 2007, utilizando como referencial teórico metodológico la noción de representaciones sociales articulada a los estudios de conflictos ambientales. A partir de la observación directa, investigación documental, técnicas de asociación libre de palabras y entrevistas semiestructuradas con 51 agentes actuantes en el área del entorno, representando los principales grupos sociales identificados (representantes del poder público, productores rurales, agentes de investigación y defensores del medio ambiente y población tradicional), se concluye que la representación social de la conservación ambiental en el entorno del PNE es un elemento de distinción entre los grupos sociales ahí presentes y factor explicativo de la heterogeneidad de objetivos e intereses para el espacio común explicitada en el origen del conflicto ambiental. También se concluye que las disputas en torno a la Zona de Amortiguamiento son, simultáneamente, disputas por sentidos culturales, pautadas no solo por intereses objetivos, si no también por significados que los distintos grupos sociales proyectan para el entorno del PNE y para la construcción del mundo y su alrededor.

Palabras-clave: Representaciones Sociales; Conflictos Ambientales; Cerrado

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Rio Formoso, com vereda ao fundo, interior do Parque Nacional das Emas	22
FIGURA 2 – Plantação de soja em Portelândia (GO), “Dia de Campo” promovido pela Associação de Produtores de Grãos de Mineiros	22
FIGURA 3 – Abrangência do domínio do Cerrado no Brasil	25
FIGURA 4 – Diagrama de perfil de algumas fitofisionomias de Cerrado	26
FIGURA 5 – Paisagem em mosaico apresentando algumas das fitofisionomias presentes no Cerrado	27
FIGURA 6 – Área central do Cerrado e grandes bacias hidrográficas brasileiras	29
FIGURA 7 – Territórios indígenas no domínio do Cerrado.....	33
FIGURA 8 – Áreas de avanço do cultivo de soja no Cerrado até 2002.....	41
FIGURA 9 – Localização do Parque Nacional das Emas no Brasil.....	45
FIGURA 10 – O entorno do Parque Nacional das Emas	48
FIGURA 11 – Plantação de milho em propriedade limítrofe ao PNE, que pode ser visualizado ao fundo.....	49
FIGURA 12 – Bando de emas atravessando a estrada que separa o PNE de propriedade rural.....	50
FIGURA 13 – Interface do programa NVivo 2.0, ilustrando alguns dos nós utilizados na codificação das entrevistas	76
FIGURA 14 – Bando de veados-campeiros (<i>Ozotoceros bezoarticus</i>) no interior do PNE.....	77
FIGURA 15 – “Dia de campo” promovido pela Associação dos Produtores de Grãos de Mineiros (APGM)	77
FIGURA 16 – Localização do município de Mineiros em relação ao PNE.....	79
FIGURA 17 – Vista geral do município de Mineiros, GO.....	83
FIGURA 18 – Praça em Mineiros, com destaque para a profusão de caminhonetes no município.....	83
FIGURA 19 (a) e (b) – Ilustrações da marcada presença gaúcha na dinâmica social de Mineiros-GO, exemplificada no comércio local	84
FIGURA 20 – A Comunidade Quilombola do Cedro: a) Vista da comunidade; b) Oficina de artesanato promovida pela ONG Oréades	86
FIGURA 21 – Localização do município de Chapadão do Céu em relação ao PNE.....	87
FIGURA 22 – Avenida central em Chapadão do Céu, GO.....	91
FIGURA 23 – Esculturas em praça na entrada do município	91
FIGURA 24 (a), (b) e (c) – Ilustrações da marcada presença da imigração sulista na dinâmica social também de Chapadão do Céu – GO, exemplificada no comércio local	92

FIGURA 25 – Localização do município de Serranópolis em relação ao PNE	93
FIGURA 26 – Vista de uma das ruas do centro de Serranópolis	96
FIGURA 27 – Centro de Atenção ao Turista e Museu de História Natural Serra do Cafezal, Serranópolis – GO	96
FIGURA 28 – Localização do município de Costa Rica em relação ao PNE.....	97
FIGURA 29 – Sinalização rodoviária na entrada do município de Costa Rica	99
FIGURA 30 – Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú, em Costa Rica – MS	99
FIGURA 31 – Localização do município de Alto Taquari em relação ao PNE.....	100
FIGURA 32 – Logotipo da Prefeitura Municipal de Alto Taquari – MT	102
FIGURA 33 – Propriedade rural cultivada ladeando a avenida central do município .	103
FIGURA 34 – Sindicato Rural de Alto Taquari – MT e escritório da Empaer.....	103
FIGURA 35 – Moradora da Comunidade Quilombola do Cedro, em sua plantação de milho.....	110
FIGURA 36 – Mapa fundiário do entorno do PNE, com destaque para as propriedades cujo responsável foi entrevistado durante a pesquisa de campo	111
FIGURA 37 – Veículos publicitários de empresas que oferecem serviços de tecnologia agrícola	164

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Distribuição dos sujeitos entrevistados por grupo e localidade	71
---	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Contribuição do Cerrado à produção de soja no Brasil, de 1970 a 2003...	42
TABELA 2: Distribuição de frequência de evocações dos termos associados à <i>agricultura</i>	115
TABELA 3: Centralidade dos termos evocados no conjunto da população estudada em resposta à palavra <i>agricultura</i>	116
TABELA 4: Centralidade dos termos evocados por representantes do poder público em resposta à palavra <i>agricultura</i>	118
TABELA 5: Centralidade dos termos evocados por produtores rurais em resposta à palavra <i>agricultura</i>	119
TABELA 6: Centralidade dos termos evocados por agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente em resposta à palavra <i>agricultura</i>	120
TABELA 7: Centralidade dos termos evocados por representantes de população tradicional em resposta à palavra <i>agricultura</i>	122
TABELA 8: Distribuição de frequência de evocações dos termos associados a <i>desenvolvimento</i>	123
TABELA 9: Centralidade dos termos evocados no conjunto da população estudada em resposta à palavra <i>desenvolvimento</i>	124
TABELA 10: Centralidade dos termos evocados por representantes do poder público em resposta à palavra <i>desenvolvimento</i>	126
TABELA 11: Centralidade dos termos evocados por produtores rurais em resposta à palavra <i>desenvolvimento</i>	127
TABELA 12: Centralidade dos termos evocados por agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente em resposta à palavra <i>desenvolvimento</i>	128
TABELA 13: Centralidade dos termos evocados por representantes de população tradicional em resposta à palavra <i>desenvolvimento</i>	129
TABELA 14: Distribuição de frequência de evocações dos termos associados a <i>conservação</i>	130
TABELA 15: Centralidade dos termos evocados no conjunto da população estudada em resposta à palavra <i>conservação</i>	131
TABELA 16: Centralidade dos termos evocados por representantes do poder público em resposta à palavra <i>conservação</i>	133
TABELA 17: Centralidade dos termos evocados por produtores rurais em resposta à palavra <i>conservação</i>	134
TABELA 18: Centralidade dos termos evocados por agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente em resposta à palavra <i>conservação</i>	135
TABELA 19: Centralidade dos termos evocados por representantes de população tradicional em resposta à palavra <i>conservação</i>	137

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGRAER: Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul

AP: Antes do presente

APP: Área de Proteção Permanente

APGM: Associação dos Produtores de Grãos de Mineiros

BDMG: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

BNCC: Banco Nacional de Crédito Cooperativo

BNDE: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CTG: Centro de Tradições Gaúchas

EMPAER: Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural

FEMAS: Fundação Emas

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDH-M: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IMASUL: Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

MI: Ministério da Integração Nacional

MMA: Ministério do Meio Ambiente

NPE: Novo Paradigma Ecológico

ONG: Organização Não-Governamental

OSCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PNE: Parque Nacional das Emas

POLOCENTRO: Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PRODECER: Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados

RL: Reserva Legal

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 O CERRADO, PARA ALÉM DA BIODIVERSIDADE.....	23
2.1 CONHECENDO O CERRADO.....	24
2.2 OCUPAÇÃO E AGRICULTURA: A HISTÓRIA AGRÁRIA DO CERRADO	30
2.2.1 Povos Indígenas (11.000 A.P. – século XVIII).....	31
2.2.2 Sertanejos e camponeses (séc. XVIII – meados séc. XX)	33
2.2.3 Agricultores Modernos e a ocupação política e econômica do Cerrado (meados séc. XX - presente).....	36
2.3 PARQUE NACIONAL DAS EMAS: UM CASO EMBLEMÁTICO.....	44
3 CONHECIMENTOS E PRÁTICAS EM DISPUTA: COMPREENDENDO TEORICAMENTE A DIVERSIDADE	50
3.1 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: DIFERENTES OLHARES SOBRE O MUNDO	51
3.2 OS CONFLITOS AMBIENTAIS: DIFERENTES DESEJOS PARA O MUNDO	59
3.3 O PERCURSO METODOLÓGICO	67
4 O ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DAS EMAS E SEUS GRUPOS SOCIAIS.....	78
4.1 CONHECENDO A ÁREA DE ESTUDO.....	78
4.1.1 Mineiros (GO).....	79
4.1.2 Chapadão do Céu (GO).....	87
4.1.3 Serranópolis (GO)	93
4.1.4 Costa Rica (MS).....	97
4.1.5 Alto Taquari (MT).....	100
4.2 OS GRUPOS SOCIAIS.....	104
4.2.1 Representantes do poder público	105
4.2.2 Agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente	106

4.2.3 Produtores rurais.....	107
4.2.4 Comunidade tradicional	109
5 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E OS CONFLITOS AMBIENTAIS EM TORNO DO PARQUE NACIONAL DAS EMAS	112
5.1 A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL COMO OS GRUPOS SOCIAIS DO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DAS EMAS A REPRESENTAM	113
5.1.1 Associação livre de palavras: indicadores para a análise	114
5.1.1.1 A <i>agricultura</i> como termo indutor de associações.....	115
5.1.1.2 O <i>desenvolvimento</i> como termo indutor de associações	123
5.1.1.3 A <i>conservação</i> como termo indutor de associações.....	130
5.1.2 Conservar o quê, afinal de contas? A conservação presente no discurso dos atores sociais.....	138
5.2 O ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DAS EMAS COMO PALCO DE CONFLITOS	160
5.2.1 Gaúchos vs. Goianos: um embate silencioso.....	161
5.2.2 O litígio acerca da Zona de Amortecimento e a cristalização do conflito ambiental.....	170
6 CONCLUINDO: CERRADO PARA SER O QUÊ? REPRESENTAÇÕES, CONFLITOS E DESENVOLVIMENTO RURAL	179
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	184
REFERÊNCIAS	187
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista.....	194
APÊNDICE B – Termo de Consentimento	198
APÊNDICE C – Lista de “nós” utilizados na categorização.....	200
APÊNDICE D – Ficha de análise do software EVOC2000.....	204

1 INTRODUÇÃO

No coração do Cerrado, a 1400 km de Belo Horizonte, um parque nacional de 133 mil hectares. Os estudantes do bacharelado em Ecologia estão passando uma semana em seu interior, elaborando, implementando, discutindo pesquisas; vendo de perto, a maioria pela primeira vez, sucuri, tamanduá-bandeira, veado campeiro, ouvindo sanhaços e curicacas, observando as araras se alimentarem nos buritis, os tucanos ao fundo, entendendo o que são as veredas e como é o Grande Sertão.

É chegada a hora de comprar mais mantimentos, pilhas, copos plásticos para montarmos *pit-falls* – um grupo precisa ir à cidade mais próxima, a 30 km da sede do parque. Estrada de chão, cerrado, cerrado, uma cerca, e, de repente, a paisagem muda: soja, soja, milho, “olha lá, o tamanduá está na plantação”, o professor explica que alguns animais se alimentam dos brotos de soja, “que perigo, e os agrotóxicos?”, que as emas atravessam a estrada, muitos animais são atropelados, soja, soja, milho, sorgo, e a cidade.

Para a surpresa da maioria, a cidade no sudoeste goiano tem avenidas largas e asfaltadas, repletas de caminhonetes importadas, cabine dupla, tração 4x4. Paramos no *Supermercado Paraná*. Na porta de uma casa, três homens, loiros, tomam chimarrão. Na loja ao lado, o vendedor me conta, com sotaque nitidamente do sul do Brasil, que aquela é a cidade mais desenvolvida de Goiás. Retornamos ao ônibus, compras feitas, de volta ao parque. Novamente na estrada, o percurso é interrompido, o ônibus tem que passar devagar: uma marcha do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, rumo a Brasília. Um biólogo conservacionista, excelente nas suas atribuições como tal, declara: “Eu acho que sem-terra merece muita terra; precisamente, sete palmos de terra”.

Naquele momento, tudo se interconectou e, ao mesmo tempo, soou “errado”. Por que o biólogo não respeita o Movimento Sem Terra? Por que ao redor do parque só há grandes áreas com monocultivos? Como essas áreas interferem no parque? E, por outro lado, como o parque interfere nessas propriedades? Por que há tantos sulistas no interior de Goiás? Por que aquela cidade é a mais desenvolvida de Goiás, e em que sentido? Como pode, num mesmo espaço, num mesmo Cerrado, existirem unidades de conservação¹, grandes lavouras, sulistas, goianos, pesquisadores? E como tudo isso se

¹ De acordo com a lei 9985/00, que instituiu em julho de 2000 o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), uma unidade de conservação é um “espaço territorial e seus recursos ambientais,

relaciona, isto é, como se dá a relação entre agricultura, conservação e desenvolvimento no Cerrado? Foi na tentativa de responder a essas questões que se originou essa dissertação. E foi em busca de um ambiente acadêmico que me orientasse e propiciasse discutir esses temas que eu, bióloga recém-formada pela Universidade Federal de Minas Gerais, me dirigi ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo um curso de mestrado como perspectiva e a análise do desenvolvimento rural no Cerrado como foco.

Contudo, no âmbito de uma dissertação, mostrou-se necessário delinear melhor os meus objetivos – não seria possível estudar o Cerrado inteiro, muito menos o desenvolvimento rural como um todo. Assim, fui levada a escolher quais aspectos despertavam sobremaneira meus interesses, o que exatamente eu queria saber. O local de pesquisa foi mantido naquele que me suscitou pela primeira vez os limites da minha disciplina de formação, a Biologia, para compreender uma realidade complexa: o Parque Nacional das Emas (PNE), em Goiás, divisa com os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e o seu entorno.

Devido à sua condição de importante unidade de conservação de proteção integral, sendo considerado um dos principais remanescentes de Cerrado, o parque recebe uma forte pressão de conservação, traduzida na atuação de diferentes Organizações Não-Governamentais (ONGs), nacionais e internacionais, além de pesquisadores provenientes das principais universidades federais do país, grupos de observadores da biodiversidade, entre outros. No entanto, devido à sua localização em áreas de chapadas e o processo de incorporação do Centro-Oeste à agricultura tecnificada, empreendido a partir de meados de 1950, o Parque é cercado por propriedades rurais direcionadas à produção intensiva com vistas à exportação, sendo considerado uma “ilha de conservação” em meio à matriz agropecuária.

Esse contexto configura uma situação na qual diferentes grupos sociais, com diferentes lógicas de apropriação do meio, encontram-se constrangidos em um espaço comum, deflagrando um embate sobre qual lógica deverá ser priorizada. Para compreender as implicações desta convivência, a mim pareceu sobremaneira relevante compreender como os agentes desses grupos entendem a agricultura, o desenvolvimento

incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (Brasil, 2000). Estas, ainda de acordo com a lei 9985/00, estariam divididas em dois grupos, as unidades de proteção integral e as de uso sustentável, sendo as primeiras as mais restritivas, admitindo apenas o uso indireto de seus recursos naturais.

e a conservação, e como tais entendimentos interferem em suas práticas. A partir de conversas com o orientador e com professoras da área de metodologia do programa de pós-graduação, aprendi que essa relação entre o que se pensa e como se age no mundo é o foco de estudos de um arcabouço teórico-metodológico, denominado *representações sociais*.

Assim, após os primeiros contatos com essa abordagem, tornou-se possível a elaboração da *questão norteadora da dissertação*, que pode ser expressa da seguinte forma: quais as representações sociais da conservação ambiental pelos grupos presentes no entorno do Parque Nacional das Emas, e como essas representações configuram e permeiam o conflito ambiental no entorno desta unidade de conservação?

Como respostas provisórias a esta questão, foram formuladas as *hipóteses* de que (1) os grupos sociais do entorno do PNE, polarizados entre produtores rurais e ambientalistas, possuem divergências nas representações sociais da conservação ambiental, que estão vinculadas também aos seus entendimentos e expectativas quanto à agricultura e ao desenvolvimento: enquanto produtores rurais entendem desenvolvimento como expansão do domínio sobre a natureza, tendo a agricultura por principal expressão, e assim representando a conservação como uma restrição burocrática e supérflua, ambientalistas apreendem desenvolvimento como um equilíbrio na relação sociedade/natureza, tendo a agricultura como uma ameaça e representando conservação como necessidade e objetivo; e (2) as diferenças que configuram divergências nas representações sociais sobre conservação são elementos essenciais de conflitos ambientais entre os grupos ali presentes que, através de discursos e práticas, disputam o conhecimento que será valorizado e determinante na utilização do espaço.

Adotou-se, portanto, como *objetivo central*, discutir as dimensões simbólicas e materiais do processo conflitivo, através da análise das representações sociais da conservação ambiental pelos grupos presentes no entorno do PNE e a articulação do conteúdo dessas representações com o conflito ambiental ali existente. Em decorrência, foram assumidos como *objetivos específicos*: (1) caracterizar o Parque Nacional das Emas e seu entorno e identificar os principais grupos sociais ali presentes; (2) conhecer as representações sociais dos grupos estudados sobre conservação e relacioná-las com concepções sobre agricultura e desenvolvimento; (3) identificar e analisar os conflitos ambientais existentes na área estudada através do conteúdo das representações sociais apreendidas.

Para tal, considerou-se adequada a associação entre dois referenciais analíticos: o arcabouço teórico-metodológico das representações sociais (MOSCOVICI, 1978; ABRIC, 1994) e a contribuição das pesquisas no campo de estudos sobre conflitos ambientais (FUCKS, 2001; ACSELRAD, 2004; entre outros). Como subsídio empírico da pesquisa, foi realizado um trabalho de campo na região do entorno do PNE no período de fevereiro a abril de 2007, em que os procedimentos metodológicos foram: observação direta e registro em diário de campo; coleta de materiais impressos e pesquisa documental; e, técnicas de associação livre de palavras e entrevistas semi-estruturadas, gravadas digitalmente, com 51 informantes que atuam na região. Os agentes da pesquisa foram produtores rurais cujas propriedades se situam no entorno do Parque, lideranças rurais (presidentes de associações e sindicatos patronais e de trabalhadores rurais), agentes de extensão rural, lideranças políticas dos municípios do entorno, funcionários públicos federais responsáveis pela gestão da unidade de conservação, pesquisadores, ambientalistas e funcionários de ONGs que atuam no local e representantes de comunidades tradicionais ali presentes.

Para contemplar os objetivos propostos, a presente dissertação segue a seguinte estrutura: o primeiro capítulo dedica-se à problematização da pesquisa, mediante a apresentação do Cerrado e das múltiplas possibilidades de uso e interpretação que suscita, assim como o histórico de sua ocupação humana, detendo-se, ao final, na caracterização do entorno do Parque Nacional das Emas como emblema dos processos observados no Cerrado como um todo. O capítulo seguinte se debruça sobre o referencial teórico-metodológico das representações sociais, apresentando seus principais pressupostos e fundamentos teóricos, também apresentando as contribuições dos estudos sobre conflitos ambientais para pesquisas em que o meio ambiente se torna o cerne do embate entre os grupos. É ainda neste capítulo que é apresentado o percurso metodológico utilizado como embasamento empírico desta pesquisa.

Os capítulos seguintes concentram os resultados obtidos durante a pesquisa de campo, e a discussão desses resultados com o referencial teórico utilizado. Assim, o quarto capítulo desta dissertação versa sobre a caracterização dos cinco municípios presentes no entorno do PNE e dos grupos sociais de agentes entrevistados. O quinto capítulo em sua primeira seção se detém na análise das representações sociais da conservação, a partir da análise da técnica de associação livre às palavras agricultura, desenvolvimento e conservação, e, em seguida, dedica-se à análise das entrevistas, enquanto a seção seguinte prioriza a análise sobre os conflitos ambientais observados,

visando demonstrar a imbricada relação entre as dimensões simbólicas e materiais do processo conflitivo.

Finalmente, são apresentadas as conclusões dessa pesquisa e elementos para a reflexão acerca do contexto de divergências de lógicas, usos e vocações atribuídos a um mesmo ambiente, encerrando-se esta dissertação com algumas considerações finais avaliadas como pertinentes.

Ademais, cabe adiantar que, em alguns casos, os inícios dos capítulos são marcados por fragmentos retirados do livro de João Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*. Este livro embalou grande parte da minha pesquisa de campo, se tornando uma sábia companhia nas minhas incursões pelos chapadões – outrora sertões – de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, e também pelos sertões de mim mesma – dúvidas, distâncias, medos e certezas – superados durante esse período. Por sua importância afetiva, mas também pela capacidade explicativa de sua clareza lírica, considereei pertinente apresentar aqui as correlações que construí entre as etapas da pesquisa e alguns trechos da obra.

Assim, pretende-se, a partir da discussão empreendida no conjunto desta dissertação, sugerir uma proposta de interpretação do conflito ambiental em torno da unidade de conservação como uma delicada articulação entre processos de apropriação material e simbólica do meio por distintos grupos sociais, pautada não apenas por aspectos objetivos mas também por sentidos culturais, implicando em múltiplos usos e expectativas para o espaço comum.



FIGURA 1 – Rio Formoso, com vereda ao fundo, interior do Parque Nacional das Emas, GO (março/2007 - fotografia da autora).



FIGURA 2 – Plantação de soja em fazenda experimental da Associação de Produtores de Grãos de Mineiros – APM. Portelândia (GO), (março/2007 – fotografia da autora).

2 O CERRADO, PARA ALÉM DA BIODIVERSIDADE

Por lá, nas beiras, cantava era o João-pobre, pardo, banhador. Me deu saudade de algum buritizal, na ida de uma vereda em capim tem-te que verde, termo da chapada. Saudades, dessas que respondem ao vento; saudade dos Gerais. O senhor vê: o remôo do vento nas palmas dos buritis todos, quando é ameaço de tempestade. Alguém esquece isso? O vento é verde. Aí, no intervalo, o senhor pega o silêncio e põe no colo. Eu sou donde eu nasci. Sou de outros lugares (GUIMARÃES ROSA, 2001, p. 306).

Adotar o Cerrado como palco para a análise já é, sem dúvida, um recorte que pretende dar relevo não só a elementos ecológicos e biogeográficos, mas também a uma identificação cultural. É recorrente, portanto, ouvir-se alguém se apresentar dizendo “Sou do Cerrado”, assim como existem diversas redes de organizações não-governamentais e instituições² que se articulam em torno dessa idéia, mais do que conceito específico, que o termo Cerrado tem se transformado. Mas, então, a que se faz referência quando se evoca o Cerrado?

Responder a essa questão parece ser o primeiro passo de uma aproximação com a problemática de estudo. Entende-se que as sociedades produzem a sua existência tendo por base tanto as relações sociais que lhe são específicas como os modos de apropriação do mundo que lhe correspondem (ACSELRAD, 2004). Essa apropriação pode ser dividida, em termos analíticos, entre práticas de *apropriação técnica* (modos de uso, transformação biofísica, extração, entre outras), práticas de *apropriação social*, através da qual se configuram os processos de diferenciação social dos indivíduos a partir da distribuição desigual de poder sobre os recursos, e práticas de *apropriação cultural* do mundo material, em que o mundo material é objeto de inúmeras atividades de atribuição de significados, a partir do qual se constrói o mundo social.

Tendo essa perspectiva em vista, este capítulo pretende apresentar as bases materiais sobre as quais a dinâmica atual do entorno do Parque Nacional das Emas se configura, e como, nas últimas décadas, essas bases foram apropriadas técnica, social e culturalmente de forma a serem transformadas, divididas, significadas, das maneiras

² Alguns exemplos nesse sentido são a Rede Cerrado de Organizações Não-Governamentais, congregando mais de 300 ONGs de cunho socioambiental, a Articulação Pacari, que reúne cerca de 80 grupos comunitários e associações que trabalham com plantas medicinais do Cerrado, e o Grupo de Trabalho do Bioma Cerrado, criado pela Portaria MMA nº. 361/2003, instituído pelo Ministério do Meio Ambiente e com a participação de outros três ministérios (MDA, MAPA e MI) e diversas associações.

múltiplas em que atualmente se observa. Assim, “o que é o Cerrado?” e “como se tornou palco de embate de distintos grupos sociais?” são as primeiras perguntas que este capítulo se propõe a responder.

Para tanto, será abordada, na primeira seção, os significados ecológicos da utilização do termo Cerrado para designação do espaço geográfico, e porque desperta múltiplos interesses quanto à sua utilização. A seção seguinte irá se deter na ocupação humana deste espaço e no processo político de transformação de sua vocação no âmbito nacional de “vazios demográficos” a “grande celeiro do país”, discutindo-se as estratégias de colonização e o modelo de exploração implementado. Finalmente, na última seção do capítulo será demonstrado como a área do Parque Nacional das Emas e seu entorno, devido à sua localização, paisagem e história, pode ser entendida como um emblema do processo maior ocorrido de forma geral no que se entende como Cerrado.

2.1 CONHECENDO O CERRADO

Em termos biogeográficos, o domínio do Cerrado se estende no Brasil por 192,8 milhões de hectares, abrangendo treze estados da federação (FIG. 3). Essa área corresponde a aproximadamente 23% do território brasileiro, onde vivem mais de 22 milhões de pessoas. Este domínio, ou seja, essa área do espaço geográfico em que predominam certas características morfoclimáticas e fitogeográficas específicas, pode ser definido como um grande mosaico de paisagens naturais em que prevalecem diferentes fisionomias de savanas estacionais.

O clima predominante é o tropical estacional, com duas estações bem marcadas: a seca, durante os meses de abril a setembro, e a chuvosa, quando ocorre 90% da precipitação anual, geralmente de outubro a março. Essa acentuada separação entre o “tempo das águas” e o “tempo da seca” transforma a vegetação, o curso dos rios, regula os períodos de plantio e colheita e causa bastante estranhamento aos que ainda não se adaptaram ao clima da região. A precipitação média anual fica entre 1200 e 1800 mm, e a temperatura média anual em torno de 22-23°C, sendo que as médias mensais apresentam pequena estacionalidade. As máximas absolutas mensais não variam muito ao longo dos meses do ano, podendo chegar a mais de 40°C. Já as mínimas absolutas

mensais variam bastante, atingindo valores próximos ou até abaixo de zero, nos meses de maio, junho e julho.

O relevo é em geral bastante plano ou suavemente ondulado, estendendo-se por imensos planaltos ou chapadões. Cerca de 50% de sua área situa-se em altitudes que ficam entre 300 e 600 metros acima do nível do mar; e apenas 5,5% vão além de 900m. As maiores elevações são o Pico do Itacolomi (1797m) na Serra do Espinhaço, o Pico do Sol (2070m) na Serra do Caraça e a Chapada dos Veadeiros, que atinge 1676m. O Cerrado não ultrapassa, em geral, os 1100 metros.

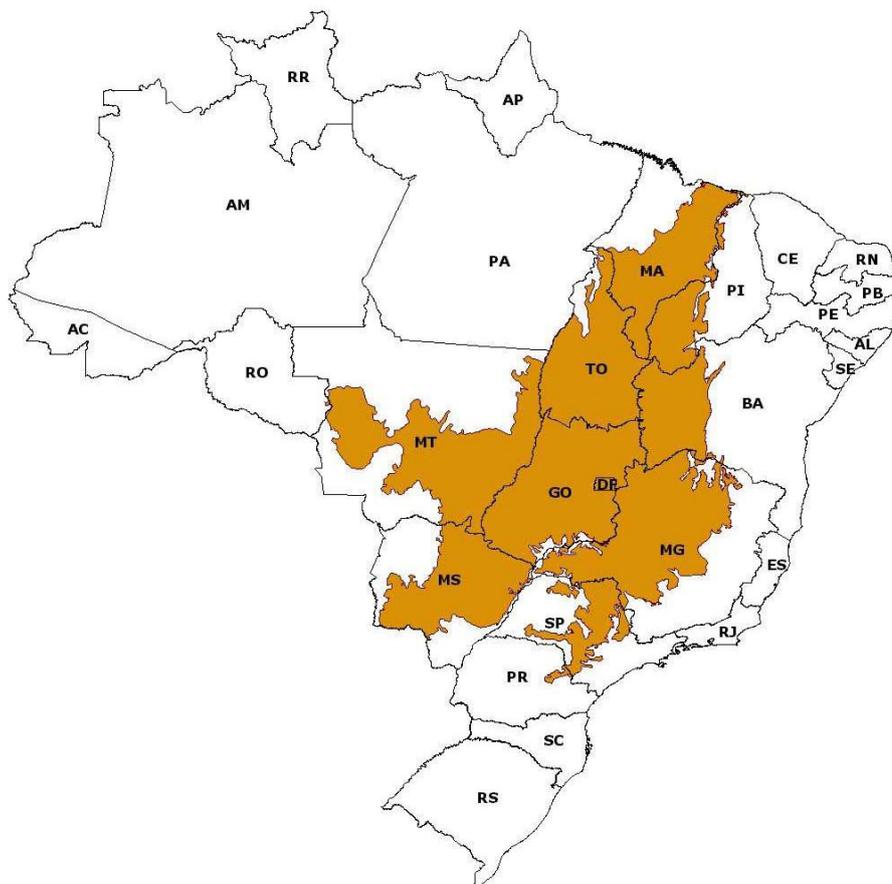


FIGURA 3 - Abrangência do domínio do Cerrado no Brasil
Fonte: IBAMA, 2004.

Originando-se de espessas camadas de sedimentos que datam do Terciário, os solos do Cerrado são tipicamente latossolos. São geralmente profundos, de cor vermelha ou vermelha amarelada, porosos, permeáveis, bem drenados e, por isto, intensamente lixiviados (HARIDASAN, 1990). Em sua textura predomina, em geral, a fração areia, vindo em seguida a argila e por último o silte. Sua capacidade de retenção de água é relativamente baixa e o teor de matéria orgânica destes solos é pequeno, ficando

geralmente entre 3 e 5%. Quanto às suas características químicas, são bastante ácidos, com pH que pode variar de menos de 4 a pouco mais de 5. Esta forte acidez é devida em boa parte aos altos níveis de cátions de alumínio, o que os torna tóxicos para a maioria das plantas agrícolas. Níveis elevados de íons de ferro e de manganês também contribuem para a sua toxidez.

A vegetação no domínio do Cerrado dispõe-se em um gradiente de formas fisionômicas: formações florestais (mata seca, mata ciliar, mata de galeria, cerradão), formações savânicas (cerrado *sensu stricto*, parque de cerrado, veredas) e formações campestres (campo limpo, campo sujo e campo rupestre). A composição botânica varia entre essas fitofisionomias de forma a notar-se um aumento gradativo no número de árvores por hectare e na porcentagem da cobertura arbórea das formas campestres mais abertas, como o campo limpo, para formações mais densas, como o cerradão (FIG. 4 e 5).

Essas variações são dependentes de três aspectos do substrato: 1) a fertilidade e o correlacionado teor de alumínio disponível (menos fertilidade, mais alumínio); 2) a profundidade; 3) o grau e a duração da camada superficial (EINTEN, 1990). Contudo, o fogo é um outro fator sobremaneira relevante na distribuição dessas fitofisionomias.



FIGURA 4 - Diagrama de perfil de algumas fitofisionomias de Cerrado
Fonte: adaptado de COUTINHO (2002) *apud* FELTRAN-BARBIERI (2004).

Considerado um bioma piroclímace, isto é, cujo aspecto e estrutura dependem de fogo periódico, a regularidade e a intensidade das queimadas produzem diversos efeitos, que podem favorecer o estrato herbáceo da vegetação - no caso das queimadas serem mais frequentes e intensas, resultando em fisionomias de menor porte - ou o estrato lenhoso, quando tais queimadas ocorrem em intervalos mais longos e com pouco combustível inflamável presente na biomassa assentada sobre o solo (FELTRAN-BARBIERI, 2004).

O fogo pode ser proveniente tanto de causas antrópicas quanto naturais. Nesse último caso, deve-se sobretudo à incidência de raios, que antecedem à estação chuvosa, quando a umidade relativa do ar se apresenta muito baixa e há grande concentração de matéria seca combustível, proveniente principalmente do estrato herbáceo.

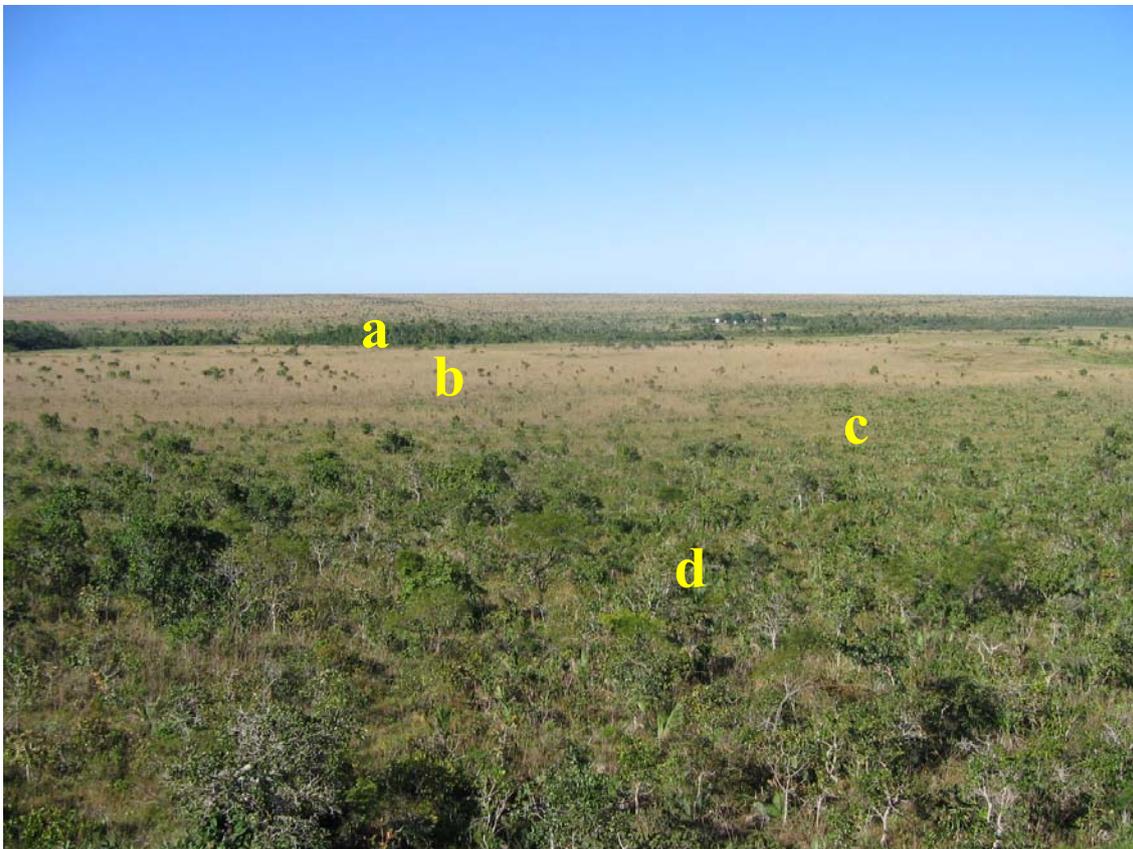


FIGURA 5 - Paisagem em mosaico apresentando algumas das fitofisionomias presentes no Cerrado: (a) Mata de galeria; (b) campo sujo; (c) cerrado *sensu stricto*; (d) cerradão. Parque Nacional das Emas, Goiás (Fotografia da autora).

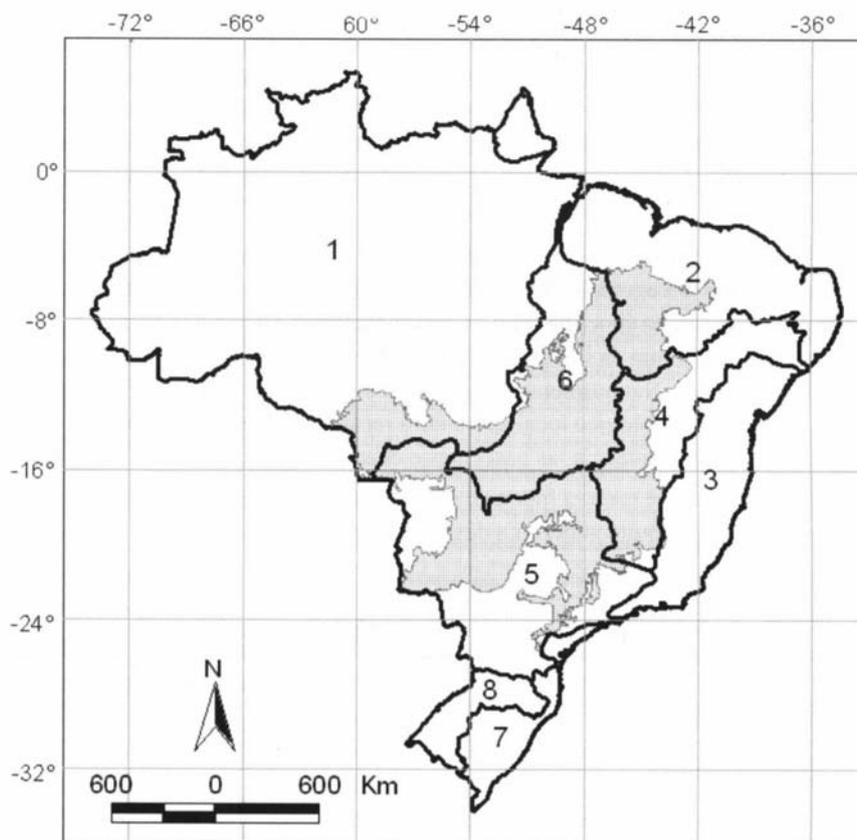
Estima-se que o fogo é um componente característico do Cerrado há pelo menos 32.000 anos AP, enquanto a ocupação humana mais antiga registrada data de cerca de 11.000 anos AP (BARBOSA; NASCIMENTO, 1990). Durante esse período, sua vegetação evoluiu no sentido de selecionar espécies melhor adaptadas à ocorrência de queimadas e estabelecendo-se uma intrincada relação entre o fogo e a vegetação.

Acredita-se que o fogo influencie diretamente, além da fisionomia e estrutura (MOREIRA, 2000), o rebrotamento e o período de floração (COUTINHO, 1990), e a dispersão de sementes e germinação (WHELAN, 1986) de espécies do Cerrado. Por sua vez, as características de uma queimada e sua ocorrência são também fortemente influenciadas pela vegetação: a presença de algumas espécies, como o buriti (*Mauritia*

flexuosa), aumenta a permanência e a temperatura do fogo, enquanto outras, como o capim-flecha (*Tristachya leiostachya*), resultam em um incremento de biomassa disponível como combustível, favorecendo a sua ocorrência natural. Por essas razões, queimadas controladas têm sido adotadas como prática de manejo no interior de unidades de conservação. Contudo, para serem eficazes quanto aos propósitos conservacionistas, estas devem ser realizadas sob um controle rigoroso, sobretudo quanto à estação do ano e à periodicidade. Sem esses cuidados, o fogo intenso e freqüente pode tornar-se bastante prejudicial à vegetação e à fauna, motivo pelo qual as queimadas acidentais ou criminosas são um dos maiores problemas enfrentados pelas reservas de Cerrado.

Complementar à sua imbricada relação com o fogo, o Cerrado também é conhecido como “berço das águas”, “mãe d’água” ou mesmo a “caixa d’água” do território brasileiro. Devido à sua localização central e à característica de possuir em seu relevo extensas chapadas planas, de solos profundos, geologicamente antigos e permeáveis, a região central do Cerrado capta e distribui as águas que vão alimentar toda a bacia do São Francisco e do Araguaia/Tocantins, toda a parte alta da bacia do Paraná, e partes importantes das bacias Atlântico Norte-Nordeste, Atlântico Leste (Pardo e Jequitinhonha) e Amazonas (parte dos afluentes da margem direita) (FIG. 6) (MAZZETTO, 2005).

Essa função de caixa d’água é também reforçada pela própria fisiologia e ecologia da vegetação do Cerrado, que se manifesta na baixa produção de biomassa – e conseqüente baixo consumo de água – e nas reduzidas taxas de transpiração, principalmente durante as secas. O fato de possuírem, de modo geral, casca grossa e folhas coriáceas faz com que as plantas do Cerrado transpirem, em média, 2,4 milímetros de água por dia na estação chuvosa e 1,5mm na seca, enquanto o monocultivo da soja transpira 8,4mm/dia e o do eucalipto 6,0mm/dia (MAZZETTO, 2005). Portanto, a substituição do Cerrado por esses monocultivos altera o ciclo hidrológico local, afetando a recarga hídrica que abastece o lençol freático e, por conseqüência, as nascentes e cursos d’água do bioma.



- Bacias Hidrográficas
 Cerrado Continuo
- 1- Bacia do Rio Amazonas
 - 2- Bacia do Atlântico - Trecho N/NE
 - 3- Bacia do Atlântico - Trecho Leste
 - 4- Bacia do Rio São Francisco
 - 5- Bacia do Rio Paraná
 - 6- Bacia do Rio Tocantins
 - 7- Bacia do Atlântico - Trecho SE
 - 8- Bacia do Rio Uruguai

FIGURA 6 - Área central do Cerrado e grandes bacias hidrográficas brasileiras.

Fonte: MAZZETTO (2005). Adaptado pela autora.

A heterogeneidade de suas condições de solo, clima e relevo e as distintas fitofisionomias, além da localização central propiciando áreas de contato e transição com a Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga e Pantanal, conferem ao Cerrado uma elevadíssima biodiversidade. Ainda não existe um levantamento completo e exaustivo de toda a sua variedade biológica, mas, de acordo com as estimativas recentes apresentadas durante o Workshop Cerrado (MMA, 1999) há pelo menos 6 mil espécies de plantas lenhosas, com elevado grau de endemismo, ou seja, distribuição restrita às áreas de Cerrado, e mais de 800 espécies de aves, agregadas a uma variedade de peixes, abelhas e muitos invertebrados.

Assim, a biodiversidade do Cerrado representa em torno de 5% da biodiversidade do planeta (PRIMACK & RODRIGUES, 2001). No entanto, estudos recentes indicam que apenas 20% do bioma ainda possuem uma vegetação nativa em estado relativamente intacto (RIBEIRO, 2005). Essa combinação de alto nível de endemismo com avançados graus de degradação ambiental coloca o Cerrado entre as “áreas-chave” (*hotspots*) para preservação, definidas pela IUCN – sigla em inglês para União Internacional de Conservação da Natureza. Essas áreas, geralmente localizadas em países considerados “megadiversos”, como o Brasil, são possíveis alvos para maiores financiamentos e cuidados de conservação (PRIMACK & RODRIGUES, 2001). Contudo, apenas 4% da área do Cerrado encontra-se delimitada como unidade de conservação, muito abaixo da meta mundial de conservação de aproximadamente 10% das regiões ecológicas do mundo, segundo provisões da Convenção sobre Diversidade Biológica, da qual o Brasil é signatário.

Portanto, enquanto a conjunção formada pelos altos índices de biodiversidade, potencial hídrico e rápida devastação estimulam esforços conservacionistas de organizações nacionais e internacionais, o relevo ligeiramente plano, a regularidade climática e o pouco porte e densidade da vegetação favorecem a escolha do Cerrado como bioma agricultável do país.

Mas, e para aqueles que se identificam como sendo “do Cerrado”, como este é apropriado e como gradativamente essa forma de interação com o meio foi sendo relegada dentre o rol de alternativas pretendidas para o Cerrado?

2.2 OCUPAÇÃO E AGRICULTURA: A HISTÓRIA AGRÁRIA DO CERRADO

A história da ocupação humana do Cerrado é uma história de transições, não apenas de sistemas produtivos, mas também de lógicas de utilização do espaço e relacionamento com o ambiente. Em termos gerais, a evolução e diferenciação desses sistemas agrários pode ser dividida em três grandes fases: Povos Indígenas (11.000 A.P. – século XVIII): predominantemente caçadores-coletores, que apresentavam uma prática agrícola rudimentar; Sertanejos e Camponeses (séc. XVIII – meados séc. XX): extrativistas, pecuaristas, com sistemas de produção voltados para a agricultura de subsistência; e, Agricultores Modernos (meados séc. XX - presente): responsáveis por

uma agricultura tecnificada, especializada e intensiva em capital. No entanto, cabe ressaltar que esta é uma divisão analítica com o intuito de demarcar fases de apogeu de determinados sistemas agrários, sem, contudo, considerar que os limites são rigorosamente definidos, assim como entende-se que nos sistemas agrários posteriores ainda são encontrados, em maior ou menor grau, elementos característicos dos sistemas precedentes.

2.2.1 Povos Indígenas (11.000 A.P. – século XVIII)

Estudos arqueológicos registram a mais antiga ocupação do Cerrado há cerca de 11.000 anos, ligada ao que se chama tradição Itaparica (BARBOSA; NASCIMENTO, 1990) – povos caçadores e coletores que usufruíam da diversidade de ecossistemas e espécies que o Cerrado oferecia. Essa tradição, juntamente com outras duas (Una e Aratu / Sapucaí), está associada aos grupos indígenas do grupo Macro-Jê, herdeiros de uma longa tradição de povos primitivos habitantes do Cerrado (RIBEIRO, 1997).

Segundo Barbosa *et al* (1990), podem ser identificadas no Cerrado diferentes categorias de povos indígenas que se sucederam no tempo e no espaço. Essa seqüência cultural se inicia com a Fase Lítica Paranaíba, pertencente à tradição Itaparica (11.000 – 9.000 anos A.P.), povos basicamente caçadores-coletores. Em seguida, há registros que caracterizam a Fase Lítica Serranópolis, pertencente à tradição Serranópolis (9.000 – 1.000 anos A.P.), cujos habitantes exibiam alimentação baseada principalmente na caça generalizada, complementada pela pesca, parcialmente na coleta de moluscos, frutos e ovos. Na fase seguinte, denominada Fase Litocerâmica Jataí – tradição Una (1000 – 200 anos A.P.), já há registros de cultivo de algumas plantas como milho, amendoim, cucurbitáceas e outras, complementando a caça e a coleta de frutos e ovos. Por fim, posteriormente ou talvez simultaneamente à Fase Litocerâmica Jataí, observa-se a Fase Cerâmica Iporã – tradição Tupi-Guarani, caracterizada por serem horticultores de matas, além de praticarem a caça e a coleta.

Os registros arqueológicos indicam que esses povos distribuíram-se geograficamente por quase toda a extensão conformada no domínio do Cerrado, mas as regiões Nordeste, especialmente sul do Piauí, e Centro-Oeste destacam-se como principais centros irradiadores de culturas e populações (SCHIMITZ, 1990). No que se

refere à utilização dos ecossistemas, é possível acompanhar registros da exploração, ao longo de 11.000 anos, de pelo menos três tipos de subsistemas: o dos campos e cerrados, o das matas, e o dos pântanos e vegetação ribeirinha, sendo alternados e complementares de acordo com a estação (BARBOSA *et al.*, 1990).

Em suas pesquisas, Ribeiro (1997) ressalta que estudos arqueológicos apontam para uma linha de transmissão de traços culturais entre antigas populações do Cerrado e os povos indígenas ali encontrados pelos Bandeirantes, principalmente no que se refere ao uso dos elementos naturais desse bioma. A constatação do uso e manejo do Cerrado no decorrer de tanto tempo sugere uma forte influência sobre a estrutura e composição deste ambiente, indicando que muitos dos ecossistemas até agora considerados “naturais” podem ter sido, de fato, profundamente moldados por populações indígenas (ANDERSON; POSEY, 1987).

Por volta do final do século XVII e início do século XVIII, inicia-se a crise desse sistema agrário - fundamentado em posse comunal da terra, caça e coleta, complementadas pela agricultura de subsistência. Essa desarticulação está intimamente associada à chegada dos Bandeirantes, brancos portugueses e negros escravos, imbuídos da missão de “desbravar” e colonizar o interior do Brasil, atraídos pela descoberta de ouro e pedras preciosas em diversos pontos da região.

Os conflitos entre índios e Bandeirantes ocasionaram a redução populacional e a redução da área disponível para utilização dos povos indígenas, decaindo a limites inviáveis para a sua manutenção. Em algumas regiões, os conflitos com missões “desbravadoras” do interior do país estenderam-se até períodos bem recentes, como relata Fernández (2007) sobre o estado de Mato Grosso:

O estado de Mato Grosso, até os anos de 1950, era formado de um verdadeiro mosaico de territórios indígenas, abrigando, aproximadamente, cinquenta povos, com culturas, línguas, rituais e uso de recursos naturais distintos, não se caracterizando, portanto, como um “espaço despovoado”, conforme sugeriu Vargas à sociedade brasileira, no discurso de apresentação do programa *Marcha para o Oeste* [em 1938]. A Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central não tiveram por objetivo apenas a construção de infraestrutura e a criação de cidades como pontos de apoio aos movimentos ocupacionais que seguiriam a vanguarda da expedição. Contribuíram para desobstruir os territórios tradicionalmente ocupados pelos povos indígenas [...] (FERNÁNDEZ, 2007, p. 140).

Contudo, ainda hoje podem ser encontrados mais de 50 territórios indígenas dispersos em regiões de todo o Cerrado (FIG. 7), os quais, associados aos chamados

sertanejos e camponeses, constituem as comunidades genericamente definidas como sendo os “povos do Cerrado”.

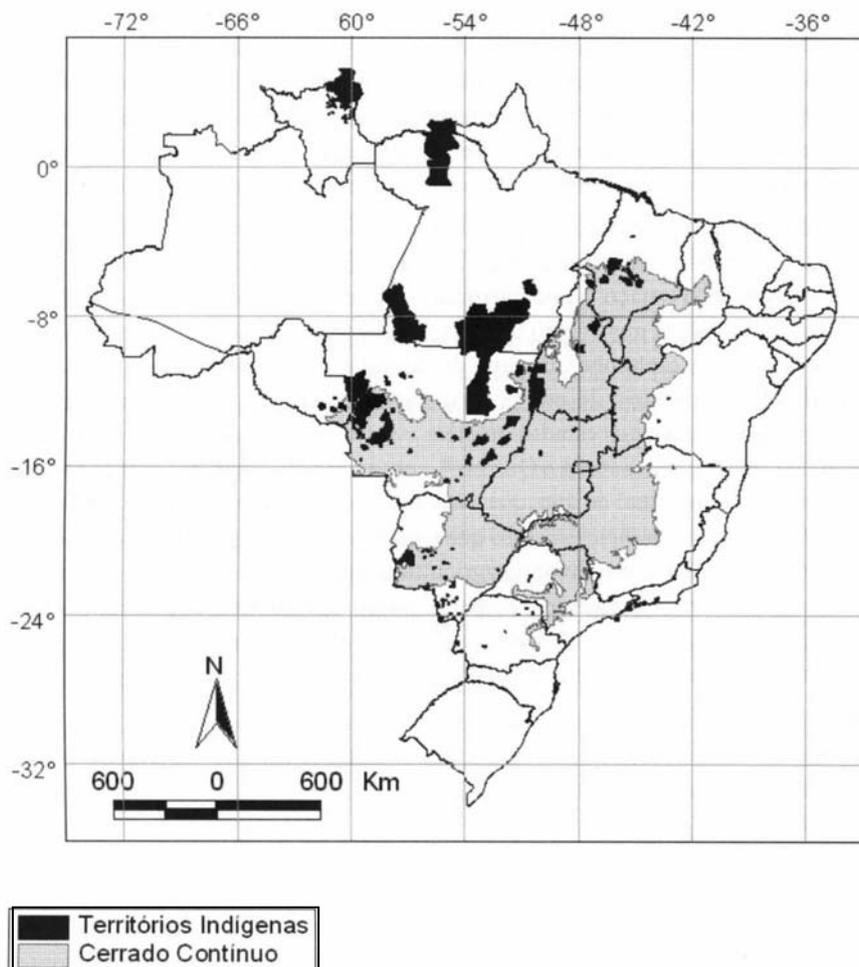


FIGURA 7 - Territórios indígenas no domínio do Cerrado.

Fonte: Mazzetto (2005). Adaptado pela autora.

2.2.2 Sertanejos e camponeses (séc. XVIII – meados séc. XX)

Os sertanejos, identificados com a pecuária extensiva e ricamente caracterizados na obra de Guimarães Rosa, são os descendentes da miscigenação entre brancos portugueses e negros. Na endogamia local e na mestiçagem encontram-se os dois pilares de sustentação da reprodução social e biológica dessas populações que ficaram no sertão³ após o esgotamento repentino da atividade extrativa aurífera (ARAGÃO, 1990).

³ O termo *sertão* não tem uma definição precisa: “o sertão é do tamanho do mundo...aceita todos os nomes: aqui é o gerais, lá é o chapadão, lá acolá é a caatinga” (GUIMARÃES ROSA, 2001, p.330).

Já as comunidades camponesas apresentam em geral, na sua ascendência, forte presença indígena, além de brancos e negros. São eminentemente agricultores de subsistência e extrativistas.

Distribuídos de maneira esparsa, sertanejos e camponeses eram encontrados por todo o Cerrado, usualmente em torno de pequenas cidades distantes 50, 100 km umas das outras. Conforme Aragão (1990), a fazenda de criação extensiva era a unidade de produção e reprodução social por excelência. Praticamente todas elas, no sertão, localizavam-se no baixo do terreno ondulado e evitando as baixadas mais úmidas, onde um clima de estação chuvosa longa poderia propiciar enchentes e ataques de mosquitos.

A fazenda, mais do que unidade familiar, constituía-se em unidade produtiva, em elemento completo de capacitação e realização de um processo produtivo quase autárquico. Geralmente essas fazendas se distribuíam a uma distância de quatro a dez quilômetros umas das outras. Outro aspecto da localização de camponeses e sertanejos é o fato de utilizarem de maneira heterogênea e diversificada as diferentes unidades da paisagem no Cerrado: extrativismo e agricultura em baixões, encostas e brejos, e criação de gado *na solta*⁴ na chapada. Tanto chapadas quanto os buritizais eram, tradicionalmente, consideradas áreas de usufruto comum (MORAES, 1999).

Os sistemas de produção agrícola eram, em geral, acoplados aos ecossistemas, baseados na sua produção biológica primária (extrativismo, caça, pesca) e em estratégias agropecuárias. A pecuária extensiva praticada apresentava pouco controle zootécnico e sanitário sendo fundamentada na solta de gado em imensas áreas de chapada, denominadas *Gerais*, devido ao fato de serem de uso comunal. O gado se alimentava de pastagens tradicionais, como “capim-branco”, “provisório”.

Segundo as palavras de Aragão (1990, p. 171), o habitante típico do Sertão:

[...] preferia insofismavelmente a fórmula da criação extensiva aliada à cultura de subsistência. Se o fogo fosse colocado no momento certo, em terra boa, e a chuva ajudando, em pedaço pequeno se tirava muito para se fazer fartura o ano todo. O espaço amparava, em sua sobra, a acomodação. O imprevisto, que podia ocorrer, isso era com Deus – outras conversas.

Mazzeto (2005) explica o sertão vinculando-o à noção de “interior”, “desconhecido”, “pouco habitado”, “locais distantes”. Em termos fisiográficos, geralmente são identificados com os cerrados e a caatinga.

⁴Sistema tradicional de manejo geralmente articulado com a agricultura de subsistência, também conhecido como *largueza*, em que o gado é cultivado de maneira extensiva, solto nas áreas de uso comum, se alimentando de pastagens naturais, algumas vezes em estado semi-selvagem (RIBEIRO, 2005).

No entanto, nem sempre havia condições de preservar as “terras de cultura”⁵ da invasão de pragas e eram cada vez mais necessários novos desmatamentos, pois se tornava difícil trabalhar nas áreas antigas (RIBEIRO, 2005). Com o tempo, as áreas de mata escasseavam e o cultivo mais intensivo nas terras de cultura passou a ser uma alternativa em algumas regiões.

Além disso, o processo de “divisão das terras”, ocorrido em diferentes momentos nas regiões do Sertão dos cerrados, pôs fim à criação do gado em campos abertos, na solta. Essas mudanças foram ocorrendo ao longo do século XX e alteraram não só as raças de bovinos e o sistema de manejo do gado, mas também a organização fundiária e a forma como essa atividade se apropriava do Cerrado (RIBEIRO, 2005).

Acrescida a essas mudanças a incisiva ação do Estado brasileiro, presente desde a era Vargas, com a “Marcha para o Oeste”, reiterada a partir de meados da década de 1950, com a construção de Brasília, e retomada de forma mais contundente por volta da década de 1970, a partir da implantação de diversos programas de desenvolvimento do Cerrado, esse sistema agrário sertanejo e camponês entrou em acentuado declínio.

O contexto econômico e político em que se insere essa transição do sistema agrário sertanejo e camponês para o sistema agrário moderno será abordado a seguir.

Entretanto, cabe ressaltar que o Sertão, como definição imprecisa mais relacionada a uma identidade territorial do que a um recorte geográfico, não acabou de todo. Algumas festas ficaram, o linguajar também, e em diferentes locais ainda se encontram comunidades que exibem um modo tradicional de viver e produzir no Cerrado. Contemporaneamente, podem ser citadas como exemplo as comunidades que se identificam como geraizeiros (Norte de Minas), geraizenses (Gerais de Balsas/MA), retireiros (áreas alagadas do Araguaia/MT), barranqueiros e vazanteiros da beira e das ilhas do São Francisco (MG), quebradeiras de coco (Zona dos Cocais/MA, PI e TO), pantaneiros (MT e MS), camponeses dos vãos (sul do MA), dentre diversas outras com denominações mais gerais como varjeiros e ribeirinhos (ao longo dos rios São Francisco, Grande e Paraná), caipiras (Triângulo Mineiro e São Paulo) ou simplesmente sertanejos (Norte de Minas, Bahia, Maranhão e Piauí) (MAZZETTO, 2005).

⁵ Nome atribuído aos locais úmidos, próximos a rios e matas, preferencialmente empregados na agricultura de subsistência, correspondendo às formações florestais do tipo Mata Ciliar, Mata de Galeria e Mata Seca.

2.2.3 Agricultores Modernos e a ocupação política e econômica do Cerrado (meados séc. XX - presente)

A intensa utilização das áreas agrícolas do Sul e do Sudeste, chegando a situações de saturação propícias a conflitos, assim como o objetivo geopolítico de integração nacional e afirmação do domínio territorial, levaram, a partir de meados da década de 1940, à busca de novas áreas de expansão agrícola, que, a princípio, se direcionaram para a região da Amazônia. Contudo, as condições precárias de infraestrutura, riscos ecológicos e escasso conhecimento científico e tecnológico para ampla utilização dos recursos amazônicos fizeram com que o foco recaísse sobre o Cerrado, pois, como explica Ribeiro (2005, p. 174):

[...] o Cerrado e a Amazônia eram vistos como vazios econômicos a serem melhor explorados; no entanto, aquele possuía algumas vantagens que favoreciam a sua ocupação mais rápida. No Cerrado, do ponto de vista político interno e externo, a questão ambiental não aparecia de forma tão polêmica quanto a repercussão que ganhava na Floresta Amazônica. Aquele bioma, com suas árvores pequenas e tortas, não apresentava aos olhos da opinião pública o mesmo efeito grandioso da imensidão verde das florestas tropicais da Região Norte.

Portanto, o processo de ampliação da fronteira agrícola sobre o Cerrado teve como um dos principais pilares de seu discurso a proteção da Amazônia. No entanto, o mais importante estava em outras vantagens do Cerrado: a presença da capital federal, a partir da década de 1960, sua maior proximidade dos centros dinâmicos, a vegetação naturalmente menos densa que a floresta, a topografia privilegiada por grandes platôs, a hidrologia favorável, a rede de estradas de rodagem e ferrovias e o significativo montante de fazendas de gado instaladas ao longo de quatro séculos e meio, convivendo com vastas áreas descampadas e de baixa densidade demográfica, faziam dos cerrados o novo alvo para a execução dos planos de integração (FELTRAN-BARBIERI, 2004).

Mas, para que fosse possível de fato integrar os ecossistemas campestres das chapadas à produção agrícola, era antes necessário disponibilizar o aparato técnico-científico que permitiria a incorporação agrícola dos solos do Cerrado que, fora dos vales e das formações florestais, eram considerados inapropriados ou improdutivos.

Os esforços nesse sentido convergiram na publicação, em 1963, das 424 páginas do “Simpósio sobre o Cerrado”, reunindo as conclusões das intensas pesquisas

realizadas em diversas regiões do Brasil ao longo dos anos de 1950 e início dos 1960⁶. Segundo Feltran-Barbieri (2004), embora na ocasião não houvesse sido estabelecido acordo entre os ecólogos no que dizia respeito aos fatores que conduziriam à distribuição dos cerrados – poderia ser o fogo, o solo, a drenagem, etc. – ficava evidente para as ciências da terra que as distintas áreas dominadas por essa vegetação apresentavam características pedológicas similares, sendo a acidez e saturação por alumínio, e não a carência de água, os maiores empecilhos às práticas agrícolas, podendo ser superados através de calagem simples e adubação.

Além de realizarem as pesquisas que definiam como adotar as práticas necessárias à “correção do solo”, universidades e institutos de pesquisa públicos já haviam desenvolvido também, ao final dos anos de 1960, experimentos com as variedades mais adaptadas às condições próprias do Cerrado. Essa “invenção científica do Cerrado” (MORAES, 2000) forneceu o aval necessário ao início dos programas de aproveitamento agrícola intensivo e, devido às estratégias tecnológicas desenvolvidas, possibilitaram o uso de todo o “pacote” da Revolução Verde⁷. Conseqüentemente, favoreceram também a integração da nova agricultura do Cerrado aos complexos agroindustriais, tanto em relação à demanda por fertilizantes, agrotóxicos, máquinas e equipamentos, como no que se refere à padronização e à qualidade exigidas pelas indústrias processadoras de produtos e matérias-primas agrícolas (RIBEIRO, 2005).

Ainda de acordo com Ribeiro (2005), essas tecnologias também se compatibilizaram com a opção política do tipo de beneficiário selecionado para os programas de desenvolvimento que seriam a partir de então implementados, bem como a estratégia de absorção de mão-de-obra nos mesmos. Ou seja, a tecnologia adotada é poupadora de mão-de-obra e visa reproduzir o modelo de modernização da agricultura centrado na grande e média propriedade e na aplicação intensiva de capital via crédito. Esse modelo se enquadra naquilo que Romeiro (1998) denomina modelo euro-americano de modernização agrícola. Segundo o autor:

por modelo euro-americano de modernização agrícola, entende-se um sistema de produção que tornou viável a difusão em larga escala da

⁶ Essas pesquisas, inicialmente, foram realizadas paralelamente, por iniciativa de pesquisadores pertencentes ao Ministério da Agricultura e à USP, sendo nos anos 1970 unificadas em encontros e passando a congregar representantes de várias instituições ligadas à pesquisa, extensão rural e aos projetos de desenvolvimento do Cerrado (RIBEIRO, 2005).

⁷ Chama-se “Revolução Verde” o massivo esforço de produção científica que proporcionou a aplicação da combinação entre sementes de variedades selecionadas, agroquímicos e adubos em diferentes ambientes de produção agrícola. A característica decisiva foi a difusão de técnicas de clima temperado para os ambientes tropicais, marcando maior homogeneização do processo agrícola (ALMEIDA, 1997).

prática da monocultura. Trata-se de um sistema de produção baseado na utilização intensiva de fertilizantes químicos combinados com sementes selecionadas de alta capacidade de resposta a esse tipo de fertilização, no uso de processos mecânicos de reestruturação e condicionamento de solos degradados na monocultura e no uso sistemático de controle químico de pragas (ROMEIRO, 1998, p.69).

Assim, o Estado, cada vez mais apoiado no discurso científico, atua como principal vetor de transferência do conhecimento técnico aos campos de cultivo. Complementares à pesquisa, um conjunto de mecanismos tais como o crédito rural, a assistência técnica, a expansão da infra-estrutura e o desenvolvimento de projetos de colonização para áreas de fronteira, formaram a base da política agrícola do período, denotando o decisivo papel do Estado nessa modernização.

Portanto, ainda que desde a inauguração de Brasília a região de domínio do Cerrado tenha começado a ser mais intensamente ocupada – com a chegada de Juscelino Kubitschek à região, em 1956, já iniciaram-se os reajustes e reacomodações no sistema local de relações de poder – foi por volta da década de 1970 que essas mudanças se instalaram de forma mais contundente e definitiva:

Máquinas, estradas, luz elétrica, televisão, telefone, dinheiro novo, diferente do antigo no ganhar e no gastar, tudo isso já havia chegado com Brasília, mas agora, nos anos setenta, gangrenava-se o sistema antigo em seus redutos tradicionais do cerradão e do cerrado ralo, esse da arnica e da canela-de-ema; de repente, tudo tomou valor distinto, mudou de jeito (ARAGÃO, 1990, p.170).

Dentre todas as ações promovidas, merecem destaque os programas de desenvolvimento do Cerrado, baseados em uso intensivo de tecnologia e capital e no preço baixo das terras favoráveis à mecanização, que compensavam os investimentos destinados à correção do solo.

Tais programas de desenvolvimento faziam parte de um projeto governamental mais abrangente, o II Plano Nacional de Desenvolvimento do governo Geisel que, entre outros objetivos, pretendia complementar a estrutura industrial do país, com destaque para os setores intermediários, que foram imprescindíveis para a ocupação do Cerrado através do padrão tecnológico que desde o pós-guerra havia assumido a hegemonia na agricultura mundial. Exemplo disso foi a instalação de indústrias químicas na região, como foi o caso da Fosfértil e da Goiásfértil, fundamentais no abastecimento de insumos (ORTEGA, 1997).

Cada programa representou um aspecto importante no processo de modernização agrícola do Cerrado, sendo que se pode destacar como de maior alcance o POLOCENTRO e o PRODECER ⁸.

O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, ou POLOCENTRO, criado em 1975, foi uma iniciativa da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais em acordo com o Ministério da Agricultura, e visava expandir a área da política de desenvolvimento do Cerrado já iniciada em outros programas.

Baseado na concepção de pólos de crescimento, o programa selecionou 12 áreas de Cerrado nos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com alguma infra-estrutura e bom potencial agrícola. Essas áreas receberam recursos para investimentos em melhoria da infra-estrutura, enquanto fazendeiros dispostos a ali cultivar puderam participar de um programa extremamente generoso de crédito subsidiado, sendo que 25% do recurso eram destinados à pesquisa agropecuária, assistência técnica, armazenamento, transportes e eletrificação rural. Dessa forma, esse programa incorporou, em cinco anos, três milhões de hectares do Cerrado em lavouras, pastagens e reflorestamentos, podendo ser considerado o programa de maior impacto direto sobre a agricultura neste domínio.

Já o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER é resultado, como o próprio nome diz, do acordo de cooperação firmado em 1976 entre os governos brasileiro e japonês. Para coordenar sua realização foi criada uma empresa binacional: Companhia de Produção Agrícola (CAMPO), com seu capital dividido entre uma *holding* brasileira formada por um conjunto de estatais (BDMG, BNCC, BNDE, etc.) e uma *holding* japonesa, liderada pela *Japan International Corporation Agency* (JICA) e empresas como Mitsubishi, Banco de Tóquio, entre outras.

Shiki (1997) analisa que a participação japonesa no PRODECER pode ser justificada pelo fato de que o monopólio americano no mercado internacional da soja começou a ser uma preocupação séria após o susto provocado pelo embargo de 1973, que elevou o patamar histórico do preço de US\$2,00 para o dobro. A partir de então os países dependentes de importação de *commodities* oleaginosas, como o Japão, passaram a procurar fontes supridoras alternativas, sendo os cerrados brasileiros uma dessas fontes.

⁸ Para uma abordagem mais detalhada acerca dos projetos de desenvolvimento do Cerrado, consultar SHIKI (1997), FELTRAN-BARBIERI (2004) e RIBEIRO (2005).

Este programa, que promove o assentamento de agricultores experientes do Sudeste e Sul do país na região do Cerrado, tendo como principal instrumento o crédito supervisionado, vem se desenvolvendo em etapas. Em 1980 iniciou-se no oeste de Minas Gerais (PRODECER I) e em 1987 expandiu-se para áreas em Goiás, Mato Grosso do Sul, e Bahia. A terceira etapa do programa, PRODECER III, de implementação mais recente, representa uma expansão ainda maior da estratégia de modernização do Cerrado em direção a novos estados: Gerais de Balsas (MA) e Porto Nacional (TO), com a ocupação de cerca de 40 mil hectares cada.

Em síntese, pode-se afirmar que através desses programas – associados à pesquisa agropecuária, à assistência técnica e à implantação de infra-estrutura, assumida em termos de custos e execução quase que integralmente pelo poder público – o Estado provinha à iniciativa privada os mais diversos fatores que incentivavam sua instalação na região do Cerrado, reduzindo não só o nível de investimento necessário, como o próprio risco do investimento (RIBEIRO, 2005). É precisamente dentro desse contexto que emergem as características que vieram a configurar o atual sistema agrário predominante no Cerrado.

Desde o início dos anos de 1970 e até o presente, vem se desenvolvendo no Cerrado um sistema agrário cujo pilar é uma agricultura comercial moderna e de alta produtividade, que hoje exporta excedentes para o resto do país e exterior. As principais categorias sociais responsáveis pela dinâmica desse sistema são agricultores e empresários rurais provenientes do Sul do país, Triângulo Mineiro e São Paulo e corporações agroindustriais atuando em rede.

O atual sistema de produção pode ser definido como altamente tecnificado e dependente de insumos externos ao sistema. Há um acentuado aumento no uso de força mecânica e declínio relativo no emprego de mão-de-obra, quando comparado ao sistema anterior, conforme análise apresentada pelo IPEA: para o período de 1970-85, enquanto o pessoal ocupado na agricultura crescia à taxa anual de 2,7% (inferior mesmo à taxa de crescimento vegetativo de 2,95% no período 1970-91), a área de lavouras expandiu-se a 5,4%, a área de pastagens a 8,4%, o rebanho bovino a 5,5%, e, em forte contraste, o estoque de tratores crescia 13,6% a.a. (CUNHA, 1994).

Interessante destacar que, nos últimos 30 anos, houve uma inversão de valores: ao contrário do que é notado no sistema agrário sertanejo e camponês, as áreas valorizadas para a agricultura são justamente as áreas de chapadas e campos, antes relegadas apenas às pastagens naturais. Já as áreas de mata, antigamente derrubadas

para o plantio de lavouras, tornam-se pastos, depois de serem durante anos rasgadas com o arado de tração animal. A possibilidade de mecanizar todo o preparo da terra e as etapas posteriores de cultivo é apontada como uma das principais razões da troca da “terra de cultura” pela chapada, permitindo, assim, a substituição do arado de tração animal por aquele puxado por um trator (RIBEIRO, 2005).

Entre os principais cultivos, são encontrados cultivos temporários, principalmente soja, milho e arroz, e cultivos perenes, como eucalipto, pinheiro, manga e café. Nas últimas décadas, a produção desses cultivos tem entrado em significativa expansão. O caso mais emblemático é o da soja (FIG. 8). A região de domínio do Cerrado é hoje o principal suporte da produção comercial desta oleaginosa, produzindo 58% da soja brasileira em cerca de dez milhões de hectares (TABELA 1), o que corresponde a aproximadamente 5% da área do Cerrado Contínuo (MAZZETTO, 2005).

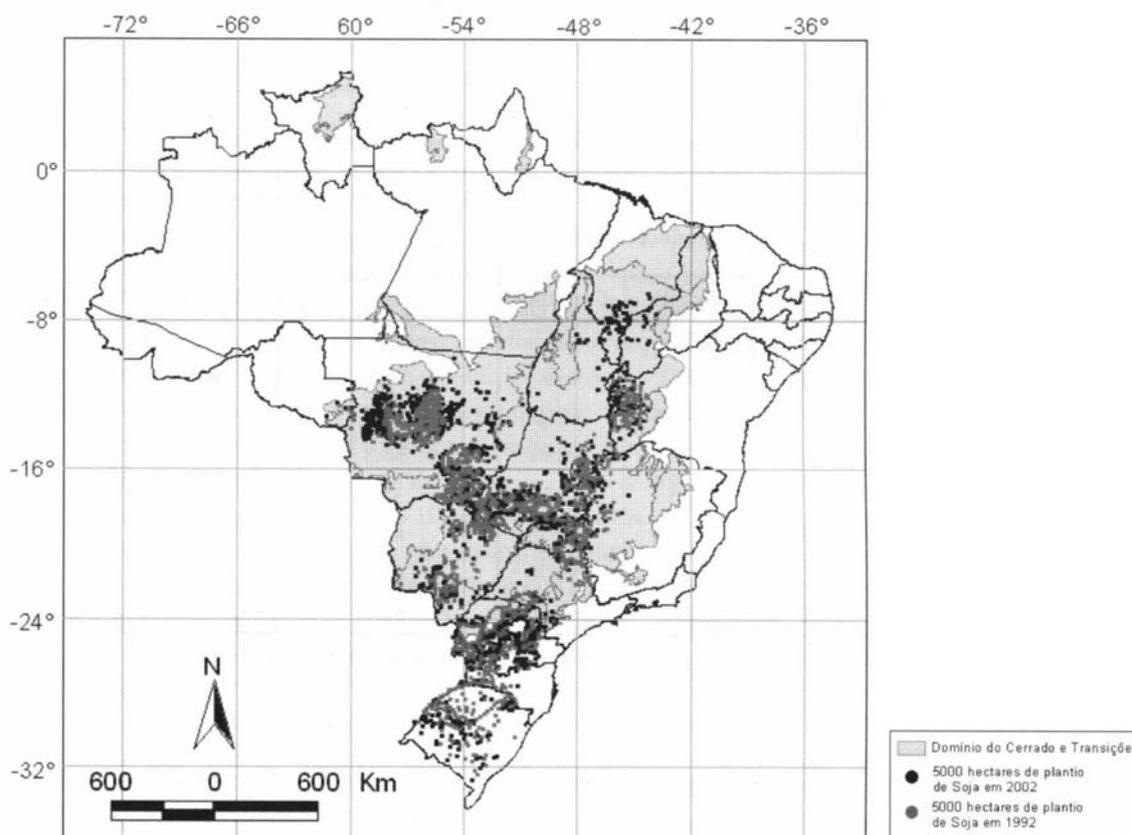


FIGURA 8 - Áreas de avanço do cultivo de soja no Cerrado até 2002
Fonte: Mazzetto (2005). Adaptado pela autora.

E, se do ponto de vista produtivista os resultados dessa Revolução Verde foram incontestáveis, os resultados sociais e ambientais abriram um enorme espaço para críticas e questionamentos de sua manutenção. Desde os discursos proferidos pelas

autoridades governamentais daquele período, várias críticas foram feitas ao modelo de ocupação adotado, tanto por setores da academia e organismos de pesquisa, como por outros setores da sociedade, principalmente organizações que reúnem pequenos produtores e trabalhadores rurais, como a Comissão Pastoral da Terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, excluídos do processo enquanto beneficiários (ORTEGA, 1997).

TABELA 1: Contribuição do Cerrado à produção de soja no Brasil, de 1970-2003

Anos	Produção (1000 t)		Participação dos cerrados (%)
	Brasil	Cerrados	
1970	1.509	20	1,4
1975	9.893	434	4,4
1980	15.156	2.200	14,5
1985	18.278	6.630	36,3
1990	19.850	6.677	35,2
1995	25.934	12.586	48,5
2000	31.644	15.670	49,5
2003	49.647	28.866	58,1

Fonte: Bickel (2004), a partir de dados da Embrapa Cerrados 2003, IBGE e da CONAB. Adaptado de MAZZETO, 2005.

Uma dessas críticas diz respeito à própria compreensão do termo “racional”, que, bastante empregado para se fazer referência ao processo geral de ocupação econômica do Cerrado, neste caso significou privilegiar indivíduos com “espírito empresarial”, como definiam os grandes projetos governamentais para a região. Como afirma Ortega (1997, p. 325):

[...] a partir deste pressuposto, é posta de lado uma grande quantidade de agricultores da região, principalmente os pequenos, e se beneficiaram, principalmente nas áreas prioritárias dos projetos governamentais, os produtores que migraram para a região, que possuíam algum capital acumulado previamente, e dominavam quase toda a tecnologia adotada, com exceção da utilização das terras do Cerrado, o que foi resolvido pelas empresas públicas de assistência técnica.

Assim, este sistema agrário pode ser resumido, em uma ótica crítica à organização social produtiva, conforme sugere Romeiro (1998): grande sucesso comercial dos cultivos de exportação de um lado, e do outro, supressão da mão-de-obra local, seguida de precárias condições de acesso à terra e emprego.

Mazzeto (2005) também demonstra ponto de vista semelhante, ao afirmar que, no Cerrado, aos tradicionais habitantes locais, alijados dos benefícios associados à modernização, as condições reais da expansão do agronegócio demonstram sua face “arcaica e perversa”. Justifica esse argumento revelando que o Mato Grosso foi o estado que apresentou o maior índice de conflitividade e de envolvimento de pessoas em conflitos agrários no mesmo ano, de acordo com estudo recente publicado pela Comissão Pastoral da Terra, em 2004, e aparece como o estado de maior presença de trabalho escravo detectado, de acordo com a segunda lista divulgada pelo Ministério do Trabalho, também em 2004.

Esses conflitos se dão, principalmente, em áreas de expansão recente da agricultura moderna, e, tendo em vista a forma pela qual a ocupação política e econômica do Cerrado foi conduzida, se tornam inerentes ao processo. Afinal, como se tem tentado frisar, não foram lugares vazios que deram lugar aos monocultivos. Apesar dos discursos presentes desde a “Marcha para o Oeste” de Getúlio Vargas até os planos de desenvolvimento do governo militar, os “estoques de terra” a serem ocupados, como atesta Fernández (2007), foram socialmente produzidos a partir da exclusão das populações locais:

Observa-se que a idéia da “disponibilidade” de “grande estoque de terra” resultou de uma prática discursiva que procurava evidenciar a existência de “vazios demográficos”, empregada por sucessivos governos e setores empresariais empenhados em reocupar esses territórios, tradicionalmente ocupados por povos indígenas e outros grupos sociais. Para colocar em curso os seus empreendimentos, foi necessário produzir tal “disponibilidade”. É nesse sentido que a “terra” deve ser compreendida como o produto de relações sociais, em que o acesso de “alguns” ocorre pela negação de “outros”, sem antes passar por uma mediação de intensas relações conflitivas. Ou seja, “terra” não é um bem natural, *naturalmente dado*, mas é um produto social, *socialmente construído*, e a sua disponibilidade dependeu dessa construção (FERNÁNDEZ, 2007, pg. 158, grifos no original).

É justamente desse processo de construção de estoque de terras e exclusão das populações locais, seguido de projetos de colonização seletivos quanto aos destinatários, técnicas a serem empregadas e cultivos a serem produzidos que o Cerrado se configurou como principal alicerce da produção agrícola nacional voltada para exportação, em

detrimento das formas locais de apropriação técnica, social e cultural do meio. Contudo, devido aos impactos sobre o meio natural decorrentes do atual sistema agrário e da relevância contemporânea da questão ambiental, novos atores – tais como organizações não-governamentais de cunho ambientalista, órgãos de governos voltados para o meio ambiente e instituições de pesquisa – têm reclamado participação neste processo, dando origem a novos conflitos, agora entendidos como ambientais, que atualizam a disputa pela determinação da forma de ocupação do Cerrado. Nesse contexto se situa o Parque Nacional das Emas, em Goiás, e seu entorno abrangendo os municípios de Mineiros, Chapadão do Céu e Serranópolis, em Goiás; Costa Rica, em Mato Grosso do Sul; e Alto Taquari, em Mato Grosso.

2.3 PARQUE NACIONAL DAS EMAS: UM CASO EMBLEMÁTICO

A história do Parque Nacional das Emas (PNE) parece resumir, em uma mesma área, as principais etapas da ocupação humana descrita de forma geral para toda a região compreendida no domínio do Cerrado. A começar pelas ocupações pré-modernas: Serranópolis, uma das cinco cidades que constituem seu entorno, é considerada uma das mais importantes regiões arqueológicas do continente americano (BARBOSA, 1984), exibindo sítios arqueológicos que possuem desde os mais antigos registros da ocupação humana do Cerrado, há cerca de 11.000 anos, até indícios de ocupações recentes. Assim, até o final do século XVIII, o PNE e a região de seu entorno (FIG. 9), bem como todo o sudoeste goiano, constituíram vasto território de troncos tribais Kaiapó, Xavante e Bororo, atualmente reduzidos, todavia, a pequenas aldeias ou vilas espalhadas em alguns municípios da região.

Durante o século XVIII e até meados do século XX, com as Bandeiras, ciclos de mineração e missões desbravadoras, a região passou a caracterizar-se pela pecuária extensiva, com grandes propriedades rurais. Durante o ciclo econômico da mineração, foi passagem de grandes rebanhos bovinos e negros escravos que rumavam sobretudo às minas de Cuiabá, período em que houve largo assentamento de novas propriedades, com a utilização das pastagens nativas, plantio de gêneros alimentícios restrito às faixas florestadas e implantação de capins exóticos em capões de mata (FELTRAN-BARBIERI, 2004).

A essa época, as terras que hoje constituem o parque pertenciam ao pecuarista Filogônio Garcia, e eram rota de peões e seus rebanhos, que freqüentemente as utilizavam como local de pouso – o que, devido à presença nessa região de cupinzeiros bioluminescentes⁹, deu origem a lendas locais até hoje existentes sobre homens que viravam cupins.

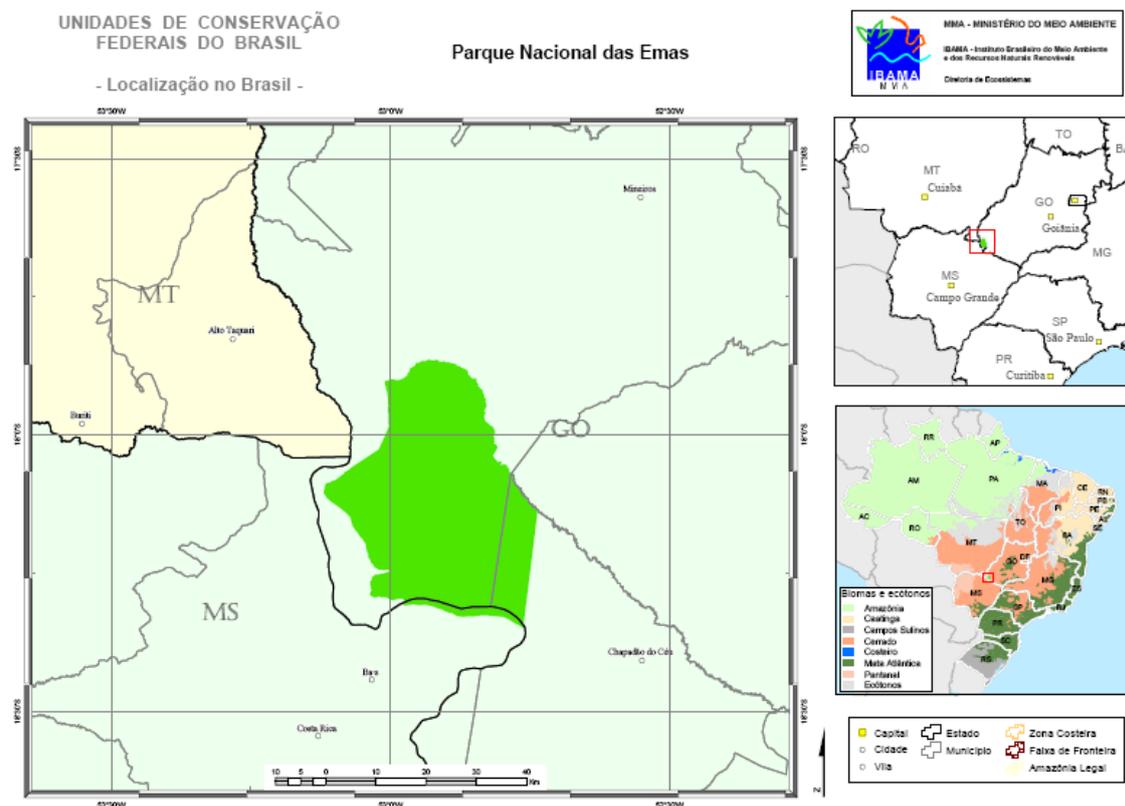


FIGURA 9 – Localização do Parque Nacional das Emas no Brasil
Fonte: IBAMA (2004).

Por volta do início da década de 1960, quando as chapadas que hoje o constituem, com seu solo arenoso e vegetação campestre, ainda não eram consideradas terras de valor agrícola (é recorrente ouvir-se dizer que “só serviam para criar tamanduá-bandeira”), Garcia, para isentar-se do imposto territorial, resolveu doá-las à União. Então, mediante o Decreto Federal nº. 49.874, de 11 de janeiro de 1961, foi instituído pelo governo de Juscelino Kubistcheck o Parque Nacional das Emas.

Contudo, cerca de uma década depois – a partir dos anos 1970, mas principalmente após 1975, quando municípios vizinhos à região foram contemplados

⁹ Durante o período de início das chuvas, geralmente em outubro, mas podendo estender-se até abril, os cupinzeiros se tornam abrigo de larvas de vaga-lume, que ao saírem à superfície à noite para se alimentar, produzem um efeito extremamente raro e atrativo nos campos, que ficam repletos de cupinzeiros iluminados por pequenos pontos de luz.

com o programa POLOCENTRO, subprogramas Polocentro-Rio Verde e Polocentro Caiapônia – houve a inversão de valores quanto à utilização agrícola das terras de furnas e chapadas, sendo estas últimas o substrato para o desenvolvimento da agricultura de *commodities*. Segundo Santos e Silveira (2001), o sudoeste de Goiás foi pioneiro no Centro-Oeste ao adotar acréscimos técnicos, semoventes, insumos e linhas de crédito rural que confluíam para gerar altos rendimentos no cultivo de algodão, soja, milho e arroz, tornando-se a frente de expansão das oleaginosas e dos cereais.

Em 1972, parte das cabeceiras dos rios Araguaia e Jacuba foram excluídas dos limites do Parque pelo Decreto Federal nº 70.376, estabelecendo sua área atual, que totaliza, em uma única gleba, contínuos 132.941 hectares. E em pouco tempo todas as chapadas do entorno do parque se converteram em áreas de cultivo agrícola intensivo, transformando-o em uma “ilha” de vegetação nativa em meio a matriz agropecuária, tal como ilustra a FIGURA 10.

Atualmente, o PNE é reconhecido como área prioritária para a conservação da biodiversidade e uma das mais importantes unidades de conservação do Brasil, com alta importância biológica (FUNATURA, 1999). O PNE recebe também atenção devido à sua importância na regulação hídrica regional e pelo abastecimento de água em grande parte do país. O limite oeste do Parque coincide com o divisor de duas importantes bacias hidrográficas da América do Sul: a Bacia do Prata e a Bacia Amazônica. Em 2001, foi elevado a Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco por resguardar em seus domínios a flora, fauna e habitats-chave do Bioma Cerrado. É também considerado área estratégica do projeto “Corredor Cerrado-Pantanal”, desenvolvido pelo Instituto *Conservation International* do Brasil e parceiros com o objetivo de promover e/ou manter o fluxo gênico entre populações destas regiões.

Sua relevância para a conservação ambiental pode ser expressa pela diversidade da fauna e da vegetação ali encontradas. De acordo com levantamentos realizados como subsídio para a elaboração do novo plano de manejo da unidade (IBAMA, 2004), no PNE há 606 espécies de plantas vasculares, tendo sido identificadas sete espécies novas para a ciência. Se assumirmos que o número de espécies vegetais do Cerrado varia entre 3.000 e 7.000, então o PNE compreende de 8,5 a 20% da flora do Cerrado como um todo, o que reflete a importância da reserva para a conservação desse tipo vegetacional. Quanto à fauna, o PNE possui 400 espécies de aves, com 19 espécies endêmicas e 14 espécies ameaçadas de extinção. Várias espécies são destaque no PNE, principalmente as espécies campestres, que estão entre as mais ameaçadas do mundo. De 13 espécies de

lagartos endêmicos do Cerrado, oito ocorrem no Parque, o que o torna uma área de grande interesse para conservação da herpetofauna deste domínio. Ainda, o PNE possui uma rica fauna de mamíferos, contando com ao menos 85 espécies em seu interior e 94 ao todo se consideradas as áreas de entorno.

A fauna de grandes mamíferos é justamente o principal chamariz do Parque e as espécies mais comumente avistadas são o veado-campeiro (*Ozotoceros bezoarticus*), o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) e a anta (*Tapirus terrestris*), espécies que contam com populações vigorosas no PNE. Outras espécies importantes, pela sua raridade, são o cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*), o tatu-canastra (*Priodontes maximus*), a onça-pintada (*Panthera onca*) e o cachorro-do-mato-vinagre (*Speothos venaticus*), entre outros. Estas quatro espécies e outras seis que ocorrem no PNE estão na lista de ameaçadas de extinção (MMA, 2003).

Essa relevância para a conservação ambiental do Cerrado, associada ao seu isolamento geográfico em relação a outras áreas de vegetação e fauna nativas, motivaram uma atualização do Plano de Manejo do Parque – o anterior havia sido elaborado em 1981 – visando aprimorar e sintetizar os conhecimentos científicos sobre a unidade, além de elaborar estratégias de manejo direcionadas por um zoneamento ecológico.

Para atingir seus objetivos, o Plano de Manejo instituiu, entre outras ações, a demarcação e implementação de uma Zona de Amortecimento¹⁰ na faixa de 2 a 10 km contígua ao Parque. Nessa faixa, deveriam ser adotadas restrições ao uso do solo com vistas à conservação ambiental e à mitigação de possíveis impactos, como a proibição de pulverização aérea de agroquímicos e a permissão do uso destes exclusivamente pertencentes à classe IV (Faixa Verde). Essa medida foi considerada pelos proprietários rurais do entorno como autoritária e desrespeitosa, visto que consideram que sua adoção inviabilizaria completamente a manutenção da prática agrícola em suas propriedades.

¹⁰ As Zonas de Amortecimento são áreas externas às unidades de conservação, identificadas como estratégicas para a conservação do ecossistema protegido, seja por seus aspectos biofísicos ou econômicos. Uma vez delimitada, para que se ative sua função de amortecer os impactos externos na área protegida, a mesma deverá ser manejada de acordo com princípios biofísicos, socioeconômicos e de gestão (VILHENA, 2002, p.42).

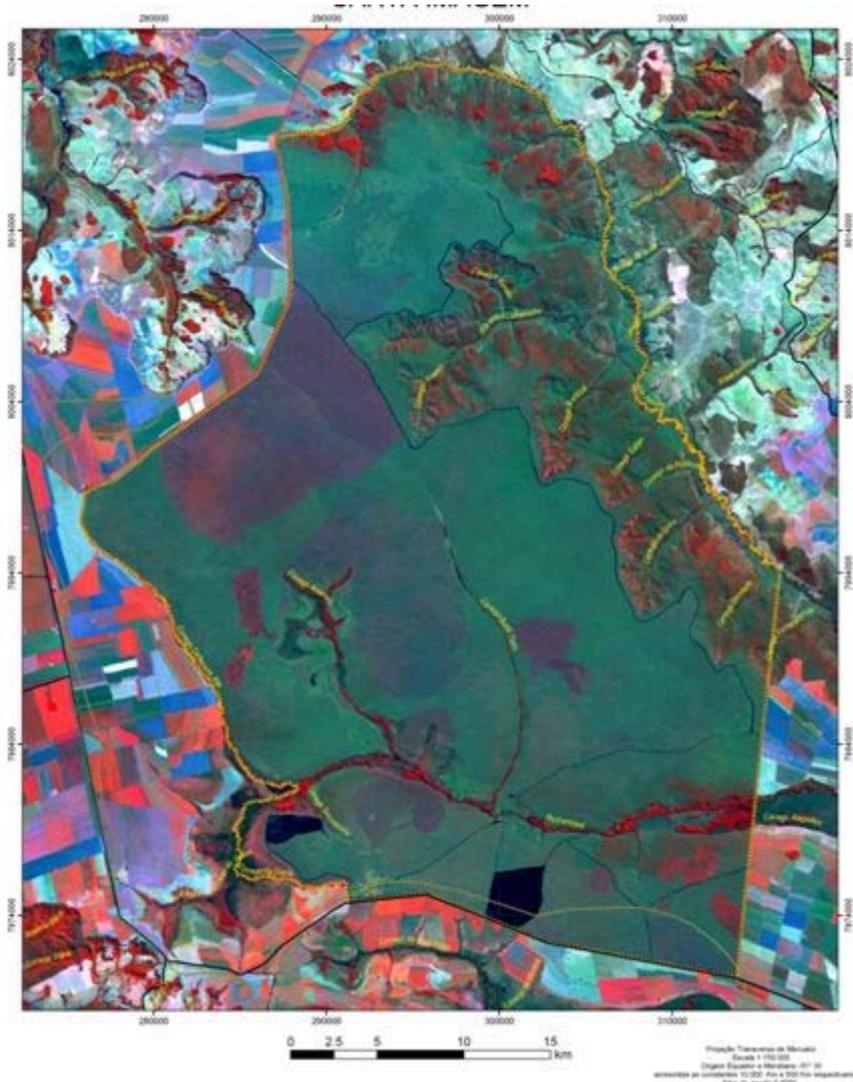


FIGURA 10 – O entorno do Parque Nacional das Emas. Imagem de Satélite Landsat 7 2002. Fonte: IBAMA (2004).

A partir desse impasse, iniciou-se um longo e conflituoso processo de discussão, transcendendo os limites das cercas entre o PNE e as propriedades para mobilizar os escritórios centrais do IBAMA em Brasília e as esferas judiciais. Este contexto, pontuado pelo conflito entre ambientalistas, a administração da unidade de conservação, produtores rurais e população local sobre os significados e forma de utilização do espaço do entorno do Parque Nacional das Emas, que irá se deter o presente estudo.



FIGURA 11 – Plantação de milho em propriedade limítrofe ao PNE, que pode ser visualizado ao fundo (abril/2007 – Fotografia da autora).



FIGURA 12 – Bando de emas atravessando a estrada que separa o PNE de propriedade rural (abril/2007 – Fotografia da autora).

3 CONHECIMENTOS E PRÁTICAS EM DISPUTA: COMPREENDENDO TEORICAMENTE A DIVERSIDADE

A partir do exposto no capítulo anterior, percebe-se que no Parque Nacional das Emas e em seu entorno configura-se uma situação na qual diferentes grupos sociais – que possuem diferentes lógicas de apropriação do mundo – encontram-se constrangidos em um espaço comum, deflagrando uma disputa em torno da lógica a ser priorizada.

Esse impasse resulta da constatação de que o meio ambiente não é um ente uno, externo às relações sociais, mas atravessado por sentidos socioculturais e interesses diferenciados. E, portanto, no processo de sua reprodução os grupos sociais se confrontam, em determinados momentos, a diferentes projetos de uso e significação de seus recursos ambientais. Vista por esta perspectiva, a questão ambiental é intrinsecamente conflitiva, embora este caráter nem sempre seja reconhecido no debate público (ACSELRAD, 2004).

Contudo, como compreender, no escopo de uma análise teórica, a diferença de significados e interesses sobre o mesmo espaço? Qual a vinculação entre esses dois componentes do uso e ocupação do meio? Por que há essas distinções, e como se manifestam nas práticas sociais dos grupos?

Para elucidar tais questionamentos foi considerada adequada a articulação entre dois referenciais analíticos: o arcabouço teórico-metodológico das *representações sociais* e a contribuição das pesquisas no campo de estudos sobre *conflitos ambientais*. O primeiro oferece subsídios para a investigação de como os grupos sociais entendem e praticam – isto é, representam – o meio, e como essas representações atuam como guias para a ação. A partir do segundo compreende-se como as interpretações sobre os objetos de representação podem ser mobilizadas na disputa pela definição dos problemas sociais, além de analisar-se o espaço simbólico onde se desenvolvem os conflitos por modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território.

Assim, a primeira seção deste capítulo versará sobre o percurso teórico, os pressupostos e fundamentos do conjunto teórico-metodológico das representações sociais, assim como sobre os principais elementos para a análise da região do Parque Nacional das Emas e seu entorno sob essa perspectiva. Na segunda seção serão encontrados os conceitos-chave, pressupostos e fundamentos das pesquisas sobre

conflitos ambientais e como essa corrente teórica se coaduna com a análise das representações.

Finalmente, na terceira seção deste capítulo será apresentada a pesquisa de campo realizada como subsídio empírico para a análise da problemática abordada no presente estudo. Nesta, serão encontradas então a descrição do trabalho de campo, os métodos empregados, bem como as etapas utilizadas para a análise do material obtido durante a pesquisa no Parque Nacional das Emas e nos cinco municípios de seu entorno.

3.1 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: DIFERENTES OLHARES SOBRE O MUNDO

A opinião das outras pessoas vai se escorrendo delas, sorradeira, e se mescla aos tantos, mesmo sem a gente saber, com a maneira da idéia da gente!

(Riobaldo, em Grande Sertão: Veredas. GUIMARÃES ROSA, 2001. pg.478)

A noção de representação é considerada uma “noção-chave” das ciências humanas (RUANO-BORBALAN, 1993), já tendo sido abordada e desenvolvida por diversas disciplinas, de acordo com seus pontos de vista e contextos: imagens mentais, representações sociais, visões de mundo, ideologia ou mentalidade são os conceitos que integram e traduzem as representações. Enquanto material de estudo, são consideradas consensualmente importantes, atravessando a história e as mais diferentes correntes de pensamento sobre o social.

A noção de representação é, portanto, bastante antiga. A filosofia a utilizou em sua pesquisa das condições e dos métodos do conhecimento, a epistemologia, e na análise da arte, a estética. Emmanuel Kant (1724-1804) considerou que os objetos que conhecemos não são senão as representações que deles fazemos, e, em última instância, conhecer a realidade em si mesma é impossível. Nosso conhecimento seria o produto de *categorias mentais*: o espaço tridimensional, a existência de uma linearidade na passagem do tempo, a lógica formal. Kant generalizou a idéia de que para conhecer, é necessário se interessar pelo objeto de estudo e pelo ser humano que o estuda (RUANO-BORBALAN, 1993).

As ciências humanas e sociais, nascidas ao curso dos séculos XVIII e XIX, desde o início se confrontaram com a questão das representações. As noções de mentalidade, de cultura e de ideologia foram desenvolvidas na história, na geografia, nas ciências políticas, na antropologia e na sociologia. No entanto, uma concepção comum atravessa as diversas disciplinas: um grupo, ou uma sociedade, desenvolve um sistema de representações complexo para interpretar seu ambiente e permitir sua vida interna. Esse sistema exerce uma função de coesão, permitindo aos membros do grupo a identificação no seio do corpo social. Este é formado, portanto, por categorias de pensamento que expressam a realidade e explicam-na, justificando-a ou questionando-a.

Na sociologia clássica, de acordo com Minayo (1995, p. 97), podem ser identificadas teorizações sobre a noção de representações sociais nas correntes de pensamento de Marx, Weber e, sobretudo, Durkheim. Segundo essa autora, na dialética marxista essa noção está presente essencialmente em “A Ideologia Alemã”, que poderia ser considerada como “uma explanação clássica do tema das representações sociais”. A categoria-chave, em Marx, para tratar do campo das idéias, é a *consciência*. Para ele, as representações, as idéias e os pensamentos são o conteúdo da consciência, que por sua vez é determinada pela base material. Seguindo essa linha de pensamento, essa perspectiva foi desenvolvida por Gramsci, que faz referência ao *senso comum* e ressalta três aspectos importantes das representações: são reveladoras de conformismos presentes nos diferentes grupos sociais, retirando a idéia de que o senso comum seja inerente à ignorância das massas; são dinâmicas e geradoras de mudanças; e, as considera uma combinação específica de idéias que povoam o universo de determinada época, contendo elementos de tradição e mudança (MINAYO, 1995).

Já para Max Weber, as concepções no campo das representações sociais são elaboradas através de termos como “idéias”, “espírito”, “mentalidade”, usados muitas vezes como sinônimos, sendo trabalhada de forma particular a noção de *visão de mundo*. Segundo Weber, as idéias (ou representações sociais) são juízos de valor que os indivíduos dotados de vontade possuem. Portanto, as concepções sobre o real têm uma dinâmica própria e podem apresentar tanta importância quanto a base material. Assim, Weber chama atenção, de um lado, “para a importância de se pesquisar as idéias como parte da realidade social e, de outro, para a necessidade de se compreender a que instâncias do social determinado fato deve sua dependência” (MINAYO, 1995, p.94). As idéias da fenomenologia aplicadas às ciências sociais foram elaboradas teoricamente, em particular, por Alfred Schütz. Para falar das representações sociais no

cotidiano, Schütz também utilizou o termo *sensu comum*, e considerou que, através dele, o ator social não só age como atribui significados portadores de relevância à sua ação, de acordo com sua história de vida e seu estoque de conhecimentos dado pela experiência de interação com os que o cercam.

Contudo, do ponto de vista sociológico, Émile Durkheim foi o primeiro autor que trabalhou explicitamente o conceito de representações. Utilizado sob a denominação de *representações coletivas*, o termo se refere a categorias de pensamento através das quais determinada sociedade elabora e expressa a sua realidade. Nessa abordagem, entende-se que essas categorias não são dadas *a priori* e não são universais na consciência, mas surgem ligadas aos fatos sociais, transformando-se, elas próprias, em fatos sociais passíveis de observação e de interpretação. Como tal, as representações teriam duas características essenciais: exterioridade em relação às consciências individuais; e ação coercitiva sobre as consciências individuais, ou seriam suscetíveis de exercer essa coerção.

As representações coletivas, diz Durkheim (1978 [1912], p.216),

são o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo; para fazê-las, uma multidão de espíritos diversos associaram, misturaram, combinaram, suas idéias e sentimentos; longas séries de gerações acumularam aqui sua experiência e saber.

A partir dessa gênese, entende-se que os indivíduos que compõem a sociedade seriam portadores e usuários das representações coletivas, mas estas não poderiam ser legitimamente reduzidas a algo como o conjunto das representações individuais (SÁ, 2004). Nesse caso, o todo não é a soma das partes, ou, dito de outra forma, o pensamento coletivo não é a soma dos pensamentos individuais.

Ruscheinsky (2003, p.85) considera que esse caráter de “estarem acima e serem anteriores à emergência da subjetividade individual”, designado às representações coletivas, resulta da concepção de Durkheim de que é a sociedade que molda os indivíduos. Nesse sentido, as representações são entendidas como as formas “como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que as afetam”. Para fundamentar sua teoria, Durkheim expõe que a sociedade moderna individualista integra-se por meio de pensamentos comuns (solidariedade orgânica) geradores de estabilidade entre os indivíduos e sua coletividade. Dessa forma, a abordagem durkheimiana caminharia para a sociedade consensual, ou seja, uma busca coletiva de equilíbrio, que se processaria também através das representações.

As representações coletivas, tal qual elaboradas por Durkheim, correspondem a uma sociedade rígida, institucionalizada, tendo sido formuladas com base nas relações das sociedades tradicionais do século XX. Tal concepção não se aplica, portanto, na fluidez e heterogeneidade da sociedade contemporânea. Contudo, essa formulação tornou-se um dos principais alicerces da reelaboração teórica da noção de representação desenvolvida por Serge Moscovici, que veio a consagrar a psicologia social como “domínio por excelência da análise das representações” (RUANO-BORBALAN, 1993, p.16).

Em *La psychanalyse – Son image et son public*, publicado em 1961 (a edição brasileira se chama “A Representação Social da Psicanálise”, e foi editada em 1978), Moscovici propõe uma nova abordagem para o estudo das representações, situando-as no limiar de uma série de conceitos sociológicos e psicológicos. Para Moscovici, as representações são fenômenos complexos que extrapolam categorias puramente lógicas e invariantes. Organizam-se como um saber acerca do real que se estrutura nas relações das pessoas com este mesmo real: “reconhecendo que as representações são ao mesmo tempo geradas e adquiridas, retira-se-lhes esse caráter preestabelecido, estático, que elas tinham numa visão clássica. Não são os substratos, mas as interações que contam” (MOSCOVICI, 1989, p.82).

De acordo com Spink (2004), a complexidade do fenômeno decorre da desconstrução, no nível teórico, da falsa dicotomia entre o individual e o coletivo e do pressuposto daí decorrente de que não basta apenas focá-lo no nível intra-individual (como o sujeito processa a informação) ou social (as ideologias, mitos e crenças que circulam em uma determinada sociedade). É necessário entender como o pensamento individual se enraíza no social – remetendo, portanto, às condições de sua produção – e como um e outro se modificam mutuamente.

Para explicitar a continuidade da elaboração teórica, mas demarcar a diferença de perspectiva em relação à abordagem durkheimiana, Moscovici então preferiu preservar o conceito de representação e substituir o termo “coletivo”, que Guareschi (1995) considera de conotação mais cultural, estática e positivista, pelo de “social”: daí a adoção do termo *representações sociais*. Ou, nas palavras do autor da formulação:

Para sintetizar: se, no sentido clássico, as representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de idéias e crenças (ciência, mito, religião, etc.), para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos e estão relacionados com um modo particular de compreender e se comunicar, um modo que cria tanto a realidade

como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo “social” em vez de “coletivo.” (MOSCOVICI, 2003, p.49).

Da concepção clássica, Moscovici incorpora a especificidade do pensamento social em relação ao pensamento individual. Mas não apenas das contribuições sociológicas de Durkheim se nutre a concepção de representações sociais de Moscovici. No campo da psicologia, Jean Piaget já havia teorizado em 1946 sobre o desenvolvimento do conhecimento infantil, apresentando a capacidade de representação como um processo de construção, imitação e utilização das imagens mentais. Sigmund Freud já havia demonstrado a importância de aspectos inconscientes, emocionais e afetivos, na formação e mobilização de símbolos. É na confluência entre esses três autores que Moscovici edifica a sua teoria.

De acordo com Jovchelovitch (1996, p.2-4), a idéia de fato social vai dar às representações sociais o “estatuto de concreticidade”, sua capacidade de circularem “quase que com vida própria”. O construtivismo de Piaget vai dar o suporte para a noção de que sujeitos sociais constroem significados e conhecimentos, como sujeitos ativos e produtores. E, a partir de Freud, Moscovici vai incorporar a idéia de que saberes sociais não são desprovidos de afetos, inconscientes na maioria dos casos, ou seja, “a dinâmica do inconsciente está presente na construção desses saberes”. Como consequência epistemológica fundamental, constata-se a quebra das barreiras entre as ciências humanas e sociais: não é possível conhecer o ser humano sem considerá-lo inserido em uma sociedade, em uma cultura, se apropriando e interagindo com um meio natural, em um momento histórico, e em dadas condições políticas e econômicas.

É neste meio teórico aberto por Moscovici (1978) que se inserem os elementos de análise dos quais se apropria o presente estudo. Pois, nessa perspectiva, o fenômeno das representações sociais está ligado aos processos sociais implicados com diferenças na sociedade, se articulando tanto com a vida coletiva, como com os processos de constituição simbólica nos quais sujeitos sociais lutam para dar sentido ao mundo, para entendê-lo e nele encontrar seu lugar, através de uma identidade social. De acordo com Jovchelovitch (1995, p.65), isso significa deixar claro como as representações sociais “estão necessariamente radicadas no espaço público e nos processos através dos quais o ser humano desenvolve uma identidade, cria símbolos e se abre para a diversidade de um mundo de Outros”. Isto é, o reconhecimento das representações sociais, em face de um conjunto de grupos sociais, propicia a descrição da pluralidade, observada através da elaboração dos discursos.

Ademais, as representações sociais assim entendidas atuam fundamentalmente como guias para a prática, isto é, elas orientam as ações e as relações sociais. São um sistema de pré-decodificação da realidade, que determina uma gama de antecipações e expectativas (ABRIC, 1994), ou, no dizer de Moscovici (2003), “transformam idéias em prática”. Portanto, o estudo das representações é bastante elucidativo em contextos em que as práticas de distintos grupos sociais estão na raiz de conflitos, visto que possibilitam a compreensão dos motivos das divergências e a antecipação dos comportamentos, bem como a disposição dos grupos ante certos objetos ou ações. Observa-se ainda que as representações traduzem também a relação de um grupo com um objeto socialmente valorizado, sobretudo na medida em que diferenciam um grupo de outro (MOSCOVICI, 1978, p.75). Tais aspectos contribuem para que o estudo das representações seja especialmente enriquecedor em contextos onde são identificados conflitos de idéias, valores e lógicas de apropriação do espaço por grupos sociais.

Importante frisar que as representações têm por principal finalidade tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade. Nessa dinâmica, os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas. Representar significa, então, trazer para o presente o que está ausente e apresentar o presente de tal modo que satisfaça as condições de uma coerência argumentativa, de uma racionalidade e da integridade normativa do grupo. “Conseqüentemente, o *status* dos fenômenos de representação social é o de um *status* simbólico” (MOSCOVICI, 2003, p.216).

Nessa familiarização, dois processos atuam tendo por base a memória e conclusões passadas: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem é um processo que transforma “algo estranho e perturbador, que nos intriga” em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que parece apropriada. Ancorar é, então, classificar e dar nome. De acordo com Moscovici (2003, p.61), “a neutralidade é proibida, pela lógica mesma do sistema, em que cada objeto e ser devem assumir um valor positivo ou negativo e assumir um determinado lugar em uma clara escala hierárquica”. O objetivo principal da ancoragem é facilitar a interpretação de características, e a compreensão de intenções e de motivos subjacentes às ações das pessoas, isto é, formar opiniões.

Já a objetivação é o processo em que se anseia descobrir a qualidade icônica de uma idéia, ou seja, reproduzir um conceito em uma imagem. O exemplo mais claro é a comparação de Deus com um pai, que transforma instantaneamente o que era invisível,

em visível em nossas mentes. É dessa soma de experiências e memórias comuns que são extraídas as imagens, linguagem e gestos necessários para superar o não-familiar, com suas conseqüentes ansiedades. Então, resume Moscovici (2003, p.78):

Ancoragem e objetivação são, pois, maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos que ele classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido.

Ainda sobre a caracterização das representações sociais tal como formuladas no campo teórico iniciado por Moscovici, interessa conhecer sua relevância na compreensão da dinâmica social. Essa pode ser expressa através da análise das funções admitidas para as representações sociais. De acordo com Abric (1994), essas funções podem ser sintetizadas em quatro aspectos: funções de saber, de identidade, de orientação e de justificativa.

Funções de saber porque as representações sociais permitem aos sujeitos e grupos sociais compreenderem e explicarem a realidade, em coerência com seu funcionamento cognitivo e com os valores a que aderem. *Funções de identidade* se referem à característica das representações sociais de funcionarem como uma proteção à especificidade dos grupos na medida em que os situa no campo social. Essa função das representações lhes coloca em um lugar primordial nos processos de comparação social. A *função de orientação* se manifesta quando as representações atuam como guias para os comportamentos e práticas. Disto resultam três fatores essenciais: a definição da finalidade da situação; a elaboração de um sistema de antecipações e expectativas, seleção e filtragem das informações, com conclusões definidas antes que a ação aconteça; e, a representação é prescritiva das práticas “obrigatórias”, definindo o que é lícito, tolerável ou inaceitável em um dado contexto social. Finalmente, as *funções de justificativa* das representações funcionam *a posteriori*, no sentido de justificar os comportamentos e tomadas de posição dos grupos e indivíduos em uma ação ou com relação aos seus parceiros (ABRIC, 1994, p.15-8).

A partir da compreensão dessas funções, pode-se depreender o valor heurístico da noção de representações sociais nessa perspectiva teórica. Entende-se aqui que a representação é informativa e explicativa da natureza dos laços sociais, intra e intergrupos, e da relação de seus indivíduos com o seu ambiente social. Por isso, ela é um elemento essencial à compreensão dos determinantes dos comportamentos e práticas

sociais. Por suas funções de elaboração de um senso comum, de construção de identidade social, por suas expectativas e pelas antecipações que gera, ela é entendida como a origem das práticas sociais. Ainda, por suas funções justificativas, adaptativas e de diferenciação social, ela é dependente das circunstâncias exteriores e das próprias práticas, isto é, é modulada ou induzida pelas práticas (ABRIC, 1994).

Para os objetivos dessa pesquisa, cabe ainda ressaltar que Moscovici considera coexistirem nas sociedades contemporâneas duas classes distintas de universos de pensamento: *universos reificados* e *universos consensuais*. Os universos reificados são aqueles em que se produzem e circulam o conhecimento científico, da tecnologia e das profissões especializadas, sendo, portanto, bastante circunscritos. Nas sociedades modernas, geralmente é nesse universo que surge o que há de novo, e a exposição a esse novo é que introduz a não-familiaridade ou a estranheza na sociedade mais ampla. Já aos universos consensuais correspondem as atividades intelectuais da interação social cotidiana, em que o novo é incorporado e re-significado, trazido para o senso comum. É nesse universo que se produzem as representações sociais. Quanto a esse fluxo entre os universos reificado e consensual, Moscovici diz: “a ciência era antes baseada no senso comum, e fazia o senso comum menos comum; mas agora o senso comum é a ciência tornada comum” (MOSCOVICI, 2003, p.60).

Nesse argumento, Moscovici resalta a dinâmica da sociedade atual, em que as informações circulam e mesmo em meios não especializados, ou leigos, as pessoas formulam opiniões sobre temas tão distantes como a transgenia, o aquecimento global, a AIDS e a conservação ambiental, para citar alguns exemplos. Assim, as representações sociais são entendidas fundamentalmente como um fenômeno contemporâneo, vinculado às diferenças na sociedade, mostrando que, sob outras condições de vida social, a forma de criação coletiva pode também ser diferente.

Concluindo, Jovchelovitch (1995, p.80) afirma que:

as representações sociais são uma estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um mundo que, embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente.[...] Dessa forma, elas não apenas surgem através de mediações sociais, mas tornam-se, elas próprias, mediações sociais. E enquanto mediação social elas expressam por excelência o espaço do sujeito na sua relação com a alteridade, lutando para interpretar, entender e construir o mundo.

Esse caráter das representações sociais parece especialmente importante para o contexto em que se detém esse estudo. A área do Parque Nacional das Emas e seu entorno oferece uma multiplicidade de mundos a serem construídos. No entanto, essa

deve ser uma construção comum a grupos cujas trajetórias, valores e interesses divergem substancialmente. As representações sociais desses grupos veiculam essas divergências e contribuem para que as respectivas atitudes e disposições aos objetos em comum sejam reelaboradas, podendo mitigar ou reforçar as divergências existentes. Contudo, não é sem conflitos que se dá essa mediação. E para aprimorar a compreensão desses conflitos se faz necessário o estudo da corrente teórica que será exposta a seguir, cujo foco são os conflitos ambientais.

3.2 OS CONFLITOS AMBIENTAIS: DIFERENTES DESEJOS PARA O MUNDO

Situações como a do entorno do Parque Nacional das Emas, assim como inúmeras outras cuja propagação tem sido cada vez mais evidentemente veiculada, demonstram como o meio ambiente pode ser deslocado para o centro dos conflitos sociais, ou, mais propriamente, como o uso e apropriação dos elementos naturais podem tornar-se o cerne de disputas entre grupos sociais. Como vimos, tais usos e apropriações estão vinculados a um sistema simbólico de valores, crenças e saberes que norteiam como se entende e o que se quer para o mundo ao seu redor.

A partir dessa perspectiva, surge uma demanda por análises teóricas capazes de articular as interfaces entre o “social” e o “natural”. Essa demanda está intimamente relacionada com a proeminência da questão ambiental¹¹ no debate público, expressa de forma mais contundente a partir da década de 1970. Hannigan (1997, p.15) considera como marco o movimento *Earth Day 1970*, que reuniu milhões de participantes e, à época, foi interpretado como o “dia primeiro” do ambientalismo. De acordo com este autor, a partir dessa “inauguração do decênio ambiental”, os sociólogos se depararam com a circunstância de “não ter nenhum corpo teórico ou investigação para os guiar no sentido de uma interpretação particularizada da relação entre a sociedade e a natureza”.

Apesar de cada um dos três principais pioneiros sociológicos clássicos – Durkheim, Marx e Weber – terem indiscutivelmente tido uma dimensão ambiental no seu trabalho, esta nunca foi realçada. Mattedi (2003) analisa que a preocupação dos

¹¹ A configuração do ambiente como uma verdadeira “questão” já subentende a consideração não apenas dos problemas ambientais decorrentes da intensificação do modelo urbano-industrial de desenvolvimento, mas também o debate político e institucionalizado acerca desses problemas (GERHARDT e ALMEIDA, 2005).

sociólogos clássicos com a relação sociedade/natureza limitava-se ao modo como as sociedades tradicionais haviam sido controladas pelo ambiente, em contraposição com as sociedades modernas, que conseguiram superar essas barreiras. Assim, considera que as teorias sociais do século XIX e também suas versões modificadas do século XX, representaram a natureza como algo dado, e, portanto, que se contrapõe à sociedade.

Com a emergência da problemática ambiental e a conseqüente expectativa por interpretações sociológicas, considera-se que houve uma renovação no debate sociológico nas últimas décadas, enxergando o que Mattedi (2003) chama uma guinada ambiental na sociologia. Segundo este autor, os problemas ambientais se converteram em um componente essencial da dinâmica de reprodução social, econômica e política, ampliando os horizontes da análise sociológica. Para abarcar essas novas perspectivas de análise, a reformulação teórica necessária à sociologia “abrange também a redefinição dos marcos de referência que definem os próprios contornos do objeto de estudo: a capacidade da sociedade moderna de agir sobre si mesma” (MATTEDI, 2003, p.03).

Continuando sua análise, este autor argumenta que os procedimentos empregados para a caracterização das relações sociedade/natureza suscitaram muitas controvérsias, permitindo a diferenciação de duas estratégias predominantes de recepção epistemológica: o movimento de redefinição do estatuto disciplinar e o movimento de acomodação à tradição disciplinar. Como representantes do primeiro, estão os trabalhos dos sociólogos rurais norte-americanos Catton e Dunlap (1980), que ao final dos anos de 1970 defenderam a adoção do Novo Paradigma Ecológico (NPE). De acordo com Hannigan (1997), este novo paradigma constitui uma analogia acadêmica ao pensamento dos “verdes” em geral, pleiteando uma abordagem menos antropocêntrica (centrada no ser humano) e mais ecocêntrica (os seres humanos são apenas mais uma das muitas espécies que habitam a Terra). As premissas que sustentam o NPE indicam que os seres humanos não podem ser vistos apenas como resultado de um processo social/cultural, mas também como um componente que modifica e é modificado pelo ambiente biofísico, ou seja, “o novo paradigma ambiental destaca a relação de dependência que existe entre as sociedades humanas e os ecossistemas. Dessa forma, procura-se reorientar a sociologia para uma perspectiva mais holística que conceba os processos sociais dentro do contexto da biosfera” (MATTEDI, 2003, p.06).

Em reação às implicações epistemológicas suscitadas pela tentativa de redefinição do campo disciplinar proposta por Catton e Dunlap, foi formulada durante a

década de 1980 e consolidada durante os anos de 1990 a segunda estratégia de recepção epistemológica. Esta reação, ainda de acordo com Mattedi (2003), caracteriza-se pela revisão das teorias sociológicas, visando extrair subsídios para a interpretação da problemática ambiental. A revisão seguiu em duas direções: o primeiro eixo compreende a retomada das compreensões de Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim para a análise dos diversos aspectos da questão ambiental. Entre os principais defensores dessa perspectiva estão Frederick Buttel e o programa empreendido pelo que se convencionou chamar de “marxismo ambiental”. Já o segundo eixo de interpretação caracteriza-se pela tentativa de subordinar a análise dos problemas ambientais às estratégias convencionais de abordagem empregadas para o entendimento de outros problemas sociológicos. Este eixo de interpretação agrupa muitas matizes, como por exemplo os conceitos de “risco”, de “sociedade de risco” e de “modernização ecológica”, mas considera-se que quem melhor conseguiu sistematizar essa posição epistemológica foi a síntese construcionista formulada por John A. Hannigan.

Hannigan (1997) considera que o principal caráter de uma análise construcionista é a preocupação com a forma como as pessoas determinam o significado do seu mundo, e, portanto, no que diz respeito à questão ambiental, sua análise consiste em demonstrar que os problemas ambientais não existem por si mesmo, mas constituem o resultado de um processo de construção social multifacetado. Assim, afirma que:

Contrariamente a grande parte da literatura sociológica existente, a formulação social não aceita sem críticas a existência de uma crise ambiental trazida de cima pelo crescimento desenfreado da população, sobreprodução, novas tecnologias perigosas, etc. Em vez disso, centra-se nos processos sociais, políticos e culturais através dos quais as condições ambientais são definidas como inaceitavelmente arriscadas e, portanto, litigáveis. [...] Os debates ambientais refletem a existência não só de uma ausência de certezas [...], mas antes a existência de *certezas contraditórias*: diversos conjuntos divergentes e mutuamente irreconciliáveis de convicções sobre os problemas ambientais com que nos defrontamos e as soluções que temos ao nosso dispor (HANNIGAN, 1997, p.45, grifos no original).

Dessa forma, em vez de caracterizar os problemas ambientais como entidades permanentes, são representados como visões fluentes baseadas culturalmente e contestadas socialmente. Hannigan entende, portanto, que os problemas ambientais são semelhantes, em muitas formas, aos problemas sociais em geral. Contudo, destaca algumas diferenças importantes: os problemas ambientais, como o envenenamento por pesticidas e o aquecimento global, enquanto moralmente condenados, são ligados mais diretamente às descobertas e exigências científicas; e, além disso, embora sejam

identificados com agentes humanos, têm uma base física mais impositiva do que os problemas sociais que estão mais enraizados nos problemas sociais que se converteram em questões públicas (HANNIGAN, 1997, p.54-5).

No entanto, considera que a percepção destes problemas depende de um grande número de outros fatores, que se relacionam com a cultura e o conhecimento dos sujeitos sociais. Assim, a análise dos problemas ambientais trata do estudo dos dispositivos mediante os quais os processos de comunicação, processamento discursivo e orientação normativa formam e transformam o debate ambiental. Nessa perspectiva, de acordo com Mattedi (2003), as relações sociedade e natureza e os problemas ambientais a elas relacionados compreendem uma construção social que se exprime mediante uma variedade muito ampla de experiências negociadas, estendendo-se das formas de representação mítica até a científica. Portanto, a abordagem formulada por Hannigan propõe que as definições ambientais podem diferir igualmente ao longo das linhas étnicas e de classe, variando de acordo com as circunstâncias históricas e experiências de vida compartilhadas.

Tais aspectos da proposição teórica construcionista de Hannigan para os problemas ambientais vão justamente ao encontro da abordagem das representações sociais conforme apresentada, que enfatiza o poder de criação dessas representações e sua pluralidade entre os distintos grupos sociais. Ainda, para os objetivos dessa pesquisa, a abordagem construcionista de Hannigan é relevante devido ao fato de que, principalmente no sentido de deslocar o foco de investigação da “condição objetiva” dos assuntos públicos estudados para a dinâmica sociopolítica que envolve a mobilização da atenção e a compreensão pública desses assuntos, é pertinente ao estudo da definição dos conflitos ambientais tais como analisados por Fuks (2000; 2001).

Fuks, para entender os conflitos ambientais no Rio de Janeiro, compartilha da perspectiva construcionista de Hannigan e articula-a com o modelo de “sistema de arenas públicas”, de Hilgartner & Bosk (1988), formulando uma análise centrada na *dinâmica argumentativa dos conflitos sociais*, entendida como “espaço de elaboração e veiculação de versões alternativas a respeito de assuntos públicos” (FUKS, 2000, p.02).

Para tal, considera contribuições das pesquisas sobre definição de agenda, sociologia dos problemas sociais, movimentos sociais e psicologia social, e propõe que a vida política constitui-se como arena argumentativa, na qual os partidos políticos, a mídia, os grupos organizados e o poder público participam de um permanente processo de debate. Para o autor, esse processo emerge da disputa, situada em arenas específicas,

entre uma (virtual) pluralidade de versões, embora as condições diferenciadas de participação impliquem vantagens para certos atores e, no limite, o silêncio de outros. Considera, ainda, que a definição dos problemas ambientais seria uma clara demonstração deste processo.

Como elementos-chave para compreender a dinâmica argumentativa proposta por Fuks, cabe ressaltar que a abordagem empregada estabelece como foco de investigação os processos sociais responsáveis pela emergência de um novo assunto público e as disputas em torno de sua definição. Ainda, considera que a emergência de questões na agenda pública explica-se mais em termos da dinâmica social e política do que dos atributos intrínsecos dos assuntos em disputa, ou seja, da gravidade “objetiva” dos problemas em questão. Assim, o sucesso dessa emergência estaria relacionado com os recursos materiais, organizacionais e simbólicos disponíveis para determinado grupo. Além disso, o contexto cultural constitui outro elemento importante na dinâmica responsável pela ascensão de temas na esfera pública. Fuks (2000) argumenta que certos assuntos são favorecidos por sua associação com temas culturais e valores mais amplos e já sedimentados. Dessa forma, valores como “livre mercado”, “propriedade privada” e “progresso” delimitam a disputa em torno da definição de problemas. Portanto, “fatores ideológicos, associados a valores e tradições, estabelecem as condições de legitimidade dos assuntos públicos e sua caracterização” (FUKS, 2000, p.06).

No que diz respeito às arenas públicas de ação e debate, destaca-se que certas arenas serão mais propensas a acolher certos assuntos e certos atores. Como por exemplo, alguns setores de administração pública tendem a lidar com assuntos técnicos que interessam apenas a alguma comunidade específica, permanecendo ocultas à visão e pressão do público, enquanto outras arenas, com maior visibilidade (como por exemplo, a arena parlamentar), se tornam mais vulneráveis ao contexto externo. Ressalta-se também que a interação entre diferentes arenas constitui um aspecto central da própria dinâmica de evolução do debate público, sendo a estratégia daqueles que promovem um determinado assunto público intervir da forma mais ampla possível nesse sistema, reforçando sua presença em cada vez mais arenas específicas.

O conceito de sistema de arenas públicas sugere a saliência dos assuntos que nele circulam. Supõe-se, antes de tudo, a visibilidade das ações e dos debates a eles associados. No que diz respeito à questão ambiental, o meio ambiente pode ser entendido como o *assunto* a se consolidar nas arenas de controvérsia pública. Isso ocorre porque, nesta perspectiva, o meio ambiente como lugar de conflito é recodificado

por meio do sentido que ele passa a representar para diferentes atores. Fuks (2001, p.97) afirma que:

o meio ambiente como um bem universal e uniforme não existe no campo das relações sociais. Nem tampouco existe um sujeito universal preocupado com a proteção ambiental. Existem, sim, situações concretas, passíveis de se transformarem em mobilização de grupos sociais específicos, que contam com acervos definidos de recursos (simbólicos e organizacionais) e que falam a partir de percepções, valores, projetos necessidades e interesses pertinentes ao lugar que ocupam. Isso significa que esses grupos atribuem valores próprios, apresentam demandas específicas e elaboram as suas compreensões a respeito do meio ambiente.

Além de se situarem em um campo de disputa em torno de casos particulares, os conflitos constituem também um espaço relevante no processo de elaboração e circulação públicas de versões a respeito do assunto em questão. Nesse contexto, os conflitos ambientais são as *arenas específicas* em que emergem argumentos aptos a participar da disputa pela definição do meio ambiente como problema social. Isso significa que as versões elaboradas no contexto das disputas localizadas são, ao mesmo tempo, permeadas e contribuem para a constituição do quadro de referência mais amplo a partir do qual um determinado problema social é elaborado e tratado. Essas versões são alimentadas pelo que Fuks (2001) denomina *pacotes interpretativos*, que, nesta perspectiva, fornecem amplos repertórios de recursos retóricos para elaboração de relatos a respeito de eventos significativos.

Sobre tais pacotes interpretativos, Fuks (2001, p.125) afirma:

Organizados a partir de um universo constituído por idéias-chave, metáforas, frases de efeito e referências a princípios morais, os pacotes interpretativos servem como guias gerais de como pensar e o que fazer a respeito de um assunto público.

Assim definidos, este conceito e sua função analítica estariam bem próximos da noção de representações sociais, anteriormente apresentada. Portanto, nesse contexto, o autor considera que o simbólico e o ideológico são indissociáveis: “ao organizar símbolos, confere-se expressão pública a interesses, idéias e valores socialmente localizados” (FUKS, 2001, p.125).

O que torna então certa versão relevante no processo de definição de um problema social é a sua virtual universalidade, ou seja, a sua condição de candidata à adoção, por qualquer ator, nas arenas da ação e do debate público. Este aspecto também é ressaltado por Acselrad (2004, p.19) em sua problematização dos conflitos ambientais, ao afirmar que, nestes contextos, observa-se “uma busca pela universalização de causas parcelares através de valores compartilháveis que tornam os atos justificáveis”.

Entende-se então que é na esfera simbólica que se desenvolve a disputa de legitimidade dos discursos que buscam afirmar suas respectivas capacidades potenciais de operar tal universalização.

Ao assumir que a elaboração dos relatos ocorre em um contexto configurado pela dinâmica social local e pela presença de determinados recursos culturais, Fuks (2001) articula seu objeto de pesquisa com o campo da psicologia social. Essa referência a objetos de memória e valores culturais necessária à incorporação de temas e sua capacidade de mobilização no debate, vincula-se ao que é abordado por Moscovici (1978) nos processos de ancoragem e objetivação. Mais do que isso, em sua abordagem, Fuks (2000, p.14) considera que o contexto de controvérsia é a condição básica para que as opiniões e posições existam, mas que, no entanto, a controvérsia não precisa estar atualmente em curso, pois o *sensu comum* – “onde os atores vão buscar os recursos para os debates do presente” – constitui-se como depósito do conjunto de controvérsias sociais do passado.

Portanto, nota-se uma mesma orientação ao passado nos estudos de representações sociais e a respeito da definição dos assuntos públicos. Ainda, vale ressaltar que o autor afirma que nem todas as definições de assuntos públicos têm o mesmo impacto sobre o público: o apelo de cada pacote interpretativo depende da ressonância das idéias nele contidas com *temas culturais* mais abrangentes e consolidados. “Quanto maior for essa ressonância, mais *familiar* parecerá o pacote ao público, o que facilitará sua acolhida” (FUKS, 2000, p.14, grifo da autora). Dito de outra forma, e relacionando os dois campos teóricos abordados nesta dissertação, pode-se concluir que os esquemas argumentativos emergentes nas arenas dos conflitos ambientais mobilizam representações sociais, que, por sua vez, exercem pesada influência sobre como estes esquemas serão interpretados em determinados contextos, e com que apelo, interferindo na correlação de forças da disputa pela definição do meio ambiente como problema social.

Acserald (2004) compartilha dessa valorização da dimensão simbólica no estudo dos conflitos ambientais. Segundo este autor, as lutas por recursos ambientais são simultaneamente lutas por sentidos culturais.

[...] pois o meio ambiente é uma construção variável no tempo e no espaço, um recurso argumentativo a que atores sociais recorrem discursivamente através de estratégias de localização conceitual nas condições específicas da luta social por “mudança ambiental”, ou seja, pela afirmação de certos projetos em contextos de desigualdade sociopolítica. (ACSERALD, 2004, p.19).

Portanto, considera que investigar o espaço simbólico onde se desenvolvem os conflitos ambientais significa estabelecer as condições de instauração de *princípios de referência* evocados para legitimar acordos e regular conflitos que envolvam a noção de natureza e de meio ambiente. Tais princípios assim definidos também se inscrevem no conjunto de valores, temas culturais, pacotes interpretativos, em suma, representações, mobilizadas em arenas de conflito.

Nessa perspectiva, os conflitos ambientais devem ser analisados, portanto, simultaneamente nos espaços de apropriação material e simbólica dos recursos do território. Ambos são, então, considerados espaços onde se desenrolam disputas sociais em geral, onde o modo de distribuição de poder pode ser objeto de contestação. Ainda de acordo com Acselrad (2004), no primeiro espaço, desenvolvem-se as lutas sociais, econômicas e políticas pela apropriação dos diferentes tipos de capital, pela mudança ou conservação da estrutura de distribuição de poder. No segundo, que seria o espaço das representações, desenvolve-se uma luta simbólica para impor as categorias que legitimam ou deslegitimam a distribuição de poder sobre os distintos tipos de capital.

Deste modo, tendo em vista as abordagens dos autores apresentados, para os objetivos deste trabalho adota-se a seguinte definição para os conflitos ambientais:

Os conflitos ambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, ar, água, ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas dos outros grupos. O conflito pode derivar da disputa pela apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas, etc. Este conflito tem por arena unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo “acordo simbiótico” é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes (ACSELRAD, 2004, p.26).

Essa definição, transposta ao contexto do problema de pesquisa aqui analisado, aplica-se de forma bastante apropriada ao embate entre ambientalistas, administradores e proprietários do entorno do Parque Nacional das Emas. Neste embate, os grupos sociais envolvidos divergem quanto à lógica de utilização do espaço do entorno do Parque, ora destinado à conservação ambiental, ora à produção agrícola intensiva. A proposta de implementação da Zona de Amortecimento parte do pressuposto de que a prática agrícola gera impactos indesejáveis na fauna e na flora do parque, e por isso deve ser restringida. No entanto, a delimitação da Zona não é aceita pelos proprietários

do entorno porque, segundo eles, caso adotada inviabilizaria a manutenção das lavouras em suas propriedades. Portanto, rompe-se o “acordo simbiótico” necessário à convivência comum, deflagrando o litígio.

Adotando-se como ponto de partida esse referencial teórico, tornou-se possível a elaboração e execução da pesquisa de campo, para se conhecer as condições particulares das representações sociais envolvidas e mobilizadas, e o detalhamento do conflito ambiental na região. Sobre essa etapa da dissertação irá se deter a seção seguinte.

3.3 O PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa de campo desta dissertação teve como área de abrangência o Parque Nacional das Emas (PNE) e os cinco municípios de seu entorno (Mineiros, Chapadão do Céu e Serranópolis, em Goiás; Costa Rica, em Mato Grosso do Sul; e Alto Taquari, em Mato Grosso), e foi conduzida no período de meados de fevereiro a meados de abril de 2007.

Antes de apresentar os métodos empregados, cabe ressaltar que as representações sociais como referencial analítico e à maneira como aqui foram apresentadas encontram-se inerentemente vinculadas a procedimentos metodológicos, necessários para que possam ser acessadas, constituindo-se por esse motivo não apenas em um referencial teórico, mas em um arcabouço teórico-metodológico. Wagner (1995, p. 154) salienta que a decisão sobre o método, em uma investigação empírica, determina que aspecto do fenômeno pode aparecer como real, ou aparece como real. A decisão metodológica é, portanto, e necessariamente, também uma decisão ontológica “porque as coisas se mostram como realidade somente quando interagimos com elas”. Sendo assim, os métodos que nortearam a pesquisa de campo se fundamentaram nos pressupostos metodológicos desse referencial, que serão aqui apresentados.

De acordo com Spink (2004), a pesquisa sobre representações sociais, estando comprometida com situações sociais naturais e complexas – “requisito imprescindível para que sejam acessadas as condições de sua produção” – é necessariamente uma pesquisa qualitativa, entendendo-se por pesquisa qualitativa “uma tradição específica dentro das ciências sociais que depende essencialmente da observação de pessoas em

seus próprios territórios e da interação com estas pessoas através de sua própria linguagem e em seus termos” (SPINK, 2004, p.103).

Os instrumentos metodológicos nesta abordagem podem variar muito: desde entrevistas abertas ou semi-estruturadas, questionários abertos e fechados, observação participante, até escalas como as de “diferencial semântico”, desenhos e representações gráficas. À diversidade aparente, entretanto, Spink (2004) ressalta que se contrapõem algumas arenas de consenso, duas das quais especialmente relevantes, o que segundo a autora permite demarcar um território próprio ou, até mesmo, “definir um *in-group* e um *out-group* metodológico”. São elas: a ênfase nas condições de produção; e o uso de material espontâneo.

Quanto ao primeiro requisito, Spink (2004) argumenta que, sendo produto social, o conhecimento tem de ser remetido às condições sociais que o engendraram. Ou seja, só pode ser analisado tendo como contraponto o contexto social em que emerge, circula e se transforma. No que diz respeito ao segundo aspecto, entende-se que é o diálogo incessante entre os indivíduos dos distintos grupos sociais que se deve acessar, pois aí são elaboradas e circulam as representações sociais. Portanto, torna-se necessário o uso de material espontâneo, “seja ele induzido por questões, expresso livremente em entrevistas, ou já cristalizado em produções sociais, tais como livros, documentos, memórias, material iconográfico ou matérias de jornais e revistas” (SPINK, 2004, p.99).

Souza Filho (2004) aponta que se deve ter pelo menos um objeto de representação em relação ao qual um indivíduo ou grupo social possa interagir, e que uma primeira etapa de observação refere-se à reunião de material simbólico a respeito de um tema, pessoa ou objeto situado socialmente. Assim, procura-se estabelecer um primeiro contato com a realidade psicossocial que se deseja estudar, bem como analisar qual a melhor forma de expressão a ser usada para a (re)produção das representações sociais, e a situação mais adequada para fazê-lo, a fim de permitir uma validade maior (SOUZA FILHO, 2004, p.115-7).

Ainda, de acordo com Codol¹² (1988, *apud* LEME, 2004), cada indivíduo integra, se apropria, modifica e atualiza, em dado momento, as formas sociais das culturas e dos grupos em que está inserido. Assim, quaisquer que sejam as múltiplas mediações das representações sociais, no limite são sempre os indivíduos que as veiculam e exprimem, e, por isso, “é perfeitamente legítimo tentar captar os reflexos nas condutas individuais através da observação e interrogando as pessoas”.

¹² CODOL, J. P. Vingt ans de cognitio sociale. *Bulletin de Psychologie*, v.XLII, p.472-91. 1988.

Tendo essas considerações em vista, a pesquisa de campo foi dividida em duas etapas principais: uma primeira, que pode ser definida como exploratória, quando foram realizadas a identificação dos grupos sociais atuantes na área e seus principais representantes, assim como os melhores termos para expressão das representações sociais entre os grupos; e uma segunda etapa, em que foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os representantes dos grupos sociais identificados, visando-se apreender suas representações sociais sobre os objetos de análise e os conflitos ambientais existentes.

Na etapa referente à pesquisa exploratória, que durou aproximadamente 20 dias, podem ser apontados como principais procedimentos metodológicos a observação direta e registro em diário de campo, pesquisa documental, coleta de materiais impressos referentes aos temas de interesse – definidos como *agricultura, conservação e desenvolvimento no Cerrado* – e entrevistas abertas com informantes-chave.

Durante este período foram realizados levantamentos das principais associações, cooperativas e sindicatos presentes nos municípios do entorno e as primeiras visitas aos mesmos. Também, identificaram-se as propriedades rurais vizinhas ao PNE, quanto à localização e aos sistemas produtivos, e foram realizadas visitas à Prefeitura de Mineiros – cidade-pólo da área estudada – e a órgãos de extensão rural e defesa do meio ambiente no estado de Goiás. Foi realizada, também, observação direta em reuniões de comitês gestores e eventos promovidos pelas associações rurais locais, como “dias de campo”.

A partir de então, foi possível definir os principais grupos sociais atuantes no entorno do PNE, definidos, amplamente, como representantes do poder público, pesquisa e defesa do meio ambiente, produtores rurais, e população tradicional¹³. Foram frutos dessa etapa exploratória também a identificação dos principais termos que compõem o universo de referência dos grupos sobre *agricultura, conservação e desenvolvimento* e já alguns elementos para análise dos conflitos existentes na área.

Concluída essa etapa inicial de reconhecimento do campo, partiu-se para a apreensão das representações sociais dos grupos identificados sobre *conservação* – tendo sido este termo escolhido por sua procedência do universo reificado e atual incorporação no cotidiano do entorno do PNE –, verificação de suas implicações nas práticas sociais, e análise do conflito ambiental. Para tal, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas gravadas digitalmente com 51 agentes atuantes na área pesquisada,

¹³ A justificativa dos termos utilizados para designar cada um desses grupos sociais poderá ser encontrada na seção 4.2 desta dissertação.

incluindo lideranças políticas, rurais e comunitárias, além de pesquisadores, representantes do poder público e de organizações não-governamentais. Para escolha desses agentes, foram utilizados como critério a familiaridade dos mesmos com as questões relativas ao entorno do PNE (propriedade limítrofe à unidade de conservação, participação no conselho consultivo, atuação em órgãos de liderança e decisão) e a disponibilidade dos agentes em participar da pesquisa. A distribuição destes agentes entre os grupos sociais e as localidades estudadas poderá ser visualizada no QUADRO 1 a seguir. Complementares às entrevistas, também foram mantidos os registros em diário de campo e a observação direta.

O roteiro de entrevista utilizado, ajustado de acordo com os elementos provenientes da pesquisa exploratória, foi organizado em três momentos: o primeiro dedicado à breve caracterização sociodemográfica dos entrevistados; em seguida, termos indutores de associações livres vinculadas ao objeto de representação (*conservação*) e elementos considerados complementares (*agricultura e desenvolvimento*); finalmente, no terceiro bloco, questões abertas semi-estruturadas, que propunham temas a serem abordados pelos entrevistados (ver APÊNDICE A).

A organização do roteiro nestes três momentos teve como base as necessidades da pesquisa em representações sociais na abordagem apresentada. Sendo as representações sociais um conhecimento coletivo, torna-se essencial identificar o grupo que as veicula, situar seu conteúdo simbólico no espaço e no tempo, e relacioná-lo funcionalmente a um contexto intergrupar específico (BAUER, 1995). Portanto, foi com o intuito de apreender algumas características internas dos grupos sociais estudados que foram incluídas as questões relacionadas à caracterização sociodemográfica, assim como as vinculadas às trajetórias dos agentes entrevistados e sua identificação com o grupo. Moscovici (1978) aponta que a definição de um grupo provém de um feixe de pressupostos que confere peso diferencial a certo número de critérios, que podem incluir tanto critérios socioeconômicos (em sua pesquisa sobre psicanálise, utilizou classes médias, classe operária) como critérios profissionais (estudantes, profissionais liberais, também distintos por Moscovici, 1978). No entanto, ressalva que “isolar esses critérios é deveras difícil e sua sobreposição com o conteúdo cultural próprio de certos grupos e comum a outros torna imperfeita sua ordenação” (MOSCOVICI, 1978, p.74).

Grupo	Subgrupo	Detalhe	Localidade	Entrevistados
Poder Público	Federal	Ibama	PNE	Chefe da unidade; analista ambiental
	Estadual	Meio Ambiente	Costa Rica	Gerente IMMASul
		Extensão Rural	Mineiros	Supervisor Agência Rural; Extensionistas
			Costa Rica	Extensionista Agraer
	Municipal	Prefeitura	Alto Taquari	Extensionista Empaer
			Mineiros	Sec. Meio Ambiente; Sec. Relações Fundiárias
			Costa Rica	Sec. Meio Ambiente; Sec. Agric. e Desenvolvimento
			Chapadão	Sec. Desenvolv.;Sec. Saúde e Meio Amb.
			Serranópolis	Sec. Agricultura e Meio Ambiente
	Pesquisa e Defesa do Meio Ambiente	ONGs		Alto Taquari
Mineiros				Representantes Oréades; Presidente FEmas
Serranópolis				Presidente Soc. Ecol. Serranópolis
Universidade			BH	Representante Inst. Physis
Produtores Rurais	Org. Rural	Sind Rural	Mineiros	Presidente
			Costa Rica	Presidente
			Chapadão	Presidente
			Serranópolis	Presidente
			Alto Taquari	Presidente
	Cooperativa		Mineiros	Presidente
			Costa Rica	Gerente
			Chapadão	Tesoureiro
	Produtores	Empresariais	Mineiros	Gerente
			Chapadão	Tesoureiro
Serranópolis			Gerente	
	Familiars		Mineiros	Proprietários do entorno PNE; Proprietários pioneiros
			Chapadão	Proprietários entorno PNE
Pop. Tradicional	Quilombolas		Mineiros	Proprietário pioneiro
			Serranópolis	Assentado; Goianos; Gaúcho
Outros informantes			Mineiros	Moradores
			Costa Rica	Planejamento Agrícola
			Chapadão	Fundador Chapadão

QUADRO 1: Distribuição dos agentes entrevistados por grupo e localidade
Fonte: Elaborado pela autora (FLEURY, 2008)

A etapa do roteiro referente à associação livre de palavras ao objeto de representação (conservação) e aos temas complementares (agricultura e desenvolvimento) foi incluída levando-se em conta as recomendações de Abric (1994, p.65-7), que considera que a associação livre é uma técnica majoritária para o reconhecimento dos elementos constitutivos do conteúdo de uma representação, por reduzir a dificuldade ou os limites da expressão discursiva. Essa técnica consiste em, a partir de uma palavra indutora (ou de uma série de palavras), pedir ao agente entrevistado dizer todas as palavras, termos ou expressões que lhe vêm à mente. O caráter espontâneo – e portanto menos controlado – e a dimensão projetiva dessa técnica permitem acessar os elementos que constituem o universo semântico do objeto estudado. Ainda, podem funcionar como um “aquecimento” ou preparação à entrevista em seguida, configurando uma oportunidade para o entrevistado se manifestar sobre o objeto de representação e os temas abordados em seus próprios termos, antes que as questões sugeridas possam atuar de forma diretiva.

Finalmente, quanto às questões norteadoras do roteiro da entrevista semi-estruturada, estas foram definidas de forma que pudessem favorecer a expressão das três dimensões que Moscovici (1978) considera constitutivas das representações sociais: a dimensão da *informação*, a dimensão da *atitude*, e o *campo representacional*. A informação relaciona-se com a organização dos conhecimentos que um grupo possui a respeito de um objeto social – no caso desta pesquisa, a conservação ambiental. A atitude logra destacar a orientação global em relação ao objeto da representação social, e depende também do contexto onde o objeto é apreendido, podendo ser então favorável ou desfavorável. A dimensão designada pela expressão “campo representacional” remete à idéia de imagem, de modelo social, ao conteúdo concreto e limitado das proposições atinentes a um aspecto preciso do objeto da representação. De acordo com Moscovici (1978, p.67-71), a amplitude deste campo e os pontos que lhe dão orientação variam e englobam tanto juízos formulados sobre o objeto representado, quanto as asserções sobre o mesmo ou a tipologia das pessoas que se supõe lhe fazerem uso. Entende-se que considerar as três dimensões – informação, campo de representação, atitude – de determinada representação social pode fornecer uma panorâmica do seu conteúdo e do seu sentido, e daí a validade desta abordagem (MOSCOVICI, 1978, p.71). A organização das propostas de questões do roteiro da entrevista de acordo com essas dimensões pode ser encontrada no APÊNDICE A.

Ainda sobre a realização das entrevistas, é pertinente um comentário sobre os aspectos éticos envolvidos na aplicação desta técnica. Entende-se que a entrevista é sempre uma relação social, uma situação de interlocução e um protocolo de pesquisa (GHIGLIONE; MATALON, 1997), e que, portanto, demanda a atenção a alguns princípios para que ocorra de forma a respeitar adequadamente os sujeitos envolvidos. Nesse sentido, em consonância com os aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, preconizados na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 1996), foram asseguradas aos participantes da pesquisa informações sobre o objeto da investigação e os métodos empregados, o anonimato, a privacidade e a liberdade para desistir da participação em qualquer momento, sem que haja qualquer constrangimento, estando estas informações também sumarizadas no termo de consentimento livre e esclarecido (ver APÊNDICE B).

Contudo, o uso desse termo mostrou-se problemático em algumas circunstâncias, quando os agentes entrevistados se demonstraram incomodados com a necessidade de assinatura do mesmo, ou quando estes não eram plenamente alfabetizados, inviabilizando completamente sua utilização. Portanto, após constatadas as limitações do uso do termo no contexto da área de estudo, sua aplicação foi suspensa, sendo substituída por um comunicado oral, abordando os tópicos presentes no termo e registrado em gravação. Sobre esta questão, Guerriero (2008), em sua *Síntese das reflexões da reunião sobre ética em pesquisa qualitativa em Saúde*, considera que as estratégias para obter os dados em pesquisa qualitativa podem ir se modificando de acordo com a perspectiva dos participantes e o andamento da mesma, e que o consentimento livre e esclarecido do participante da pesquisa é fundamental, “mas é importante que respeite o padrão cultural dos pesquisados e seja obtido nos moldes negociados entre pesquisador e pesquisado(s), sem que seja necessariamente por escrito”, respaldando, portanto, essa adequação metodológica.

Para a análise dos dados obtidos em campo, primeiramente mostrou-se necessária a transcrição *ipsis litteris* das entrevistas. Este procedimento foi adotado para 39 das 51 entrevistas realizadas, totalizando cerca de 40 horas de entrevistas transcritas. As 12 entrevistas restantes, que não foram integralmente gravadas, foram ouvidas e transcritos apenas os trechos que apresentavam originalidade de conteúdo em relação às anteriores.

Em seguida, para análise das respostas obtidas a partir da técnica de associação livre, foi utilizado o software de análise de evocações EVOC 2000. Este programa

permite dois tipos de análise: análise lexicográfica e categorização por análise de conteúdo.

De acordo com Abric (1994), a produção obtida por associação livre é dificilmente interpretável *a priori*, sendo por isso o tratamento do material obtido extremamente importante. Para tal, sugere então uma abordagem que se constitui, em um primeiro tempo, em identificar e analisar o sistema de categorias utilizado pelos agentes entrevistados, permitindo delimitar o conteúdo próprio da representação, e, depois, analisar os elementos organizatórios do conteúdo. Como indicadores, podem ser utilizados a frequência de evocação do item na população e sua ordem de aparição na associação (definida pela ordem média calculada sobre o conjunto da população). A congruência destes dois critérios (frequência e ordem de evocação), apontada a partir da aplicação de ferramentas do software EVOC2000 (ver exemplo APÊNDICE D), constitui um indicador da centralidade do elemento evocado na organização da representação social¹⁴.

Não cabe aos objetivos desta dissertação a descrição da *organização interna* das representações sociais da conservação ambiental no entorno do PNE. Contudo, a análise das evocações, como técnica complementar às entrevistas para o reconhecimento do *conteúdo* dessas representações sociais, pode oferecer interessantes indicativos dos principais termos presentes nesse conteúdo, bem como já antever algumas distinções entre os grupos sociais. É com estes objetivos que a análise de evocações se integra ao contexto deste estudo, parecendo, portanto, bastante enriquecedora para apontar tendências e somar elementos à análise do conteúdo da representação social da conservação ambiental neste contexto.

Para realizar a sistematização e a análise das respostas relativas às questões abertas propostas durante a entrevista, foram realizadas codificações dos trechos, com auxílio do software NVivo 2.0. De acordo com Moscovici (1978, p.32), a codificação

¹⁴ O pressuposto que norteia a configuração deste programa é a Teoria do Núcleo Central de uma representação, tal qual formulada por Abric (1994) e colaboradores. Nesta teoria, pretende-se conhecer também a estrutura interna de uma representação, isto é, como o conteúdo de uma representação se hierarquiza internamente e como essa hierarquia afeta a relação entre os termos e o lugar que ocupam no sistema representacional. Entende-se que toda representação é organizada em torno de um núcleo central, constituído de um ou alguns elementos que fornecem à representação sua significação, e ao redor do qual se organizam os elementos periféricos, que constituem a parte mais acessível e mais concreta da representação (ABRIC, 1994, p.19-25). Para que seja determinada a estrutura interna assim entendida de uma representação em determinado grupo social, faz-se necessário um esforço amostral que possa dar conta de toda diversidade existente na população, além de um tratamento estatístico dos dados, resultando em uma recomendação de que, para uma aplicação efetiva dessa abordagem, se obtenha ao menos cem sujeitos entrevistados de cada grupo social analisado.

centrada no conteúdo deve ser orientada para os temas que se apresentam mais freqüentemente a respeito do problema em questão. Argumenta que a codificação é importante por nos autorizar a definir o vocabulário que exprime o problema analisado e ajudar a isolar e generalizar os discursos. É justamente a favorecer essa codificação que se propõe o programa NVivo. De acordo com Tavares dos Santos (2001, p.120), “o NVivo produz um ambiente informacional no qual se pode criar, gerenciar e explorar idéias e categorias, minimizando as rotinas de trabalho e maximizando a flexibilidade da análise, para descobrir novas idéias e desenvolvê-las”. Tal desenvolvimento pode ser feito investigando documentos, criando categorias e codificando textos; gerenciando e explorando idéias sobre as informações e importando e exportando dados para ligar com programas estatísticos e planilhas. As etapas de sistematização demandadas são, então, a construção de um referencial de codificação, em seguida a codificação de todos os materiais da amostra, isto é, no caso, as entrevistas, e estruturação e busca entre os trechos codificados para mapear ligações nos textos e buscar interfaces para análise.

No caso desta pesquisa, a transcrição de cada entrevista foi importada para a base de dados como um “documento”, ao qual foram relacionados, na nomenclatura do programa, “atributos” (características que se referem ao documento como um todo; no caso, idade, escolaridade, sexo, local de origem, grupo social e localidade onde foi realizada a entrevista). O referencial de codificação foi estruturado em “nós”, que, no ambiente do programa, são os espaços em que se armazenam os trechos codificados. A definição e construção de um nó já podem ser consideradas um componente da análise, visto que, para que sejam bem-sucedidas, é importante que já reflitam hipóteses e façam referências a categorias de análise. Os nós representam, portanto, um primeiro momento de junção entre as hipóteses e os dados empíricos. Alguns dos nós utilizados nesse trabalho, bem como a interface do programa, poderão ser visualizados na FIGURA 13 a seguir. A lista de todos os nós utilizados, seguidos de uma breve descrição dos mesmos, pode ser visualizada no APÊNDICE C ao final desta dissertação.

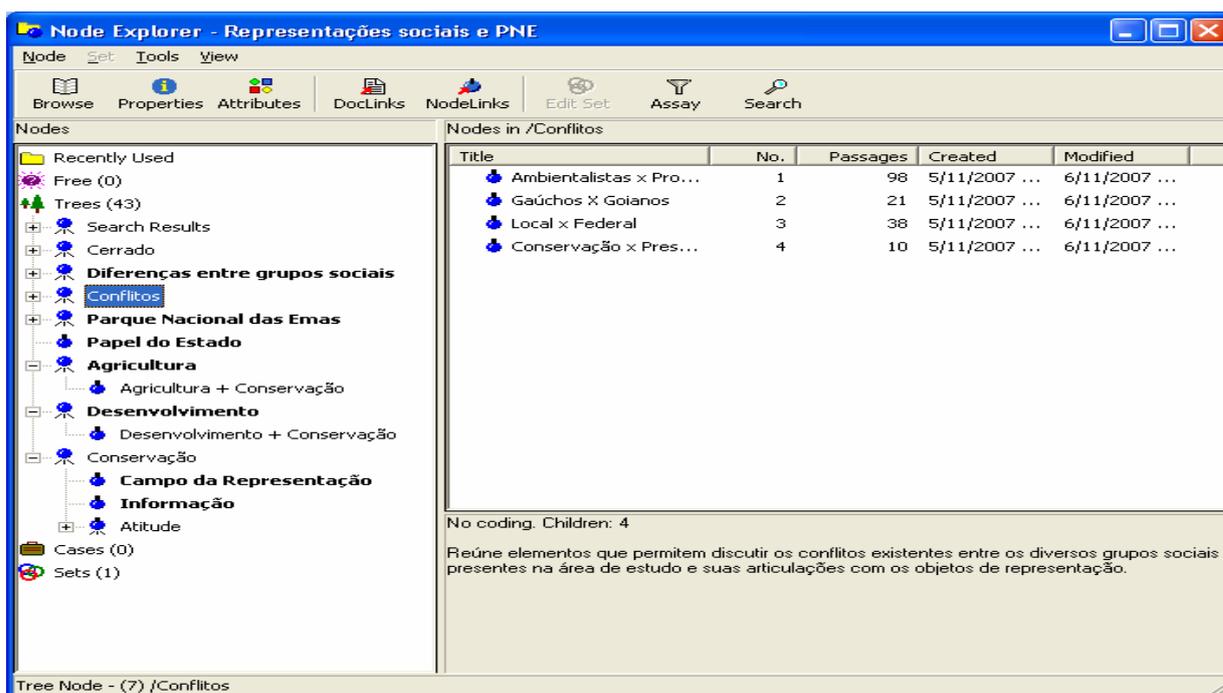


FIGURA 13 - Interface do programa NVivo 2.0, ilustrando alguns dos nós utilizados na codificação das entrevistas.

A partir dessa codificação, foi realizada uma análise qualitativa das entrevistas, buscando-se apreender os elementos do conteúdo das representações sociais dos grupos estudados sobre *conservação*, e os elementos de conflito ambiental presentes na área estudada. Também a partir da análise das entrevistas buscou-se uma maior compreensão do contexto estudado, as origens e características dos grupos sociais. Foram esses dados que subsidiaram a análise que será apresentada nos próximos capítulos.



FIGURA 14 – Bando de veado-campeiro (*Oryzoteros bezoarticus*) no interior do PNE (março/2007 – Fotografia da autora).



FIGURA 15 – “Dia de campo” promovido pela Associação dos Produtores de Grãos de Mineiros (APGM) (março/2007 – Fotografia da autora).

4 O ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DAS EMAS E OS GRUPOS SOCIAIS

Para se iniciar a análise das representações sociais e dos conflitos ambientais no entorno do Parque Nacional das Emas (PNE) considera-se pertinente proceder à apresentação das localidades onde foi realizada a pesquisa, a partir dos aspectos que, identificados já na pesquisa exploratória, começaram a delinear a análise dos resultados, a partir do contato com os municípios do entorno e os grupos sociais. Assim, são incluídos neste capítulo tanto uma caracterização desses municípios quanto impressões e informações sobre os contextos locais consideradas pertinentes ao entendimento das representações e dos conflitos observados.

Percebe-se que cada município possui uma questão local que contextualiza e recorta o debate sobre agricultura, conservação e desenvolvimento, e é também para estes aspectos que se pretende chamar atenção neste capítulo. Da mesma forma, na seqüência será apresentada uma caracterização dos grupos sociais estudados, identificados no entorno do PNE, visando um maior entendimento das situações sociais em que as representações circulam e são elaboradas, bem como antecipar elementos de conflito.

4.1 CONHECENDO A ÁREA DE ESTUDO

Como adiantado, são cinco os municípios que compõem o entorno do PNE, e que foram incluídos nessa pesquisa: Mineiros, Chapadão do Céu e Serranópolis, em Goiás; Costa Rica, no estado de Mato Grosso do Sul; e, Alto Taquari, em Mato Grosso. É sobre as características, peculiaridades e participação na pesquisa de cada um desses municípios que a presente seção irá se deter.

4.1.1 Mineiros (GO)

Berço das águas. Paraíso ecológico da humanidade
(Sítio eletrônico oficial do município, 2007)¹⁵.

O município de Mineiros possui área total de 9.067 km² – o que corresponde a 2,67% do estado de Goiás – e a sua população, de acordo com a contagem mais recente (IBGE, 2007), é de 45.169 habitantes. Tais aspectos, somados ao fato de ser a este município que pertence a maior parte das terras do PNE, fazem com que Mineiros se destaque dentre os municípios do entorno, sendo o maior e com maior número de habitantes. É em Mineiros que os habitantes dos municípios vizinhos encontram atendimento especializado em saúde e serviços, sendo considerado o principal centro urbano desta área. Sua localização geográfica está a 110 km da sede do PNE, a 420 km de Goiânia e a 620 km de Brasília (FIG. 16).

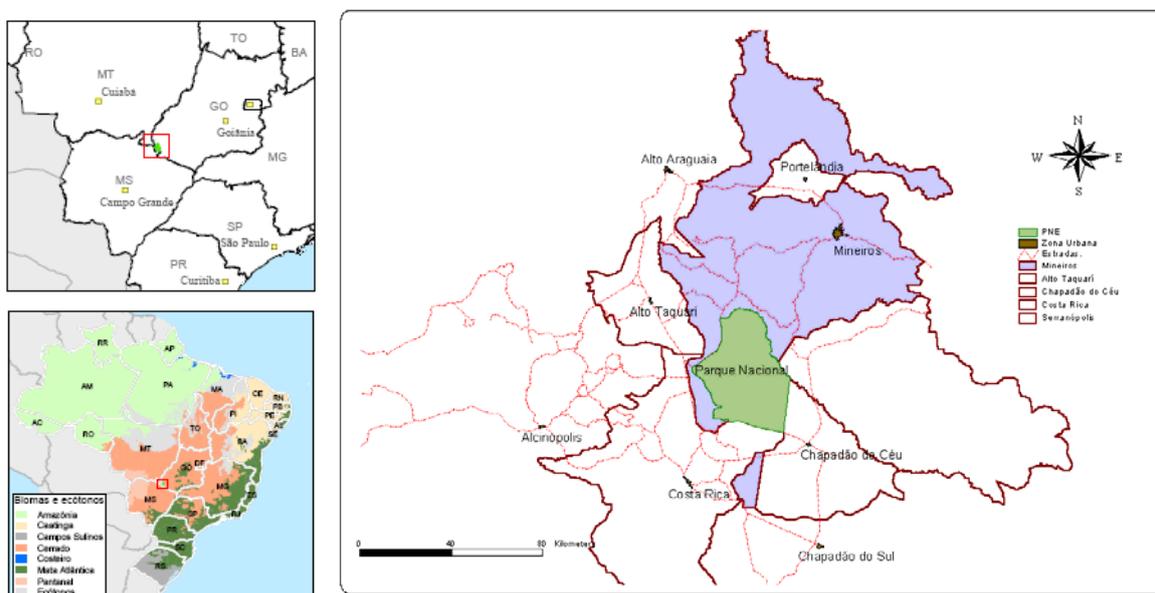


FIGURA 16 - Localização do município de Mineiros em relação ao PNE.

Fonte: IBAMA (2004) e Vilhena (2003), adaptado pela autora.

A história do município de Mineiros remonta ao ano de 1820, quando todo o sudoeste goiano foi elevado por decreto da Província de Goiás à Freguesia de Nossa

¹⁵Prefeitura de Mineiros. Disponível em <<http://www.mineiros.go.gov.br/>>. Acesso em 29 de março de 2008.

Senhora das Dores do Rio Verde, então esparsamente povoada por tropeiros vindos do Sertão da Farinha Seca, atual Triângulo Mineiro. De acordo com Feltran-Barbieri (2004), em 1862 suas terras passaram a compor a Freguesia de Jataí e, em 1891, foram denominadas “Distrito dos Mineiros”, época em que a mais antiga fazenda da região, Fazenda Flores do Rio Verde, foi dividida entre quatro fazendeiros de gado provenientes da região do Prata, em Minas Gerais. Portanto, considera-se que o nome “Mineiros” se refere à proveniência de seus primeiros habitantes, não sendo observada qualquer relação com a atividade mineradora.

Em 1905 o distrito se tornou município, firmando-se através da pecuária extensiva: a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 2000) assinala que, em 1920, Mineiros estava entre os dez maiores produtores de gado zebuino de todo o estado de Goiás, atingindo em seguida, na década de 1950, o oitavo lugar. Na década de 1970, continuou a expansão da produção pecuária, mas iniciaram-se, também, os primeiros cultivos de arroz, milho e soja sobre as chapadas. Embora estivesse incluído na confluência do Polocentro Rio Verde/Polocentro Caiapônia, a agricultura de *commodities* só teve notório desenvolvimento na década de 1980, com a migração de sulistas que formaram as “frentes de colonização espontânea” (FELTRAN-BARBIERI, 2004).

Atualmente, dos 906.700 hectares que constituem o total das terras do município, 160 mil são ocupados por lavouras temporárias de grãos e algodão. Em sua paisagem, ainda se nota a presença marcante da pecuária extensiva, de forma que cerca de 540 mil hectares são constituídos por pastagens, suportando um efetivo bovino de 321.879 cabeças (FELTRAN-BARBIERI, 2004). No entanto, pela infra-estrutura presente, é na área urbana deste município que se encontra a maior parte dos escritórios e residências dos produtores de grãos que possuem propriedades distribuídas por toda a área do entorno do PNE. Ainda, é nos arredores de Mineiros que se situa a Comunidade Quilombola do Cedro, que apesar de vincular-se estreitamente à cidade, possui história e dinâmicas próprias, que estão sintetizadas no tópico a seguir.

A localização geográfica de Mineiros em uma área divisora das Bacias Amazônica e do Prata, considerada também área de recarga do aquífero Guarani, faz com que a conservação ambiental da água tenha um forte apelo na região. Em vários momentos durante essa pesquisa, afirmou-se que “nenhum rio passa por Mineiros: os rios *nascem* aqui”, destacando a força dessa imagem entre os habitantes locais. É a esse aspecto, associado à proximidade com o PNE – desde 2001 elevado a Patrimônio

Natural da Humanidade –, que faz referência a divisa da Prefeitura citada na epígrafe dessa subseção, correntemente utilizada para apresentação do município ao público em geral, principalmente como forma de atrair o turismo ecológico para a região.

Nos últimos anos, o município tem passado por transformações em sua dinâmica, vinculadas sobretudo a dois eventos recentes: a instalação, em meados de 2006, de uma unidade de produção frigorífica do Grupo Marfrig¹⁶ e, em março de 2007 – durante o trabalho de campo dessa pesquisa – a inauguração de um complexo da Perdigão Agroindustrial¹⁷. Esses eventos, apresentados de acordo com o interlocutor ora como positivos, fomentadores de “desenvolvimento e progresso locais”, ora como temerosos, potenciais desestabilizadores da “tranquilidade do lugar”, somados aos patentes esforços da Prefeitura Municipal em angariar para o município também a instalação de uma usina de cana-de-açúcar, têm sido interpretados de forma generalizada pela população como a “chegada da agroindustrialização”, promovendo intensos debates.

Percebe-se que as alterações nas rotinas locais, como abertura de turnos de trabalho noturnos nas indústrias, geração de empregos, a perspectiva de atração de imigrantes considerados “mão-de-obra desqualificada”, e as possíveis implicações desse fluxo populacional – como capacidade de suporte do município em termos de habitação e saneamento, chegada de “desconhecidos” e incertezas com relação à segurança urbana –, contrapostas à perspectiva de aumento da receita municipal, investimentos e melhorias na infra-estrutura das rodovias e da cidade, têm resultado em um mote quase consensual entre os moradores mineienses, que pode ser resumido em: “desenvolvimento é bom, mas *assusta*”. Parece ser sob a luz desses acontecimentos e percepções que foram interpretadas a maioria das conversas e entrevistas sobre agricultura, conservação e desenvolvimento realizadas neste município.

¹⁶ Sobre a instalação do Grupo Marfrig em Mineiros, foi noticiado: “A unidade goiana do Frigoestrela, que pertencia ao deputado federal Vadão Gomes (PTB-SP), foi comprada por cerca de R\$ 50 milhões, segundo fontes do mercado. A indústria abate 1,2 mil cabeças de gado, mas poderá chegar a 1,8 mil cabeças. O abatedouro emprega 1,5 mil funcionários em Mineiros, no sudoeste do estado. O Marfrig exporta hoje para 80 países e atua no mercado interno com as marcas Montana Premium Beef, Bassi e Palatare” (MARFRIG adquire três novas fábricas [...], 2006).

¹⁷ De acordo com o diretor de Desenvolvimento de Negócios da Perdigão, Nelson Vas Hacklauer, a planta de Mineiros “deverá se tornar referência mundial na produção de aves. A unidade terá capacidade para processar 81 mil toneladas/ano de produtos à base de carne de aves pesadas, quando estiver operando a plena carga” e “será destinada ao abate e ao processamento de frangos, perus e Chester, contando com dois abatedouros, um incubatório, uma fábrica de ração e um centro de distribuição” (MINEIROS: Prepare-se!, 2004; UMA FÁBRICA DO FUTURO, 2007).

Cabe ainda acrescentar que, ao se remeter à história de Mineiros, grande parte dos informantes dessa pesquisa ressaltaram a atuação protagonista de um monge beneditino estadunidense, Dom Eric James Deitchman, que chegou ao município em 1965, permanecendo até o seu falecimento, em 1997. De acordo com os habitantes locais, tal qual ilustra o depoimento extraído de uma das entrevistas, “tudo de bom que se tem em Mineiros pode ser atribuído a alguma iniciativa desse padre, que, na minha opinião, foi a pessoa mais importante que já passou pela história de Mineiros” (representante do poder público). Vincula-se a Dom Eric desde o incentivo ao cultivo de soja nas chapadas via correção da acidez do solo à fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Mineiros, passando também por cooperativas de comercialização agrícola e clubes recreativos, como a sede do *Rotary Club International* da cidade.

Especial importância se atribui ao fato de D. Eric ser unanimemente reconhecido como um ambientalista, preocupado com a conservação do PNE e do Cerrado em geral, sendo o fundador e primeiro presidente da organização não-governamental local Fundação Emas. Criada em 1983, considera-se que esta ONG – que atualmente vem passando por sérios problemas administrativos – inaugurou o ambientalismo no município, tendo sido a partir dela que se constituiu a ONG Oréades Núcleo de Geoprocessamento. No período recente, a Oréades tem se tornado a referência em conservação no entorno por sua atuação em projetos no PNE e de regularização de Área de Proteção Permanente e Reserva Legal¹⁸ das propriedades rurais do entorno do Parque, além de manter vínculos e parcerias com outras organizações e instituições ambientalistas externas ao município, como a *Conservation International*, a Fundação Boticário, o Ministério do Meio Ambiente, entre outros.

Ainda no que se refere à realização desta pesquisa, o período transcorrido em Mineiros pode ser considerado “chave” na coleta de dados, tendo sido a partir de então que se estabeleceram importantes contatos e foi realizada grande parte das entrevistas (25 do total de 51). Foram entrevistados em Mineiros representantes do órgão de extensão rural de Goiás (Agência Rural), secretários municipais de Meio Ambiente e de

¹⁸ Área de Proteção Permanente (APP) e Reserva Legal (RL) são instrumentos normativos da legislação ambiental que regulam a manutenção de áreas de vegetação nativa em propriedades rurais. A APP inclui, entre outros, a vegetação adjacente às margens de rios e lagos, locais com inclinação acima de 45° e entorno de nascente. Já a RL se refere a um percentual da área total do imóvel rural, definido em lei e que varia de região para região conforme as suas características ecológicas peculiares, não podendo ser, via de regra, utilizado economicamente (BRASIL, 1965). No entorno do PNE, as propriedades situadas nos estados de GO e MS devem manter como RL 20% de sua área, enquanto às situadas em MT o percentual é de 35%.

Relações Fundiárias, representantes das ONGs ambientalistas locais (Oréades e Fundação Emas), presidente do Sindicato Rural, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais, presidente da Cooperativa de Crédito dos Trabalhadores Rurais de Mineiros (Credmin), presidente da Associação dos Produtores de Grãos de Mineiros (APGM), produtores rurais que possuem terras no entorno do PNE e possuem residência ou escritório no município, e representantes da Comunidade Quilombola do Cedro.



FIGURA 17 – Vista geral do município de Mineiros, GO. (fev./2007 – Fotografia da autora).



FIGURA 18 – Praça em Mineiros, com destaque para a profusão de caminhonetes no município (fev./2007 – Fotografia da autora).



FIGURA 19 (a) e (b) – Ilustrações da marcada presença gaúcha na dinâmica social de Mineiros-GO, exemplificada no comércio local (fev./2007 – Fotografia da autora).

A Comunidade Quilombola do Cedro

Conseqüência do fluxo migratório rumo ao estado de Goiás em meados do século XIX, a Comunidade Quilombola do Cedro tem como fundador o então escravo Francisco Antônio de Moraes, conhecido como “Chico Moleque”. À exceção da história da maioria das terras de quilombos, as propriedades onde hoje se situa a Comunidade tiveram a posse comprada por seu fundador, em 25 de abril de 1885. Segundo os relatos locais, 30 mil alqueires da Fazenda Flores do Rio Verde foram comprados por Chico Moleque ainda “antes deste comprar sua própria liberdade”. Hoje, contudo, grande parte dessas terras foi “tomada por coronéis” ou vendida.

Originalmente, 37 famílias se estabeleceram na região, tendo como meios de vida a agricultura de subsistência e o trabalho nas propriedades vizinhas. Este, a princípio, era realizado predominantemente por homens e de forma temporária, como boiadeiros, vaqueiros, meeiros ou lavradores de empreita, o que possibilitava o consórcio com o trabalho em suas próprias terras. A comunidade dedicava parte de sua produção ao autoconsumo e parte à comercialização, conferindo relativa autonomia ao sistema patronal (MOTA, 2006¹⁹). Contudo, a vida da comunidade também foi atingida pelas transformações produtivas ocasionadas a partir da década de 1970, decorrentes da chegada dos monocultivos de arroz e soja e do aparato tecnológico a eles relacionado. Não preparados para lidar com esses cultivos e as técnicas a eles requeridas, essas transformações, de acordo com o atual presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombolas do Povoado do Cedro, contribuíram para um processo de pauperização da Comunidade, assim como perda de qualidade de vida:

Porque todo mundo trabalhava na pecuária ou na roça, né? E num tinha a qualificação assim de pegar uma máquina. Aí chegaram, porque tinha a época certinha de trabalhar, eles [*os moradores mais antigos*] trabalhava o ano inteiro, eles batia o pasto, e depois de bater o pasto, vinha preparar o plantio, que era a roça, que era manual. Aí depois veio o trator, já batia o pasto que eles batia, depois o trator já fazia a roça que eles fazia, quer dizer, num teve vez pra eles mais. [...] Então o impacto foi muito grande, né? Que aí eles teve que viver dentro da rocinha deles. Aí plantava, vinha mantimento e tinha que vender um pouco. Então o cara chega numa hora que ele tem que vender pra comprar alguma coisa, nem que ele tenha que vender pra

¹⁹ MOTA, Roberta Carvalho. **Comunidades Tradicionais do Cerrado**: mapeamento da diversidade, meios de vida, desafios e conflitos. Mineiros (GO), 2006. 15 p. Não publicado.

comprar depois, mas pra poder consumir o mais necessário, né? (representante de população tradicional, Mineiros, GO).

Apesar dessas dificuldades, a comunidade persistiu, ainda que com a área reduzida em relação à original, mantendo também aspectos culturais como fortes laços de parentesco configurando as relações sociais, mutirões e almoços coletivos semanais, e um calendário festivo próprio, como a Festa da Nossa Senhora da Abadia, padroeira da comunidade, celebrada no dia 15 de agosto. Notória na região pelo uso e identificação de espécies nativas do Cerrado para fins terapêuticos, a Comunidade fundou um Centro Comunitário de Plantas Medicinais que se tornou referência para os habitantes de Mineiros, além de ser considerado uma atração turística do município.

A partir de dezembro de 2003, a Comunidade foi oficialmente reconhecida como remanescente de quilombo, recebendo o título da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir do governo federal. Esse reconhecimento não foi igualmente acolhido nem pretendido dentro da comunidade, sendo esta hoje bastante dividida quanto aos seus significados e implicações: enquanto algumas famílias o identificam como afirmativo dos direitos e história da Comunidade, outras o consideram uma porta de entrada para disputas internas de poder.

No que diz respeito ao PNE, os moradores da Comunidade aparentam ter um relacionamento bastante distanciado: apesar de os moradores mais antigos relatarem que antes deste ser unidade de conservação era utilizado como local de pernoite quando em condução de tropas de gado e servia de fonte de espécies vegetais para tratamento fitoterápico, atualmente a maior influência do parque no cotidiano do Cedro se dá indiretamente, pela atração de grupos conservacionistas interessados em implementar projetos socioambientais.



FIGURA 20 – A Comunidade Quilombola do Cedro: a) Vista da comunidade; b) Oficina de artesanato promovida pela ONG Oréades. (fev./2007 – Fotografias da autora).

4.1.2 Chapadão do Céu (GO)

Nascemos de um ideal e crescemos com a força da produção rural (Site eletrônico oficial do município, 2007)²⁰.

Com sua população de 5.289 habitantes (IBGE, 2007) e área total de 2.183,85 km², Chapadão do Céu é o município mais próximo ao PNE, estando localizado a 25 km da portaria sul da unidade de conservação. Situa-se a 483 km de Goiânia e a 691 km de Brasília.

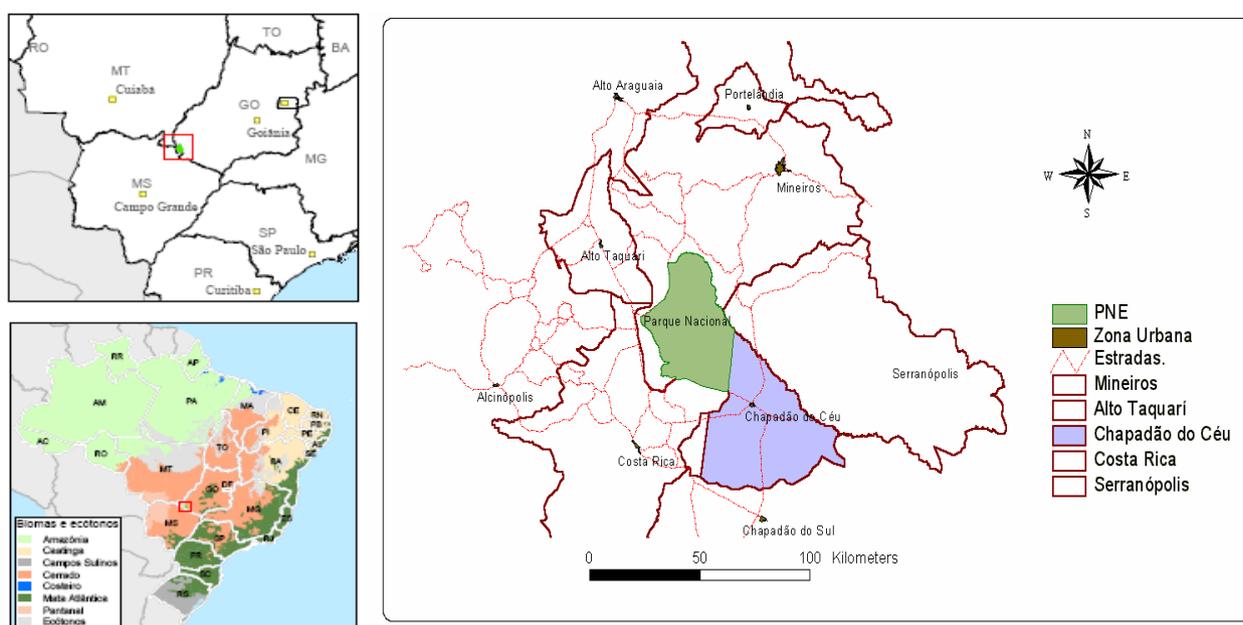


FIGURA 21 - Localização do município de Chapadão do Céu em relação ao PNE.

Fonte: Ibama (2004) e Vilhena (2003), adaptado pela autora.

Bastante diferente do observado em Mineiros, a história de Chapadão do Céu se confunde com a expansão da agricultura tecnicificada no Cerrado, tendo o município surgido, em grande parte, para atender as demandas dos imigrantes sulistas que começaram a produzir grãos em áreas de chapada, ao final da década de 1970. Em decorrência, o uso de tecnologias agrícolas de ponta e a perspectiva empreendedora são arraigados à história do município, de forma que “Chapadão do Céu nunca foi vila, já nasceu cidade” (filha do fundador do município), e “já nasceu sendo pensada para o futuro” (representante do poder público). É nesse sentido que a memória da formação

²⁰ Site Oficial do Município de Chapadão do Céu, GO. Disponível em <http://www.chapadaodoceu.go.gov.br/> . Acesso em 29 de março de 2008.

do município é constantemente resgatada, seja em conversas ou até em anúncios publicitários, consolidando valores bastante caros aos seus habitantes, tais como “pioneirismo”, “empreendedorismo” e a capacidade de “realização de sonhos”, ancorados pela agricultura. Essa postura encontra-se sintetizada na frase de cabeçalho da página eletrônica da prefeitura municipal, apresentada na epígrafe dessa subseção.

As terras em que hoje se situam o município pertenciam originalmente a Sra. Amélia Garcia Cunha, que delegou ao seu filho, Alberto Cunha, a administração, tendo este se mudado para a sede da fazenda Santa Amélia em 1947. Em meados da década de 1970, a Sra. Amélia decidiu dividir as terras dessa propriedade entre os seus nove netos, filhos de Alberto Cunha e Nadir Garcia Cunha, como relatado no trecho de entrevista a seguir:

O fundador da cidade, a mãe dele era dona de todas essas terras aqui, toda a área de Chapadão do Céu, das fazendas ao redor, do outro lado do Formoso, era tudo dela. E ela antes de falecer, ela decidiu que ela iria montar a herança dela para os netos, em vez de para os filhos, porque os filhos já estavam todos eles encaminhados na vida. Então ela, que criava gado, resolveu dividir todas essas áreas de Cerrado, *que não tinha nada*, entre os netos, e fez uma sistemática de divisão. Então, para você ver, as áreas próximas dos rios, ficaram para os herdeiros dela, os netos, uma área menor – para você ver o que é destino – e os netos que ficaram longe dos rios, no chapadão, eles ganharam áreas maiores, porque valia menos. Então, quando veio o *boom* da soja, esses ficaram nadando de braçada, nem trabalham hoje, vivem de arrendamento. Na época que fez a divisão, todo mundo concordou, quem tá perto dos rios tem que ganhar menos terra mesmo, quem tá longe tem que ganhar mais terra para compensar. (representante do poder público, Chapadão do Céu, grifos da autora).

Neste trecho, nota-se a capacidade transformadora da chegada da agricultura tecnificada, expressa tanto pela inversão de valores relativos às terras consideradas próprias para o cultivo agrícola, quanto por uma sinalização do Cerrado anterior a essa chegada como um vazio, onde “não tinha nada”.

O “*boom* da soja” a que se refere o entrevistado, que na região ocorreu ao final da década de 1970, encontrou em Chapadão do Céu solo propício para se expressar com todo o seu vigor: da abundância de chapadas planas à concepção do patriarca da família então proprietária das terras, Alberto Cunha, considerado o fundador da cidade, de que a área em que hoje se situa o município ainda era “um lugar a se fazer”, desempenhando um papel, nas palavras publicadas no sítio eletrônico do município, de “um anfitrião prestativo”.

A partir desse contexto, configurou-se no município então um processo de emancipação política e administrativa, consorciado aos sucessos da recente produção intensiva, resultando no que Cataia (2004²¹, *apud* FELTRAN-BARBIERI, 2004) analisa como “a tecnologia que faz brotar cidades”, isto é, uma dinâmica conduzida pela modernização agrícola nas fronteiras, que enseja exigências de novas regulações socioeconômicas, com necessária aproximação do poder público como viabilizador de políticas territoriais em defesa dos interesses localizados.

Esse período é vividamente descrito por uma das filhas de Alberto Cunha, ao afirmar que:

Gente, o começo era uma loucura, só soja, se falava “mar de soja”. E aí, assim, a questão da saca de soja é muito ligada ao dólar e então era engraçado, a gente fazia negócio com base em sacas de soja. Então, “ah, quero comprar esse sapato, quantas sacas de soja?”. A moeda era a saca de soja, assim, bem no começo, a moeda foi a saca de soja. Foi um barato. [...] aqui era o *boom* do desenvolvimento tecnológico, e era sempre um movimento de puxar as coisas, a irrigação, a eletrificação rural, tudo tendo sempre que provar, “olha a nossa produção, olha a nossa arrecadação”, foi tudo muito batalhado, essas coisas todas de infra-estrutura.

Foi, portanto, pautado na acelerada conversão das terras de Cerrado em produtivas plantações de soja, conduzida pelos recém-chegados imigrantes sulistas, e na reorganização política e social conseqüente, que em 1991 conquistou-se a emancipação política de Chapadão do Céu, até então pertencente ao município de Aporé, tendo o primeiro prefeito do município, o Sr. Alberto Cunha, tomado posse em janeiro de 1993.

Atualmente, Chapadão do Céu mantém o perfil agrícola, com 135.975 hectares plantados na safra de 2007, sendo a agricultura responsável por aproximadamente 70% da arrecadação local e 80% da movimentação financeira²², consolidando-a como um dos principais produtores de grãos de Goiás. Comparativamente aos demais municípios do estado, situa-se entre o 3º e 5º lugar em produção e entre o 1º e 3º em produtividade, além de possuir o maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Goiás, e segundo maior o IDH-M do Centro-Oeste, estando atrás apenas do índice de Brasília (PNUD, 2003).

Cabe destacar que desde meados de 2006 vem sendo debatida no município a implantação da Usina Porto das Águas, do Grupo Cerradinho Açúcar e Álcool S/A.

²¹ CATAIA, M. A. “Brasil 2002: fragmentação do território”. **Jornal da Unicamp** 17(239):6-7, 2004.

²² Dados divulgados pela Prefeitura Municipal, através do sítio eletrônico oficial do município. Site Oficial do Município de Chapadão do Céu, GO. Disponível em <<http://www.chapadaodoceu.go.gov.br/>> . Acesso em 29 de março de 2008.

Após visitas orientadas de um grupo composto por proprietários, vereadores, secretários e prefeito do município às unidades da Usina pertencentes ao Grupo no estado de São Paulo, o governo municipal tem se mostrado favorável a essa instalação, ainda que entre os moradores da cidade não haja consenso.

Em audiência pública para apresentação do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto do Meio Ambiente (EIA/RIMA) do empreendimento, realizada no anfiteatro da Câmara Municipal de Vereadores de Chapadão do Céu em abril de 2007, foi possível observar a insegurança da população quanto a possível alteração na dinâmica local. Mais contundentes do que os apelos quanto aos riscos ambientais e de segurança urbana, também manifestados na ocasião, a grande problemática apresentada por alguns participantes e amplamente acatada pelo público da audiência foi a possível substituição do cultivo da soja pela cana, principalmente devido aos melhores preços pagos pela usina para o arrendamento das propriedades.

Como argumento, destacou-se a importância do cultivo da soja para a configuração do município e para a história de grande parte de seus habitantes, caracterizando a sojicultura, mais do que como uma divisa considerável para a arrecadação do município, como um balizador das identidades sociais em Chapadão do Céu. Também em resposta a esse tipo de apelo foi publicada no jornal local entrevista com o Prefeito Municipal em que este afirma “não podemos fazer uma *guerra*, a cana de açúcar vai ajudar o grão e o grão vai ajudar a cana e o álcool” (CERRADINHO apresenta [...], 2007, grifo da autora), expressando o temor local quanto a uma possível sobreposição de cultivos. Esta pareceu ser, no momento da pesquisa de campo, a principal preocupação no município acerca dos enlaces entre agricultura e desenvolvimento na região.

Em relação à contribuição aos dados analisados nesta pesquisa, além das observações diretas, em Chapadão do Céu foram realizadas entrevistas com o Prefeito Municipal, com os responsáveis pelas secretarias de Desenvolvimento e Planejamento e Saúde e Meio Ambiente, com o presidente do Sindicato Rural, com o gerente da Cooperativa de Produtores Rurais de Chapadão do Céu (Coopacéu), com produtores rurais que possuem terras no entorno do PNE, e com uma das primeiras habitantes do município, pertencente à família considerada fundadora da cidade.



FIGURA 22 – Avenida central em Chapadão do Céu, GO (mar/2007 – Fotografia da autora).



FIGURA 23 – Esculturas em praça na entrada do município (mar/2007 – Fotografia da autora).



FIGURA 24 (a), (b) e (c) – Ilustrações da marcada presença da imigração sulista na dinâmica social também de Chapadão do Céu-GO, exemplificada no comércio local (fev./2007 – Fotografia da autora).

4.1.3 Serranópolis (GO)

“Patrimônio pré-histórico do Brasil”.
(Dizeres em sinalização rodoviária na entrada do município).

O município de Serranópolis conta com uma população de 7.333 habitantes (IBGE, 2007) e extensão de 5.526,47 km². Situa-se a 370 km de Goiânia e a 570 km de Brasília.

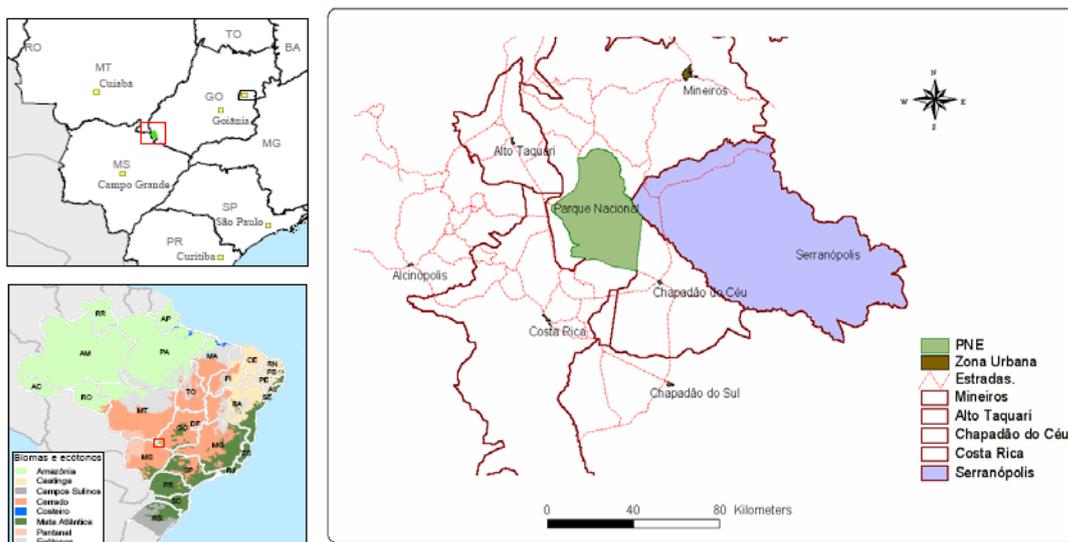


FIGURA 25 - Localização do município de Serranópolis em relação ao PNE.

Fonte: Ibama (2004) e Vilhena (2003), adaptado pela autora.

Dentre os municípios do entorno do PNE, este é o que possui registros de colonização mais antigos: são encontrados vestígios de populações humanas no município datados de até 11.000 anos antes do presente, configurando esta área como um dos principais patrimônios arqueológicos brasileiros (BARBOSA, 1984; 1990). Portanto, para se referir à história do município, podem ser distintos cinco grandes períodos de colonização, retomando em parte o descrito para o Cerrado como um todo, na seção 2.2 deste trabalho.

O primeiro registro em Serranópolis corresponde, então, à Fase Lítica Paranaíba, pertencente à Tradição Itaparica (11.000 – 9.000 anos A.P.), caracterizada por povos basicamente caçadores-coletores. De acordo com Barbosa (1984), durante essa fase, os grupos se reuniam em grutas em períodos de chuvas, onde efetuavam suas festas e registravam nas paredes das cavernas, através da pintura, os seus principais feitos, como os produtos da caça e suas crenças, dando origem às mais antigas pinturas rupestres

encontradas na região. Em Serranópolis, essas pinturas podem ser observadas nos diversos sítios arqueológicos do município.

Em seguida, há registros que caracterizam a fase propriamente denominada como Fase Lítica Serranópolis, pertencente à Tradição Serranópolis (9.000 – 1.000 anos A.P.), cujos habitantes exibiam alimentação baseada principalmente na caça generalizada, complementada pela pesca, parcialmente na coleta de moluscos, frutos e ovos. Acredita-se que nesse período a prática de pinturas rupestres foi tanto mais intensificada devido a mudanças climáticas, como o aumento do regime de chuvas e elevação da temperatura, que contribuíram para que estes grupos habitassem as grutas por períodos mais longos (BARBOSA, 1984).

A terceira fase que pode ser distinta pelos registros encontrados no município se refere à Fase Cerâmica Iporã – Tradição Tupi-Guarani, caracterizada por serem horticultores de matas, além de praticarem a caça e a coleta. Neste período, os habitantes já manejavam a técnica da agricultura, que era praticada nas manchas de solos de boa fertilidade natural, onde plantavam o milho, a abóbora, a cabaça, o amendoim, o algodão e uma espécie de cereal não identificada. As cavernas eram utilizadas como locais sagrados, onde praticavam seus rituais e manifestavam suas crenças religiosas. Neste período, os indígenas da Tradição Tupi-Guarani tinham suas aldeias localizadas ao longo do rio Claro, próximo às cidades de Jataí e Caçu (BARBOSA, 1984).

O marco seguinte na história de ocupação do município foi chamado de Colonização Serranopolina, e teve origem no século XIX. A esta época, migrantes oriundos de Minas Gerais, São Paulo e Bahia se fixaram na região atraídos pela qualidade da terra para o cultivo do café, e a aptidão dos campos naturais para a criação de gado. Este período ficou caracterizado pelos conflitos que exterminaram os últimos descendentes dos indígenas na região, dentre eles os Kayapós e os Bororos. Tal migração foi incentivada pela lei provincial de n.º 11 de 5/9/1838, que concedia isenção do pagamento do dízimo de “miunças” de imposto da criação de gado aos habitantes e aos que fossem se estabelecer no sudoeste goiano (VILHENA, 2003). Assim, foi colonizada a chamada Serra do Cafezal, que em 1914 foi definida por lei municipal como distrito de Jataí.

O quinto e último período compreende o espaço de tempo entre a fundação da cidade até os dias atuais. Em agosto de 1948 foi doada por uma família local a “pedra fundadora” da nova cidade, que recebeu o nome de Serra do Café. A demarcação dos

lotes, ruas, praças e jardins teve início em 04 de setembro de 1948 e término em fevereiro de 1949, inaugurando oficialmente o distrito. Porém, o nome atribuído anteriormente exerceu maior influência sobre seus habitantes e, assim, a lei estadual nº 228 de 20 de abril de 1955 estabeleceu definitivamente o nome de Serranópolis para o distrito. Finalmente, em 1958, Serranópolis foi emancipada como município, pela lei federal no. 2.117 de 24 de novembro de 1958 (VILHENA, 2003).

Atualmente, Serranópolis parece ser o município menos atingido pelas transformações produtivas ocorridas no entorno do PNE ao final da década de 1970: devido ao relevo acidentado e à abundância de serras nas áreas em que se estende, suas terras não foram favoráveis à mecanização, tendo sido mantido seu uso sobretudo para a pecuária extensiva e agricultura em fumas, ainda que a área com cultivo de grãos venha aumentando nos últimos anos. Ademais, cabe ressaltar que, em oposição ao observado nos demais municípios do entorno, a densidade populacional de Serranópolis vêm decrescendo nas últimas décadas, tendo atingido o seu pico entre os anos de 1980 a 1990, quando alcançou uma população de 7.855 habitantes (VILHENA, 2003).

No que diz respeito à conservação ambiental, nos últimos anos vem sendo discutido no município a implantação de uma unidade de conservação estadual, denominada Parque Estadual da Serra da Panela, visando a proteção de parte das fumas atravessadas pelo Rio Douradinho, e a conexão, de acordo com o paradigma biorregional de conservação, com o Parque Nacional das Emas. Para a implantação dessa unidade, seria necessário desapropriar algumas das fazendas existentes na zona rural do município, além de acarretar implicações como outra Zona de Amortecimento. A discussão dessa proposta acirrou o debate entre os grupos considerados no município como ambientalistas e produtores rurais, de forma que o impasse atingido conduziu ao arquivamento temporário do projeto de implantação do parque.

De forma geral, o posicionamento dos entrevistados sobre esse tema é de que seria muito “sacrificante” para o município sustentar duas unidades de conservação, com suas respectivas restrições, e, como o hipotético Parque da Panela se situaria em áreas de matas – ecossistema geralmente mais associado à importância da conservação do que as fitofisionomias campestres do Cerrado –, o desejado seria a substituição do PNE pelo futuro parque. Contudo, todos sabem que essa suposta “troca” não é viável, optando-se então pelo abandono do projeto do parque estadual, ainda que com a conclusão de que o PNE, por situar-se em áreas de chapada, encontra-se em “local inapropriado”. Essa consideração da área do PNE como inadequada à conservação não é

exclusiva dos habitantes de Serranópolis, sendo bastante freqüente entre alguns segmentos de quase todo o entorno.

No que diz respeito aos dados analisados, em Serranópolis foram realizadas entrevistas com o secretário municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com o presidente da entidade ambientalista local, a Sociedade Ecológica de Serranópolis, com o presidente do Sindicato Rural e com um produtor rural do entorno do PNE.



FIGURA 26 – Vista de uma das ruas do centro de Serranópolis (mar./2007 – Fotografia da autora)



FIGURA 27 – Centro de Atenção ao Turista e Museu de História Natural Serra do Cafezal (mar/2007 – Fotografia da autora).

4.1.4 Costa Rica (MS)

“Costa Rica, a capital estadual do algodão”
(Dizeres em sinalização rodoviária na entrada do município).

Situada a nordeste do estado de Mato Grosso do Sul, o município de Costa Rica possui 18.277 habitantes (IBGE, 2007) e área de 5.723,02 km². Sua localização encontra-se em área divisora de águas das bacias Araguaia, Pantaneira e Paraná, estando distante 339 km de Campo Grande e 800 km de Brasília.

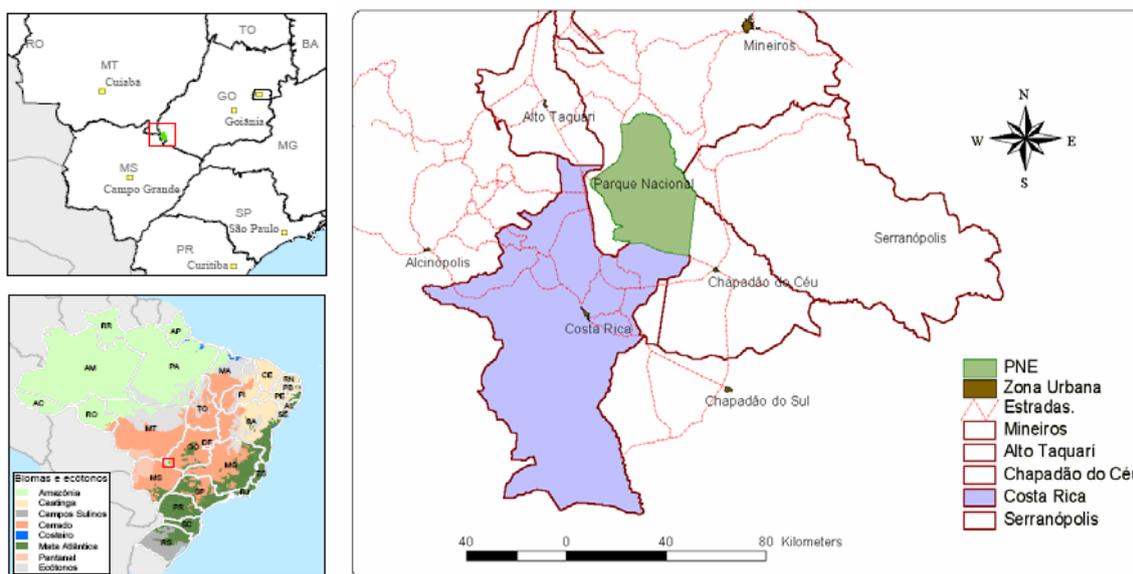


FIGURA 28 – Localização do município de Costa Rica em relação ao PNE

Fonte: Ibama (2004) e Vilhena (2003), adaptado pela autora.

Costa Rica, assim como Mineiros e Serranópolis, apresenta os primeiros momentos de seu histórico atrelados à pecuária extensiva: em 1835 já havia a sede de fazendas na área em que hoje se encontra o município e, em 1958, após mutirão para construção de ponte sobre o Rio Sucuriú, ligando as fazendas Imbirussú e São Luiz, José Ferreira da Costa, considerado o fundador da cidade, decidiu implantar um povoado mediante a doação de 236.098 hectares para loteamento. Desta iniciativa surgiram algumas edificações à margem direita do Rio Sucuriú, sendo realizado o primeiro registro do povoado em 24 de fevereiro de 1961.

Elevado a distrito de Camapuã em 21.01.1964 pela lei federal 2.132, e assumindo a categoria de município pela lei estadual 76, de 12.05.1980, foi contudo apenas com a chegada da agricultura tecnificada que o povoamento de Costa Rica se

impulsionou, o que, segundo o descrito no sítio eletrônico oficial do município²³, ocorreu “dado à fertilidade de suas terras, hoje desbravadas, cultivadas e transformadas em celeiro do agronegócio, riqueza incubada da região e do País”.

Atualmente, Costa Rica destaca-se entre os municípios eminentemente agrícolas das redondezas por em suas terras conseguir-se elevados níveis de produtividade não apenas no cultivo de grãos, mas também com o cultivo do algodão, considerado de forma geral “bastante exigente” em termos de demandas e cuidados de manejo, levando o município, com 18.000 hectares de pluma plantados na safra de 2006/07, a reclamar o título simbólico de “capital estadual do algodão”.

Paralelamente, desde novembro de 2000, com recursos derivados de compensação ambiental pela implantação da Usina Hidrelétrica de Costa Rica, foi instituído o Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú, situado a 3 km do centro da cidade e possuindo uma área de 57 hectares. A partir de então, e associado a outros atrativos cênicos do município, a prefeitura tem empreendido esforços para transformar Costa Rica em referência também no turismo ecológico e de aventura, investindo na infra-estrutura do parque e em campanhas que estimulam a articulação do município com o turismo relativo ao Parque Nacional das Emas. Em decorrência, a gestão municipal de Costa Rica relaciona-se de forma próxima à gestão do PNE, exibindo participação atuante inclusive no Conselho Consultivo da unidade de conservação.

Portanto, nota-se que, dentre os municípios pesquisados, foi em Costa Rica que pareceu haver a maior aposta em um desenvolvimento municipal atrelado à presença do PNE e aos estímulos à conservação ambiental. Contudo, a adoção dessa estratégia não é consensual, nem mesmo entre as secretarias municipais: em algumas pastas, questionam-se enfaticamente as restrições impostas em decorrência da proximidade das unidades de conservação, assim como há a expectativa de atração de indústrias para o município, que, para que sejam implantadas, demandariam a flexibilização de alguns aspectos da legislação ambiental.

Dentre os entrevistados para a coleta de dados dessa pesquisa, em Costa Rica foram ouvidos representantes dos órgãos estaduais de extensão rural (Agraer) e meio ambiente (Immasul), os secretários municipais de Turismo e Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico e Social, o presidente do Sindicato Rural do município, o gerente da Cooperativa dos Produtores de Leite de Costa Rica (Cooperrica), e um

²³ Disponível em <http://www.costarica.ms.gov.br/?pagina=historico.vizualizar&codigo=3>. Acesso em 29 de março de 2008.

técnico agrícola responsável pelo planejamento de safras de produtores rurais da zona rural do município.



FIGURA 29 – Sinalização rodoviária na entrada do município de Costa Rica (Fotografia da autora – abril/2007).



FIGURA 30 – Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú, em Costa Rica (Fotografia da autora – abril/2007).

4.1.5 Alto Taquari (MT)

“Alto Taquari: o futuro é aqui”.
(Divisa em logotipo da Prefeitura Municipal).

Com população de 6.058 habitantes (IBGE, 2007), o município de Alto Taquari localiza-se a sudeste do estado do Mato Grosso e a noroeste do PNE. Sua área territorial é de 1.394,73 km² e sua distância em relação ao parque é de aproximadamente 62 km. Situa-se a 486 km da capital mato-grossense, Cuiabá, e a 720 km de Brasília.

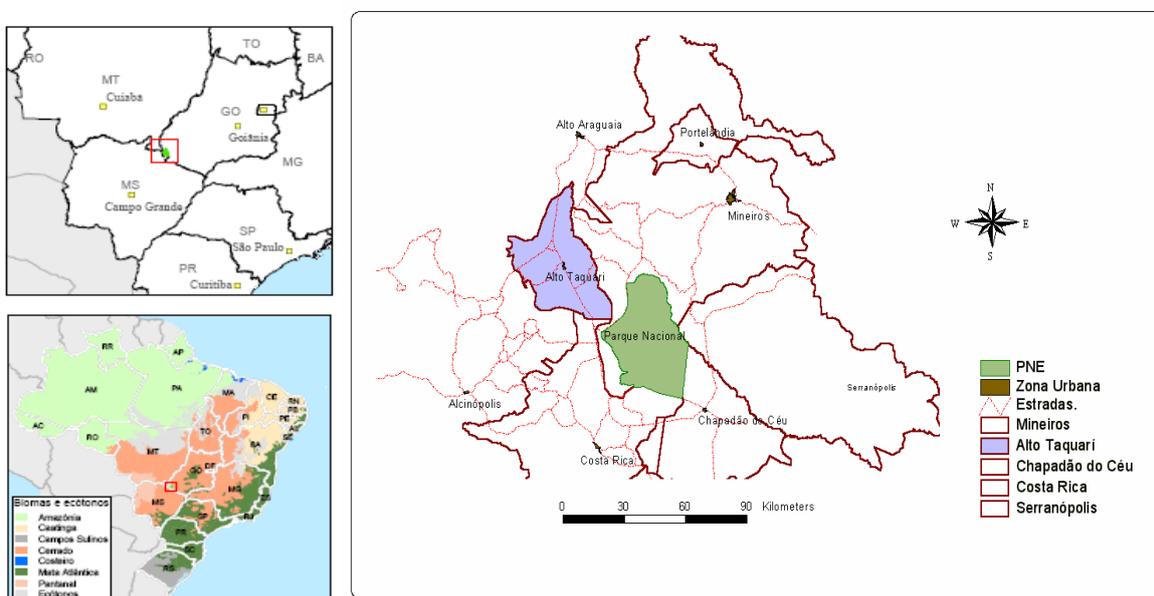


FIGURA 31 – Localização do município de Alto Taquari em relação ao PNE
Fonte: Ibama (2004) e Vilhena (2003), adaptado pela autora.

De maneira análoga aos municípios vizinhos, Alto Taquari traz em seu histórico a presença marcante das transformações decorrentes da chegada da agricultura tecnificada ao Cerrado. Habitado primeiramente por povos indígenas, de quem se manteve a origem de seu nome (Taquari é um termo de ascendência Tupi, usado para designar uma espécie de bambu), as primeiras construções na área em que hoje se situa o município foram sedes de fazendas que praticavam pecuária extensiva, no início do século XX. Contudo, foi apenas com a chegada de imigrantes e o início das lavouras de grãos em áreas de chapada que o município se impulsionou, atingindo a emancipação, via mobilização da associação de moradores locais, em 13 de maio de 1986.

Apesar de em 2008 completar apenas 22 anos de sua emancipação, Alto Taquari destaca-se por estar entre os primeiros lugares em renda per capita do estado de Mato Grosso, e em 9º lugar nessa classificação entre todos os municípios do Brasil, ocupando também o 9º lugar no estado em IDH municipal. Por ser o município mato-grossense mais próximo à divisa com Goiás, é considerado a porta de entrada da agricultura tecnificada no estado, estimando-se ter sido em propriedades localizadas neste município os primeiros cultivos de soja em todo Mato Grosso. Essa presença marcante e socialmente valorizada dos avanços tecnológicos, substrato sobre o qual se apóia o desenvolvimento agrícola de Alto Taquari, assim como sua pouca idade, conduzem à associação do município com o que há de novo, de moderno e, portanto, à idéia de futuro, tal qual ilustrada na divisa municipal.

Ainda, em seu recente histórico destaca-se sobremaneira a instalação, em 1999, de um terminal rodoferroviário de transbordo de grãos da Ferronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil, considerado o maior para este fim na América Latina. Essa instalação impulsionou o cultivo agrícola no município, valorizou as terras das proximidades e aumentou significativamente a arrecadação municipal, de forma que, segundo o prefeito, que também é um dos produtores rurais pioneiros na localidade, a presença do terminal transformou o município a ponto de dividi-lo em dois momentos:

Era um município pacato, só vivia de agricultura, até 1998. Aí em 1999 chegou a ferrovia, fez o terminal. Aí foi, realmente, eu posso considerar Alto Taquari antes da ferrovia e depois da ferrovia. Então de 99 para cá começou esse pique de desenvolvimento. Então tudo, se você andar na rua, está fazendo escola, está fazendo meio-fio, asfalto, para acompanhar, porque realmente o Mato Grosso é um estado muito pobre. Então depois da ferrovia que instalou a indústria de fertilizantes, beneficiamento de grãos, terminal de petróleo, fábricas relacionadas ao algodão, a cidade começou a..., 50% dos recursos, da arrecadação, hoje vem da ferrovia. Então houve um crescimento (representante do poder público, Alto Taquari).

Contudo, atrelado a essas transformações, o município passou a conviver também com os impactos decorrentes do “pique de desenvolvimento” dissociado do planejamento em infra-estrutura, configurando uma situação em que, atualmente, a despeito de seu sucesso econômico e produtivo, Alto Taquari ainda não conta com serviços de saneamento básico, como rede de esgoto instalada, tratamento de água ou aterro sanitário. Complementarmente, a abundância de lavouras dependentes de insumos químicos, sobretudo soja e algodão, nos arredores do município, estendendo-se até os limites do perímetro urbano, implica em sérios desconfortos e problemas de saúde

aos moradores da cidade, principalmente nos períodos de aplicação de agroquímicos. Essa situação fomenta questionamentos inclusive relacionados à Zona de Amortecimento do PNE, e tem suscitado regulamentações com vistas à redução dos impactos do cultivo agrícola no meio urbano, tal qual explicitado no trecho a seguir:

[...] hoje tem que ter entorno da cidade. Se o parque está preocupado com os animais, eu tô preocupado com gente, tem algodão aqui a 300 metros da cidade, a gente não tem uma fiscalização para bloquear isso, porque a lei federal fala mais alto. Então a gente está conscientizando, a partir do ano que vem a gente não vai mais aceitar algodão dentro dos 18 km [*ao redor do perímetro urbano*] (representante do poder público, Alto Taquari).

Nota-se, portanto, que, bastante presente no cotidiano dos moradores da cidade, a noção de desenvolvimento é entendida vinculada às transformações produtivas, aumento de renda e de arrecadação, tendo por conseqüência o convívio com impactos ambientais. Estes impactos não são vistos como possivelmente mitigáveis pela presença da unidade de conservação: opostamente, as restrições vinculadas à Zona de Amortecimento dificultariam a aplicação das restrições, mais prementes, necessárias à proteção do meio urbano.

Finalmente, no que diz respeito à participação dos habitantes de Alto Taquari na soma de dados analisados nessa pesquisa, neste município foram realizadas, além de observação direta, entrevistas com o supervisor local do órgão de extensão rural do estado (Empaer), com o Prefeito Municipal, com o responsável pela secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e com o presidente do Sindicato Rural do Município.



FIGURA 32 – Logotipo da Prefeitura Municipal de Alto Taquari – MT, com destaque para os símbolos utilizados para representar o município: os trilhos da ferrovia, silos de armazenagem de grãos, estrada rodoviária, uma ema, plantação de algodão e máquinas agrícolas (Fotografia da autora – abril/2007).



FIGURA 33 – Propriedade rural cultivada ladeando a avenida central do município (Fotografia da autora – abril/2007).



FIGURA 34 – Sindicato Rural de Alto Taquari – MT e escritório da Empaer (Fotografia da autora – abril/2007).

4.2 OS GRUPOS SOCIAIS

Após a aproximação com as localidades do entorno do PNE, passa-se então à caracterização dos grupos sociais identificados. Considera-se nesta pesquisa as representações como um fenômeno social: expressam o olhar e o entendimento de coletividades sobre objetos do mundo com os quais interagem. Também é importante considerá-las como um processo simbólico imbricado em arranjos institucionais, na ação social, na dinâmica ativa da vida social, onde grupos e comunidades se encontram, se comunicam e se confrontam.

De acordo com Jovchelovitch (2008, p. 35-6), a tarefa da representação nos campos sociais está relacionada à construção de visões de mundo, com o estabelecimento de sistemas de conhecimento cotidiano que não apenas buscam propor “um referencial para guiar a comunicação, a coordenação da ação e a interpretação daquilo que está em questão, mas também expressam de forma efetiva os projetos e as identidades de atores sociais e as inter-relações que eles constroem”. À luz dessa perspectiva, torna-se essencial como um dos componentes da análise das representações identificar os grupos que as veiculam, situar seu conteúdo simbólico no espaço e no tempo, e relacioná-lo funcionalmente a um contexto intergrupar específico (BAUER, 1995).

Neste trabalho, durante a pesquisa de campo, puderam ser distintos quatro grupos principais chamados a definir a forma de apropriação do espaço em torno do PNE: representantes do poder público (governos federal, estaduais e municipais), representantes da pesquisa e defesa do meio ambiente, produtores rurais e população tradicional. São agentes pertencentes a estes grandes grupos que convivem no entorno da unidade de conservação e que possuem cadeiras nas reuniões do Conselho Consultivo do PNE, instância local para resoluções acerca das questões consideradas pertinentes ao entorno. É então sobre as características, peculiaridades e coesão interna desses grupos que a presente seção irá se deter.

Entretanto, antes de apresentá-los, convém chamar a atenção para a ausência de grupos sociais exclusivamente urbanos (como grupos de ecoturistas, por exemplo) no contingente do universo estudado. Tal fato deve-se à característica de que, muito em função das distâncias rodoviárias que separam a unidade de conservação dos perímetros

urbanos dos municípios, aumentadas devido à precariedade dessas rodovias, mas também devido à falta de estímulos ao turismo ecológico local ao Parque, ou ao usufruto do mesmo como área de lazer das populações dos municípios, o PNE na maior parte das vezes não se faz presente no cotidiano destas populações, que em sua grande maioria o desconhecem ou desconhecem seus objetivos e finalidades, não se interessando, por conseguinte, por suas questões.

4.2.1 Representantes do poder público

Participam ativamente da dinâmica do entorno do PNE, como representantes do poder público, secretários municipais dos cinco municípios, funcionários dos órgãos estaduais de extensão rural e de meio ambiente, e analistas ambientais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama. Ao todo, foram 16 entrevistados pertencentes a esse grupo, distribuídos entre as cinco localidades pesquisadas e o PNE.

Em relação aos dados sociodemográficos, estes agentes estão incluídos, em sua maioria (sete pessoas, 44% do total do grupo), na faixa etária de 36 a 45 anos, havendo também quatro entrevistados na faixa etária de 26 a 35 anos, três entre 46 e 55 anos, e apenas dois acima de 55 anos. São, na maior parte, homens (11 entrevistados, 69%), com curso superior (nove entrevistados, 56% do grupo; em quatro a escolaridade máxima é curso técnico, e em três é pós-graduação). Ainda, destes entrevistados nove (56%) são nascidos em estados que compõem o Centro-Oeste, e sete são imigrantes, sendo cinco (32%) naturais da região Sul do Brasil, e dois entrevistados provenientes de Minas Gerais.

O traço marcante da constituição dos representantes do poder público como um grupo social é a característica de que, ainda que seja a congregação de indivíduos com distintas trajetórias e interesses, por sua função pública estes são impelidos a assumir papéis de mediadores sociais, mesmo quando seus cargos defendem interesses agrícolas específicos ou do meio ambiente, entre outros. É assim que, através de mecanismos como participação no Conselho Consultivo do PNE e em audiências públicas, os representantes do poder público integram situações em que lhes é demandada uma postura dialógica, e que reflita o posicionamento da população que representam. É

justamente a capacidade de exprimir os interesses e demandas coletivos, fundamentados no senso comum da população representada, e negociá-los com outros interesses e demandas, o que se espera dos representantes do poder público. Dessa forma, se em grande parte da população, como apontou Moscovici (1978, p.79),

para estabelecer um equilíbrio, o indivíduo define-se como um “eu generalizado” [*contrapondo-se a um “outrem generalizado” dos interlocutores próximos ou distantes que forma o “eles” do discurso*], logo, como um porta-voz de seu grupo, de sua classe, dos cristãos ou do ‘bom senso’, e não como uma pessoa particular [...],

dentre os membros deste grupo essa postura é ainda mais comum, visto que, devido aos seus cargos profissionais, considera-se que estão legitimamente autorizados a falar e agir em nome da população. Alia-se a isso o fato de possuírem funções deliberativas, assumindo, destarte, papéis protagonistas na configuração e condução das possíveis resoluções dos conflitos, a apreensão de suas representações torna-se, portanto, sobremaneira relevante.

4.2.2 Agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente

Este grupo social reúne sete agentes entrevistados que atuam no entorno do PNE através de organizações de cunho conservacionista ou de vínculos com universidades. Foram ouvidos representantes da ONG Fundação Emas, que possui sede em Mineiros e foi a primeira ONG a ser fundada na área de estudo; da Oréades Núcleo de Geoprocessamento, derivada da Fundação Emas, também sediada em Mineiros, e parceira local da *Conservation International*, que através dessa parceria atua fortemente no PNE; do Instituto Physis, uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) sediada em São Paulo, mas que mantém uma base na unidade de conservação implementando ações de pesquisa e educação ambiental; e da Sociedade Ecológica de Serranópolis, sediada em Serranópolis e derivada de um projeto desenvolvido no PNE denominado GOBI – Grupo de Observação da Biodiversidade. Como representante da pesquisa acadêmica foi entrevistado um biólogo, doutor em Ecologia e professor da UFMG, que pesquisa no Parque há cerca de 15 anos e também é vinculado a uma ONG conservacionista local, a Pró-Carnívoros.

No que diz respeito à faixa etária, predominam neste grupo agentes entre 36 e 45 anos, havendo também duas pessoas de 26 a 35 anos, uma com menos de 25 e outra com mais de 55 anos. Cinco dos entrevistados são homens e duas são mulheres. Quanto à escolaridade, há dois entrevistados que apresentam curso técnico e os outros cinco possuem curso superior, dos quais três cursaram também pós-graduação. Quatro dos agentes pertencentes a este grupo são provenientes de estados do Centro-Oeste, dois são de origem sulista e um é nascido no Rio de Janeiro.

Ainda que articulados em torno de uma causa comum – a defesa da conservação ambiental do Parque Nacional das Emas e de seu entorno –, é possível identificar nuances que distinguem as posturas adotadas pelos indivíduos no interior desse grupo: enquanto alguns adotam perspectivas consideradas mais *preservacionistas*, isto é, centradas na preservação da diversidade biológica mediante mecanismos de separação das comunidades humanas, outros optam por um posicionamento considerado, no âmbito das teorias da conservação, *conservacionista*, ou seja, empenhado no consórcio entre preservação e utilização dos elementos naturais em uma perspectiva de sustentabilidade ambiental e social. Essa distinção pode ser observada a partir da disposição ao diálogo e às concessões em relação aos proprietários rurais do entorno da unidade de conservação, que não é unânime entre os indivíduos componentes do grupo.

Destaca-se também que, apesar de não constituir o grupo social estudado de maior representatividade em termos de quantidade de agentes reunidos, este, em alguns momentos articulado com agentes isolados de outros grupos sociais presentes na área, atua como um dos principais pólos do conflito ambiental analisado, demonstrando decisiva capacidade de mobilização e proposição de questões nas arenas públicas locais. Salienta-se ainda, que, por ser o grupo prioritariamente detentor do saber técnico-científico, este apresenta premente influência na dinâmica argumentativa dos conflitos analisados, possuindo também persuasivos recursos materiais, organizacionais e simbólicos disponíveis na dinâmica de argumentação.

4.2.3 Produtores rurais

Estão agrupados neste grupo social todos aqueles agentes entrevistados que possuem propriedades no entorno do PNE, assim como lideranças rurais, tais como

presidentes de sindicatos patronais e de trabalhadores rurais, presidentes e gerentes de cooperativas agrícolas, e alguns produtores que, por sua participação pioneira na formação dos municípios ou conhecimento das dinâmicas locais, tiveram seus relatos considerados pertinentes aos objetivos da pesquisa. No total, somam-se 21 agentes pertencentes a este grupo.

Destaca-se que a escolha da denominação “produtores rurais”, em detrimento de outras classificações possíveis – como “agricultores familiares” ou “empresários rurais”, para citar alguns exemplos –, corresponde ao termo utilizado localmente para identificação destes agentes, tanto no interior do próprio grupo quanto pelos demais grupos sociais. Tal decisão sobre o termo considera que este, ainda que possa sugerir em algumas circunstâncias uma valorização do aspecto exclusivamente comercial da atividade agrícola, no contexto estudado visa atender à diversidade de situações produtivas observadas, ressaltando, todavia, o denominador comum que as identifica localmente.

Contudo, é importante frisar que este não é um grupo homogêneo, reunindo tanto agentes que conduzem suas práticas agrícolas em grandes propriedades (acima de oito módulos rurais²⁴, o que na área de estudo corresponde a mais de 480 hectares), quanto agentes considerados minifundiários, isto é, com propriedades no entorno com até 60 hectares. Essas diferenças, quando pertinentes, serão consideradas como elementos da análise e apontadas na discussão. Ademais, outro critério de possível separação perpassa este grupo, vinculado à origem dos agentes entrevistados: estão incluídos tanto indivíduos provenientes dos estados da região Sul do Brasil (localmente identificados como “gaúchos”, independentemente do estado de origem), e que geralmente praticam agricultura tecnificada voltada para a produção de grãos, quanto indivíduos provenientes dos estados do Centro-Oeste (identificados como goianos, mato-grossenses ou sul-mato-grossenses), geralmente vinculados à pecuária extensiva de baixo aporte tecnológico. Oportunamente, essas diferenças também serão consideradas na análise, atentando-se para as suas possíveis implicações.

Pontuados estes aspectos, e partindo então para a caracterização sociodemográfica do grupo, pode-se afirmar que a maior parte dos entrevistados (oito

²⁴ O módulo rural é uma unidade de medida, expressa em hectares, que busca exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico (INCRA, disponível em < <http://www.incra.gov.br/index.php?visualiza=53,52>>, acesso em maio de 2008). O módulo rural, portanto, constitui uma unidade de medida que permite estabelecer uma comparação mais adequada entre os imóveis rurais, considerando outros atributos além de sua dimensão.

peças, 38% do grupo) estão na faixa de 36 a 45 anos; três estão incluídos na faixa de 26 a 35 anos, e outros três na faixa de 56 a 65; apenas um possui menos de 25 anos, e também apenas um possui idade acima de 65 anos. 90% dos entrevistados (19 pessoas) são homens, e, quanto à escolaridade, apenas um componente possui pós-graduação (especialização). Na maior parte dos casos (sete pessoas, 33%) a escolaridade máxima é o ensino fundamental. Outras seis pessoas (29%) possuem curso técnico profissionalizante, cinco pessoas (23%) possuem curso superior e em dois casos o maior nível de escolaridade é o ensino médio. Finalmente, quanto aos locais de origem, metade (dez pessoas, 48%) destes entrevistados são provenientes de estados da região Sul do Brasil, metade nasceram na região Centro-Oeste, e apenas um tem como local de origem outra região (Minas Gerais, região Sudeste).

Importante destacar também que é em torno deste grupo social que se articula o outro pólo principal dos conflitos analisados. Contrapondo ao domínio do saber técnico-científico, característico do grupo de agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente, os agentes agrupados como “produtores rurais” trazem dois principais recursos utilizados nas arenas de argumentação e debate: o conhecimento empírico do ambiente local, que lhes é atribuído por serem estes os agentes historicamente capazes de transformar as chapadas em ambientes produtivos para fins agrícolas; e o vasto poder econômico e político que exercem na região devido à dependência das economias dos municípios do entorno do setor agrícola. Ainda, na dimensão simbólica, o valor atribuído localmente à importância da agricultura para o desenvolvimento da área estudada confere-lhes, também, grande capacidade de sensibilização, mobilizada na dinâmica argumentativa dos conflitos.

4.2.4 População tradicional

Finalmente, concluindo a apresentação dos grupos sociais, relevante apontar que na região do entorno do PNE foi identificado um grupo social caracterizado como população tradicional²⁵: a Comunidade Quilombola do Cedro, localizada a 5 km da sede do município de Mineiros, GO.

²⁵ Tendo em vista a multiplicidade de sentidos freqüentemente designada à expressão “população tradicional”, parece pertinente destacar que, neste caso, faz-se referência àquelas populações que, por seus

Nesta Comunidade foram realizadas cinco entrevistas, que procuraram abranger as divergências das lideranças internas, assim como uma perspectiva geracional. Os entrevistados são dois homens, um deles na faixa etária de 36 a 45 anos, e o outro acima de 65 anos, e três mulheres: uma senhora com mais de 65 anos, uma mulher na faixa entre 36 a 45 anos, e outra entre 26 e 35. Todos são nascidos na Comunidade, e não concluíram o Ensino Fundamental.

Como principal aspecto a caracterizar a relação do povoado do Cedro com o PNE, aparece o fato de que, apesar dos entrevistados afirmarem conhecê-lo, e reconhecerem uma importância em tê-lo próximo, sua presença não se faz sentir no cotidiano da Comunidade, tanto menos no que diz respeito às restrições relativas à Zona de Amortecimento. Parece que a principal influência do PNE no Cedro se dá de maneira indireta, trazendo visibilidade ao povoado. Inclusive, a atual parceria com a ONG local conservacionista Oréades existe em grande parte em razão do Parque, visto que a implantação de projetos no Cedro se insere em um objetivo maior de fomentar a educação ambiental nos municípios do entorno da unidade de conservação.

Ressalta-se que todos os entrevistados manifestam um forte sentimento de pertencimento à Comunidade, de maneira pela qual sua história e suas questões parecem transcender as da região como um todo. Nesse sentido, ainda que desponham como um grupo social chamativo na composição da dinâmica social do entorno do PNE, de forma efetiva sua participação nos conflitos ambientais relativos ao Parque é bastante diminuta, não chegando a exercer um papel decisivo nas arenas locais. Sua atuação aparece, sobretudo, quando associada ao grupo “agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente”, principalmente em virtude das parcerias estabelecidas.



FIGURA 35 – Moradora da Comunidade Quilombola do Cedro, em sua plantação de milho.

preceitos culturais e históricos de ocupação da terra, recebem *status* jurídico diferenciado no que diz respeito ao uso de áreas protegidas, a saber, indígenas e remanescentes de quilombos (SANTILLI, 2005). Para uma discussão mais aprofundada sobre os usos da noção de “populações tradicionais” e sua relação com a conservação ambiental, ver Fleury e Almeida (2007).

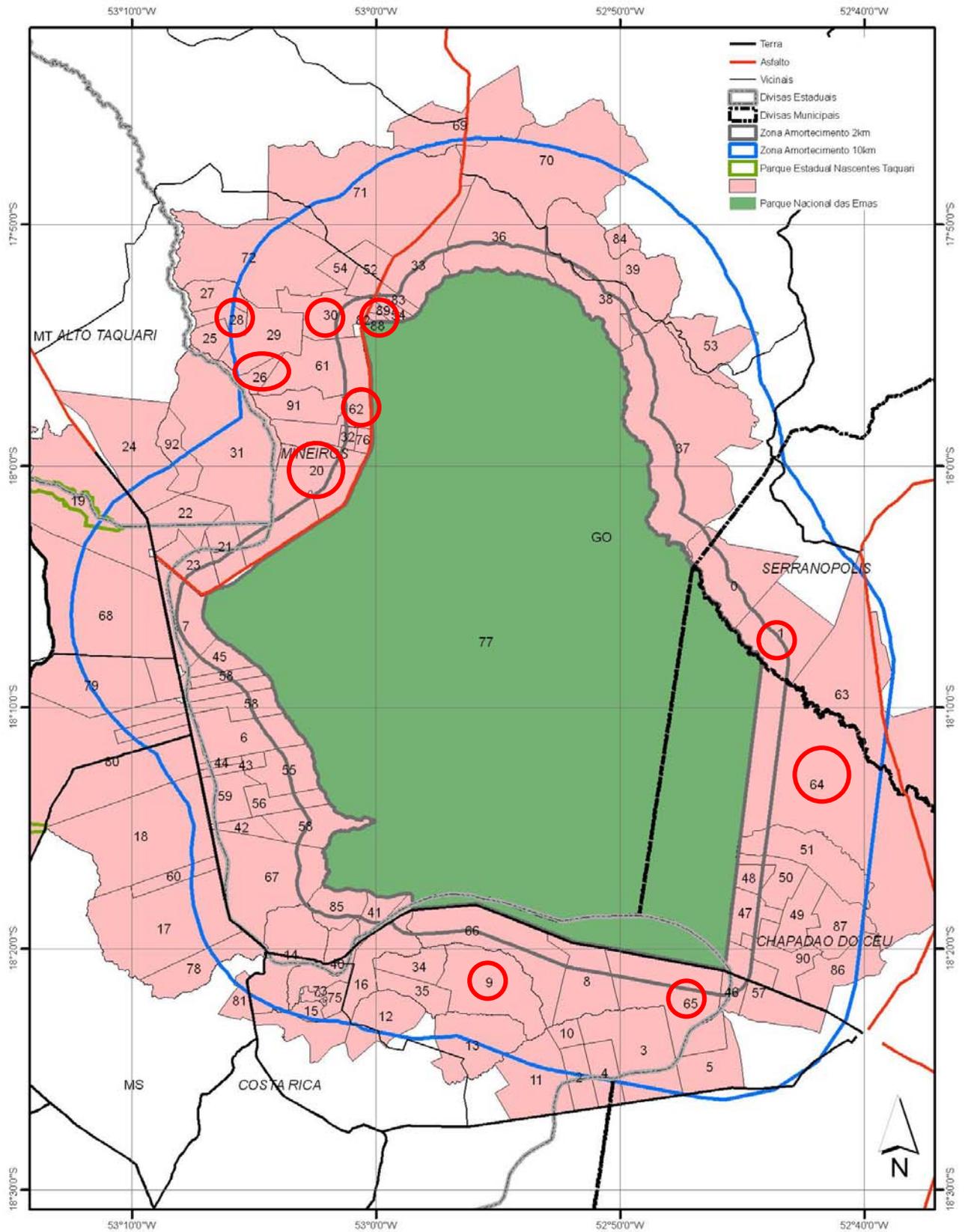


FIGURA 36 – Mapa fundiário do entorno do PNE, com destaque para as propriedades cujo responsável foi entrevistado durante a pesquisa de campo. Elaborado por Oréades Núcleo de Geoprocessamento, adaptado pela autora.

5 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E CONFLITOS AMBIENTAIS EM TORNO DO PARQUE NACIONAL DAS EMAS

Pelo exposto nos capítulos anteriores, constata-se que, devido ao processo de colonização do Cerrado, conduzido de forma a favorecer a implantação de grandes propriedades tecnificadas, produtoras de *commodities* e cujos proprietários originam-se predominantemente do Sul do Brasil, associado aos impactos desse modelo e à emergência atual da questão ambiental, contemporaneamente configura-se neste domínio um contexto em que convivem ambientalistas, instituições governamentais, produtores rurais e população local, confrontando distintas lógicas de apropriação do meio natural. Demonstrou-se também como a área do Parque Nacional das Emas (PNE) e seu entorno, nas divisas entre os estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, reflete justamente esta conjuntura, podendo-se encontrar ali grupos sociais com distintas trajetórias e interesses para o espaço comum.

Para dar conta dessa diversidade e entender os conflitos decorrentes, considerou-se relevante o referencial teórico-metodológico das representações sociais, tal qual formulado seminalmente por Moscovici (1978), por permitir a apreensão de como os agentes entendem e praticam sua relação com os objetos sociais, assim como por favorecer a compreensão da dinâmica de interação entre grupos sociais. Associado a esse referencial, também se considerou condizente com os objetivos desta pesquisa a contribuição dos estudos sobre conflitos ambientais, presentes nos trabalhos de Fuks (2000; 2001) e Acselrad (2004), dentre outros.

Neste capítulo, portanto, tomando por base as informações, relatos e observações apreendidos na pesquisa de campo, e relacionando-os com o referencial teórico apresentado no capítulo 3, pretende-se discutir o contexto atual do entorno do PNE através da análise das representações sociais da conservação ambiental pelos grupos ali presentes e a articulação do conteúdo dessas representações com o conflito ambiental então deflagrado.

Para tal, este capítulo será dividido em duas seções: a primeira irá se deter na análise do conteúdo das representações sociais da conservação ambiental pelos grupos estudados, mediante a apresentação e discussão das respostas obtidas por técnica de associação livre de palavras e entrevistas. A seção seguinte, por sua vez, irá centrar-se

na discussão dos conflitos locais, apresentando o embate entre gaúchos e goianos como um primeiro embate presente na área sobre a apropriação social, cultural e material do Cerrado, e o litígio acerca da Zona de Amortecimento do entorno do Parque como atualização desta disputa e cristalização do conflito ambiental.

Pretende-se, mediante a discussão empreendida neste capítulo, demonstrar as dimensões simbólicas e materiais do processo conflitivo atualmente em curso no entorno do PNE e verificar-se a hipótese de que as divergências expressas nas representações sociais são elementos essenciais de um conflito entre os grupos ali presentes, que através de discursos e práticas, disputam o conhecimento que será valorizado e determinante na utilização do meio natural.

5.1 A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL COMO OS GRUPOS SOCIAIS DO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DAS EMAS A REPRESENTAM

Tendo em vista os grupos sociais que compõem o entorno do Parque Nacional das Emas (PNE) e o contexto em que estes se situam, pode-se proceder então a análise das representações sociais da conservação.

A análise aqui contida, como exposto anteriormente, centrar-se-á no conteúdo dessa representação, buscando-se apontar os principais termos e elementos que o constituem e privilegiando-se uma abordagem dimensional, de acordo com os preceitos formulados por Moscovici (1978) em sua pesquisa sobre a representação social da psicanálise. Sugere-se que considerar a representação social em suas três dimensões (informação, campo de representação ou imagem, e atitude) pode oferecer uma panorâmica do seu conteúdo e do seu sentido, além de favorecer o estudo comparativo das representações entre os grupos sociais, mediante a possibilidade de se destacar conteúdos susceptíveis a um relacionamento sistemático (MOSCOVICI, 1978, p.71-3). É com este objetivo que a abordagem dimensional se insere neste trabalho.

Também com o objetivo de apontar os principais termos constitutivos da representação social da conservação e facilitar a aproximação com os elementos de conflito entre os grupos sociais, a análise aqui empreendida irá se iniciar com a apresentação e discussão dos resultados obtidos a partir da técnica de associação livre de palavras, em que os entrevistados foram convidados a evocar todos os termos que

lhes vinham à mente em resposta ao objeto de representação (*conservação*) e a termos que, no contexto do PNE e na própria configuração dos grupos sociais, exibem estreita vinculação com este objeto, definidos como *agricultura* e *desenvolvimento*.

Em seguida, a análise irá se debruçar sobre o material obtido a partir das entrevistas semi-estruturadas, aprofundando a discussão dos sentidos atribuídos e funções a que se destina a conservação ambiental da forma como representada pelos agentes dos grupos analisados, levando-se em consideração as situações sociais em que as representações circulam e são elaboradas. Ao final desta seção, será encontrada uma proposta de interpretação da representação social da conservação ambiental no entorno do PNE como elemento de distinção entre os grupos sociais ali presentes e fator explicativo da heterogeneidade de objetivos e interesses para o espaço comum explicitados na deflagração do conflito ambiental.

5.1.1 Associação livre de palavras: indicadores para a análise

A análise da associação livre de palavras, de acordo com Abric (1994), fornece rico embasamento para a apreensão do conteúdo das representações sociais, devido ao seu caráter pouco diretivo, evitando-se impor de antemão aos agentes entrevistados elementos do universo de referência da pesquisadora. O emprego desta técnica oferece, portanto, oportunidade para o aparecimento de múltiplos elementos para a análise que transcendem as hipóteses previamente formuladas.

No âmbito desta pesquisa foram definidos como indutores das associações os termos *agricultura*, *desenvolvimento* e *conservação*, sugeridos separadamente e seguindo esta ordem de evocação. A escolha destes termos foi orientada pelos objetivos da pesquisa associados às impressões e informações derivadas da pesquisa exploratória. Para a interpretação dos resultados obtidos, foi utilizado o conjunto de programas de análise de evocações inseridos no software EVOC2000.

O tratamento dos resultados com o auxílio deste software permite, entre outros, a identificação dos termos mais freqüentemente associados à palavra indutora, assim como dos termos mais diretamente associados (ou seja, evocados de imediato nas primeiras respostas dos entrevistados), e, finalmente, identificação dos termos em que há maior consistência entre o número de vezes em que são evocados e a sua posição

média na ordem de evocação, os quais se estima serem ligados de forma mais central ao conteúdo da representação. Os resultados obtidos para cada um dos termos na população pesquisada em geral e em cada grupo separadamente serão discutidos nas subseções a seguir.

5.1.1.1 A *agricultura* como termo indutor de associações

Quando sugerido como indutor de associação livre a palavra *agricultura*, foram obtidos em resposta 128 termos e palavras diferentes, distribuídos em 231 evocações realizadas pelos 51 entrevistados.

Destes termos, 83 foram citados uma única vez e apenas uma palavra foi citada 11 vezes, como pode ser observado na tabela de distribuição de frequências a seguir (TAB. 2). A média geral da posição na ordem de evocação foi 3,16, o que significa que os termos associados à palavra *agricultura* foram evocados, na média, entre a terceira e a quarta palavra citada (quanto menor essa média, mais consistente a centralidade dos termos no conteúdo da representação).

TABELA 2: Distribuição de frequência de evocações dos termos associados à *agricultura*

Frequência	Número de palavras/termos	Cumulativo de evocações		Inverso cumulativo de evocações	
1	83	83	35,9%	231	100%
2	22	127	55,0%	148	64,1%
3	12	163	70,6%	104	45,0%
4	1	167	72,3%	68	29,4%
5	4	187	81,0%	64	27,7%
6	3	205	88,7%	44	19,0%
7	1	212	91,8%	26	11,3%
8	1	220	95,2%	19	8,2%
11	1	231	100%	11	4,8%

Fonte: Elaborada pela autora (FLEURY, 2008).

As palavras mais citadas foram, em ordem decrescente, *alimento* (11 vezes), *desenvolvimento* (oito vezes), *impacto-ambiental*²⁶ (sete vezes), *produção* (seis vezes),

²⁶ Os termos compostos que se referem a uma entidade única (como *impacto ambiental*, *recursos naturais* e *segurança alimentar*, por exemplo) são grafados ligados por um sinal de hífen, para manter a sua unidade na análise dos programas.

renda (seis vezes), *tudo* (seis vezes), *sustentabilidade* (cinco vezes), *tecnologia* (cinco vezes), *pecuária* (cinco vezes), *lavoura* (cinco vezes) e *desmatamento* (quatro vezes).

Interessante destacar algumas co-ocorrências entre estes termos: *alimento* ocorre freqüentemente seguido ou precedido de *produção* e de *desenvolvimento*; *desenvolvimento*, por sua vez, é recorrentemente vinculado a *impacto-ambiental*, *desmatamento* e *renda*; *impacto-ambiental* também costuma ser acompanhado de *tecnologia* e *sustentabilidade*.

A partir da associação entre as freqüências de evocação, apresentadas na TABELA 2, e a média geral da posição de evocação são definidos os critérios para a avaliação da centralidade dos termos citados, isto é, da importância relativa dos termos no conjunto de evocações. Quando considerado todo o universo de entrevistados, despontam como elementos centrais *alimento*, *desenvolvimento*, *impacto-ambiental* e *produção*. Na tabela seguinte (TAB. 3) pode-se visualizar a relação entre freqüência e ordem de evocação, portanto, a centralidade dos principais termos evocados.

TABELA 3: Centralidade dos termos evocados no conjunto da população estudada em resposta à palavra *agricultura*

I: Elementos “mais centrais”	II
Freqüência ≥ 6 e Posição média $< 3,16$	Freqüência ≥ 6 e Posição média $\geq 3,16$
<i>alimento</i> (11; 2,818) <i>desenvolvimento</i> (8; 2,250) <i>impacto-ambiental</i> (7; 2,143) <i>produção</i> (6; 2,667)	<i>renda</i> (6; 3,500) <i>tudo</i> (6; 4,000)
III	IV: Elementos “mais periféricos”
Freqüência < 6 e Posição média $< 3,16$	Freqüência < 6 e Posição média $\geq 3,16$
<i>arroz</i> (3;1,000) <i>cerrado</i> (3; 2,667) <i>degradação</i> (3; 2,333) <i>feijão</i> (3; 1,333) <i>lavoura</i> (5; 2,200) <i>milho</i> (3; 2,667) <i>país</i> (3; 2,333) <i>pecuária</i> (5; 2,000) <i>sobrevivência</i> (3; 2,667) <i>tecnologia</i> (5; 1,400)	<i>desmatamento</i> (4; 4,000) <i>emprego</i> (3; 3,333) <i>familiar</i> (3; 4,333) <i>grãos</i> (3; 4,000) <i>pobreza</i> (3; 5,333) <i>soja</i> (3; 3,333) <i>sustentabilidade</i> (5; 3,400)

Fonte: Elaborada pela autora (FLEURY, 2008).

Os termos incluídos no primeiro quadrante (acima e à esquerda) são considerados os mais estreitamente vinculados à noção que se faz de *agricultura* na população estudada. Entre parênteses, após cada termo, são apresentadas sua frequência e posição média de evocação, respectivamente. No quarto quadrante (abaixo, à direita) encontram-se os elementos que compõem o universo de associações ao termo indutor de forma mais periférica, isto é, ainda que façam parte das associações, o fazem de forma mais distanciada, não sendo decisivos na definição do sentido que se atribui, neste caso, à *agricultura*. Geralmente, nessa posição estão elementos que fazem parte do cotidiano dos agentes há um período mais recente, ou que venham sendo trazidos às conversas informais frequentemente mas que ainda não tenham sido de fato incorporados ao núcleo das percepções (VERGES, 2002). Nos outros dois quadrantes encontram-se termos em que se nota uma contradição entre os critérios de frequência e ordem de evocação.

A observação dos termos e de suas disposições na tabela sugere algumas pistas para a interpretação dos resultados. No primeiro quadrante nota-se, desde já, a relevância do enlaçamento entre os componentes norteadores da análise: no cerne das associações à agricultura estão tanto o *desenvolvimento* quanto o *impacto ambiental*. Este aspecto é nitidamente compreendido considerando-se a história local, visto que todos os municípios estudados trazem a presença transformadora da agricultura como emblema do desenvolvimento, tendo como contrapartida impactos como a supressão da vegetação nativa ou de nascentes e cursos d'água.

Quando a atenção se detém sobre os termos considerados mais periféricos no universo de associações, destaca-se a presença da palavra *sustentabilidade*, que, apesar de evocada cinco vezes, apareceu associada apenas entre os termos finais a serem citados (medido pelo alto valor da posição média de evocação), indicando-a como um elemento recentemente incorporado pelos entrevistados entre os aspectos vinculados à agricultura.

Em seguida, separando-se o conjunto de evocações por grupos sociais, algumas particularidades podem ser observadas. Considerando-se apenas o grupo representantes do poder público, em resposta a *agricultura* foram citadas 47 palavras e termos, em 63 evocações. Trinta e seis palavras foram evocadas uma única vez, e às duas palavras mais frequentemente citadas, *alimento* e *desenvolvimento*, foram feitas referências quatro vezes. A média geral da posição de evocação dos termos citados nesse grupo é de

2,90. Consorciando-se estes valores, obtém-se uma tabela da centralidade dos termos (TAB. 4) que se distingue da tabela referente à amostra total.

TABELA 4: Centralidade dos termos evocados por representantes do poder público em resposta à palavra *agricultura*.

I: Elementos “mais centrais”	II
Frequência ≥ 4 e Posição média $< 2,9$	Frequência ≥ 4 e Posição média $\geq 2,9$
alimento (4; 1,500) desenvolvimento (4; 1,250)	(nenhum termo)
III	IV: Elementos “mais periféricos”
Frequência < 4 e Posição média $< 2,9$	Frequência < 4 e Posição média $\geq 2,9$
degradação (2; 2,500) produtividade (2; 1,500) produção (2; 1,500) renda (3; 2,000) sustentabilidade (2; 1,000) tecnologia (2; 1,500)	gaúchos (2; 3,000) impacto-ambiental (2; 3,000) riqueza (2; 5,500)

Fonte: Elaborada pela autora (FLEURY, 2008).

Neste caso, dentre os elementos que aparecem associados à agricultura de forma mais central permanecem somente as idéias de *alimento* e *desenvolvimento*. O termo *produção* é evocado apenas duas vezes, passando do primeiro para o terceiro quadrante, e *impacto-ambiental* situa-se entre os elementos mais periféricos. No quarto quadrante novos termos também aparecem no rol de associações, como a referência aos *gaúchos*. Esta referência explica-se pelo fato de que, na área de estudo, a produção agrícola é geralmente conduzida por sujeitos provenientes dos estados do sul do Brasil, enquanto os produtores rurais nascidos no Centro-Oeste costumam identificar-se com a pecuária. Sendo os agentes do grupo representantes do poder público em sua maioria (cerca de 70%) nascidos em estados do Centro-Oeste ou Sudeste, este aspecto ganha destaque dentre as associações.

No grupo seguinte a ser analisado, referente aos produtores rurais, o termo *agricultura* fomentou a evocação de 73 palavras e termos diferentes, somando cem citações. Cinquenta e oito palavras foram citadas apenas uma vez e as duas palavras mais evocadas foram citadas 5 vezes. A ordem média de evocações foi 3,26.

As palavras citadas mais freqüentemente foram *alimento* e *tudo*. A presença destes termos não é surpreendente, podendo-se relacionar o termo *tudo* ao fato da agricultura ser o principal distintivo social dos agentes entrevistados deste grupo, atuando não apenas como um vínculo profissional, mas como um aspecto decisivo da configuração das identidades sociais destes agentes no contexto estudado. Já a associação com *alimento* pode vincular-se à característica de a função de produção de alimentos ser o principal argumento enunciado pelos produtores como princípio de referência. No entanto, quando analisada a centralidade dos termos, estas associações não estão entre as mais significativas, dando lugar a um novo elemento: destaca-se a palavra *pecuária*, como pode ser observado a seguir (TAB. 5).

TABELA 5: Centralidade dos termos evocados por produtores rurais em resposta à palavra *agricultura*.

I: Elementos “mais centrais”	II
Freqüência ≥ 4 e Posição média $< 3,2$	Freqüência ≥ 4 e Posição média $\geq 3,2$
pecuária (4; 2,000)	alimento (5; 3,400) tudo (5; 4,000)
III	IV: Elementos “mais periféricos”
Freqüência < 4 e Posição média $< 3,2$	Freqüência < 4 e Posição média $\geq 3,2$
agronegócio (2; 2,000) impacto-ambiental (2; 2,000) município (2; 2,500) necessário (2; 1,500) país (3; 2,333) sobrevivência (3; 2,667) tecnologia (2; 1,000)	familiar (2; 5,500) grãos (3; 4,000) lavoura (2; 3,500) produção (3; 4,000) renda (2; 7,000)

Fonte: Elaborada pela autora (FLEURY, 2008).

Nota-se que, apesar de *alimento* e *tudo* serem evocados cinco vezes, possuem valores relativos à ordem de evocação maiores do que a média, significando que, em geral, estão entre os termos associados à palavra indutora de forma menos espontânea, mais racionalizada. Já a associação com *pecuária* é na maior parte das vezes mais imediata, o que pode estar vinculado a uma recorrente complementação, ora até mesmo oposição, entre as atividades agrícolas direcionadas para o cultivo de grãos e para a pecuária.

Entre os entrevistados pertencentes ao grupo agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente a palavra *agricultura* se mostrou relacionada a 38 termos e palavras diferentes, em 43 evocações. A distribuição das freqüências de evocação se deu de forma bastante dispersa: 34 palavras foram citadas apenas uma vez, três palavras foram citadas duas vezes, e apenas uma palavra chegou a ser citada três vezes. Essa disposição relaciona-se com o fato deste grupo aglutinar poucos agentes entrevistados, restringindo as possibilidades de se encontrar padrões de resposta. A média geral da ordem de evocação obtida foi 3,81.

A palavra mais freqüentemente citada em associação a *agricultura*, diferentemente do que poderia se esperar diante do perfil deste grupo, foi *desenvolvimento*. No entanto, a segunda palavra mais citada foi *insustentabilidade*, sugerindo ao mesmo tempo uma concepção negativa tanto de *agricultura* quanto de *desenvolvimento*. Contudo, a análise poderá ser melhor fundamentada a partir da observação da tabela de centralidade dos termos, apresentada em seguida (TAB.6).

TABELA 6: Centralidade dos termos evocados por agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente em resposta à palavra *agricultura*.

I: Elementos “mais centrais”	II
Freqüência ≥ 2 e Posição média $< 3,8$	Freqüência ≥ 2 e Posição média $\geq 3,8$
cerrado (2; 2,500)	insustentabilidade (2; 6,000)
desenvolvimento (3; 3,333)	
desmatamento (2; 3,500)	
III	IV: Elementos “mais periféricos”
Freqüência < 2 e Posição média $< 3,8$	Freqüência < 2 e Posição média $\geq 3,8$
concentração-de-terra (1; 3,000)	PNE (1; 4,000)
custos (1; 1,000)	ameaça (1; 7,000)
degradação (1; 2,000)	desigualdade (1; 4,000)
economia (1; 1,000)	diversidade (1; 5,000)
emprego (1; 2,000)	incentivos-governo (1; 4,000)
exploração (1; 1,000)	monocultura (1; 6,000)
impacto-ambiental (1; 1,000)	monótono (1; 5,000)
produção (1; 1,000)	pobreza (1; 6,000)
sobre-exploração (1; 2,000)	sem-graça (1; 6,000)
soja (1; 3,000)	sustentável (1; 4,000)
tecnologia (1; 2,000)	êxodo-rural (1; 5,000) ^b

Fonte: Elaborada pela autora (FLEURY, 2008).

Percebe-se que, ainda que *agricultura* tenha sido o primeiro termo sugerido como indutor de associações livres no roteiro de entrevista, a grande maioria dos termos evocados já faz referência à agricultura em relação ao meio ambiente, adotando-se, sobretudo, conotações negativas (como *insustentabilidade*, *degradação*, *exploração* e *êxodo rural*, por exemplo). Mais próximos ao núcleo das idéias e imagens que se associam ao termo, *desmatamento* e *cerrado* vinculam-se a *desenvolvimento*, refletindo as conseqüências dos planos de desenvolvimento implantados pelo governo e que inauguraram a agricultura tecnificada na região. Interessante destacar, inclusive, que nas tabelas de centralidade dos termos relativas aos grupos analisados até agora, a agricultura está associada essencialmente à produção de *commodities*, aparecendo referências à agricultura familiar apenas no grupo de produtores rurais e ainda assim de forma periférica.

Ainda sobre os termos evocados pelos agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente, cabe destacar o aparecimento, pela primeira vez, da associação ao PNE, mesmo que de forma periférica. Ressalta-se também que, assim como no grupo dos produtores rurais o termo *alimento*, mobilizado como cerne da principal argumentação do grupo, é evocado apenas após uma maior reflexão sobre o termo *agricultura*, no caso deste grupo destaca-se a presença de *insustentabilidade* no II quadrante da tabela, também sugerindo uma contradição entre a freqüência de evocações e a posição dentre os termos em que esta palavra é evocada. Pode-se inferir, portanto, que também neste caso a associação entre um dos argumentos centrais do grupo e agricultura não se dá de forma imediata, mas posterior a uma maior elaboração da resposta a ser enunciada.

Finalmente, detendo-se sobre as evocações realizadas exclusivamente por representantes da população tradicional identificada no entorno do PNE, observa-se um padrão bastante diferente de respostas. Neste grupo, o termo *agricultura* sugeriu a associação com outras 21 palavras e expressões, contabilizando-se 27 citações ao total. Sendo também um grupo restrito em termos de número de agentes entrevistados, a distribuição das freqüências restringiu-se a 15 palavras evocadas uma única vez, e seis palavras evocadas duas vezes. A posição média calculada para a ordem de evocação dos termos foi 2,33, e, associando-se estes dois parâmetros foi possível obter uma tabela de centralidade tal qual representada na TABELA 7.

TABELA 7: Centralidade dos termos evocados por representantes de população tradicional em resposta à palavra *agricultura*.

I: Elementos “mais centrais”	II
Frequência ≥ 2 e Posição média < 2	Frequência ≥ 2 e Posição média ≥ 2
arroz (2; 1,000) feijão (2; 1,500) lavoura (2; 1,000) milho (2; 1,000)	alimento (2; 4,000) impacto-ambiental (2; 2,400)
III	IV: Elementos “mais periféricos”
Frequência < 2 e Posição média < 2	Frequência < 2 e Posição média ≥ 2
plantação (1; 1,000) renda (1; 1,000) soja (1; 1,000)	bonito (1; 4,000) desenvolvimento (1; 2,000) dinheiro (1; 2,000) maravilhoso (1; 3,000) o-que-a-gente-vê (1; 2,000) pecuária (1; 2,000) preocupação (1; 4,000) roça (1; 2,000) sustentabilidade (1; 5,000)

Fonte: Elaborada pela autora (FLEURY, 2008).

Destaca-se que, enquanto nos demais grupos de entrevistados figuram dentre os termos mais centrais sobretudo associações a temas abstratos ou que carregam alguma conotação ideológica (*alimento, desenvolvimento, desmatamento*, por exemplo), neste grupo a palavra *agricultura* remete a elementos mais presentes no cotidiano, como os cultivos utilizados na alimentação e a *lavoura*. Ao despontarem como termos centrais *arroz, feijão e milho*, parece clara a distinção entre “comida” e “alimento”, corriqueira em estudos sobre antropologia da alimentação. A “comida” se refere aos alimentos distintos pelo ato culinário e seletividade cultural (RAMOS, 2007). O trecho citado a seguir, atribuído a um agricultor, expõe bem essa distinção:

O alimento é o mesmo que a comida, tudo o que é comida é alimento; mas ninguém fala que o alimento tá na mesa; fala é que a comida tá na mesa; ninguém fala vai comê o alimento, fala que vai comê é a comida (WOORTMANN, 1978, p.47²⁷ *apud* RAMOS, 2007).

²⁷ WOORTMANN, Klaas. Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda: relatório final. *Série Antropologia*, Brasília, v.20, p.1-183,1978.

Parece pertinente destacar essa diferença para sublinhar que o termo *alimento*, quando evocado, se refere a um valor, ou a um *princípio universalizante*, diferentemente dos exemplos de comidas citadas neste caso da população tradicional. Neste grupo, o termo *alimento* também aparece no rol de associações, mas com uma posição média de evocação alta (4,00), indicando ser consequência de maior elaboração da resposta. Em seguida, prossegue-se a análise das associações vinculadas à palavra *desenvolvimento*.

5.1.1.2 O *desenvolvimento* como termo indutor de associações

Quando sugerido *desenvolvimento* como termo indutor de associações livres, foram obtidos em resposta 136 palavras e expressões diferentes, distribuídos em 224 evocações realizadas pelo conjunto de entrevistados.

Neste grupo de respostas, 104 palavras foram citadas apenas uma vez, enquanto uma única palavra foi evocada ao todo dez vezes. A distribuição dos termos entre as frequências de evocação está apresentada na TABELA 8 a seguir. A posição média em que os termos foram evocados no total da amostra foi 3,21, isto é, a maior parte dos termos foi evocada, na média, entre a terceira e a quarta palavra a ser associada pelos entrevistados.

TABELA 8: Distribuição de frequência de evocações dos termos associados a *desenvolvimento*

Frequência	Número de palavras/termos	Cumulativo de evocações		Inverso cumulativo de evocações	
1	104	104	46,4%	224	100%
2	12	128	57,1%	120	53,6%
3	9	155	69,2%	96	42,9%
4	3	167	74,6%	69	30,8%
5	2	177	79,0%	57	25,4%
6	1	183	81,7%	47	21,0%
7	2	197	87,9%	41	18,3%
8	1	205	91,5%	27	12,1%
9	1	214	95,5%	19	8,5%
10	1	224	100%	10	4,5%

Fonte: Elaborada pela autora (FLEURY, 2008).

A palavra mais evocada, citada ao todo dez vezes, foi *sustentável*, sendo seguida por *crescimento* (nove vezes), *agricultura* (oito vezes), *tecnologia* (sete vezes),

economia (sete vezes), *qualidade-de-vida* (seis vezes), *produção* (cinco vezes) e *necessário* (cinco vezes). Somadas, estas oito palavras correspondem a cerca de 25% do total de evocações. No entanto, a discussão destas frequências fica mais interessante quando comparada aos termos que emergem na análise das evocações como mais centrais, isto é, mais próximos ao núcleo das representações.

Associando-se a frequência de evocação dos termos com suas posições médias de evocação, obtém-se uma tabela de centralidade tal qual apresentada a seguir (TAB. 9). Nesta, despontam como elementos centrais os termos *crescimento*, *agricultura*, *tecnologia*, *economia* e *qualidade-de-vida*. *Sustentável*, o termo mais evocado, aparece no II quadrante, indicando que neste caso há uma contradição entre os parâmetros de centralidade. Tal aspecto deve-se à sua posição média de evocação, que se encontra bem acima da média geral (4,3, enquanto a média geral obtida foi 3,2).

TABELA 9: Centralidade dos termos evocados no conjunto da população estudada em resposta à palavra *desenvolvimento*.

I: Elementos “mais centrais”	II
Frequência ≥ 6 e Posição média < 3,2	Frequência ≥ 6 e Posição média ≥ 3,2
agricultura (8; 2,250) crescimento (9; 2,000) economia (7; 3,000) qualidade-de-vida (6; 2,500) tecnologia (7; 3,000)	sustentável (10; 4,300)
III	IV: Elementos “mais periféricos”
Frequência < 6 e Posição média < 3,2	Frequência < 6 e Posição média ≥ 3,2
bom (3; 1,667) difícil (3; 3,000) educação (3; 2,000) emprego (3; 2,667) necessário (5; 2,200) pecuária (3; 2,667) produção (5; 3,000) renda (3; 2,000) trabalho (4; 1,000)	agressões-à-natureza (4; 4,750) assusta (3; 4,333) cana (4; 4,750) meio-ambiente (3; 4,000) mudança (3; 6,333)

Fonte: Elaborada pela autora (FLEURY, 2008)

A partir dessa disposição pode-se inferir, portanto, que ainda que *sustentável* seja o termo mais evocado – indicando a premência desta associação nos tempos atuais, em que *desenvolvimento* e *sustentável* formam um par quase indissociável nos discursos correntes – este aspecto não foi de fato incorporado ao núcleo da representação. Ainda observa-se então, de maneira arraigada ao que se entende por desenvolvimento, a presença da *economia* e do *crescimento*, retomando um modelo de desenvolvimento que hoje se costuma por vezes apregoar como superado.

Quando se relacionam estas respostas ao contexto local, torna-se ainda mais clara a permanência destas associações, tendo em vista que, como demonstrado na seção 4.1, grande parte dos municípios do entorno do PNE surgiu ou se impulsionou após os “Planos de Desenvolvimento do Cerrado”, implementados pelo governo federal a partir da década de 1970. Nestes planos, a agricultura tecnificada foi difundida como propulsora do desenvolvimento, trazendo renda e crescimento para as localidades. Provavelmente também deste aspecto da história local decorrem as associações à *agricultura* e *tecnologia*, mantidas de forma perene no núcleo das percepções sobre desenvolvimento.

Destaca-se, também, que as demais referências ao meio ambiente, assim como uma conotação possivelmente negativa ao desenvolvimento (*agressões-à-natureza*, *assusta*, *meio-ambiente*) só aparecem de forma periférica, após uma maior reflexão e elaboração da resposta por parte dos entrevistados. No entanto, o fato de tais elementos estarem incluídos no rol de associações, ainda que de forma menos imediata, indica uma possível mudança de percepção, mesmo que incipiente. Recordando, de acordo com Abric (1994, p.25), os elementos periféricos compreendem as informações retidas, selecionadas e interpretadas, constituindo a interface entre o núcleo central e a situação concreta em que se elaboram ou funcionam as representações sociais. Neste caso, observa-se portanto que, ainda que desenvolvimento seja entendido como essencialmente vinculado ao crescimento e à qualidade de vida, o contexto do entorno da unidade de conservação, favorecendo a difusão de informações sobre questões ambientais, e os impactos ao meio ambiente observados localmente, atuam trazendo às associações ao desenvolvimento ressalvas e riscos ambientais (*assusta* e *agressões-à-natureza*).

Estes aspectos mantêm-se bem marcados também quando se analisa as respostas separadas por grupos sociais. Entre os representantes do poder público, *desenvolvimento* suscitou a evocação de 53 palavras e expressões, distribuídas em 66 citações. Foram

citadas uma única vez 44 palavras diferentes, e a palavra mais citada foi *crescimento*, evocada ao todo cinco vezes. A segunda palavra mais citada foi *sustentável*, aparecendo entre as respostas três vezes. A posição média de evocação foi 3,29.

Observa-se que neste grupo, assim como no conjunto da população estudada, quando se analisa a centralidade dos termos evocados *crescimento* destaca-se como elemento central, enquanto *sustentável* situa-se entre os atributos mais periféricos vinculados à noção de desenvolvimento (TAB.10).

Concentrando-se a análise sobre as respostas enunciadas pelo grupo seguinte, relativo aos produtores rurais, os resultados obtidos não são muito diferentes. Neste caso, foram evocados 66 termos e expressões em associação a *desenvolvimento*, contabilizando ao total 89 citações. A posição média das evocações em geral foi menor, 2,83. O máximo de evocações referentes a uma única palavra foi seis vezes, e 54 palavras foram evocadas apenas uma vez pelo conjunto de entrevistados.

TABELA 10: Centralidade dos termos evocados por representantes do poder público em resposta à palavra *desenvolvimento*

I: Elementos “mais centrais”	II
Frequência ≥ 4 e Posição média < 3,2	Frequência ≥ 4 e Posição média ≥ 3,2
crescimento (5; 2,200)	(nenhum termo)
III	IV: Elementos “mais periféricos”
Frequência < 4 e Posição média < 3,2	Frequência < 4 e Posição média ≥ 3,2
necessário (2; 2,500)	agressões-à-natureza (2; 5,000)
qualidade-de-vida (2; 3,000)	assusta (2; 5,500)
tecnologia (2; 2,500)	emprego (2; 3,500)
	problemas (2; 8,500)
	sustentável (3; 4,333)

Fonte: Elaborada pela autora (FLEURY, 2008).

Agricultura, citada seis vezes, *tecnologia*, *sustentável* e *economia*, citadas cada uma quatro vezes, compõem juntas cerca de 20% das associações. Dessas, apenas *agricultura* e *economia* se destacam quando além da frequência de evocações considera-se também a ordem em que foram evocadas, tal qual demonstrado na tabela a seguir (TAB. 11).

TABELA 11: Centralidade dos termos evocados por produtores rurais em resposta à palavra *desenvolvimento*

I: Elementos “mais centrais”	II
Frequência ≥ 4 e Posição média $< 2,8$	Frequência ≥ 4 e Posição média $\geq 2,8$
agricultura (6; 2,667) economia (4; 2,500)	sustentável (4; 3,250) tecnologia (4; 3,500)
III	IV: Elementos “mais periféricos”
Frequência < 4 e Posição média $< 2,8$	Frequência < 4 e Posição média $\geq 2,8$
crescimento (2; 1,000) necessário (2; 1,500) pecuária (2; 2,500) produção (3; 2,333) qualidade-de-vida (2; 2,500) renda (2; 2,500)	Perdigão (2; 3,500) custos (2; 4,000)

Fonte: Elaborada pela autora (FLEURY, 2008).

O termo *agricultura*, que no grupo de representantes do poder público não aparece dentre as associações, aqui desponta entre os mais imediatamente vinculados ao desenvolvimento. De fato, na área de estudo *agricultura e desenvolvimento* são muitas vezes tratados como sinônimos, principalmente por aqueles que se consideram “chamados a trazer o desenvolvimento para o Centro-Oeste” via agricultura tecnificada.

A dimensão ambiental não aparece nas associações deste grupo, a não ser se inferida a partir do termo *sustentável*, que, assim como no conjunto da população estudada, apresenta uma contradição entre frequência e posição média de evocação. Destaca-se ainda a presença da *Perdigão* como elemento periférico, assim como a presença da *cana* também no IV quadrante da tabela relativa à população total, confirmando o caráter de incorporação de elementos novos do cotidiano dos grupos, característico das associações mais distanciadas dos conteúdos centrais das percepções.

Selecionando-se em seguida as respostas enunciadas pelos agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente, novos elementos podem ser acrescentados à análise. Neste grupo, *desenvolvimento* incitou a evocação de 38 palavras e expressões diferentes, somando 48 associações. Trinta palavras foram evocadas uma única vez, seis palavras foram evocadas duas vezes, e a duas palavras foram feitas referências três vezes. A posição média de evocação das palavras enunciadas por este grupo foi de 3,9. Tais

parâmetros, associados, permitem a avaliação da centralidade dos termos, apresentada na TABELA 12.

TABELA 12: Centralidade dos termos evocados por agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente em resposta à palavra *desenvolvimento*

I: Elementos “mais centrais”	II
Frequência ≥ 3 e Posição média $< 3,9$	Frequência ≥ 3 e Posição média $\geq 3,9$
econômico (3; 3,667)	sustentável (3; 5,667)
III	IV: Elementos “mais periféricos”
Frequência < 3 e Posição média $< 3,9$	Frequência < 3 e Posição média $\geq 3,9$
agressões-à-natureza (1; 2,000)	PNE (1; 4,000)
agricultura (1; 1,000)	amplo (1; 4,000)
conservação (1; 1,000)	cana (2; 4,500)
crescimento (2; 2,500)	difícil (2; 4,000)
equilíbrio (1; 1,000)	ilusão (1; 7,000)
lavoura (1; 2,000)	morte (1; 6,000)
monotonia (1; 2,000)	não-ter-poluição (1; 4,000)
poder (1; 2,000)	produção (2; 4,000)
qualidade-de-vida (2; 2,000)	realização-de-sonhos (1; 5,000)
riqueza (1; 1,000)	soja (1; 5,000)
tecnologia (1; 2,000)	turismo (1; 5,000)
veloz (1; 1,000)	vaidade (1; 4,000)

Fonte: Elaborada pela autora (FLEURY, 2008).

Mantendo o padrão observado nos demais grupos, figura como elemento associado de forma mais central a *desenvolvimento* o termo *econômico*. A relevância da dimensão econômica no entendimento geral sobre *desenvolvimento* condiz com os pressupostos teóricos que afirmam serem os aspectos centrais das representações geralmente estáveis e resistentes a mudanças (ABRIC, 1994). Neste caso, as distinções entre os grupos localizam-se, mais do que nas associações centrais, nas atitudes frente aos mesmos termos, manifestadas a partir dos demais elementos associados: enquanto no grupo de produtores rurais *economia* e *agricultura* figuram associadas a termos de conotação positiva para este grupo, como *qualidade-de-vida*, *tecnologia*, *produção* e *renda*, no caso dos agentes de pesquisa e defesa do meio ambiente relacionam-se ao desenvolvimento econômico e à agricultura palavras e expressões nitidamente de

conotação negativa, como *ilusão*, *morte*, *monotonia* e *vaidade*. A referência à sustentabilidade, também como nos demais grupos, apresenta contradição entre frequência e posição de evocação, sugerindo que, mesmo entre os entrevistados mais diretamente vinculados à questão ambiental, este aspecto é recordado apenas posteriormente a uma maior reflexão sobre a palavra indutora.

Em seguida, quando se focaliza o grupo de respostas enunciadas pelos entrevistados pertencentes à população tradicional, destaca-se uma postura ambígua em relação ao desenvolvimento. Foram registrados, neste grupo, 19 termos e expressões associados à palavra indutora, evocados ao todo 23 vezes, em uma posição média na ordem de evocação de 3,17. Quatro palavras foram citadas duas vezes, e, 15, apenas uma vez. As mais citadas neste grupo foram *bom*, *condição-de-vida*, *educação* e *trabalho*, apresentando todas essas uma posição de evocação menor do que a média, sendo, portanto, consideradas também as mais centrais. No entanto, quando se observa todo o conjunto de palavras e expressões evocadas, que pode ser visualizado na TABELA 13 a seguir, percebe-se que as demais associações, em geral, não mantêm este padrão de resposta.

TABELA 13: Centralidade dos termos evocados por representantes de população tradicional em resposta à palavra *desenvolvimento*

I: Elementos “mais centrais”	II
Frequência ≥ 2 e Posição média $< 3,1$	Frequência ≥ 2 e Posição média $\geq 3,1$
bom (2; 1,500) condição-de-vida (2; 2,500) educação (2; 1,500) trabalho (2; 1,000)	(nenhum termo)
III	IV: Elementos “mais periféricos”
Frequência < 2 e Posição média $< 3,1$	Frequência < 2 e Posição média $\geq 3,1$
conhecimento (1; 2,000) ferramentas (1; 3,000) fraco (1; 1,000) nem-tanto (1; 3,000) piorar (1; 3,000) punhal-de-duas-pontas (1; 1,000) união (1; 3,000)	agressão (1; 7,000) cansaço (1; 6,000) conforto (1; 5,000) depressão (1; 4,000) dinheiro (1; 4,000) estresse (1; 5,000) meio-ambiente (1; 7,000) violência (1; 6,000)

Fonte: Elaborada pela autora (FLEURY, 2008).

No terceiro e no quarto quadrantes da tabela de centralidade destacam-se entre os termos associados ao desenvolvimento expressões como *punhal-de-duas-pontas*, *piorar*, *agressão*, *cansaço*, *depressão*, *estresse* e *violência*, que não se coadunam com termos como *bom*, *educação* e *trabalho*, presentes entre os elementos centrais. Tal fato, considerando-se a característica de registrar períodos de transições apresentada geralmente pelos termos incluídos entre os elementos periféricos, pode sugerir uma mudança em trânsito de percepção sobre desenvolvimento, a princípio entendido como fator de melhoria de *condição de vida*, e posteriormente, devido à forma com que implementado, questionado quanto à capacidade de atender às demandas desta população.

5.1.1.3 A *conservação* como termo indutor de associações

Finalmente, encerrando a análise das associações livres, consideram-se então os termos e expressões obtidos em resposta quando sugerido como indutor de associações o objeto de representação estudado, *conservação*.

Neste caso, analisando-se o conjunto total de agentes entrevistados, foram evocadas 151 palavras e expressões diferentes, contabilizando 232 evocações. A distribuição dos termos entre as frequências de evocação (TAB. 14) mostra que quase metade dos termos (112 expressões) foi evocada uma única vez, enquanto a palavra mais evocada foi citada sete vezes pelo conjunto da população. A posição média na ordem de evocação dos termos foi, neste caso, 3,23.

TABELA 14: Distribuição de frequência de evocações dos termos associados a *conservação*

Frequência	Número de palavras/termos	Cumulativo de evocações		Inverso cumulativo de evocações	
1	112	112	48,3%	232	100%
2	22	156	67,2%	120	51,7%
3	3	165	71,1%	76	32,8%
4	7	193	83,4%	67	28,9%
5	4	213	91,8%	39	16,8%
6	2	225	97,0%	19	8,2%
7	1	232	100%	7	3,0%

Fonte: Elaborada pela autora (FLEURY, 2008).

As palavras mais freqüentemente citadas foram *água* (sete vezes), *meio ambiente* (seis vezes), *futuro* (seis vezes), *solo* (cinco vezes), e *agricultura* (cinco vezes). Contudo, quando avaliada a consistência dos termos no sentido de sua coerência entre freqüência de evocação e posição média entre os termos evocados, indicando associação mais central ao conteúdo da representação, permanecem dentre aqueles mais citados os termos *meio ambiente*, *futuro*, *agricultura* e *solo*, e o termo *água* cede lugar a *degradação*, tal qual se pode observar na tabela abaixo (TAB. 15).

TABELA 15: Centralidade dos termos evocados no conjunto da população estudada em resposta à palavra *conservação*

I: Elementos “mais centrais”	II
Freqüência ≥ 5 e Posição média $< 3,2$	Freqüência ≥ 5 e Posição média $\geq 3,2$
agricultura (5; 2,200) degradação (5; 2,800) futuro (6; 2,167) meio-ambiente (6; 1,500) solo (5; 2,000)	preservação (5; 3,600) água (7; 3,429)
III	IV: Elementos “mais periféricos”
Freqüência < 5 e Posição média $< 3,2$	Freqüência < 5 e Posição média $\geq 3,2$
Cerrado (4; 2,750) cuidados (3; 1,667) importante (3 ;2,000) manter (4; 2,250) sustentável (4; 3,000) utilização (4; 1,750) vida (4; 2,250)	desmatamento (4; 3,750) mudança (3; 5,333) nascentes (4; 3,250)

Fonte: Elaborada pela autora (FLEURY, 2008).

A associação direta ao *meio ambiente* não chega a ser inesperada: de fato, no contexto do entorno de um parque nacional, a conservação do meio ambiente é um elemento bastante presente no cotidiano dos grupos sociais. *Futuro* como elemento central pode estar relacionado tanto ao cerne do debate sobre sustentabilidade (que se estrutura em torno da manutenção das condições de vida na Terra para as gerações futuras), quanto com uma oposição a um passado degradador na ocupação do Cerrado, idéia muitas vezes afirmada nas entrevistas e conversas pessoais. *Agricultura* e *solo*

parecem estar presentes devido ao perfil eminentemente agrícola da área estudada: a agricultura, de acordo com o agente entrevistado, pode ser associada tanto devido aos impactos que gera, quanto como uma parceira da conservação; *solo* manifesta o apelo das técnicas de conservação e manejo de solo para o cultivo agrícola, como plantio direto, por exemplo, correntemente difundidas.

O termo *água* provavelmente é bastante citado devido ao fato da área de estudo ser região divisora de bacias hidrográficas e área de recarga do aquífero Guarani. No entanto, apesar de esta ser uma informação bastante presente para os entrevistados, não chega a exercer um papel de centralidade, sendo lembrada e evocada após maior reflexão. *Degradação*, por sua vez, pode conotar um papel negativo à conservação, no sentido de que a conservação surgiria em resposta à degradação, e não como um fim em si.

Separando-se as respostas entre os grupos sociais, novos elementos surgem, assim como as características do perfil de cada grupo podem ser melhor demonstradas. Os representantes do poder público manifestaram, no conjunto de suas respostas ao termo *conservação*, 47 palavras e expressões diferentes, somando 54 evocações. Pode-se observar uma acentuada variação entre as palavras citadas: 41 foram evocadas uma única vez, cinco foram evocadas duas vezes, e apenas uma chegou a ser evocada três vezes. A posição média de evocação foi 2,81 para estes termos. A palavra mais evocada neste grupo foi *vida*, seguida por *compensação financeira*, *degradação*, *essencial*, *manter* e *solo*. Destas, apenas *vida* aparece como elemento central, como demonstrado na TABELA 16.

A escassez de elementos identificados como centrais, contraposta à abundância de termos periféricos, reflete a heterogeneidade deste grupo no que diz respeito ao seu posicionamento ante a conservação. Assim, irrompem termos que a associam tanto a uma dimensão político-administrativa, como *ICMS-ecológico* e *compensação-financeira*, por exemplo, quanto a uma dimensão sagrada, como *Deus* e *salvação*. Outros dois termos incluídos entre as associações também merecem ser destacados: *entorno* e *conflito* já são de imediato evocados compondo o universo de associações dos representantes do poder público à conservação.

TABELA 16: Centralidade dos termos evocados por representantes do poder público em resposta à palavra *conservação*

I: Elementos “mais centrais”	II
Frequência ≥ 3 e Posição média < 2,8	Frequência ≥ 3 e Posição média ≥ 2,8
vida (3; 2,667)	(nenhum termo)
III	IV: Elementos “mais periféricos”
Frequência < 3 e Posição média < 2,8	Frequência < 3 e Posição média ≥ 2,8
Alto-Taquari (1; 1,000)	Deus (1; 6,000)
articulação (1; 1,000)	assusta (1; 6,000)
compensação-financeira (2; 2,000)	bioma (1; 8,000)
entorno (1; 2,000)	complicado (1; 5,000)
essencial (2; 1,000)	conflito (1; 3,000)
futuro (1; 1,000)	degradação (2; 3,500)
ICMS-ecológico (1; 2,000)	harmonia (1; 3,000)
início (1; 1,000)	manejo (1; 4,000)
mínima (1; 1,000)	manter (2; 3,500)
salvação (1; 1,000)	nascentes (1; 3,000)
solo (2; 2,000)	obrigação (1; 4,000)
tudo (1; 1,000)	sobrevivência (1; 3,000)

Fonte: Elaborada pela autora (FLEURY, 2008).

Dentre os agentes entrevistados pertencentes ao grupo produtores rurais parece haver uma convergência maior entre as respostas. Neste grupo, *conservação* fomentou a evocação de 79 palavras, distribuídas em 102 citações. Quatro palavras foram citadas quatro vezes cada, e 66 palavras apareceram apenas uma vez entre as respostas. A média geral da posição de evocação foi 3,25. As palavras mais citadas foram *água*, *preservação*, *futuro* e *desmatamento*. No entanto, quando considerada também a posição média destas palavras na ordem de evocação, apenas *futuro* permanece como central, como pode ser visualizado a seguir (TAB.17).

A presença do termo *futuro* como aspecto central nas associações dos produtores rurais à conservação oferece algumas possibilidades de interpretação. Sem dúvidas, a manutenção da biodiversidade e do equilíbrio ambiental para as gerações futuras é um dos eixos do discurso sobre conservação e sustentabilidade, e provavelmente este é um dos aspectos vinculados a esta associação. Conservação estaria vinculada ao futuro, então, possivelmente porque nele encontrariam uma justificativa para transformar as

práticas e idéias do contexto atual, em que esta ainda não é uma realidade tranquilamente incorporada. Pode agregar-se também o fato de, no passado, quando as chapadas do Cerrado foram convertidas em lavoura, não haver uma difusão das preocupações ambientais da forma como existe atualmente e que, portanto, demanda modificações de hábitos e sistemas de manejo dos produtores. Nesse sentido, a conservação pode ser interpretada, então, como pensada *no e para o futuro*, na perspectiva dos produtores rurais.

TABELA 17: Centralidade dos termos evocados por produtores rurais em resposta à palavra *conservação*

I: Elementos “mais centrais”	II
Frequência ≥ 4 e Posição média $< 3,2$	Frequência ≥ 4 e Posição média $\geq 3,2$
futuro (4; 1,500)	desmatamento (4; 3,750) preservação (4; 4,000) água (4; 4,250)
III	IV: Elementos “mais periféricos”
Frequência < 4 e Posição média $< 3,2$	Frequência < 4 e Posição média $\geq 3,2$
agricultura (3; 2,333) cuidados (2; 1,000) degradação (2; 1,000) meio-ambiente (2; 1,000) solo (3; 2,000)	conscientização (2; 4,500) erosão (2; 4,000) mudança (2; 4,500) nascentes-de-água (2; 4,000)

Fonte: Elaborada pela autora (FLEURY, 2008).

Interessante também notar a contradição entre os termos mais evocados e os evocados mais imediatamente pelos entrevistados, presentes nos quadrantes II e III. *Desmatamento*, *preservação* e *água* são elementos mais geralmente associados à conservação tal qual abordada na mídia e em cartilhas e materiais didáticos, mas apresentam, neste caso, valores bem acima da média relativos à posição dentre os termos em que foram evocados. Tal aspecto explicita o fato destes elementos constituírem informações a que os entrevistados têm tido acesso freqüentemente, mas que não configuram o cerne de suas representações, imagens e percepções sobre a conservação. Já no III quadrante, além de *degradação* e *meio ambiente*, que também condizem com as idéias correntemente divulgadas sobre conservação, *agricultura*, *cuidados* e *solo* manifestam elementos de interação especificamente do grupo

produtores rurais com a conservação, e possivelmente por isso, quando evocados, o são entre os primeiros termos a serem associados.

Mais elementos de definição dos grupos sociais aparecem quando trazidas à análise também as respostas dos agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente. Foram evocadas pelos agentes deste grupo 37 palavras e expressões diferentes, distribuídas em 45 citações. A posição média dos termos na ordem de evocação neste caso é 3,56. Apenas uma palavra chegou a ser citada quatro vezes, e outra, três vezes, enquanto 32 palavras foram evocadas uma única vez. Associando-se estes critérios, obtém-se uma tabela que dispõe os termos em relação à sua centralidade, isto é, a consistência entre frequência e ordem de evocação, como observado na TABELA 18 a seguir.

TABELA 18: Centralidade dos termos evocados por agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente em resposta à palavra *conservação*

I: Elementos “mais centrais”	II
Frequência ≥ 3 e Posição média $< 3,5$	Frequência ≥ 3 e Posição média $\geq 3,5$
sustentável (3; 3,333) utilização (4; 1,750)	(nenhum termo)
III	IV: Elementos “mais periféricos”
Frequência < 3 e Posição média $< 3,5$	Frequência < 3 e Posição média $\geq 3,5$
Cerrado (1; 3,000) agricultura (1; 2,000) agricultura-sustentável (1; 1,000) carinho (1; 2,000) cuidado (1; 3,000) desenvolvimento (1; 1,000) equilíbrio (1; 3,000) fauna (1; 2,000) importante (1; 1,000) íntacto (1; 1,000) lavoura (1; 2,000) meio-ambiente (1; 3,000) minimização-de-impactos (1; 2,000) planejar (1; 3,000) preservação (1; 2,000) sensibilidade (1; 3,000) todos-seres-vivos (1; 1,000) vida (2; 3,000)	agredir (1; 5,000) biodiversidade (2; 4,500) conhecimento (1; 8,000) crescer (1; 8,000) critério (1; 4,000) diversidade (1; 6,000) emoção (1; 5,000) evoluir (1; 7,000) futuro (1; 6,000) inteligência (1; 4,000) natureza (1; 5,000) não-mexer (1; 4,000) racionalidade (1; 9,000) recursos-naturais (2; 3,500) resgate (1; 7,000) sem-exaurir (1; 4,000) sentimento (1; 4,000)

As palavras mais citadas, *sustentável* e *utilização*, condizem também com as mais imediatamente evocadas pelos entrevistados, podendo-se considerá-las, portanto, as mais próximas do que este grupo entende como central na representação da conservação. Entre elas, destaca-se ainda que *utilização*, além de ser a mais citada, possui uma posição de evocação bem abaixo da média geral, demonstrando sua relevância no conjunto de associações. Tal aspecto pode estar vinculado a um provável maior conhecimento das teorias da Ecologia e da Biologia da Conservação por parte dos agentes entrevistados deste grupo. Nestas teorias, faz-se distinção entre os conceitos de *conservação* e *preservação*, atribuindo-se ao primeiro um caráter de maior flexibilidade e integração aos contextos regionais, visando-se um uso sustentável dos elementos naturais, enquanto ao segundo se atribui um manejo mais rigoroso, condizente com uma relação mais estática e intocável com a biodiversidade. Nota-se, inclusive, que entre os produtores rurais essa distinção não aparece, estando o termo *preservação* entre os mais evocados, sugerindo uma sinonímia entre tais conceitos no entendimento deste grupo.

Ainda parece pertinente destacar a unanimidade de termos de conotação positiva – diferentemente dos outros grupos em que também aparecem elementos de conflito ou de impactos ambientais (como *difícil*, *assusta*, *obrigação*, *conflito*, *degradação*, *desmatamento* e *erosão*, por exemplo) –, além da presença de denotativos de vínculos afetivos, como *carinho*, *cuidado*, *sensibilidade*, *emoção* e *sentimento*.

Concluindo a análise das associações livres ao termo indutor *conservação*, quando se seleciona os termos referentes às respostas dos representantes da população tradicional, nota-se que conservação, neste grupo, não suscita um padrão homogêneo de resposta: do total de 28 palavras e termos evocados, 25 foram evocados apenas uma vez, e apenas três chegaram a ser evocados duas vezes, sendo estes *água*, *meio ambiente* e *Cerrado*. O conjunto dos termos evocados, suas frequências e posições de evocação podem ser observados na TABELA 19 a seguir.

Dentre os grupos, foi neste em que o Cerrado recebeu maior destaque, sendo citado duas vezes, além de uma terceira vez na expressão *Cerrado-acabando*. Nota-se, também, uma mescla entre elementos provenientes do universo reificado, característicos do vocabulário específico relacionado à conservação, como *ecossistema* e *espécies*, associados a outros que não se referem diretamente à conservação ambiental, como *religiões*, *tradições* e *amizade*, sugerindo uma definição imprecisa ou heterogênea no interior do grupo sobre conservação.

TABELA 19: Centralidade dos termos evocados por representantes de população tradicional em resposta à palavra *conservação*

I: Elementos “mais centrais”	II
Frequência ≥ 2 e Posição média < 3,4	Frequência ≥ 2 e Posição média ≥ 3,4
Cerrado (2; 2,000) meio-ambiente (2; 1,000) água (2; 2,500)	(nenhum termo)
III	IV: Elementos “mais periféricos”
Frequência < 2 e Posição média < 3,4	Frequência < 2 e Posição média ≥ 3,4
Cerrado-acabando (1; 3,000) desmatamento (1; 1,000) amizade (1; 3,000) bonito (1; 2,000) culturas (1; 2,000) nascentes (1; 2,000) o-que-tem-ainda (1; 1,000) plantas-medicinais (1; 2,000) religiões (1; 3,000) tradições (1; 2,000) vegetação-verde (1; 1,000)	agricultura-bem-feita (1; 5,000) bom (1; 8,000) degradação (1; 5,000) ecossistema (1; 6,000) espécies (1; 4,000) mudança (1; 7,000) mãe-água (1; 4,000) perda (1; 8,000) sem-voçoroca (1; 6,000) soja (1; 4,000) zelar (1; 7,000)

Fonte: Elaborada pela autora (FLEURY, 2008).

Em suma, a partir da análise das associações livres do conjunto de entrevistados e dos grupos sociais analisados separadamente, pode-se inferir que na área de estudo há alguns consensos e outras nítidas divergências nas percepções destes elementos pelos grupos sociais identificados. De modo geral, parece bem definida a estreita associação entre agricultura e desenvolvimento, de acordo com o grupo interpretada ora como positiva, ora como preocupante. A conservação, a partir da heterogeneidade de respostas obtidas através das evocações, parece ainda não ter sido solidamente elaborada pelos agentes entrevistados, assim como parece acontecer com as referências à sustentabilidade e às questões ambientais. Tal aspecto é bastante diferente do que acontece com o desenvolvimento, que, mesmo que possa apresentar divergências entre as atitudes suscitadas aos agentes (favoráveis ou desfavoráveis), aparenta possuir um núcleo estável e amplamente compartilhado pelos grupos sociais.

Contudo, essas possibilidades de interpretação serão melhor fundamentadas após a análise das entrevistas, contida na próxima seção, quando as tendências apontadas pelas associações livres poderão ser aprofundadas e discutidas.

5.1.2 *Conservar o quê, afinal de contas?* A conservação presente no discurso dos atores sociais

A análise da representação social da conservação no entorno do Parque Nacional das Emas é a análise de como um elemento proveniente do discurso científico – e, portanto, do universo reificado – passa a fazer parte do cotidiano das pessoas e dos grupos que habitam um espaço comum, se impondo e se transformando em, além de uma teoria científica, um objeto de interação e mediação entre os grupos, que demanda capacidade de elaboração e posicionamento dos agentes. Esse processo, contudo, não é uniforme nem isento de transformações: a penetração social de uma teoria envolve fazê-la transmitir um significado entre um conjunto de indivíduos, e significar implica, por definição, em compartilhar uma linguagem comum, valores comuns e memórias comuns, e daí as particularidades na interpretação dessa teoria entre os grupos sociais (MOSCOVICI, 1978).

Para analisar como a conservação ambiental tem sido representada no entorno do PNE, contemplando-se essas particularidades entre os grupos sociais, são considerados os elementos e temas principais que constituem essa representação, pertencentes às dimensões do campo representacional, da informação e da atitude quanto à conservação.

Cabe retomar que o campo representacional se refere às imagens, ao modelo social e ao conteúdo concreto designado ao objeto de representação, assim como aos juízos formulados sobre o objeto representado e as pessoas que lhe fazem uso; a informação relaciona-se com a organização dos conhecimentos que um grupo possui a respeito de um objeto social; e a atitude (que nesta abordagem se distancia da noção de *comportamento*) logra destacar a orientação global em relação ao objeto da representação social, sendo dependente também do contexto onde o objeto é apreendido, podendo ser então favorável ou desfavorável a este objeto.

O campo da representação da conservação ambiental entre os agentes do entorno do PNE

A partir dos discursos presentes nas entrevistas, percebe-se que o campo representacional da conservação é de maneira geral dividido, formulando-se dois “tipos de conservação”: a conservação presente no discurso “oficial”, que se refere à importância da proteção da *natureza*, do meio ambiente, da água, cujos princípios todos dizem compartilhar e reconhecer a necessidade, e a conservação presente na “vida real”, que se refere à transposição e aplicação dos ideais que se atribuem à conservação para o contexto local e o dia-a-dia. Essa separação pode ser observada na fala de representantes de todos os grupos sociais estudados, como demonstrado nos trechos de entrevistas a seguir:

[A *conservação*] *seria* a salvação se todos fizessem. Mas, meio ambiente, eu vou falar pra você, tem muito oba-oba (representante do poder público, Serranópolis, grifos da autora).

Se ela for assim no *sentido puro* da palavra, eu vejo salvação da humanidade. No sentido puro da palavra! (produtor rural, Mineiros, grifos da autora).

Eu mesmo me sentia *frustrado* porque, ainda me sinto, porque é uma coisa que, eu que trabalho com planejamento de paisagem, vejo hoje, “ah, tem 500 mil ha de vegetação natural”, vejo ano que vem, “ah, esse ano tem 350”, e no outro ano... e aí? O que eu vou ficar fazendo além de monitorando isso, sentado? E as grandes ONGs vêem isso, gastam enorme grana, monte de dinheiro mesmo e, assistindo, é simplesmente assistindo (pesquisa e defesa do meio ambiente, Mineiros, grifo da autora).

Tenho pra mim que é muito importante... *num sei é se* o parque *tem que ser* daquele tamanho, né? (população tradicional, Mineiros, grifos da autora).

As oposições entre o que poderia ser e o que é, indicadas pela presença de expressões como *seria*, *se for*, e *não sei se tem que ser*, por exemplo, assim como a idéia de *sentido puro* e *frustração*, denotam o afastamento, na concepção dos entrevistados, do que se supõe ser e a se prestar a conservação daquilo que observam no cotidiano. Percebe-se também que, ainda que haja alguns elementos consensuais na formulação do “tipo ideal” de conservação, é na interpretação da conservação do dia-a-dia que aparecem as diferenças no conteúdo dos campos representacionais de cada grupo.

Essas distinções, bem como novos elementos, podem ser observados separando-se a dimensão do campo representacional da conservação entre os grupos sociais.

Dentre os representantes do poder público, nota-se que a conservação é entendida, essencialmente, como uma *política*, muitas vezes ineficaz. Frases como “é pautada em algumas iniciativas bem-sucedidas, mas não é uma política bem-sucedida” (representante do poder público, PNE); e “é muito mais um jogo de se dizer que faz preservação do que realmente fazer preservação” (representante do poder público, Chapadão do Céu), ilustram bem essa posição.

As imagens que compõem esse campo, então, convergem em instrumentos de regulação ou compensação financeira, como a manutenção de áreas de Reserva Legal, ou a instituição do ICMS ecológico²⁸:

Eu, na conservação me vem na cabeça a compensação financeira. Porque nós estamos lutando pelo ICMS ecológico que em vários estados já é utilizado e em Goiás ainda não é (representante do poder público, Serranópolis).

Se todo ambientalista fosse atrás de verificar se todo produtor tivesse reserva legal, área de reserva permanente, e tal e tal, já ia resolver muitos problemas ambientais. Muitos. Grande maioria. (representante do poder público, Chapadão do Céu).

A responsabilidade sobre a implementação da conservação, assim como a noção de ineficácia desta como política, é atribuída em grande parte aos órgãos de governo ligados ao meio ambiente. O ambientalismo é, portanto, identificado com os funcionários destes órgãos, sendo esvaziado de ideologia e apresentado como burocrata e autoritário:

Eu acho que do lado dos ambientalistas tem gente que age por puro egoísmo. Até dentro do Ibama, se você quer saber, dentro do Ibama existe burocrata puro e simples, sem pensar em ideologia, ele colocou na cabeça, pronto e acabou. “Não pode desmatar porque a lei é assim e pronto!”. E isso existe e muito, os burocratas do Ibama são muito safados (representante do poder público, Chapadão do Céu).

A própria SEMA [*Secretaria de Estado do Meio Ambiente - MT*] estraga muito, porque ela vem no sentido não de educar, é no sentido de ferrar, é multa (representante do poder público, Serranópolis).

²⁸ O ICMS ecológico é a adoção de critérios ambientais na redistribuição da porcentagem relativa aos municípios na arrecadação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) dos estados. Tais critérios conferem repasses maiores a municípios que contenham unidades de conservação, abriguem mananciais ou possuem políticas de saneamento ambientalmente adequadas (FIUZA, Anete P. **O ICMS ecológico**: um instrumento de gestão ambiental. Disponível em www.mt.trf1.gov.br/judice/jud5/icms.htm Acesso em 17 de junho de 2008).

Os problemas são por causa daqueles, entre aspas, inteligentíssimos que ficam lá em Brasília escrevendo aquelas burradas tudo. Por causa disso. Não é aqui. (representante do poder público, Serranópolis).

A conservação, e os agentes que lhe fazem uso, aparecem portanto como elementos que dificultam o contexto local com restrições normativas sem sentido. Em resumo, há uma descrença quanto aos compromissos da conservação, de forma que a imagem que parece sintetizar o que o grupo de representantes do poder público apresenta sobre a conservação pode ser expressa na frase: “É muita conversa e pouca ação”, dita por um entrevistado pertencente a este grupo em Alto Taquari.

Já quando se analisa o campo representacional aparente nos discursos dos agentes do grupo de produtores rurais, o primeiro aspecto a se destacar é a nítida separação no interior deste grupo entre aqueles nascidos nos estados do Centro-Oeste, geralmente identificados com a pecuária extensiva, e os agentes provenientes dos estados do Sul do Brasil, envolvidos na produção de grãos²⁹.

Para os primeiros, genericamente definidos como *goianos*, a conservação associa-se à degradação do Cerrado e à necessidade de sua manutenção:

Zelar pelo patrimônio, né? Se você acaba com as cabeceiras, veja bem, o rio Verde, que eu te falei, rio Verdinho pra nós aqui, ele não dava nunca pra passar nem cavalo, naquele tempo era cavalo, que eu te falei, tempo de eu jovem. Hoje você passa carga dentro do rio. Tem muita água ainda, tem, mas é a metade. O dos Coqueiros, mesmo jeito. O dos Coqueiros acho que até mais. Então eu acho que tem que preservar, eu brigo por isso (produtor rural, goiano, Mineiros).

Eu penso que dá uma idéia de você pensar no meio ambiente e procurar fazer alguma coisa que esse ambiente não vai degradar mais como está degradando (produtor rural, goiano, Serranópolis).

Conservação é cuidado, cuidado com os bens do Cerrado (produtor rural, goiano, Costa Rica).

Esse cuidado passa por uma identificação com o ambiente, e também uma apropriação diferenciada do mesmo (expressa, por exemplo, ao chamar o rio pelo

²⁹ Para designar esses entrevistados, demarcando-se a diferença entre seus estados de origem, será feita referência a *gaúchos* e *goianos*. Estes termos são utilizados aqui não necessariamente como uma definição precisa dos estados de procedência dos agentes, mas como emblemas de sua situação social. Em todo Centro-Oeste costuma-se fazer referência aos imigrantes provenientes dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e até mesmo São Paulo genericamente como *gaúchos*, independentemente do estado em que nasceram. Esses imigrantes, em sua maioria, se estabilizaram no Centro-Oeste como produtores de grãos. Quanto aos agentes nascidos no Centro-Oeste, localmente faz-se referência de forma distinta entre goianos, mato-grossenses e sul-mato-grossenses. Contudo, considerando-se que três dos cinco municípios incluídos nessa pesquisa se situam no estado de Goiás, e que entre os agentes pertencentes a estes três estados há uma identificação cultural e de sistemas produtivos – geralmente a pecuária extensiva – opta-se nessa pesquisa por reuni-los genericamente no termo *goianos*, fazendo-se a ressalva de que esta é uma decisão da pesquisadora e que, em determinados contextos, poderá incluir também sujeitos provenientes dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A separação entre *gaúchos* e *goianos* assim definidos será melhor abordada na seção 5.2.1 desta dissertação.

diminutivo de seu nome, como quando se diz “rio Verde, rio *Verdinho pra nós aqui*”) vinculadas provavelmente ao fato deste ser seu local de origem, ou, como ilustra o seguinte trecho de entrevista, “porque eu fui criado no Cerrado, então eu me enxergo na vegetação, nos bichos, eu acho que eu sou um bicho daqui também!” (produtor rural, goiano, Costa Rica). Essa relação entre a identificação com o local e certa inclinação à conservação como um cuidado não aparece entre os gaúchos, que, ao contrário, vieram para o Centro-Oeste enxergando Cerrado como:

[...] uma vegetação que todo mundo via inútil, sem, vamos dizer assim, sem significado para o meio ambiente, a gente sabe hoje que não é isso, mas é uma forma de entender, porque viemos de lugares que só tinha árvore grande e mata realmente, e muitos animais. Numa região em que você não tem praticamente vegetação, só tem vegetação rasteira, você diz que aquilo num prestava, né? (produtor rural, gaúcho, Alto Taquari).

Para estes gaúchos, portanto, as demandas contemporâneas em relação à conservação são interpretadas em suas relações às técnicas agrícolas (essencialmente conservação de solo, como curva de nível, plantio direto, entre outros) e, sobretudo, através de representações sobre a conservação como uma *disputa de interesses*, maquiada pelos princípios da proteção à natureza:

Porque hoje você fala em conservação, conservação, mas é pra ir na mídia e fazer gracinha, cara que nunca fez nada em conservação, o cara que nunca nem sabe o que é conservação hoje vai na mídia e fala que vai na Amazônia pra ajudar a defender a natureza, não-sei-o-quê. (produtor rural, gaúcho, Mineiros).

Nessa disputa, aparecem adversários estrangeiros, principalmente estadunidenses, que, em função de seus interesses políticos e comerciais, estimulariam a conservação ambiental no Brasil como forma de frear a produção agrícola nacional:

Esse negócio que você escuta muito de, *ah, tá desmatando, destruindo a natureza, isso é político*, tem muita área pra abrir, tem muito, muito. É assim, bonito, né, aqui nós temos que preservar, lá eles podem destruir tudo! Não... Você vê que é um objetivo assim, vamos diminuir a produção deles aqui, você vê que *isso é coisa de americano*, quando você vê isso é pressão de fora pra nós diminuir a produção aqui. Pelo tanto de gente que vem nesse parque, você vê que é muito mais gente de fora do país do que daqui, você vê que tá claro isso (produtor rural, gaúcho, Mineiros, grifos da autora).

Eles [*os americanos*] estão muito preocupado com os parques, as reservas, *mas que têm aqui no Brasil*. Eles fazem tudo, manda essas ONGs que eles formam lá, e manda aqueles povo, e é rios de dinheiro que eles trazem pra investir aqui, no Pantanal mesmo é tudo conservado, zelado por uma ONG lá. E eles estão entrando em tudo quanto é lugar, é na Amazônia, é no Pantanal, nessas região que tem

reserva, eles tá entrando nessas região porque lá não tem, lá eles devastaram tudo (produtor rural, gaúcho, Serranópolis, grifos da autora).

Não é à toa que vem muita gente de fora do país fazer estudo dentro do parque, eu acho que ele tem um potencial de, eu acho que até o subsolo do Cerrado deve ser muito rico, porque *esses americanos*, esse pessoal não vem fazer estudo *à toa* aí, *não é por causa de bicho porcaria nenhuma*, e, então, por isso que nunca tem resultado de estudo nenhum, petróleo deve ter muito, porque é uma região muito antiga aí também, sei lá (produtor rural, gaúcho, Mineiros, grifos da autora).

A conservação aparece então como símbolo dos interesses estrangeiros, sendo representada deslocada de seu referencial próprio, visto que, de acordo com o que afirmam os entrevistados, os objetivos apresentados como centrais da conservação (redução da destruição da natureza, manutenção de reservas, e pesquisas sobre a fauna, respectivamente nos trechos citados) não justificariam os investimentos aplicados.

Esta transformação dos princípios da conservação em artifícios empregados pelos estrangeiros em prol de outras disputas, essencialmente agrícolas (cabe reforçar que a produção de soja norte-americana rivaliza no mercado de *commodities* com a produção de soja brasileira) sugere que, dentre esses agentes, a conservação converte-se em um emblema do adversário que é preciso combater.

Moscovici (1978, p.224), ao se deparar com um mecanismo semelhante na crítica dos franceses à Psicanálise que a vinculava aos interesses estadunidenses, sugeriu que já não se tratava de Psicanálise nos comentários em que se notava essa associação, mas que, através da Psicanálise, as imagens que certas categorias de franceses faziam dos norte-americanos adquiriam particular relevo: “a crítica dos norte-americanos converte-se em crítica da Psicanálise, e a crítica da Psicanálise na dos norte-americanos”. Aparentemente, este também pode ser o caso na representação dos produtores rurais gaúchos do entorno do PNE sobre a conservação.

Outro aspecto interessante presente no campo representacional dos agentes deste grupo é o fato de que o avesso da conservação, geralmente carregado de conotação pejorativa, a degradação ambiental, é correntemente atribuída ao *outro*, gaúcho ou goiano, sojicultor ou pecuarista:

Aqui em cima mesmo, na cabeceira do córrego que vai para Jataí, os *gaúchos* passaram, e com autorização do Incra, do Ibama, o Ibama deu autorização, não sei como, para eles abrirem tudo assim, e onde corria água acabou tudo, secou. Secou! Então primeiro desmatou, depois passou a grade. Então eles secou tudo lá (produtor rural, goiano, Serranópolis, grifo da autora).

Quando eu cheguei aqui, em agosto de 75, tudo seco, seco, seco, e queimando. Maioria dos campos queimando, todo ano queimava. Não tinha consciência. O *goiano* aqui fazia isso, colocava fogo nas várzeas, queimava, e assim o pasto. Então esse fogo expandia e prejudicava muito a flora (produtor rural, gaúcho, Mineiros, grifo da autora).

E o que mais acabou com o Cerrado foi a agricultura, *agricultura acabou com tudo*. Porque o povo de primeiro não mexia no Cerrado, só soltava o gado no Cerrado mas do jeito que o Cerrado era, então naquela época que os povo não mexia com lavoura, eles tinham as invernadas mas era sempre em beira de córrego, lugar de terra boa, que eles formava aquelas invernada, então Cerrado era puro aí. *A pecuária aqui não estragava Cerrado não, de jeito nenhum* (produtor rural, goiano, Mineiros, grifos da autora).

Se você anda nessas região, não tenho nada contra pecuarista, até gosto de mexer com gado, tenho um pouco de gado também, mas *a culpa cai tudo em cima do agricultor, sendo que o pecuarista vai lá, quebra*, tem lugar dentro da região em que a gente anda, você não dá conta de atravessar a erosão que formou. Então *quem que destruiu mais o meio ambiente do que essas pessoas?* Eles quebrou muito cerrado (produtor rural, gaúcho, Serranópolis, grifos da autora).

Como afirma Jovchelovitch (2008), as representações implicam um trabalho simbólico que emerge das inter-relações Eu (que inclui o grupo social com o qual o agente se identifica), Outro (aqueles em que o agente e o grupo não se reconhecem) e Objeto (o elemento do mundo que demanda a capacidade de interação). Para a configuração dessa teia de inter-relações, especial importância tem a tarefa de classificação, cuja finalidade é realizar a transição das idéias em questão, atualizá-las nos respectivos contextos e padronizar as várias partes desse contexto.

Nesse sentido, acrescenta-se a contribuição de Moscovici (1978, p. 132), que afirma que as classes que utilizamos são convenções que nos autorizam a passar do universo do inobservado para o do observável, sem grandes riscos de sermos desmentidos porque essas convenções são partilhadas por todos no interior do grupo. No processo, o aspecto discriminativo faz-se geralmente acompanhar do aspecto normativo: “a categorização não é uma operação neutra em nossa sociedade. [...] Assim, a armadura simbólica da representação adquire um conjunto de valores”.

Relacionando essas formulações com as respostas citadas, pode-se inferir que atribuir ao outro a responsabilidade da degradação ambiental pode ser uma forma de interpretar a conservação mediante a atualização dos já existentes embates locais, enlaçando-a em uma anteriormente concebida rede de valores e classificações. Dessa forma, os agentes se eximem da responsabilidade por aquilo que vem sendo socialmente reconhecido como negativo, e reforçam, com novos argumentos, suas antigas

concepções sobre os grupos com os quais disputam pela apropriação social, técnica e cultural do espaço.

Quanto aos agentes que são identificados com a demanda por conservação, as imagens e os juízos formulados neste grupo os associam ao radicalismo e à falta de sensatez, como expresso em: “você falou aí de biólogo, já ouço os *xiitas*” (produtor rural, gaúcho, Chapadão do Céu); “eu não sou um *ecologista, fanático, doente*, mas eu sinto que houve uma mudança muito grande” (produtor rural, goiano, Mineiros); e “os *ambientalistas loucos, xiitas*, é que atrapalham” (produtor rural, gaúcho, Chapadão do Céu). Esse posicionamento vincula-se à freqüente polarização entre agricultura e conservação: de maneira geral, no entorno do PNE as duas atividades costumam ser apresentadas como mutuamente excludente – ou se conserva, ou se pratica agricultura.

Para os produtores, no entanto, se o Parque restringisse seus mecanismos de gestão para o espaço “da cerca para dentro”, agricultura e conservação poderiam se tornar parceiros, podendo a unidade de conservação até se beneficiar da produção agrícola do entorno, que disponibilizaria alimentos para a fauna com qualidade e fartura inexistentes no interior do PNE:

Eu tenho um argumento de que deveria haver parceria, mas da cerca para dentro. [...] Quando a gente chegou aqui, digamos, uma porquinha de queixada, ela paria três filhotinhos por ano; hoje ela pare no mínimo cinco. Porque está bem alimentada, comendo soja, soja tem muita proteína, então quase dobrou a capacidade reprodutiva dela. Então é improvável pensar que capivara não está assim, que o veado não está assim, que a onça não está assim (produtor rural, gaúcho, Chapadão do Céu).

Eu acho que qualquer ONG, se tivesse catalogado, ia ver que de 1983 pra hoje, a população de ema, disso, daquilo, de tudo, aumentou no mínimo 20%. E no total de todos, não só de ema não. Só de ema aumentou 100%. Tem mais comida, mais isso, mais aquilo... (produtor rural, gaúcho, Mineiros).

Essa argumentação, a despeito do fato da produção do entorno ser repleta de agroquímicos que representam potenciais riscos para a fauna que dela se alimenta, atua como fator de sensibilização e justificação da atividade agrícola no entorno mediante a incorporação de um valor conservacionista (a manutenção da fauna), ajustado de forma com que se adapte aos interesses do grupo. Este ajuste é feito a partir da transposição do principal esquema argumentativo (a função da agricultura de produção de alimentos) para uma visão articulada aos princípios da conservação. A imagem de alimentação da fauna do PNE, contribuindo portanto para o seu vigor, soma-se à imagem de produção

de alimentos para a sociedade, que não deixa de ser continuamente retomada como argumento último em defesa da agricultura do entorno:

Você está indo almoçar daqui a pouco, quando você pôr o alimento no prato sempre lembra que isso tudo foi o agricultor que produziu. Só que isso não justifica ele destruir tudo, porque se destruir tudo, ele também não vai conseguir produzir. Só que também não adianta esperar que vai voltar ao Cerrado, vai ficar toda a Amazônia de pé, toda a Mata Atlântica de pé (produtor rural, gaúcho, Chapadão do Céu).

Em suma, em função das pressões de conservação características da relevância contemporânea da questão ambiental, que impelem a uma aprovação generalizada dos princípios da conservação ainda que no âmbito do “ideal”, salientadas localmente sobretudo após o PNE ter sido considerado Patrimônio Natural da Humanidade, a imagem que parece resumir a argumentação dos produtores rurais do entorno sobre conservação, objetivada no PNE, está expressa no trecho:

O parque é bonito, digamos, é uma rosa no meio dos espinhos, só que quem produz alimentos, quem desenvolve, são os espinhos; mas a rosa está bonitinha, e tá bem cuidada (produtor rural, gaúcho, Chapadão do Céu).

O PNE, como ícone local da conservação ambiental, parece ser visto como um adorno, e a conservação, em decorrência, como uma atividade supérflua, a ser mantida desde que não implique em restrições para a agricultura, cuja função social é, portanto, representada como mais relevante.

Imagens, juízos e concepções bem diferentes podem ser observados quando se analisa o campo representacional do grupo social seguinte, referente aos agentes de pesquisa e defesa do meio ambiente.

Entre estes agentes, a conservação é entendida essencialmente como uma questão *afetiva*, que envolve valores éticos e de identificação.

Conservação pra mim, é muita coisa, mas o primeiro *sentimento* que vem, é um sentimento de... não sei te dizer, mas é..., não sei definir, é uma... pensar em conservação é coisa que dá uma *emoção interna*, dá uma... não sei te definir o que seria... (pesquisa e defesa do meio ambiente, Belo Horizonte).

Eu acho que tem que conservar pelo *valor em si*, porque é um ambiente, com suas características, com suas espécies, então se você destrói o ecossistema você, junto, lá vai um monte de espécies junto, aquilo deixa de existir. Ai, é uma coisa *sentimental* mesmo, é uma coisa que foi criada, que existe e tá aqui pra gente, que se deixa de existir nunca mais ninguém vai ver, é mesmo por esse lado, ai, *romântico*, não sei bem qual é o adjetivo. E por causa dos animais que estão aqui, não só pelas espécies mas também pelas populações que

estão aqui, vai ficar um buraco, né? (pesquisa e defesa do meio ambiente, PNE).

[...] fortalecer a conservação é se *apaixonar* pelo Cerrado, às vezes, em algum momento a venda dos olhos cai... porque a gente vive, nós vivemos, temos olhos e não enxergamos, e a venda dos nossos olhos também algum momento caiu e pudemos enxergar a natureza se revelando... são adaptações fantásticas as das espécies que vivem no Cerrado, então isso é incrível, e enxergando isso, *nós nos apaixonamos pelo Cerrado...* (pesquisa e defesa do meio ambiente, PNE).

O estabelecimento de vínculos afetivos na definição de como um objeto é elaborado é sem dúvida um dos aspectos centrais da noção de representações sociais. Sobre isso, Guareschi (1995, p.20, grifos da autora) afirma que a construção da significação simbólica é, simultaneamente, um ato de conhecimento e um ato afetivo, visto que “quando sujeitos sociais empenham-se em entender e dar sentido ao mundo, eles também o fazem com *emoção*, com *sentimento* e com *paixão*”. No caso dos agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente, o contato com a conservação foi mediado, em todos os casos, por alguma experiência afetiva, relatada nas entrevistas como aspecto fundamental para o envolvimento com a causa ambiental.

Eu gosto, e sempre gostei e adoro natureza em geral, mas o Cerrado em particular é um ambiente que casa melhor comigo no sentido de trabalho e identificação mesmo. Eu nasci no RJ, mas vivi no Cerrado a vida inteira, desde os 7 meses de idade eu estava em Brasília, então eu me criei no Cerrado, então ali sempre teve Cerrado, eu sou do Cerrado, então eu tenho uma identificação muito grande com o Cerrado. Então, tipo, às vezes eu me sinto... eu me sinto meio em dívida com o Cerrado, eu preciso fazer coisas para ajudar o Cerrado, por tudo que eu já vivi no Cerrado, e aí particularmente no Parque das Emas (pesquisa e defesa do meio ambiente, Belo Horizonte).

Ah, o Cerrado é lindo, né, maravilhoso! É muito bom! Eu, na verdade, como eu morei em uma cidade bem pequena, até os 17 anos a minha relação com o Cerrado, com o ambiente, era muito boa, assim, eu acho que eu até exagerava, porque eu caçava, eu pescava, um monte de coisa assim que, mas que por outro lado era muito bom. Era a diversão que tinha, né? Mal, mal uma televisão pegava direito, né? Então isso já era uma coisa que eu tinha (pesquisa e defesa do meio ambiente, Mineiros).

De fato, a importância de aspectos inconscientes, emocionais e afetivos na formação e mobilização de símbolos foi um dos pilares empregados por Moscovici na formulação de sua abordagem sobre as representações sociais (JOVCHELOVITCH, 1996). Dentre os agentes desse grupo, o vínculo afetivo – nos casos citados estabelecido desde a infância – relaciona-os com o Cerrado, cuja conservação se torna, destarte, uma possibilidade de manutenção daquilo que lhes oferece experiências agradáveis. Assim,

confirma-se o pressuposto teórico de que a dinâmica do inconsciente está presente na construção dos saberes sociais, nesse caso voltados para a conservação, enquanto, paralelamente, no grupo de produtores rurais, pende para a valorização da agricultura (nos casos dos gaúchos, ainda mais a sojicultura), que também representa laços com seus locais de origem.

Quanto às imagens que compõem o campo representacional deste grupo, destaca-se que convergem em torno da noção do ambiente natural como uma *jóia*, um *tesouro*, simbolizando a idéia de algo tão precioso quanto escasso:

Eu acho que o pessoal da região ainda conhece muito pouco o parque, eles não percebem a *jóia* que tem na mão, ali do lado. *E a população local não percebe, não dão o valor*, e alguns nem querem mesmo perceber, porque o interesse deles é econômico (pesquisa e defesa do meio ambiente, Belo Horizonte, grifos da autora).

Eu acho que [*o Cerrado*] é um *tesouro*, que corre perigo, que *poucos sabem a beleza...* E mesmo que a gente esteja convivendo com ele, muitas vezes a gente não sabe que é um tesouro, não sabe o valor dele, impossível mensurar isso, *as pessoas não conseguem*, e é um tesouro que está ameaçadíssimo, ainda que algumas pessoas vejam isso, ainda é muito pouco para a ameaça que ele vem sofrendo (pesquisa e defesa do meio ambiente, PNE, grifos da autora).

[*O PNE*] é uma coisa única, não existe mais aqui hoje, em lugar nenhum acho que do mundo, área de chapada, latossolo, *tem uma riqueza enorme ali pra você conhecer e falta muita pesquisa* e cada dia que a gente entra no parque a gente vê uma coisa diferente que acontece. É maravilhoso, pelo menos eu gosto de ver e de ficar imaginando aquela coisa natural. [...] Eu tenho pra mim que quanto mais diversidade você tem, maior a sua *riqueza*. (pesquisa e defesa do meio ambiente, Mineiros, grifos da autora).

Nestes trechos, nota-se também que a associação com um bem valioso vem acompanhada da idéia de que poucos conhecem, ou sabem reconhecer, o valor desse bem. Esse paralelo pode colocar aqueles que o identificam como precioso em uma posição privilegiada em relação aos demais, visto que, por estarem entre os poucos que sabem notar a riqueza e o valor que o Cerrado possui, estariam mais aptos a compreender sua importância e definir as melhores formas de utilizá-lo. Também compondo os motivos da valorização do ambiente natural, exibem destacada importância a dimensão ética e a cadeia de inter-relações entre os seres vivos:

Eu acho que o valor dele [*do PNE*] é incalculável, se você colocar toda biodiversidade [...]. As pessoas não valorizam a questão ambiental. Então quanto que vale o que tá ali dentro do parque? Quanto que vale os animais? Não tem valor, né? Então esse lado de valorização dos recursos naturais não existe ainda no país. Porque tudo é de graça, né? O carvão tá aí, o solo, a chuva, não tem valor

polinização, né? Os serviços ecológicos estão aí e as pessoas não vêem isso como um bem. Se começasse a enxergar isso acho que até melhoraria, né? (pesquisa e defesa do meio ambiente, Mineiros).

E pra que serve a onça, para que serve...? Para mim não ia servir de nada, no entanto eu vejo que existe um certo equilíbrio, todos eles ali vão descender, todos eles vivem em prol daquela água que existe ali, e a água é importante pra mim, mesmo que ela vá lá pra baixo ela é importante pra mim (pesquisa e defesa do meio ambiente, Serranópolis).

E é justamente a partir da interconexão entre a manutenção do ambiente natural e a sustentabilidade da vida humana que se formula o principal eixo de argumentação e justificação da conservação ambiental neste grupo:

Conservar o quê, afinal de contas? Conservar a minha vida, conservar a vida do planeta, a vida das pessoas que vivem comigo, mas para eu conservar a vida humana eu preciso das outras formas de vida, afinal tudo que o homem desenvolve, produz, necessita, vem da biodiversidade, se não conservar a biodiversidade ele automaticamente não conserva a si próprio (pesquisa e defesa do meio ambiente, PNE).

Por que conservar? Porque eu acho que é uma questão de pensar mesmo na preservação da própria espécie, não a perpetuação mas na existência da vida humana. Se você acredita que a vida humana ainda possa existir daqui a 100, a 200 anos, o Cerrado é fundamental, ainda que ele tenha sido eleito o bioma agricultável, ainda assim os remanescentes, a parte natural, é muito importante para a vida humana (pesquisa e defesa do meio ambiente, PNE).

Tendo estes elementos em vista, os juízos e imagens sobre o próprio grupo, isto é, sobre aqueles responsáveis pela pesquisa e defesa do meio ambiente, são formulados a partir da associação entre estes aspectos de forma que os agentes da conservação seriam aqueles que, por conhecerem o Cerrado e reconhecerem o seu valor, têm por atribuição transmitir esse conhecimento para a comunidade:

A gente tem de alcançar, independentemente da comunidade a gente tem que alcançar, eu digo *nós que temos pelo menos um pouco de conhecimento* para levar informações e a busca da sensibilização na comunidade, porque às vezes ela convive, vive e convive, e não valoriza... (pesquisa e defesa do meio ambiente, PNE, grifos da autora).

A gente que faz pesquisa aqui no entorno, a gente vê, *conservação não é só pesquisa científica, é a tradução dessa pesquisa* e especialmente para a comunidade (pesquisa e defesa do meio ambiente, PNE, grifos da autora).

Sintetizando a imagem que compõe o campo representacional da conservação entre o grupo de agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente, bem como a função a que se destina a conservação, é bastante ilustrativo o trecho:

Eu acho que é o grande filão, assim, se as pessoas conseguissem de fato entender que a conservação é o grande resgate da vida humana na Terra, e resgate da vida na Terra em geral (pesquisa e defesa do meio ambiente, PNE).

Nessa fala, aparecem tanto o princípio universalizante utilizado como esquema argumentativo do grupo – resgate da vida na Terra – quanto a capacidade de sensibilização dessa argumentação como fonte de benefícios para a conservação (“grande filão”) e a importância dos ambientalistas como aqueles que buscam transmitir esse significado para a população que, em sua maioria, não consegue *de fato entender*.

Concluindo a análise do campo da representação entre os grupos sociais identificados no entorno do PNE, acrescenta-se que, para os agentes pertencentes à população tradicional, a conservação parece ser representada como *necessidade* das e *resposta às mudanças* ocorridas recentemente. Este caráter é expresso quando a conservação aparece de forma “profética”, como no trecho abaixo:

A importância de preservar, pra mim, é que nós temos mesmo que estar preservando porque, eu conheço uma pessoa aqui do Cedro, ele falava muito pra mim quando eu era menino que a mãe dele falava que um dia um ia matar o outro por causa de um copo d’água. E isso nós ficava pensando, ah moço, esse tanto de água, nós olhava ele falando e pensava, esse cara tá doido. Era três histórias que ele me contava, e duas nós já viu: que ele diz que a mãe dele falava que ela não ia chegar a ver isso não, mas que um dia a voz vai entrar pela comunheira da casa, e um dia você sentado vai ver ao redor de você o mundo inteiro. Aí quando assustou apareceu o rádio, e você vai reparar, com a televisão tá na sua frente o mundo inteiro, então a água também vai ser a mesma coisa. (população tradicional, Mineiros),

em que a importância da conservação é apresentada ao lado do *rádio* e da *televisão*, sendo os três elementos considerados emblemas da modernidade. Também é expresso quando o discurso é fundamentado em uma racionalidade científica, como aparece no trecho:

Conservar o que a gente tem ainda, né? Porque na área que eu trabalho, de plantas medicinais e produtos do Cerrado, hoje a gente tem espécie que não existe mais. Devido o que, degradação do ecossistema que mudou, essa planta sumiu, né, tratar do meio ambiente hoje é um tratar diferenciado que muitas espécies precisam de espaço para sobreviver e não tem. Então tem muita coisa e tá tendo muita mudança, e essas mudanças estão fazendo a gente perder muita coisa (população tradicional, Mineiros).

As imagens que compõem o campo deste grupo, portanto, remetem à abundância do Cerrado e de seus potenciais usos, contraposta aos impactos contemporâneos e às transformações por eles acarretadas:

Olha, conservar o Cerrado para mim é a coisa mais importante que tem. Porque do Cerrado você vai tirar alimento, você vai tirar remédio, vai tirar saúde, né, sem contar que o Cerrado hoje é um dos lugares que tem as maiores nascentes, né, é onde a gente tem que preservar bastante porque sem o Cerrado a gente não vive, né, pra nós que tá aqui no meio dele, então a gente tem que fazer tudo, é plantar, né, e batalhar pra que sobre esse restante que tem aí, né? (população tradicional, Mineiros).

O Cerrado pra mim é tudo, eu gosto demais de Cerrado. E quando a gente sai pro cerrado aqui, nossa, parece que a gente volta assim, bem diferente. Porque as coisas erradas, as energias ruins que você tem, parecem que sai tudo, você volta maneirinho. Cerrado, então, tem muita utilidade. O Cerrado tem os remédios pra nós, tem os bichos, tem a importância da água, que se você caba com o Cerrado, você caba com a água, a maior água que tem é no Cerrado, se você caba com o Cerrado, você muda tudo. Muitos pássaros que tinha aqui não tem mais, porque não tem onde eles habita. E o que mais acabou com o Cerrado foi a agricultura, bem, tem a carvoaria aqui também que acabou um bocado, mas aqui na região foi a agricultura. (população tradicional, Mineiros).

Neste grupo, portanto, nota-se também a identificação com o Cerrado, que conduz a uma inclinação aos cuidados de conservação, visto que a conservação pode ser a possibilidade de manutenção do que apesar das mudanças das últimas décadas ainda existe deste bioma. No entanto, quando se associa a conservação ao PNE, algumas ressalvas são feitas, apesar de ser enfatizada a importância da manutenção da unidade de conservação:

Eu acho o parque importante porque se você for lá, você vai ver natureza, você vai ver animais, você vai ver água, então... Tenho pra mim que é muito importante... num sei se tem que ser daquele tamanho, né? Mas que é importante é sim. Porque aqui nessa região aqui, você via [veado] mateiro, você via [tamanduá] bandeira, você via tatu. Mas... eu falo assim, eu falo pelo tamanho porque aquilo ali é muito grande, enorme. Eu acho que podia ter gente ali utilizando, mas sem, num estragar aquilo, né? (população tradicional, Mineiros).

Hoje para você conhecer um bicho, uma planta, você tem que ir no parque, porque fora você não encontra mais, então o parque tá ali como um mostruário vivo pra nós, principalmente para quem trabalha com o Cerrado como nós [...]. Então lá é um lugar em que você tá preservando essas espécies. Eu acho que devia ter muito mais parque, mas não aquele parque hoje que você não pode tocar, eu acho que tinha que ter uma reserva extrativista, de uso sustentável, o que a gente tá brigando é para isso, né? Que seja preservado mas seja uma área de reserva extrativista que possa tirar o sustento dele. (população tradicional, Mineiros).

Portanto, para a população tradicional que mantém fortes vínculos de uso e identificação com o Cerrado, a conservação ambiental como uma resposta à degradação decorrente das mudanças de sistema produtivo e da chegada da “modernidade” aparece

como uma necessidade a ser defendida. Contudo, a forma de implementação dessa conservação alijando-se as populações humanas é criticada, sugerindo também seu caráter excludente.

A informação sobre a conservação ambiental

Passando-se então para a análise da dimensão da informação da representação social da conservação entre os grupos sociais, nota-se que, no entorno do PNE, a distribuição dessa informação é bastante precária, sendo essa dimensão de fato consistente apenas no grupo de pesquisa e defesa do meio ambiente.

Conservação é uma palavra bastante difícil pra gente aqui. É a fauna, a flora, é tudo. A gente tem 74 hectares, e tem que ter Área de Proteção Permanente e Reserva Legal, sendo que quando eu comprei, tava toda desmatada...(produtor rural, Mineiros).

Muita coisa pra mim tá escura, muita pessoa fala em conservação já pensa que é outra coisa, e depende também, conservação de solo e unidade de conservação, até isso confunde muito as pessoas. Ainda não tá muito orientado, tinha que ser feito um trabalho específico para cada pessoa. Tinha que sentar com os produtores e colocar o que é o dever deles, e os direitos deles, acho que ainda tá meio... confuso (produtor rural, Costa Rica).

Eu vejo conservação ainda com muita... nós estamos engatinhando, porque eu falo assim, nós estamos na bacia das águas, que nem fala o pessoal daqui, e mesmo a gente que tá no meio, a gente sabe muito pouco, conhece muito pouco, e a gente é muito degradador, né? Então é um assunto que eu acho assim muito complicado. (representante do poder público, Mineiros).

Moscovici (1978), em sua pesquisa sobre a representação social da Psicanálise, assinalou que, de fato, em alguns grupos não é possível identificar uma organização coerente dos conhecimentos sobre determinado objeto social. Nesses casos, nota-se uma difusão dos termos e palavras próprios do vocabulário específico de uma teoria, mas sem uma articulação entre eles de forma que adquiram um caráter explicativo em seus referenciais próprios. Ao contrário, o esforço essencial dos agentes não é para compreender uma teoria no âmbito que lhe é particular, mas para destacar e pôr em relevo perspectivas que se harmonizem com as suas orientações anteriores (MOSCOVICI, 1978, p.251). Assim, o uso dos termos se dá, mais do que para exprimir um conceito ou para tornar as idéias claras, para assinalar de que maneira se pretende julgar e avaliar os indivíduos ou as situações.

Nesse sentido, no entorno do PNE termos característicos do vocabulário da conservação, como *ecossistema*, *espécies*, *bioma*, *sustentável* e *biodiversidade* são constantemente repetidos, ainda que sem expressar clareza quanto aos seus significados, ou apenas para destacar o conhecimento dos mesmos por parte dos agentes:

Conservação é... no caso, que a área fique intacta, os bichos ficam ali, os animais ficam ali, eles têm, como que fala, uma toda biodiversidade fique completa ali, aí é uma conservação, você mexeu, deixou bicho, deixou igual era antigamente, não mexeu, a não ser que se faça uso sustentável, mas aí tem que fazer uma certa modificação, mesmo no sustentável você não pode plantar só um tipo de coisa, que dá problema. (representante do poder público, Serranópolis).

É muito sério esse negócio de conservar. Eu penso assim, manter, né, aquilo que Deus fez, que está ali, e que não pode mexer. Tem um bioma, tem toda uma coisa envolvida ali, que tem que ser preservado. (representante do poder público, Serranópolis).

Eu falo para a diretoria do parque, a diretoria do Ibama, o maior aliado do parque é o produtor rural, não é o Ibama; se eles conseguirem fazer a cabeça do produtor rural numa boa, vai se ter ecossistema Cerrado por muito tempo. (produtor rural, Chapadão do Céu).

O Parque é uma parte que tá preservada, tem um ecossistema, tem vários ecossistemas preservados lá dentro, você anda um pouco tá dentro de uma mata, mais um pouco tá num campo limpo, tá numa várzea, é muito bonito lá. Você vai pra lá cedinho vê bicho que não tá vendo mais, eu gosto muito lá do parque. (população tradicional, Mineiros).

Dessa forma, e ainda corroborando com o que afirma Moscovici (1978), o uso de tais termos remete a uma realidade objetiva, em primeiro lugar, simbolizando em seguida uma representação social e uma ciência identificável, e constituindo-se, finalmente, em signo gerador de motivações semânticas, suscitando reações e demarcando espaços conceituais. Seu emprego pode ser um indicador do fato de que se recorre ao sistema científico como ferramenta referencial para interpretar eventos e comportamentos. Por isso, para Moscovici (1978, p.234) o estudo de uma representação social relativa a uma ciência compreende, além do que se refere ao seu conteúdo e aos seus princípios, a análise da penetração da sua linguagem, visto que a formalização de uma representação social e sua generalização acarretam, portanto, “uma ingerência das noções e dos termos da língua própria da teoria, seu ‘jargão’ científico, nas trocas lingüísticas correntes”.

No entanto, essa “maleabilidade conceitual” muitas vezes manifestada pela comunidade do entorno é constantemente vista pelos agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente como uma fonte de conflitos ou uma popularização distorcida da ciência:

As pessoas nem têm noção do que é conservação, biodiversidade então, nossa, as pessoas nem fazem idéia de que possa ser biodiversidade! A gente fez uma pesquisa com a comunidade do entorno, perguntando qual a importância do parque para a comunidade, e tiveram respostas as mais absurdas que você possa imaginar! A gente ouviu coisas assustadoras, aí que a gente vê a necessidade da informação. (pesquisa e defesa do meio ambiente, PNE).

Quando a gente encontra alguma coisa, a gente sempre explica, mas parece que eles não entendem, continuam insistindo naquilo ali. Não sei se fizesse curso, panfleto... (pesquisa e defesa do meio ambiente, PNE).

Essa incompatibilidade entre o que agentes que circulam pelos universos reificados de conhecimento esperam que seja entendido como ciência e como as comunidades locais de fato interpretam essa ciência foi discutida por Bauer (1995). De acordo com este autor, a difusão externa implica na circulação do conhecimento especializado em um domínio público mais amplo e, a fim de incrementar a eficiência destes processos, os pesquisadores identificam e tentam controlar os obstáculos que encontram no caminho. Tais tentativas, muitas vezes, deixam transparecer uma noção de despreparo atribuída ao público, aos comunicadores ou à comunidade científica. A resistência por parte do público é, nesses casos, relacionada a hábitos, rigidez, condicionamentos, falta de motivação para aprender, ou limitações institucionais no trabalho. No entanto, este autor considera que *não entender* pode ser uma resistência dos agentes à imposição de um universo simbólico que não querem compartilhar.

Bauer (1995) sugere também que a idéia da popularização pressupõe uma distinção entre “conhecimento científico genuíno” e sua “circulação popular”, sendo que a última varia em graus de distorção, degradação e poluição conforme os padrões do “conhecimento científico”, estabelecendo uma hierarquia entre as atividades do próprio grupo e de grupos externos. Esses mecanismos asseguram à autoridade científica o direito de decidir sobre simplificações adequadas ou impróprias a fim de controlar sua própria imagem: “tem-se a impressão que se um traço particular da popularização favorece a causa do(a) cientista, ele é ‘adequado’; se não favorecer o ponto de vista dele, ou dela, é inadequado” (BAUER, 1995, p.239). Salienta, ainda, que as duas distinções, popularização *genuína* ou *vulgarizada* e *adequada* ou *distorcida*, podem atuar como instrumentos discursivos para preservar autonomias e privilégios, quando em concorrência com outros grupos profissionais e sistemas de comunicação. No caso do entorno o PNE, tal mecanismo pode ser utilizado tendo em vista a

concorrência com os grupos sociais, sobretudo de produtores rurais, acerca do uso e da apropriação do Cerrado.

A dimensão da atitude quanto à conservação ambiental

Finalmente, a partir da articulação entre os termos evocados em resposta à *conservação* como indutor de associações livres e as imagens presentes no campo representacional dos agentes, podem-se inferir a postura dos entrevistados e a orientação geral que manifestam em relação à conservação, analisando-se, portanto, a dimensão da atitude dos entrevistados quanto à conservação ambiental.

Nesse sentido, percebe-se que esta dimensão também traz a marca da separação entre a conservação “ideal” e a conservação “real”, praticada no cotidiano e interpretada pelos agentes. Assim, atitudes favoráveis à conservação são expressas pelos agentes de todos os grupos sociais estudados e, a não ser no que diz respeito aos agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente, que não demonstraram em momento algum atitudes desfavoráveis à conservação, mesmo quando percebem lacunas em sua aplicação cotidiana, nos demais grupos as atitudes favoráveis concentram-se no discurso referente à conservação “ideal”, fundamentada nas respostas “prontas” ou idéias pré-concebidas.

Este posicionamento pode estar relacionado à presença do que Moscovici (1978, p.252-3) denomina *pressão de inferência*, a qual gera inflexões e desvios na manifestação das respostas. De acordo com este autor, a pressão de inferência diz respeito ao fato de que na vida corrente, as circunstâncias e as relações sociais exigem do indivíduo ou do grupo social que ele seja capaz, a todo momento, de agir e de tomar uma posição, demandando que esteja sempre em condições de *responder*. A preparação constante para reelaborar as informações, levando em conta essa eventualidade, acelera o movimento de passagem da constatação dos agentes à inferência manifestada.

Moscovici (1978) analisa então que a frequência de respostas prontas ou de idéias recebidas testemunha o papel desse capital de "antecipações" que dirige rapidamente as reações e seleciona as informações. Por outro lado, o conhecimento das atitudes dos diversos interlocutores ou grupos determina que cada um favoreça as respostas "dominantes", aquelas que são mais compartilhadas, mais esperadas, e têm maiores probabilidades de serem entendidas e aprovadas por todos, para que possam ser simultânea e reciprocamente dirigidas e validadas. Daí o recurso a fórmulas geralmente

aceitas e a grande pregnância das conclusões em geral, neste caso consensuais quanto à importância da conservação, na lógica das representações sociais.

No entanto, à medida que os agentes entrevistados justificam seus posicionamentos e fazem referências aos elementos que pertencem à presença cotidiana da conservação, as respostas pré-concebidas vão perdendo espaço e manifestam-se também atitudes favoráveis que têm por pano de fundo motivações próprias dos agentes, ou atitudes desfavoráveis que se referem às suas vivências em relação com os outros grupos e com o objeto social.

Dentre os representantes do poder público, a orientação global em relação à conservação apresenta-se de forma geral desfavorável. A descrença quanto aos benefícios diretos que a conservação pode proporcionar e os comentários acerca da falta de pragmatismo ou de compromisso das políticas de conservação podem ser observados em trechos como os citados abaixo:

Hoje é preciso criar uma política em nível federal para compensar aquele que tem sua área preservada, enquanto não houver isso, não vai adiantar. [...] não adianta também radicalizar no meio ambiente, falar também “isso não abre, isso não pode, não dá”, se nós não estamos fazendo controle da natalidade, o povo tá aumentando, a necessidade de alimento está aumentando, então não adianta. (representante do poder público, Serranópolis).

É isso, não adianta ficar aí, falando filosofia aí, entendeu, porque cada ser humano quer ter, você não vai andar a pé, você quer ter uma moto, aí você dá a moto pro sujeito, ele quer ter uma camionete, quer ter um carro, aí ele vai poluir. E cadê o ambientalista que dizia assim, “ah, quero ser ambientalista”, mas eu quero ter uma vida boa, entendeu? (representante do poder público, Chapadão do Céu).

Dentre os entrevistados pertencentes ao grupo de produtores rurais são manifestadas tanto atitudes favoráveis quanto atitudes desfavoráveis, além de também exibir relevância a procedência dos agentes. Da mesma forma que se percebe a partir do conteúdo do campo da representação, entre aqueles nascidos nos estados do Centro-Oeste nota-se uma inclinação à conservação, manifestada em associações da conservação ao *zelo*, ao *cuidado* e, de maneira geral, ao que é *bom*, como manifestado em: “Uai...tudo que você tá preservando, você tá praticamente construindo... então é bom” (produtor rural, goiano, Mineiros); “Conservar, é zelar, né? Então é bom” (produtor rural, goiano, Mineiros); e “É a natureza, né, então não pode detonar. Então tem que dar um jeito” (produtor rural, goiano, Costa Rica).

No caso dos produtores rurais gaúchos entrevistados, as atitudes favoráveis apresentadas ressaltam a importância da conservação ambiental para a manutenção da atividade agrícola:

Porque se não conservar as cabeceiras, amanhã a nossa fazenda vai estar invadida de voçoroca, de erosão, de porcaria, vai desvalorizar, além de acabar com a..., com o meio ambiente, né? Então a nossa preocupação com o meio ambiente é muito grande, sempre foi e cada dia é maior. Por isso nós estamos investindo no meio ambiente (produtor rural, gaúcho, Mineiros).

Hoje a gente vê que sem conservação, não tem como viver, nem produzir, sem conservação, com problema de água, de solo, de tudo que a gente precisa pra sobreviver (produtor rural, gaúcho, Mineiros).

No entanto, dentre estes agentes, também são abundantes as manifestações que apresentam uma orientação geral desfavorável, muito em função da imagem da conservação como disputa de interesses. Nesse caso, essa postura pode ser inferida a partir de comentários que colocam em dúvida o embasamento científico das pesquisas que apontam a necessidade da conservação, ressaltam o radicalismo dos agentes responsáveis pela pesquisa e defesa do meio ambiente e manifestam desconforto com a necessidade de adequação às restrições provocadas pela conservação, como no trecho:

Dá-se a impressão de que nós somos sempre vilão, e tudo o que se vai fazer dentro da área agrícola, o Ibama acha que precisa de autorização para fazer, então *você deixou de ser dono da sua terra*. Você põe uma cerca, tá errado, a cerca tem que ser para o outro lado, agora queixada vai lá e destrói 1000 hectares de milho seu, você não tem a quem recorrer. Aí vai o outro, mata dois queixada que tão comendo o seu milho, aí o Ibama vem e multa. Então é muito complicado isso. (produtor rural, gaúcho, Chapadão do Céu, grifos da autora).

Entre os agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente, por sua vez, a orientação global ante a conservação é inquestionavelmente favorável, sustentando-se em critérios como o valor imensurável da biodiversidade e a interpretação da conservação como um componente da cidadania: “Porque se você consegue respeitar o ser vivo, você respeita também colega que tá do lado, a família, é uma questão de cidadania, de como ser cidadão, ter responsabilidades, por isso é interessante...” (pesquisa e defesa do meio ambiente, PNE). Como afirma Moscovici (1978), o posicionamento dos agentes frente a determinado objeto de representação é fundamentalmente marcado pelo contexto em que esse agente entra em contato com o objeto em questão. Tendo este pressuposto em vista, parece clara a tendência à manifestação de atitudes desfavoráveis por parte dos produtores rurais, que tiveram contato com a conservação através das restrições vinculadas à presença do PNE, muitas

vezes apresentadas apenas em forma de multas, e a manifestação de atitudes eminentemente favoráveis pelos agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente, que, como demonstrado, representam a conservação a partir de um contato permeado de vínculos afetivos.

Encerrando a análise dimensional da representação social da conservação no entorno do PNE, entre os agentes pertencentes à população tradicional nota-se uma postura favorável à conservação, manifestada tanto na defesa dos interesses conservacionistas quanto nas parcerias com instituições ambientais, como ilustrado no trecho: “os pessoal já estão reflorestando, e cada pessoa que reflorestou um pedacinho, ele vai reflorestar mais, pode ter certeza que vai” (população tradicional, Mineiros). Contudo, esse não é um posicionamento acrítico, de forma que também são feitas ressalvas quanto à completa separação de populações humanas das unidades de conservação, como ilustrado em “o parque é bom sim, mas eu acho que podia ter família morando ali dentro” (população tradicional, Mineiros).

Em suma, a partir da análise das associações livres a *agricultura*, *desenvolvimento* e *conservação*, associada à abordagem dimensional da representação da conservação tal qual apresentada pelos grupos sociais do entorno do PNE durante as entrevistas, pode-se inferir que, tendo em vista o contexto de embate local, associado à carência de informações sobre o tema na comunidade, a conservação passa a ser elaborada pelos agentes do entorno não em seu referencial próprio, mas eivada das características, expectativas e interesses dos grupos sociais. Assim, no grupo de representantes do poder público, a conservação é entendida essencialmente como uma política, essencialmente ineficaz; para os produtores rurais, pode ser tanto uma resposta à degradação, quanto uma disputa de interesses, sobretudo comerciais; os agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente a representam como uma questão ética, direcionada ao resgate da vida na Terra; os representantes da população tradicional, por sua vez, interpretam a conservação como um símbolo da modernidade e dos impactos dela decorrentes.

Percebe-se nessas transformações de um objeto social – a conservação – em múltiplos componentes das relações sociais locais a ancoragem da teoria à visão geral que os grupos sociais têm de seus próprios contextos, que cada grupo possui e à qual integra a novidade, transformando assim o estranho em familiar. Trata-se, portanto, do fenômeno de focalização, que Moscovici (1978) identifica no seu estudo da psicanálise: cada indivíduo ou grupo dá maior ou menor atenção a tal ou qual aspecto de um objeto

segundo sua distância e seu envolvimento com este. O esforço dos agentes não é de compreender a teoria em seu referencial próprio, mas recortá-la dando relevo aos pontos que estão em conformidade com suas preocupações.

Arruda (2004, p.248), em seu estudo sobre representações acerca da ecologia e do desenvolvimento, observou fenômeno semelhante: a ecologia, entre os seus entrevistados, passou a assumir um controle antropomórfico e social para os estudantes de ciências humanas, e um perfil politizado e politizante para os franceses, também indicando um processo de focalização, isto é, realce e transferência, para o objeto de representação, das características e demandas dos grupos. Bauer (1995) acrescenta que essa multiplicação do objeto de representação tem como efeito a diversidade no domínio público, na medida em que novas idéias são acomodadas de forma específica.

Enfim, o que se percebe mediante esta análise é que, no contexto do entorno do PNE, a conservação ambiental torna-se, mais do que uma teoria científica ou um parque nacional ausente de significados, um critério das relações entre grupos e valores comuns. Ainda, em um outro nível, atua como instrumento de mediação das relações entre grupos e de conduta. Sobre esse processo, Moscovici (1978, p.288) afirma:

A representação social elabora-se, para esse fim, como instrumento social polivalente, muito mais genérico do que deixava prever o seu destino estritamente científico. Converte-se, portanto, num sistema de interpretação parcialmente automático e, por isso mesmo, parte integrante do comportamento real e simbólico.

Entende-se que, ao demarcar posicionamentos, opiniões e visões de mundo, a conservação ambiental no entorno do PNE assume esse caráter de sistema de interpretação da realidade, definitivo tanto para a avaliação e julgamento dos grupos entre si, quanto para a definição do que se pretende para o espaço comum. Assim, a conservação se torna um ícone da heterogeneidade entre os grupos e das perspectivas de apropriação social, técnica e cultural do espaço, explicitadas no conflito ambiental então deflagrado. As particularidades e os principais aspectos deste conflito são o foco da análise contida na seção seguinte.

5.2 O ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DAS EMAS COMO PALCO DE CONFLITOS

Percebe-se a partir do até aqui exposto, que a conservação ambiental, na medida em que demanda interação entre os diversos grupos sociais presentes no entorno do PNE, torna-se um denominador comum aos agentes dos grupos. No entanto, percebe-se também que estes possuem distintas motivações, expectativas e interesses para o ambiente que habitam, essenciais para a forma como interpretam essa conservação. Assim, no processo de incorporação e mediação pelos grupos sociais, a conservação se transforma e se multiplica, extrapolando os sentidos formulados no âmbito do universo reificado e expandindo os significados que transmite e as práticas que suscita.

A distância que se forma entre os múltiplos significados da conservação e a necessidade de vivência coletiva da mesma – propiciada pela presença do Parque Nacional – gera espaços para a configuração de conflitos, que possuem em seu cerne a definição pelo uso e apropriação técnica, cultural e social do ambiente comum.

Entender as particularidades, origens e manifestações deste conflito é o objetivo central desta seção. Para tal, considera-se pertinente situá-lo no contexto que permeia e ultrapassa o entorno do PNE, que diz respeito à convivência entre *gaúchos* e *goianos* no Centro-Oeste, resultante do processo de incorporação do Cerrado à agricultura tecnificada. Embora essa convivência tenha se iniciado há mais de 30 anos, os estranhamentos e acomodações ainda se fazem presentes, compondo com distintos matizes o contexto do conflito.

Em seguida, a atenção da análise irá se deter sobre o litígio acerca da Zona de Amortecimento do entorno do PNE, quando se procurará demonstrar as condições materiais do processo conflitivo e suas articulações com o conjunto de representações envolvidas e mobilizadas nessa disputa. Pretende-se assim sugerir uma proposta de interpretação do conflito ambiental em seus espaços de apropriação material e simbólica, tal como sugere Acselrad (2004), demonstrando-se a imbricada articulação entre estes espaços na configuração do contexto conflitivo.

5.2.1 *Gaúchos vs. Goianos: um embate silencioso*

O contexto do entorno do PNE destaca-se do conjunto de estudos sobre conflitos ambientais: enquanto grande parte dos estudos socioambientais tem como categorias rurais agricultores familiares, camponeses ou extrativistas (BRANDENBURG, 2005), as propriedades rurais limítrofes ao Parque são em sua maioria grandes propriedades (acima de 480 hectares, algumas com mais de cinco mil hectares), cuja produção, em vez de direcionar-se à subsistência e ao comércio local, destina-se à exportação. Os agentes responsáveis por essas propriedades são, sobretudo, imigrantes provenientes dos estados do Sul do Brasil que, por sua identificação cultural, assim como pelo sistema produtivo adotado, são reconhecidos localmente como *gaúchos*, mesmo que não tenham necessariamente nascido no Rio Grande do Sul.

Nesse contexto, o termo “gaúchos” se torna pleno de significados: denota que os agentes com ele identificados não nasceram nos estados do Centro-Oeste, mas também remete a um sistema de cultivo vinculado às técnicas da Revolução Verde, e à escolha por um modelo de desenvolvimento que priorizou imigrantes como seus protagonistas e cultivos que não faziam parte da cultura local como produtos esperados. Assim, desde a chegada desses imigrantes até os dias atuais, foram sendo construídos posturas, perfis e sentidos atribuídos ao *ser gaúcho* e, em oposição, outros comportamentos, características e valores foram sendo associados à população local e identificados como um perfil dos agentes nascidos no Centro-Oeste, que aqui serão sintetizados pelo termo *goianos*.

A contraposição entre estes dois perfis se faz sentir, ora de forma velada, ora explícita, nos municípios que compõem o entorno do PNE, sendo manifestadas desde nas brincadeiras e piadas que são feitas entre os grupos, até na contratação de funcionários nas propriedades rurais e nas divisões políticas em períodos de eleição. Também nas entrevistas essa oposição se fez notar, sugerindo ser este um aspecto balizador na configuração das identidades sociais e, em decorrência, dos conflitos entre as demandas, lógicas e expectativas dos agentes. Portanto, reconhecer os principais atributos vinculados ao que se define como ser gaúcho e o que se apresenta como ser goiano parece ser sobremaneira relevante na compreensão de tais conflitos.

As características atribuídas àqueles a quem se convencionou chamar de gaúchos geralmente vincula-os à noção de trabalho e de tecnologia. As histórias destes

imigrantes são narradas constantemente ressaltando-se a capacidade que estes tiveram de abandonar uma situação desfavorável nos estados do Sul do Brasil e, a partir do *nada*, construir o patrimônio que exibem hoje:

Eu quando saí de Rio Grande, Rio Grande já não oferecia mais possibilidade de crescimento. *Aqui na época era tudo um deserto*: não existia soja, não existia milho, não existia uma pecuária mais avançada, era uma pecuária rústica. Em função disso eu pensei: eu vou sofrer muitos anos, mas quem sabe vai compensar. [...] E assim comecei vida aqui. Sofrida, né, muito sofrida, nos primeiros anos não tinha nada. Tudo era o quê: esperança de produzir alguma coisa. (produtor rural, gaúcho, Mineiros, grifos da autora).

Faltou espaço mesmo lá no Sul, era família grande, não conseguia viver mais sobre a terra, eram nove irmãos. Aí apareceu esse assentamento, era tipo um modelo de assentamento que tinha em Água Boa, e aí meu pai e o irmão dele resolveram encarar, foram pra lá, *não tinha nem cidade nem nada*, foram um dos três primeiros moradores da região de Água Boa. E aí começaram do nada, queimou a mudança toda na estrada, nem móvel eles não tinham pra ficar, quando chegaram... Dá pra escrever um livro. (produtor rural, gaúcho, Mineiros, grifos da autora).

Já tem mais de 20 anos que nós viemos do Sul. Já estamos meio agoianado já, meio goiúcho. E na verdade os sulistas todos que estão aqui, e que você for entrevistar, e que estão no entorno do parque lá, eles vieram todos com um objetivo só: a agricultura. E o Cerrado, a gente chegou aqui, era uma coisa assim, *tipo um deserto*, era aquele capim duro que nem o gado não gostava, não é paladoso nada, um solo assim sem nada, nada. [...] Hoje não, hoje tem matéria orgânica sobrando, todo mundo colhe a safra, planta safrinha, colhe a safrinha. (produtor rural, gaúcho, Serranópolis, grifos da autora).

Nestes trechos, dois aspectos principais chamam atenção. Em primeiro lugar, percebe-se que o Cerrado aparece frequentemente como um *deserto*, um *vazio*, um lugar em que não havia *nada*. Em suma, um lugar onde não eram encontrados os objetos de referência, se apresentando como a própria não-familiaridade, aquilo que fugia ao até então conhecido. Acrescenta-se ainda a imagem de que estes gaúchos foram “chamados ao Cerrado” porque este ainda era um “lugar a se fazer”, como propagavam as políticas públicas de incentivo à sua colonização, mais consistente se torna a idéia do que até então existia como um deserto, um vazio. Nesse contexto, parece explícita a incoerência reclamada por muitos quando hoje se demanda, desses mesmos gaúchos, que se conserve o Cerrado, que se conserve o que eles acostumaram a representar como não sendo nada, a não ser algo a ser substituído.

Ainda, nota-se também que o sofrimento pelo qual passaram ao chegar ao desconhecido é recordado por todos, mesmo por aqueles que não vivenciaram esta época, sendo permeado por oposições entre o Sul – onde tinha *tudo* – e o Centro-Oeste,

ainda a se fazer. As adversidades impostas pelo Cerrado, pela falta de infra-estrutura, pela ausência do familiar são sempre repetidas, e a capacidade de superá-las se torna um mérito coletivo atribuído aos gaúchos. Braun (1999), ao estudar as representações do ambiente em comunidades de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, observou um discurso bastante semelhante, e comentou:

[...] o que foi narrado – rememorando um passado sofrido e também glorioso – era o que poderia ser dito e o que interessava dizer. Posso compreender, pois, que descrever a mata nativa como um lugar inóspito e inapropriado para os imigrantes recém-chegados, constituiu-se em uma compreensão instituída em um regime de verdade, aceito como discurso verdadeiro. (BRAUN, 1999, p.71).

Assim, a mata nativa do Rio Grande do Sul parece estar para os imigrantes alemães como o Cerrado está para os imigrantes gaúchos: o ambiente como símbolo da ruptura com o familiar e contato com o desconhecido. Essa ruptura teve que ser enfrentada devido às impossibilidades de permanência em seus locais de origem, e não é coincidência a concordância entre os relatos apreendidos por Braun (1999) e as narrativas dos gaúchos no Centro-Oeste. De fato, ambos os casos se referem a uma mesma dinâmica, correntemente incorporada por herança familiar na trajetória dos agentes, como demonstra o ilustrativo relato:

[...] meu avô veio de Portugal, em 1912 ele veio para cá, com quatro anos de idade. Então a família toda de lá, já com tradição de agricultura, e foram parar ali no estado de São Paulo. Em São Paulo migraram duas vezes e vieram trabalhar em propriedades como trabalhadores rurais. E com o desenvolvimento lá no Paraná, como seriam agora essas novas fronteiras, a nova fronteira era o Paraná, então eles foram para o norte do Paraná. E lá conseguiram adquirir terras, porque era mais barato, né? Então a gente já vem de uma tradição. Alto Taquari, que hoje está estável, tá me tocando daqui, eu já adquiri uma terra lá no Piauí. E tô indo formar lavoura lá, tirando Cerrado e plantando lavoura. Porque aqui não tem mais espaço para mim. E estou saindo de 500 hectares para 2000 hectares. Aí eu vou vender capital que adquiri aqui, empregar lá, e formar uma região novamente de agricultura, como foi formada aqui. Esse processo, por isso que eu iniciei lá no meu vô, começou em Portugal. Lá em Portugal aconteceu isso, nós fomos arrastados para cá, São Paulo expulsou a gente para o Paraná, Paraná nos expulsou para Mato Grosso, do Mato Grosso eu tô indo para o Piauí. Isso aí eu tô te falando meu exemplo, que serve para a grande maioria. (produtor rural, gaúcho, Alto Taquari).

Essa relação de transformação do ambiente natural via agricultura, e a lógica de colonização, que estimula que se esteja sempre em partida, em busca de um local onde se encontre melhores condições para prosperar, são interpretadas também como traços

marcantes da “cultura do gaúcho”, que se contrapõem à forma de se relacionar com o ambiente identificada com os goianos:

[...] eles são *nômades*, então parece que eles já têm uma cultura, da Europa, *os gaúchos são assim mesmo*, então o desenvolvimento tecnológico deles, a educação, a forma de lidar com as coisas, então são tudo descendente de europeu, então eles já vêm com esse espírito econômico muito forte, então isso pra eles é o essencial. Então é como eles chegaram no sul, sobem pra cá, porque as pessoas aqui são mais tímidas, então não tem esse crescimento, esse avanço grande, tecnologicamente, essa ambição, as pessoas são muito, vamos dizer assim, recatadas, ou muito...simples, não têm essa visão empresarial que eles têm. (pesquisa e defesa do meio ambiente, goiano, Mineiros, grifos da autora).

A incorporação dessa dinâmica de migração, associada à busca pela prosperidade – que na agricultura é por vezes dependente da produtividade – favorece o apreço pelo que é novo, manifestado freqüentemente na valorização do *futuro*, da *tecnologia*, e da *evolução*. Esses elementos se tornam também emblemas desses imigrantes, que na maioria dos casos partiram porque seus locais de origem não os comportavam mais, se tornando essencial desaparecer-se do passado de sofrimento e acreditar num futuro melhor, mais próspero.

É justamente a esses sonhos que falam os anúncios de tecnologia agrícola. Um dos exemplos emblemáticos é um calendário, coletado durante a pesquisa exploratória, que a cada mês traz provérbios enaltecendo a esperança no futuro, sendo um deles “*Cure o passado, viva o presente, sonhe o futuro*” (ver FIG.37, grifo da autora).

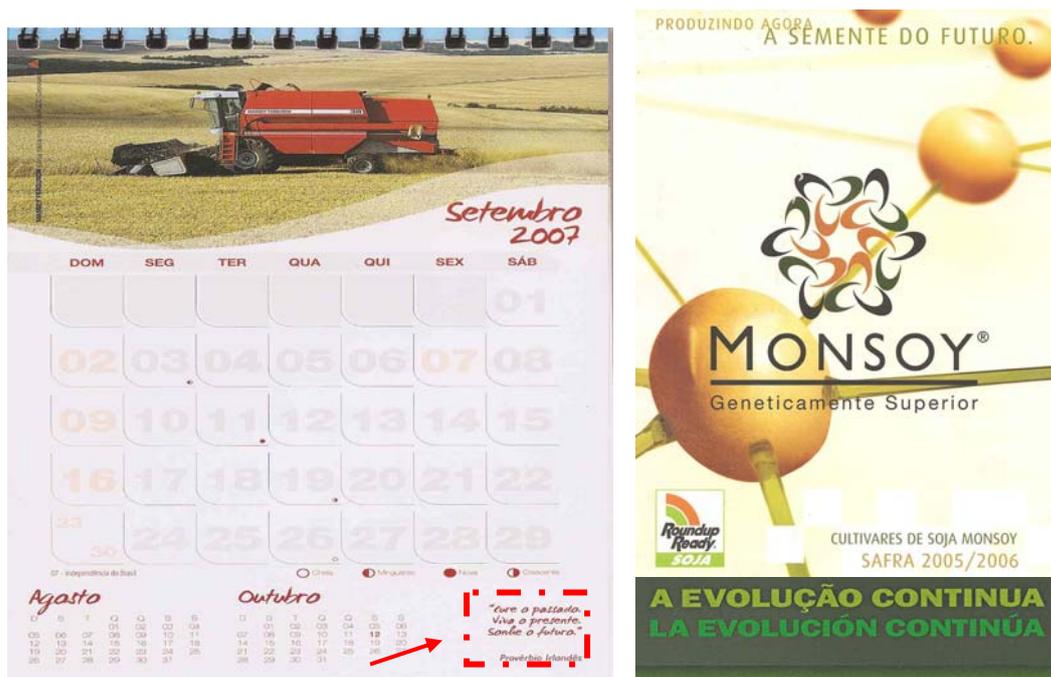


FIGURA 37 – Veículos publicitários de empresas que oferecem serviços de tecnologia agrícola. Destaque para a presença de idéias-chave, como *cure o passado, futuro e evolução*.

E a cura desse passado, no caso dos gaúchos, se dá pelo trabalho, que se transforma tanto em um valor e um *ethos*, no sentido de um conjunto de princípios interiorizados que guia suas condutas, quanto em um ícone destes gaúchos em relação aos outros grupos. Em contrapartida, a representação sobre os goianos, construída como o reverso da representação dos gaúchos, os assimila a um povo preguiçoso e acomodado.

Assim, enquanto o discurso dos gaúchos é recheado por elogios ao trabalho, ainda que penoso, como “[...] porque o ser humano eu acho que o trabalho é que dignifica ele. O trabalho, o desafio, as dificuldades...” (produtor rural, gaúcho, Mineiros) e “[...] o sofrimento que eu tive eu não desejo a ninguém. Mas eu não dispenso trabalho. Tem que sofrer pra dar valor à vida.” (produtor rural, gaúcho, Mineiros), quando a referência é feita aos goianos é destacada uma indolência que estes apresentariam:

Os goianos não trabalham de *preguiça*, *goiano não gosta de trabalhar não*. Igual, Lorena, eu falo assim, você vai na fazenda de um gaúcho, e vai na fazenda de um goiano. Eu tenho um tio que é gaúcho. A fazenda do povo daqui é uma lambança, Deus me perdoe. Na fazenda do meu tio, ele lavava as máquinas, o quadro de ferramentas dele, tudo limpinho, impecável, organizado por tamanho, por série, por tudo. Você vê, a fazenda desses gaúchos, a organização, é muito organizada, até nos mínimos detalhes. *Até por isso que não tem tanta mistura assim*. Igual, os filhos do Potrich, são igual peão, trabalham igual peão, não sabem nem conversar, então é assim que eles são. (representante do poder público, goiana, Mineiros, grifos da autora).

[...] eles são um povo trabalhador e muito doido, eles chegaram não tinha nada. *Pelos goianos, viviam de mandioca e peixe*. Outro dia anunciaram um cargo numa fábrica, tinha 100 vagas, porque demitiram os goianos, porque não gostam de trabalhar puxado não. É o ritmo de trabalho deles, não agüentam trabalhar durante a noite, eles acham que tá explorando. E os funcionários que os gaúchos têm, eles mantêm por muitos anos. Porque eles trabalham igual uns loucos e querem que você trabalhe também. (representante do poder público, paulista, Mineiros, grifos da autora).

Essa configuração da imagem do gaúcho fundamentada nos valores de *trabalho* e *dinamismo*, em oposição à *preguiça* e *estagnação* do goiano, por vezes se aproxima do que Max Weber analisa em seu estudo *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo* (WEBER, 2004). Ao discutir “a emergência de um modo de ver” que inverte a ordem até então tida como “natural”, ao colocar “o ser humano em função do ganho como finalidade da vida, não mais o ganho em função do ser humano como meio destinado a satisfazer as suas necessidades materiais”, Weber aponta elementos

constitutivos daquilo que considera o “tipo ideal” do empresário capitalista, e as implicações do enfrentamento dessa ordem com a anterior, pré-capitalista.

No contexto do Cerrado, os gaúchos imigrantes foram eleitos como os agentes do desenvolvimento desejado para a região, desenvolvimento este de cunho capitalista: a agricultura a ser implantada, atendendo aos princípios da Revolução Verde, deveria ser uma agricultura capaz de corresponder aos objetivos urbano-industriais de desenvolvimento via adoção do pacote tecnológico. Portanto, os gaúchos selecionados para este fim foram aqueles que atendiam e se identificavam com o perfil deste “tipo ideal” analisado por Weber.

Os atributos-chave desse perfil são a contínua motivação pela prosperidade, “que jamais lhes permite satisfazerem com o que têm”, a ausência de preocupações com uma aparência refinada ou despesas inúteis, comportando “quase sempre certo lance ascético”, e um “racionalismo econômico” que tem como expressão principal o aumento da “produtividade do trabalho que, pela estruturação do processo produtivo a partir de pontos de vista *científicos*, visa eliminar sua dependência dos limites ‘fisiológicos’ impostos pela natureza” (WEBER, 2004, p.63-7, grifo no original). Todos estes aspectos podem ser observados no que se poderia chamar de “tipo ideal” de produtor rural gaúcho no Centro-Oeste, e, portanto, também no entorno do PNE, sendo inclusive esses elementos enunciados nas entrevistas. Ainda, Weber (2004) identifica nesses agentes o trabalho com o objetivo de dar forma racional ao provimento dos bens materiais necessários à humanidade, sendo este:

[...] não há dúvida, um dos sonhos dos representantes do “espírito capitalista”, uma das balizas orientadoras de seu trabalho na vida. [...] o júbilo e o orgulho de ter “dado trabalho” a inúmeras pessoas, de ter colaborado para o “florescimento” econômico da cidade natal, no sentido demográfico e mercantil que o capitalismo confere a esse termo – tudo isso faz parte, é claro, daquela alegria de viver que lhe é específica [...] e é de um matiz claramente “idealista”. (WEBER, 2004, p. 67).

Esta conotação ideológica do trabalho pode ser notada entre os gaúchos em diversos momentos, quando, por exemplo, ressaltam a função primordial de produção de alimentos para a humanidade que desempenham através da prática agrícola e a transformação, não de suas cidades natal, mas dos municípios que habitam no Centro-Oeste, que podem ter suas histórias divididas em antes e depois da chegada dos imigrantes:

Mineiros antes da vinda desses imigrantes, era uma, depois é outra. Expandiu, asfaltou, fez isso, fez aquilo, melhorou tudo, as construções, melhorou tudo, tudo, tudo. Quando eu cheguei aqui em Mineiros não tinha nada. Nada, mas nada. Uma loteria. Só tinha água na parte baixa da cidade. Ela cresceu de uma forma acima da média, colocou tudo: colocou água, telefone, colocou tudo que você imaginar que aqui não tinha. Lá onde a gente morava era uma cidade até menor, então uma cidade muito tranqüila, limpa, não tinha falta pode-se dizer de nada, nessas coisas, né, e aqui... Mas, tudo são coisas, desafios que a gente vai enfrentando... (produtor rural, gaúcho, Mineiros).

É, portanto, associado a essa simbologia de povo trabalhador, dinâmico, que não mede esforços para atingir a prosperidade, que os gaúchos se estabelecem no Centro-Oeste, como agentes ideais do modelo de desenvolvimento – capitalista – que ao Estado interessava implantar. À população local, identificada com hábitos distintos daqueles então valorizados, coube o papel de um anfitrião prestativo: enquanto o “povo gaúcho” é *trabalhador*, o “povo goiano” é apresentado como *hospitaleiro*.

Olha, a gente sempre procurou respeitar, né? O povo aqui é bastante respeitador, quando você também não pisa no calo deles. Porque eles aqui têm uma tradição, *tradição, não, têm um sistema, tradição é o gaúcho que tem uma tradição, né, mas, eles são hospitaleiros aqui.* (produtor rural, gaúcho, Mineiros, grifos da autora).

Gaúcho e goiano combina demais! É o que eu falo, o povo goiano é muito bom de lidar com ele. É um povo amigo demais da conta, é um povo que convive muito bem uns com os outro, povo muito *servidor*, povo bom mesmo. E gaúcho, povo gaúcho é muito *trabalhador*, é um povo também bom de lidar, eu, pelo menos, pelo que eu conheço, é um povo muito bom de lidar, então todo lugar que a gente vai, pode ter as famílias Carrijo, Rezende, mas você sempre vai encontrar um gaúcho no meio. E que se dá bem com todo mundo; claro, se encontrar um punhado de gaúcho eles vão conversar, vão bater-papo, lembrar a história deles, que é muito diferente da nossa, mas isso faz parte também, né? Tanto é que tem um CTG [*Centro de Tradições Gaúchas*] aí, mas é uma coisa bonita, então, tem que... E é muito bom, é uma convivência muito boa sim, é um povo que veio pra cá e *nós nunca rejeitamos eles, que a gente sabe, a gente precisa, que eles nos ensinou a agricultura*, e a pecuária também a gente tá aprendendo muito, mas a agricultura eles dão de dez, né? *É um povo pioneiro, muito inteligente, trabalhador, né?* Tem, sempre tem aqueles que veio, como diz nós aqui, “dar o nó”, né, mas todo mundo tem isso aí, todo lugar tem. Mas é bom. Dá certo, se entende, numa boa conversa vai bem. (produtor rural, goiano, Mineiros, grifos da autora).

Nota-se, portanto, que essa “complementaridade de papéis” é assimilada por todos, gaúchos e goianos, possivelmente muito em função do peso da imagem de desenvolvimento, à qual pouco se contesta. Assim, devido ao contexto histórico que os trouxe ao Centro-Oeste imbuídos da capacidade de trazerem consigo o desenvolvimento, pode-se sugerir que foi designado aos gaúchos um *poder simbólico*,

nos moldes do que discute Bourdieu (2004, p. 07), sendo este o “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.”.

Este poder simbólico, de acordo com Bourdieu (2004, p. 07-14), é um poder de construção da realidade e tende a estabelecer uma ordem gnosiológica, isto é, de *conhecimento do sentido imediato do mundo*, a partir de uma concepção homogênea do tempo, do espaço, e particularmente do mundo social. Para que seja exercido, depende do compartilhamento de *sistemas simbólicos* que atuam como instrumentos de comunicação entre os grupos e que, enquanto tal, cumprem a “sua posição política de instrumentos de imposição ou de legitimação de uma dominação”. Assim, contribuem para assegurar a dominação de um grupo ou classe sobre outro, configurando, nas palavras de Bourdieu (2004, p. 11), um processo de *violência simbólica*.

Transposto ao contexto do entorno do PNE, pode-se inferir que o processo de dominação legitimado através do compartilhamento de um sistema simbólico é a priorização do modo de “apropriação gaúcha” do ambiente sobre o modo de apropriação local, de forma que o primeiro passa a ser enxergado como positivo e sinônimo de desenvolvimento, enquanto o segundo é, quase que de forma consensual, representado pejorativamente, como nos trechos:

Ah, com a chegada dos gaúchos houve uma mudança muito grande. Muito profunda. Mesmo cultural. *Porque a cultura antiga ainda era muito arcaica. Obsoleta mesmo, ultrapassada.* Aí com isso aí veio renovando, eu acho que desenvolveu muito. (produtor rural, goiano, Serranópolis, grifos da autora).

Começou a vir os gaúchos e começaram a nos ensinar, *porque realmente foi eles que nos ensinou a trabalhar, né?* E hoje você vê a diferença da agricultura hoje, medonha, o tanto que produz, a tecnologia que existe, mudou muito, né? Só que nessas coisas boas eu não entrei ainda, né? Quem sabe, mas eu ainda... Mas foi uma mudança e tanto, *revolucionou muito, graças a Deus, né?* (produtor rural, goiano, Mineiros, grifos da autora).

Tais trechos condizem com o que aponta Bourdieu (2004, p.14) ao afirmar que o poder simbólico como “poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo, e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo” só se exerce se for reconhecido, se definindo em uma relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe são sujeitos. Nesse sentido, a violência simbólica a que se refere impõe uma coerção que se institui por intermédio do reconhecimento extorquido que o dominado não pode deixar

de conceber ao dominante na medida em que não dispõe, para o pensar e para *se pensar*, senão de instrumentos de conhecimento que tem em comum com ele e que não são senão a forma incorporada da relação de dominação. Sobre isso, esclarece:

Todo poder comporta uma dimensão simbólica: ele deve obter dos dominados uma forma de adesão que não repousa sobre a decisão deliberada de uma consciência esclarecida, mas sobre a submissão imediata e pré-reflexiva de corpos socializados. Os dominados aplicam a todas as coisas do mundo, e, em particular, às relações de poder nas quais estão enredados, às pessoas através das quais essas relações se realizam, portanto também a si mesmos, esquemas de pensamento impensados, os quais – sendo o produto da incorporação dessas relações de poder sob a forma transformada de um conjunto de pares de oposição (alto/baixo, grande/pequeno, etc.) funcionando como categorias de percepção – constroem essas relações de poder do ponto de vista próprio daqueles que aí afirmam a sua dominação, fazendo-as parecer como naturais. Assim, por exemplo, cada vez que um dominado emprega para se julgar uma das categorias constitutivas da taxonomia dominante (por exemplo, brilhante/esforçado, distinto/vulgar, único/comum), ele aplica a si mesmo, sem o saber, o ponto de vista dominante, adotando, de algum modo, para se avaliar, a lógica do preconceito desfavorável. (BOURDIEU, 1995, p. 142).

Tal análise parece se aplicar de forma bastante apropriada à incorporação, pelos próprios goianos, das oposições entre trabalhador/preguiçoso, pioneiro/hospitaleiro, e, também perpassando essas classificações, moderno/atrasado, ao se compararem aos gaúchos, atribuindo aos imigrantes sempre os pólos considerados positivos das associações. No entanto, a assimilação do discurso dominante não exclui a presença de conflitos, apenas tornando-os mais velados. De fato, o goiano, como ícone do tradicionalismo entendido como “o ser humano que não quer ‘por natureza’ ganhar dinheiro e sempre mais dinheiro, mas simplesmente viver, viver do modo como está habituado a viver e ganhar o necessário para tanto” (WEBER, 2004, p.53), pode em certas circunstâncias se tornar um ponto de embate e resistência ante a expansão da lógica da agricultura tecnificada.

Então eles vêm com os valores deles, querem mudar, transformar todo o contexto local, então hoje eu sinto que ainda existe um conflito de ideais, onde, a população local contra as pessoas que vêm do sul, os gaúchos. Porque, vira e mexe você ouve falar, “ah, os gaúchos, esse pessoal”, então tem um certo... É recíproco isso, tanto os gaúchos chamam o pessoal daqui de preguiçoso, que não quer fazer nada, quanto os daqui falam que esse pessoal faz tudo pra plantar soja, querem crescimento a qualquer custo, então não tem, os valores são outros. Tem o embate, e é natural. É que nem você tá na sua casa e chega alguém querendo que você mude o seu ritmo de vida, sua forma de pensar, sua cultura. (pesquisa e defesa do meio ambiente, goiano, Mineiros).

Nota-se ainda que essa resistência, continuamente manifestada mesmo que muitas vezes de forma silenciosa, contemporaneamente tem adquirido novos contornos, revestidos de proteção ambiental:

[...] isso é um estilo que... literalmente é uma coisa que, “ah, a gente tá desenvolvendo, crescendo a região”, coisa nenhuma! Eu acho que não, isso não existe. Está desenvolvendo o lado pessoal deles. Os valores são outros. *Se você acha melhor plantar soja, eu acho melhor entrar no mato e catar pequi!* [...] é um atropelo, e o atropelo gera um monte de problemas, sociais e ambientais. (pesquisa e defesa do meio ambiente, goiano, Mineiros, grifos da autora).

[...] antes Chapadão do Céu era mais um redutozinho do pessoal do sul, com alguns goianos que iam para trabalhar para eles. Agora... a agricultura está ali, não tem como sair dali, e talvez não seja desejável agora que ela saia dali, então tem que conviver com isso, então, que se conviva bem com a produção, mas respeitando a conservação, inclusive respeitando as leis da conservação, então isso inclui a área de amortecimento no entorno do parque, área de reserva legal, etc. (pesquisa e defesa do meio ambiente, goiano, Belo Horizonte).

Percebe-se, portanto, que a disputa pela apropriação técnica, cultural e social do ambiente associa-se à relevância do vínculo afetivo com o Cerrado – característica dos goianos como um dos elementos centrais na representação favorável à conservação –, de forma que a conservação ambiental do Cerrado adquire mais uma função: a de imposição de limites e demarcação de diferenças à “apropriação gaúcha” do Centro-Oeste, que se dá mediante a agricultura tecnicizada. Esta associação reforça a polarização agricultura/conservação no entorno do PNE, explicitada, dentre outros momentos, na concretização do conflito ambiental relativo ao litígio acerca da Zona de Amortecimento.

5.2.2 O litígio acerca da Zona de Amortecimento e a cristalização do conflito ambiental

Em seu estudo sobre os conflitos ambientais no Rio de Janeiro, Fuks (2001) põe em relevo a capacidade dos problemas ambientais de atualizarem antigas disputas – no caso específico estudado por este autor, a luta relativa à ocupação e uso do solo no município carioca. A partir do exposto sobre o embate entre gaúchos e goianos no Centro-Oeste, percebe-se que também no entorno do PNE a apropriação do ambiente e a definição de seus usos e vocações se constituem em elementos de conflito entre grupos

sociais desde antes da proeminência do meio ambiente como um assunto de controvérsia pública. No entanto, a partir do momento em que a conservação ambiental recebe destaque e passa a ser assumida por determinados grupos como prioridade, tais embates assumem novos contornos, agora explicitamente ambientais, reconfigurando o contexto conflitivo. O litígio acerca da Zona de Amortecimento no entorno do Parque é uma clara demonstração deste processo.

De acordo com Vilhena (2002), Zonas de Amortecimento são áreas externas às unidades de conservação, identificadas como estratégicas para a conservação do ecossistema protegido, seja por seus aspectos biofísicos ou econômicos. Uma vez delimitadas, para que se ative sua função de amortecer os impactos externos na área protegida devem ser manejadas de acordo com princípios biofísicos, socioeconômicos e de gestão.

O conceito das Zonas de Amortecimento assim formulado é derivado da emergência de uma renovação das bases paradigmáticas para o manejo de parques nacionais, iniciada a partir da década de 1960 e tendo em vista a superação da configuração dos parques em “ilhas verdes” rumo à consideração do contexto político e socioeconômico das áreas protegidas como elemento do planejamento. Foi utilizado pela primeira vez em 1979, no âmbito do programa *Man and Biosphere* da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), o qual teve como perspectiva enfatizar a importância de incorporar as necessidades e percepções locais no estabelecimento e manejo de reservas naturais (VILHENA, 2002).

Atualmente, considera-se que as Zonas de Amortecimento aparecem como uma importante ferramenta à proteção dos parques nacionais, exercendo a função de filtrar ou absorver os impactos negativos na área protegida. Além disso, com o estabelecimento dessas áreas pretende-se alcançar um impacto favorável no ordenamento do uso dos recursos, assim como a erradicação de atividades que podem levar a área protegida a uma condição de vulnerabilidade. Em sua tese sobre os parâmetros para a delimitação e manejo adaptativo de Zonas de Amortecimento em parques nacionais do Cerrado, Vilhena (2002, p.02) afirma que, de forma geral, essas zonas são incorporadas aos planos de manejo das diferentes categorias de áreas protegidas, mas, “sem dúvida, e ainda que este seja um conceito muito conhecido no âmbito conservacionista, se reconhece que o mesmo se encontra, todavia, em fase de experimentação.”.

No caso do PNE, a proposta de demarcação de uma Zona de Amortecimento esteve incluída no rol de medidas sugeridas pela reformulação do Plano de Manejo da unidade de conservação, publicado em junho de 2004. Elaborado com recursos da Compensação Ambiental decorrente da construção da Ferrovia Norte entre o município de Aparecida do Taboado – MS e o município de Alto Taquari – MT, o plano fundamentou-se em levantamentos do meio físico, da fauna de aves, mamíferos, répteis, insetos e peixes, além de levantamentos botânicos, socioeconômicos, do clima e da hidrologia da área do Parque e seu entorno.

Como o PNE já contava com um Plano de Manejo elaborado em 1981 e um Plano de Ação Emergencial elaborado em 1993, esta reformulação teve como objetivo “apresentar uma revisão destes dois instrumentos de planejamento e incorporar novas informações e ações ao planejamento da unidade.” (IBAMA, 2004). O resultado incluiu uma caracterização do meio físico, biótico e dos aspectos socioeconômicos da unidade e seu entorno, um zoneamento ambiental, um planejamento por áreas de atuação na unidade, estabelecendo-se áreas estratégicas, e a publicação das normas gerais do PNE, incluindo, dentre essas, os limites, definições e restrições relativas à implementação da Zona de Amortecimento. Tais restrições versam, essencialmente, sobre o manejo de agroquímicos nas propriedades limítrofes, a manutenção de Área de Proteção Permanente e Reserva Legal, e o uso do solo para fins turísticos e industriais, sendo as primeiras dentre essas as mais polêmicas das restrições.

No entanto, apesar da publicação do Plano datar de junho de 2004, as controvérsias só começaram a ganhar visibilidade a partir de meados de 2006:

[...] houve uma interpretação de que havia um prazo de dois anos para a Zona de Amortecimento começar a valer, só que não era, essa interpretação tava errada, esses dois anos são para projetos de licenciamento, tudo o que o plano de manejo manda fazer, que precisa ser licenciado, aí tem dois anos para ser executado. Mas isso é uma norma, não precisava ter esperado esses dois anos para começar a valer uma norma. Mas aí deu essa confusão, e quando esses dois anos foram dando e todo mundo começou a falar que agora ia ser pra valer, aí que o pessoal foi começar a esquentar a cabeça. (representante do poder público, PNE).

Essa perspectiva de implantação, ainda que atrasada, da Zona de Amortecimento – com as suas implicações sobre a prática agrícola nas propriedades limítrofes ao Parque, essencialmente dependente do manejo intensivo de agroquímicos – fez com que os proprietários rurais se mobilizassem e tentassem intervir para que fossem revogadas as restrições. Contudo, esse processo se mostrou mais longo do que poderiam prever a

princípio, exigindo uma capacidade de articulação que ultrapassasse as arenas locais, como descrito no trecho:

Aqui teve um problema sério que você já deve ter ouvido falar que foi a Zona de Amortecimento. Inclusive na zona do limite do parque, numa faixa de 2 km só poderiam ser aplicados defensivos faixa verde, visando a proteção ambiental. O quê que acontece, quando começou a surgir o tema, eles [*os produtores rurais do entorno*] foram chamados para participar das reuniões. Naquele momento, eles pensaram: “Não, não vou na reunião”. Na hora que começou a ficar sério, eles pensaram: “agora nós vamos entrar e mostrar o nosso poder de barganha”. Só que Ibama não é um órgão estadual sobre o qual eles têm poder político, é um órgão federal, eles não têm o poder político que têm no nível regional. Aí começaram a surgir os problemas, quando eles viram que não tinham todo esse poder de barganha, o poder político, e começaram a partir para os mecanismos jurídicos. (produtor rural, Chapadão do Céu).

Foi então a partir do momento em que a implementação da Zona de Amortecimento prevista pelo Plano de Manejo do PNE apresentou-se prestes a se concretizar, conduzida pela administração da unidade pelo Ibama, e os produtores rurais do entorno decidiram acionar mecanismos jurídicos para impedi-la, que se configurou o litígio, deflagrando o conflito ambiental e explicitando a divergência entre os distintos interesses apresentados pelos grupos sociais do entorno do Parque. Portanto, adotando-se a proposta de Fuks (2001), entende-se que a partir desse momento o contexto do entorno do PNE se configura em uma arena específica em que são disputados argumentos pela definição sobre o que é e como se apropriar o ambiente comum.

Nessa disputa entre argumentações, nota-se uma polarização entre os grupos do entorno, que se dividiram entre aqueles pró-implementação da Zona de Amortecimento, incluindo os agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente e os representantes do poder público vinculados aos órgãos ambientais (Ibama e secretarias responsáveis pelo meio ambiente), localmente identificados de forma genérica como *ambientalistas*, e os agentes posicionados contra essa implementação, identificados com os *produtores rurais*, incluindo tanto produtores do entorno e lideranças rurais (presidentes de sindicatos e cooperativas), quanto representantes do poder público responsáveis por órgãos voltados para a agricultura e o desenvolvimento municipais.

Ambos os pólos assim definidos apresentam notável poder de mobilização, tanto na arena de debate e argumentação específica do entorno, quanto naquelas que ultrapassam o contexto local: atuando em prol da Zona de Amortecimento está, além de pesquisadores e organizações não-governamentais de grande influência no âmbito nacional, o órgão público federal responsável pelo meio ambiente, que percebe nesse

litígio uma ameaça às demais unidades de conservação de todo o país, visto que uma vez instaurada a jurisprudência favorável aos produtores do entorno, dificilmente se poderia evitar decisões semelhantes nos contextos de outras áreas protegidas. Em contrapartida, os produtores rurais alinhados no pólo oposto da disputa, devido à relevância da participação de suas lavouras nas economias dos municípios e ao poder simbólico que apresentam, que os associa ao desenvolvimento desejável, possuem também significativa capacidade de mobilização, sendo esta continuamente utilizada.

Dessa forma, o impasse ocasionado pela força política dos dois pólos contribuiu para a emergência de esquemas argumentativos que mobilizam princípios de referência de grande apelo para o conjunto da população. O eixo central da argumentação dos ambientalistas concentra-se na relevância da manutenção da vida presente no Parque, ainda que reconheçam a dificuldade de se transferir aos proprietários do entorno os encargos dessa manutenção:

A Zona de Amortecimento é importante porque começa-se ter uma discussão com a sociedade, a trabalhar com os produtores, porque não adianta pesquisa só dentro do parque, porque *o parque ele exporta vida*, então os fatores fora têm que ser considerados também. (representante do poder público, PNE, grifos da autora).

O negócio é que para conservar o parque precisa ter uma Zona de Amortecimento, porque senão, lá você viu, a soja vai até a cerca do parque, então *se você não tiver alguma restrição, o parque fica comprometido, compromete toda a vida dentro dele*. Então você estar perto de uma unidade de conservação, implica em algumas restrições, não tem como você fugir, só que aí fica complicado porque o ônus vai todo para o proprietário, para o fazendeiro, fica assim: “Ah, você que está perto de uma unidade de conservação que se vire”. *Mas não tem como ser diferente, é necessário*. (pesquisa e defesa do meio ambiente, Belo Horizonte, grifos da autora).

Os produtores rurais, por sua vez, defendem que a Zona de Amortecimento deve ser de toda forma evitada por duas razões principais: caso adotada, inviabilizaria a agricultura do entorno, comprometendo seriamente a economia dos municípios; e, sobretudo, por ferir o direito à propriedade privada garantido por lei:

[...] vamos supor, você tem uma propriedade; aqui é a propriedade do cara, aqui é o Parque das Emas. Sempre foi assim, você pegou, desmatou, calcareou, respeitou o limite... Como é que agora numa forma de lei vem alguém e te *desapropria* disso daqui? Sem te indenizar, sem nada? Eu te falo que hoje, se o governo, ao redor do Parque das Emas, se ele vier e pagar o custo que o cara teve, ele fica com todas as propriedades. Porque o pessoal tomou nojo de tanta intriga, tanta briga sem diálogo. (produtor rural, Mineiros, grifo da autora).

[...] por isso a ação judicial, porque *a constituição nos dá direito de propriedade*. E ninguém está fazendo nada dentro da cerca do parque, que é um direito de propriedade do Parque Nacional das Emas, do Ibama, do patrimônio da humanidade. [...] eu acho muito difícil se pôr em prática a Área de Amortecimento. Nos moldes que o Ibama quer pôr aí é impossível, *aí inviabiliza a agricultura no entorno*. E aí você começa a ter uma série de problemas: problemas do uso da terra, que a constituição nos permite, segundo daí problemas financeiros para os municípios, conseqüentemente para os estados, são três estados no entorno... (produtor rural, Chapadão do Céu, grifos da autora).

[...] isso aí é até revoltante pra gente, essas ações em cima desses parques geralmente o problema sempre cai em cima do produtor. Eles querem uma Zona de Amortecimento, você deve ter conhecimento, lá do Parque das Emas. Mas *a Zona de Amortecimento é dentro do que é dos outros, deles não*. Por que eles não usam, era quatro quilômetros, depois não sei se foi para dois, mas ainda tem os 10 km, eles tem 130 mil hectares dentro do parque, será que se eu usar uma faixa aqui dentro de Zona de Amortecimento eu não vou proteger o resto? (produtor rural, Costa Rica, grifos da autora).

Como aponta Fuks (2001), esses esquemas argumentativos e as versões formuladas pelos grupos em disputa são alimentadas por pacotes interpretativos, que servem como guias gerais de como pensar e o que fazer a respeito de determinado assunto público. Como exposto na seção 3.2 desta dissertação, tais pacotes assim entendidos se aproximam muito da noção de representações sociais. De fato, nota-se que, permeando a argumentação dos agentes vistos como ambientalistas, há a representação da conservação como uma questão ética, que diz respeito à manutenção da vida. Por outro lado, na versão elaborada pelos produtores rurais, o relevo atribuído à participação da agricultura do entorno na economia dos municípios e o direito à propriedade privada sugere a marcada influência da concepção de conservação como uma disputa de interesses.

Em ambos os casos, percebe-se o que Acsehrad (2004) denomina busca pela universalização de causas a princípio específicas dos contextos locais mediante sua associação a valores potencialmente compartilháveis. Daí a importância da referência a temas como “manutenção da vida”, “produção de alimentos” e mesmo o “direito à propriedade privada”, um dos pilares da sociedade contemporânea.

Assim, tais argumentos manifestados por ambos os grupos exercem pesada influência na correlação de forças da disputa, estendendo o impasse e conduzindo à busca por um juízo “neutro” para a resolução do embate. Esta capacidade de avaliar a situação de maneira imparcial, ou, no mínimo, legitimada pelos dois pólos, é então atribuída à ciência: ambientalistas e produtores rurais repetem, como um refrão, que são

necessários mais estudos científicos para se determinar a presença ou não da Zona de Amortecimento e, caso presente, com que extensão.

Eu acho que deveria ter um monitoramento pra saber se a extensão ideal é dois quilômetros, se é três, se é dez, se é 500 metros, se é 20 km. Então *you tem que ter informações certificadas cientificamente pra que aí você possa justificar isso pra população*, trazer isso à população. (representante do poder público, PNE, grifos da autora).

Essa questão dos dois quilômetros, está todo mundo à espera dos próximos encaminhamentos, *precisa de mais pesquisa científica*, vamos levantar o que precisa, aí se a gente vai saber o que que vai gerar... Se vai gerar conflito, se não vai gerar, se vamos trabalhar integrados, não sabemos, né? Por enquanto ainda há uma grande expectativa nas pesquisas a serem desenvolvidas. (pesquisa e defesa do meio ambiente, PNE, grifos da autora).

A Zona de Amortecimento é inviável, porque não tem fundamento. *Não tem um estudo científico que embase essa faixa de 2 km*. E todo mundo que está aqui sabe, eu mesmo, nunca vi um animal morto por causa de veneno. (produtor rural, Chapadão do Céu, grifos da autora).

[...] vão fazer um levantamento? Se nós deixar aqui, se plantar um transgênico, por exemplo, ele dá algum problema com alguma coisa que relaciona com o parque? Porque o que relaciona com o parque é o quê? É a fauna. Porque a flora não tem nada a ver, porque a flora, pra fora do parque não tem flora. Então, é a fauna. *O que pode prejudicar, o que pode beneficiar, faz um estudo de benefício e prejuízo. E vamos chegar a uma conclusão exata, uma conclusão lógica*. (produtor rural, Mineiros, grifos da autora).

No entanto, a necessidade de mais pesquisas científicas muitas vezes é proclamada nem tanto pelo interesse específico nos resultados que serão atestados, mas pela possibilidade de prolongamento do debate que a espera pelos estudos proporciona:

Só que, por outro lado, eu acho que o outro lado da mesa aí, os ambientalistas, Ibama, eles também têm que olhar o lado econômico, não é sair fazendo Zona de Amortecimento. Se comprovar tudo e efetivar essa regra, extingue a agricultura dessa região, fica impossível. Se for fazer uma audiência pública, não sei, às vezes até a população diga que tem que criar essa Área de Amortecimento, mas pode ser que se faz uma audiência explicando as pessoas falem “não, deixa o Cerrado lá, e aqui vamos ver se vêm mais grãos, mais asfalto e mais infra-estrutura”. (produtor rural, Chapadão do Céu).

Eles [*funcionários do Ibama em Brasília*] decidiram dar um prazo para procurar mais embasamento para fortalecer, porque o que estava acontecendo é que estavam querendo invalidar as zonas de amortecimento todas, de todas as unidades de conservação, pelo fato de ser portaria do Ibama, queriam mudar o nível de legislação necessária, teria que ser algo mais abrangente, mais poderoso, porque você tá trabalhando em área que é propriedade particular, né? [...] aí eles acharam melhor ir mais com calma, *entrar por esse lado da pesquisa para ganhar mais embasamento, e não sei, eu acho que também para ganhar mais tempo*. Porque se depois a pesquisa mostrar

que sim, o problema do conflito da legislação continua, um pouco mais embasado e tudo, mas... Porque o que os agricultores argumentaram é que não tinha dados suficientes, era por princípio da precaução, por coisas assim mais genéricas, e não tinha dados aqui, locais... (representante do poder público, PNE, grifos da autora).

Assim, como tais estudos científicos não são realizados, e, mesmo que sejam, ainda existe a possibilidade de não serem considerados definitivos – afinal, em momento algum se conseguirá atingir o “conhecimento neutro” defendido como necessário – a Zona de Amortecimento do entorno do PNE tem permanecido sem ser efetivada, nem tampouco é abortada. Dessa forma, percebe-se, portanto, que o litígio em torno de sua implementação se instaura devido à disputa pela definição do uso do espaço, mas que essa não é uma disputa apenas pela apropriação do meio em seu aspecto material. Como aponta o trecho de entrevista abaixo:

Aqui, você teve a oportunidade de ver hoje na reunião, a gente está vivendo já há vários anos, existe realmente essa questão do embate entre as duas mentalidades, a mentalidade conserva... conservacionista – é isso?, e a mentalidade desenvolvimentista. E o gaúcho é que é desenvolvimentista – gaúcho, ou paranaense, ou agricultor – até muito pouco tempo atrás, ele não tinha menor preocupação com o meio ambiente. Do tipo: “Não, mata tá sobrando por aí, o que interessa é plantar, o que eu quero é plantar, eu vou gerar o alimento do mundo”. Tá certo? Tá, tem um raciocínio correto nisso. E o ambientalista, ao contrário: “Gente, tá acabando, tá acabando, calma”. Tá certo? Também tá certo, os dois estão certos. (representante do poder público, Chapadão do Céu).

Sintetizado nessa fala pode-se observar muito do que vem sendo discutido até aqui. O embate entre os dois pólos da disputa, ambientalistas e produtores rurais, é um embate entre “mentalidades” – ou, dito de outra forma, entre representações. A conservação ambiental, como elemento do universo reificado incorporado no cotidiano, introduz um novo vocabulário e é apropriada com dificuldades (“conserva... conservacionista, é isso?”); o termo “gaúchos” resume não apenas um local de origem, mas uma postura ante o ambiente natural, associada ao desenvolvimento; ainda, cada um dos pólos apresenta recursos e princípios de referência, mobilizados como esquemas argumentativos. Sobre isso, o entrevistado conclui: “tá certo, os dois estão certos, tem um raciocínio correto nisso”, posicionando-se de forma bastante coerente com a abordagem das representações sociais: de fato, considera-se que não existem representações *certas* ou *erradas*, visto que todas são *interpretações possíveis* sobre um mundo complexo e multifacetado.

Assim, pode-se inferir, portanto, que o litígio acerca da Zona de Amortecimento é essencialmente uma disputa por uma verdade, em que os argumentos são mobilizados fazendo-se referências a idéias e elementos do senso comum (como “produção de alimentos para o país” ou “manutenção da vida na terra”), observando-se o que Acsehrad (2004, p.19) considerou “uma busca pela universalização de causas parcelares através de valores compartilháveis que tornam os atos justificáveis”. Somam-se a esses elementos os fatos de que os produtores rurais, por terem terras de chapada como o Parque e estarem na região há cerca de 30 anos, afirmam que não prejudicam a unidade de conservação, pelo contrário, alimentam sua fauna. Os agentes vinculados ao meio ambiente, por sua vez, por conhecerem os princípios e as teorias da conservação, afirmam que o entorno não entende a importância do parque e das restrições. Esse impasse simbólico – o conhecimento de que grupo social é mais verdadeiro, mais importante – cristaliza-se então no impasse acerca da implementação da Zona de Amortecimento.

Ademais, a questão sobre a validade dessa implementação transcende a esfera local, no sentido de que, se os produtores rurais asseguram por mecanismos jurídicos a inconstitucionalidade dessas restrições, abre-se um precedente capaz de inviabilizar todas as demais Zonas de Amortecimento das unidades de conservação nacionais.

Contudo, nessa disputa, os dois pólos principais apresentam notável poder político e, quando recorrem a arenas de maior abrangência para conseguirem visibilidade para suas questões, ambos, apesar de divergentes, encontram amplo respaldo institucional. Essa situação estende o impasse e, com isso, a Zona de Amortecimento é, portanto, continuamente protelada com a justificativa de que ainda não há “estudos conclusivos”.

Dessa forma, percebe-se, portanto, que o conflito se instaura em suas dimensões simbólicas e materiais: na medida em que está de fato em jogo a definição pelo uso do espaço, revela a sua concreticidade; no entanto, não só a partir de critérios racionais este uso pode ser definido, visto que também estão em pauta demandas por sentidos e expectativas conflitantes porque permeadas por múltiplas representações, características dos diversos grupos sociais. Configura-se assim uma situação em que não há apenas *ausência de certezas*, mas *certezas contraditórias*, tal qual apontado por Hannigan (1997) como característico dos conflitos ambientais.

6 CONCLUINDO: CERRADO PARA SER O QUÊ? REPRESENTAÇÕES, CONFLITOS E DESENVOLVIMENTO RURAL

A análise dos resultados obtidos a partir da pesquisa de campo, à luz do referencial teórico considerado pertinente à proposta deste trabalho, permite apontar, como decorrência dessa dissertação, que no contexto do Parque Nacional das Emas (PNE) a conservação ambiental passa a ser elaborada pelos agentes do entorno não em seu referencial próprio, mas eivada das características, expectativas e interesses dos grupos sociais. Dessa forma, e visando responder a questão norteadora desta dissertação, pode-se afirmar que no grupo de representantes do poder público a conservação é entendida essencialmente como uma política, essencialmente ineficaz; para os produtores rurais, pode ser tanto uma resposta à degradação, quanto uma disputa de interesses, sobretudo comerciais; já os agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente a representam como uma questão ética, direcionada ao resgate da vida na Terra; os representantes da população tradicional, por sua vez, interpretam a conservação como um símbolo da modernidade e dos impactos dela decorrentes. Nota-se, portanto, que a conservação é elaborada pelos grupos sociais ancorada nos valores, características e expectativas de cada grupo, configurando no entorno do PNE e em relação à conservação o processo de focalização, tal como formulado por Moscovici (1978).

Acrescentando-se ainda os elementos provenientes da análise das associações livres a *agricultura, desenvolvimento e conservação*, conclui-se que os resultados obtidos confirmam mas também ultrapassam a primeira hipótese apontada inicialmente: de fato, a representação da conservação é permeada pela heterogeneidade de entendimentos e expectativas quanto à agricultura e ao desenvolvimento, mas os significados e sentidos atribuídos pelos grupos a esses objetos do mundo que compartilham são mais ricos e complexos do que a princípio se supôs, podendo-se inferir que há alguns consensos e outras nítidas divergências nas percepções destes elementos pelos grupos sociais identificados. De modo geral, parece bem definida a estreita associação entre agricultura e desenvolvimento, de acordo com o grupo interpretada ora como positiva, ora como preocupante. A conservação, a partir da heterogeneidade de respostas obtidas através das evocações, parece ainda não ter sido solidamente elaborada pelos agentes entrevistados, assim como parece acontecer com as

referências à sustentabilidade e às questões ambientais. Tal aspecto é bastante diferente do que acontece com o desenvolvimento, que, mesmo que possa apresentar divergências entre as atitudes suscitadas aos agentes (favoráveis ou desfavoráveis), aparenta possuir um núcleo estável e amplamente compartilhado pelos grupos sociais.

Também em resposta à questão proposta inicialmente, pode-se afirmar que, na medida em que se delineiam marcadas pelo traço da heterogeneidade entre os grupos e, nesse sentido, orientam e reforçam também práticas e demandas heterogêneas, as distinções na representação social da conservação tornam-se um componente essencial do conflito ambiental deflagrado no entorno do PNE. Tal conclusão corrobora a segunda hipótese sugerida na Introdução, à qual se acrescenta ainda que o conflito ambiental atualmente observado pode ser entendido como uma atualização das disputas pela apropriação técnica, cultural e social do meio, manifestada já há várias décadas no embate entre *gaúchos* e *goianos*, e atualmente explicitada a partir do litígio acerca da Zona de Amortecimento no entorno do Parque. Entende-se, portanto, que o litígio acerca da Zona de Amortecimento é uma disputa material e simbólica pela valorização de uma forma de ver, entender e se apropriar do espaço comum. Sendo assim, configura uma disputa por sentidos culturais, pautada não apenas pelos interesses objetivos, mas também pelos significados que os distintos grupos sociais projetam para o entorno do PNE e para a construção comum do mundo ao seu redor.

Ainda, a discussão empreendida permitiu a emergência de novos elementos de análise, também interessantes de serem pontuados. Destaca-se, por exemplo, a estreita relação entre o ambiente natural e a configuração de identidades sociais, tornando este, de acordo com o contexto, tanto símbolo do familiar (como expresso em “eu me vejo no Cerrado”), quanto emblema do desconhecido (quando associado a um “deserto” devido à ausência de objetos de referência). Ainda nesse sentido, ressalta-se a importância do vínculo afetivo com o meio para o envolvimento com questões ambientais, assim como a recorrente atribuição do reverso da conservação, a degradação, ao Outro, de forma que o grupo simultaneamente se exime da responsabilidade pelo que vem sendo socialmente desvalorizado e atualiza com novos argumentos antigas disputas.

Merece destaque também a multiplicação dos sentidos transmitidos pela conservação, que, se por um lado pode ser dividida entre a “ideal” e a praticada no cotidiano do PNE – sendo que a primeira suscita atitudes favoráveis e a segunda, críticas e controvérsias – por outro lado também pode se transformar em uma forma de resistência cultural, quando apresentada como instrumento de imposição de limites e

demarcação de diferenças à “apropriação gaúcha” do Cerrado. Em suma, o que se percebe é que, no contexto do entorno do PNE, a conservação ambiental assume um caráter de sistema de interpretação da realidade, definitivo tanto para a avaliação e julgamento dos grupos entre si, quanto para a definição do que se pretende para o espaço a ser compartilhado.

Nesse sentido, à guisa de conclusão e com o objetivo de explicitar o até aqui apresentado, pode-se afirmar que o argumento central é que o embate deflagrado a partir do impasse acerca da Zona de Amortecimento no entorno do Parque Nacional das Emas é a cristalização de um conflito entre produtores rurais e ambientalistas sobre a apropriação técnica, social e cultural do Cerrado. No cerne deste conflito estão as representações sociais sobre *conservação, agricultura e desenvolvimento* pelos grupos envolvidos, estas implicando em diferentes, por vezes antagônicos, significados e expectativas para o espaço comum.

A partir desse argumento, propõe-se que as divergências nas representações sociais, que trazem o traço das trajetórias dos sujeitos, implicam em uma diversidade de formas de conhecer o Cerrado, ou seja, em distintos conhecimentos, e é a legitimação de qual conhecimento é “mais verdadeiro” que se disputa no litígio em torno da Zona de Amortecimento. Ainda, tais conhecimentos respondem a finalidades diversas: no contexto aqui estudado, deve-se decidir se a finalidade do espaço do entorno do PNE é a conservação ambiental ou a produção agrícola direcionada ao mercado externo. Por extensão, e metonimicamente, esse debate se amplia para as áreas de Cerrado como um todo, sendo, portanto, uma questão de desenvolvimento rural.

A resolução dos embates entre os distintos conhecimentos articula arenas locais a nacionais, no sentido de que tanto são influenciadas por valores e expectativas que transcendem os contextos regionais (como os ideários de *desenvolvimento, características de meados do século XX e, mais contemporaneamente, de sustentabilidade*), quanto repercutem em decisões no âmbito nacional. Tal aspecto pode ser exemplificado pela responsabilidade da decisão sobre a Zona de Amortecimento do entorno do PNE como uma possibilidade de abertura de jurisprudência nacional, conduzindo a uma situação melindrosa as Zonas de Amortecimento de todas as unidades de conservação do país.

Nessa perspectiva, e adotando-se a proposta de Jovchelovitch (2008) de que a diversidade de conhecimentos constitui-se um recurso e um patrimônio em si para sujeitos individuais e para comunidades, tão relevante quanto a produção agrícola e a

biodiversidade, entende-se que é de fundamental importância reconhecer esses conhecimentos como legítimos e imbricados em uma dimensão histórica e cultural, dignas de respeito para a consolidação de esferas públicas democráticas. Sem a disposição para escutar, compreender e reconhecer a diversidade e a expressividade dos conhecimentos em questão, “ficamos reduzidos à atitude do juiz, e em casos piores, do policial”, além de haver uma profunda dimensão ética associada a este reconhecimento (JOVCHELOVITCH, 2008, p.93).

Contudo, entende-se também que, em se tratando de uma questão de desenvolvimento rural, o fim último da resolução dos embates entre os conhecimentos deve articular-se com o benefício da coletividade. Ainda com Jovchelovitch (2008, p.24), assume-se que “definir quem possui o conhecimento racional é tanto um problema teórico não resolvido como um ato político”. A partir desse viés, a proteção da biodiversidade – desde que, e necessariamente se, conduzida de forma democrática – parece ser de interesse público maior do que a ênfase em um modelo de produção pautado por demandas comerciais exógenas, sabidamente excludente e degradador.

Longe da pretensão de apontar um caminho a ser adotado para a resolução do conflito aqui analisado – função que cabe às instâncias responsáveis – pretende-se com esta reflexão questionar a perspectiva de desenvolvimento rural até então adotada, que como padrão priorizou o “olhar estrangeiro” sobre o Cerrado, da finalidade que lhe é atribuída (produção agrícola para o mercado externo) às técnicas empreendidas (oriundas da Revolução Verde) e aos agentes do conhecimento selecionados (imigrantes “gaúchos”), e, também, os limites da contemporânea tentativa de transição de paradigma – da produtividade à sustentabilidade – como uma transição também de enfoque, do olhar estrangeiro ao olhar local.

Essa transição de enfoque só será possível se a proteção da biodiversidade distanciar-se daquilo que Lascoumes (1994) denominou *ecopoder*, ou seja, uma manifestação de poder sobre a vida de todos os organismos existentes, legitimada comumente como proteção ambiental, estendendo-se para a definição de políticas públicas empreendida de forma autoritária, privilegiando os interesses e objetivos dos grupos que dominam o saber técnico-científico sobre os dos demais grupos sociais, nos momentos de se decidir, entre o conjunto de representações existentes, quais terão suas demandas melhor atendidas.

Em oposição, a proteção da biodiversidade apenas despontará como possibilidade de atenção aos interesses coletivos se conduzida de forma participativa e

democrática, isto é, respeitando as demandas e representações da população local, reforçando então, novamente, a necessidade de uma abordagem dialógica. Ainda que difícil, é do diálogo entre perspectivas a princípio antagônicas que podem surgir soluções originais e pertinentes, para de fato atender às peculiaridades dos contextos locais.

Em suma, no conjunto desta dissertação, a partir da discussão empreendida acerca das representações sociais e dos conflitos ambientais presentes no entorno do Parque Nacional das Emas, se ansiou demonstrar a complexidade material, social e simbólica envolvida na disputa pela apropriação de um meio que, apesar de pertencer a cada um, transcende a todos, concluindo-se que tal compreensão apresenta-se como um componente indispensável para a viabilização de uma forma democrática e responsável da sociedade brasileira viver *no* e conviver *com* o Cerrado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas. (GUIMARÃES ROSA, 2001, p. 429).

Ao longo de todo esse período entre a decisão de participar da seleção de mestrado e a conclusão da dissertação, sem dúvida aprendi muito, e não estou falando apenas sobre desenvolvimento rural. Levar a cabo o projeto que me propus foi um desafio cujas proporções talvez eu não soubesse dimensionar ao início da caminhada. Empreendê-lo significou me mudar de Belo Horizonte para Porto Alegre, abdicar os estudos em Biologia para mergulhar em uma abordagem mais sociológica – que para mim se pretende de interesse multidisciplinar –, me deixar envolver e surpreender pelo objeto de estudo durante o trabalho de campo e, por fim, registrar, organizar e interpretar tudo que vi e ouvi de forma que pudesse fazer jus à riqueza e complexidade observadas.

Ainda que essas etapas pudessem ser de certa maneira previsíveis, a vivência de cada uma delas foi permeada por múltiplas outras “dores e delícias” que a princípio não poderiam ser antevistas e que hoje percebo como o que pôde dar “substância” ao processo. Assim uma idéia se tornou realidade, um projeto se tornou dissertação e eu, agora, me aproximo de me tornar mestre. Por entender que alguns dos momentos que me foram marcantes nessas etapas podem ser do interesse dos próximos que também pretendem trilhar esse percurso, mas também por acreditar que esses se incluem entre os resultados e aprendizagens relevantes dessa pesquisa, registro aqui essas considerações finais.

Enquanto durante o primeiro ano de mestrado as disciplinas oferecidas pelo PGDR me ofereciam novas perspectivas (ou novos “óculos”, como se costuma metaforizar) para enxergar e analisar o rural, o delineamento do projeto proporcionava as primeiras dúvidas, a começar pela definição de onde de fato se realizaria o trabalho empírico. Ainda que, pelos motivos apresentados na Introdução, meu interesse maior permanecesse no entorno do Parque Nacional das Emas (PNE), o fato de não ter contatos já estabelecidos ou infra-estrutura garantida nessa área gerava dúvidas, principalmente quando contraposto a propostas realizadas por colegas de se estudar

contextos semelhantes em outras regiões em que tais contatos já estariam definidos de partida. No entanto, o vínculo afetivo com o local (tal como nas representações...), mas principalmente o imperativo de ali residir a verdadeira questão que me intrigava academicamente foram determinantes, e, assim, quando se apontou como viável a manutenção do entorno do PNE como área de estudo, me pareceu bastante alentador.

Definido o empírico, mais consistente se tornou a busca pelo referencial teórico, e esta, mesmo que trabalhosa e bastante exigente em termos de pesquisas e leituras, a partir do momento em que fui sabiamente conduzida ao estudo das representações sociais, me encantou perceber como um arcabouço teórico-metodológico se adequava tão bem e se propunha a explicar um fenômeno de forma tão alinhada com o que me interessava e com as perguntas que eu me fazia. Dessa forma, a apropriação do referencial foi longa – se estendendo de outubro de 2006 a, pode-se dizer, até janeiro de 2008, se mantendo sempre concomitante às etapas que a deveriam proceder – complexa e por certo incompleta, mas, para mim, essencialmente prazerosa, se apresentando como um desafio, mas não como um fardo.

Assim também foi o intenso período de trabalho em campo: muito calor, muitas ansiedades, muitas surpresas, nenhuma rotina. O trecho de música “Mais um dia, mais uma cidade” permanecia constantemente na memória, e nas viagens entre os municípios e o Parque, períodos de repouso em Mineiros por ter contraído dengue, várias histórias e muito aprendizado, foi possível realizar as entrevistas e observações consideradas necessárias à pesquisa. Dessa forma, voltar para Porto Alegre com o campo concluído foi, sem dúvida, uma das melhores realizações que o mestrado me proporcionou.

E foi então, quando parecia que o mais complicado e incerto – por ser mais dependente da colaboração de outros – havia sido superado, que os obstáculos realmente se impuseram de forma mais desafiadora. A sistematização dos dados levou tempo, muito mais do que a princípio previsto, e talvez aqui a minha inexperiência na tarefa tenha contado. No entanto, depois, relendo a riqueza das respostas e situações ilustradas pelas entrevistas, acredito ter valido a pena cada tarde em que passei horas (cerca de quatro horas de transcrição literal para cada hora de entrevista) detida nessa etapa. Mas foi, enfim, a análise e interpretação dos dados que me envolveu e arrebatou.

Também aqui a inexperiência – ou melhor, a experiência de fazer algo pela primeira vez – fez com que eu não pudesse prever como o ofício da escrita demanda tempo, atenção, persistência, e, muitas vezes, mais que “inspiração”, “transpiração”. A elaboração de cronogramas, hoje vejo, um tanto quanto “otimistas”, somado ao fato de

que as outras dimensões da vida não param para que a dissertação receba atenção exclusiva, fizeram com que eu tivesse que rever muitas vezes e frustrar algumas outras as minhas expectativas, e esse processo foi, admito, freqüentemente desgastante.

Possivelmente em grande parte por isso, ao contemplar o produto final nota-se que concentrei minhas forças e fôlego na análise daquilo que me instigou a princípio – a heterogeneidade de representações – e assim o conflito aparece aqui essencialmente em suas inter-relações com tais representações, naquilo que é permeado e configurado por estas. Nesse sentido, acredito que a dinâmica argumentativa do conflito ambiental e a caracterização das arenas de debate e argumentação podem ainda ser melhor aprofundadas, sugerindo subsídios para novos estudos. Da mesma forma fica a análise do embate cultural e da violência simbólica entre *gaúchos* e *goianos*: de certo me aprazeria desenvolver bem mais esses temas, que aqui, por questões de tempo (que já excedia o período regulamentar) e também pelas limitações do acúmulo teórico da pesquisadora, apareceram de forma quase que coadjuvante, permanecendo como pistas e sugestões para pesquisas ulteriores. De certa forma, penso que ainda bem que é assim: me parece deveras restrita a pesquisa que finda em si mesmo, não abrindo margens para novos estudos, maiores questões.

Enfim, ao concluir essa dissertação percebo que em muitos aspectos não sou mais a mesma que a iniciou, e, ao folheá-la, me satisfaz perceber o acúmulo que essa experiência me proporcionou. Após o último ponto final, parecem ficar, mais do que a sensação de “dever cumprido”, a coragem para empreender novos e instigantes desafios e o desejo de que o aqui apresentado possa servir de subsídio para os que também se interessam e pretendem contribuir para a compreensão das múltiplas situações e possibilidades que se apresentam quando a atenção se detém sobre a complexidade do rural em suas diversificadas manifestações.

REFERÊNCIAS

a) citadas:

- ABRIC, Jean Claude. Représentations sociales: aspects théoriques. *In*: ABRIC, Jean-Claude (org.). **Pratiques sociales et représentations**. Paris: PUF, 1994.
- ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. 294 p.
- ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. *In*: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. (Org.). **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1997, v. 1, p. 33-55.
- ANDERSON, Anthony B.; POSEY, Darrel. Reflorestamento indígena. *In*: **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro: SBPC, v.6, n.31, 1987. p. 155-70.
- ARAGÃO, Luiz Tarley. Ocupação humana no Cerrado de Brasília. *In*: Novaes Pinto, Maria. (org.). **Cerrado**: caracterização, ocupação, perspectivas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990. p.163-80.
- ARRUDA, Ângela. Ecologia e desenvolvimento: representações de especialistas em formação. *In*: Spink, M. J. (org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2004. p.234-65.
- BARBOSA, Altair Sales; RIBEIRO, Maira Barberi; SCHIMITZ, Pedro Ignácio. Cultura e ambiente em áreas do Sudoeste de Goiás. *In*: Novaes Pinto, Maria. (org.). **Cerrado**: caracterização, ocupação, perspectivas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990. p.67-100
- BARBOSA, Altair Sales. **Pré-História de Serranópolis**. Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Universidade Católica de Goiás. Goiânia. 13 p. 1984.
- BARBOSA, Altair Sales; NASCIMENTO, Itaboraí V.. Processos culturais associados à vegetação. *In*: Novaes Pinto, Maria (org.). **Cerrado**: caracterização, ocupação, perspectivas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990. p.147-62.
- BAUER, Martin. A popularização da ciência como “imunização cultural”: a função de resistência das representações sociais. *In*: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. 8a. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995. p.229-57.
- BERTRAN, P. **Formação econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.
- BICKEL, Ulrike. **Expansão da soja, conflitos socioecológicos e segurança alimentar**. Dissertação de mestrado (Agronomia). Universidade de Bonn. Alemanha, 2004. 169 f.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. **Educação & Realidade**. 20 (2):133-184. jul./dez. 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 322 p.
- BRANDENBURG, Alfio. Do Rural Tradicional ao Rural Socioambiental. *In*: XII Congresso Brasileiro de Sociologia. **Anais....**, Belo Horizonte, 2005.

BRASIL. Lei nº.4.771 de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 de setembro de 1965.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 196/96**. Brasília. 1996.

BRASIL. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 de julho de 2000.

BRAUN, Maria Cecília. **Do vale das matas nativas ao vale do progresso**. Um estudo sobre as representações de ambiente em comunidades de imigrantes alemães. (Dissertação). Faculdade de educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999. 202 f.

CATTON, William R.; DUNLAP, Riley E. A new ecological paradigm for post-exuberant sociology. **American Behavioral Scientist**, v.24, n.1, set./oct., 1980. p. 15-47.

CERRADINHO apresenta Estudo de Impacto Ambiental em audiência pública. **Chapadão do Céu em Notícia**. Chapadão do Céu (GO), nº66, abril/2007. p. 2.

COUTINHO, Leopoldo M. "O bioma do cerrado". *In*: KLEIN, Aldo Luís (org.). **Eugen Warming e o cerrado brasileiro: um século depois**. São Paulo: Ed. Unesp/ Imprensa Oficial, 2002.

COUTINHO, Leopoldo M. Fire in the ecology of the Brazilian cerrado. *In*: Goldammer, Johann G. (ed.). **Fire in the Tropical Biota**. Berlin, Springer-Verlag: 1990. p. 82-105.

CUNHA, Aécio S.(coord.).**Uma avaliação da sustentabilidade da agricultura nos cerrados**. Brasília: IPEA,1994.

DURKHEIM, Émilie. As formas elementares da vida religiosa (1912). *In*: Giannotti, J. A. (org.). **Durkheim**. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

EINTEN, George. Vegetação do Cerrado. *In*: Novaes Pinto, M. (org.). **Cerrado: caracterização, ocupação, perspectivas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília,1990.p. 9-65.

FELTRAN-BARBIERI, Rafael. **Cerrados sob fazendas: história agrária do Domínio do Cerrado**. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. São Paulo, 2004. 278 f.

FERNÁNDEZ, Antônio João Castrillon. **Do Cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2007. 254 f.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione. Populações tradicionais e conservação ambiental: uma contribuição da teoria social. **Revista Brasileira de Agroecologia** 2(3):3-19. 2007.

FUKS, Mario. Definição de agenda, debate público e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social. *In*: XXIV Encontro Anual da ANPOCS. **Anais....** Petrópolis (RJ). Out/2000.

FUKS, Mario. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001. 243 p.

FUNATURA. **Ações Prioritárias para a Conservação do Cerrado e Pantanal.** Funatura/Conservation International/ Fundação Biodiversitas/ Universidade Nacional de Brasília. 26p. 1999.

GERHARDT, Cleyton H. e ALMEIDA, Jalcione. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. **Ambiente e Sociedade**, v.3, n.2. 2º semestre, p.53-83. 2005.

GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamin. **O Inquérito: Teoria e Prática.** Oeiras: Celta Editora, 1997. 335 p.

GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em Representações Sociais.** 8a. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.324p.

GUERRIERO, Iara Coelho Zito. Síntese das reflexões da reunião sobre ética em pesquisa qualitativa em Saúde, Guarujá, SP. **Ciênc. saúde coletiva**, mar./abr. 2008, vol.13, no.2, p.459-463.

GUIMARÃES ROSA, João. **Grande Sertão: Veredas.** 19ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2001. 624 p.

HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social.** Lisboa: Piaget, 1997.

HARIDASAN, Mundayatan. Solos do Distrito Federal. *In*: Novaes Pinto, M. (org.). **Cerrado: caracterização, ocupação, perspectivas.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990. p.309-30.

HILGARTNER, Stephen & BOSK, Charles L. The rise and fall of social problems: a public arenas model. **American Journal of Sociology**, v.94, n.1. 1988. p.53-78.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Plano de Manejo do Parque Nacional das Emas.** Brasília, 2004.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros.** Brasília: IBGE, 2000. 18 CD-Roms.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da População 2007.** Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/popmunic2007layoutTCU14112007.pdf>, acessado em 25 de janeiro de 2008.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Representações sociais: avanços e tendências. **Palestra proferida no Encontro Científico de Pós-Graduação da Psicologia.** PUC-RS, 02 de setembro de 1996.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. *In*: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em Representações Sociais.** 8a. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995. p.63-85.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura.** Petrópolis (RJ): Vozes. 2008. 344 p.

LASCOUMES, Pierre. **L'Éco-pouvoir.** Environnements et Politiques. Paris: Edição La Découvert. 1994. 320 p.

LEME, Maria Alice Vanzolini. O impacto da teoria das Representações Sociais. *In*: SPINK, Mary Jane (org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2004. p.46-57.

MARFRIG adquire três novas fábricas para avançar no mercado externo. **Valor econômico online**, 04 de setembro de 2006. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/valor/2006/09/04/ult1913u56560.jhtm>>. Acesso em 18 de março de 2007.

MATTEDI, Marcos Antônio. Dilemas da abordagem sociológica da problemática ambiental: considerações epistemológica, metodológica e normativa sobre a guinada ambiental na sociologia. *In*: **XXIV Congresso Latino-americano de Sociologia**. Arequipa, 2003.

MAZZETTO, Carlos Eduardo Silva. Lugar-hábitat e lugar-mercadoria: territorialidades em tensão no domínio dos cerrados. *In*: ZHOURI, A.(org.). **A insustentável leveza da política ambiental**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2005. p. 217-244.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. *In*: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. 8a. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995. p.89-111.

MINEIROS: prepare-se! **Avicultura industrial** (Artigos>Negócios>Agroindústrias). 12 de janeiro de 2004. Disponível em <http://www.aviculturaindustrial.com.br/site/dinamica.asp?id=11249&tipo_tabela=negocios&categoria=agroindustrias>. Acesso em 20 de abril de 2007.

MMA, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Renováveis e da Amazônia Legal. **Documento Síntese do Workshop Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal**. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas. 1999.

MMA, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Renováveis e da Amazônia Legal. Instrução normativa Nº 3, de 27 de maio de 2003. **Diário Oficial da União** - Seção 1 101:88-97. 2003.

MORAES, Maria Dione C. Peões da chapada (contingências da agricultura camponesa nos cerrados piauienses). *In*: XXXVII Congresso Brasileiro de Sociologia e Economia Rural. **Anais....** Foz do Iguaçu (PR). Agosto/1999.

MORAES, Maria Dione C. **Memórias de um sertão desencantado**: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2000.

MOREIRA, Adriana G. Effect of fire protection on savanna structure in Central Brazil. **Journal of Biogeography**, 27:1021-9.2000.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar. 1978. 291 p.

MOSCOVICI, Serge. Des representations collectives aux representations sociales. *In*: Jodelet, Denise. (org.). **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes. 2003. 404 p.

- ORTEGA, Antônio César. Meio Ambiente e representação de interesses na agricultura do Cerrado mineiro. *In: SHIKI, Shigeo et al. (orgs.). Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro*. Uberlândia (MG): Editora UFU. 1997. p. 323-51.
- PRIMACK, Richard. B., RODRIGUES, Efraim. **Biologia da conservação**. Londrina: E. Rodrigues, 2001. p. 327.
- PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, Brasília, DF, 2003.
- RAMOS, Mariana Oliveira. A “**comida da roça**” **ontem e hoje**: um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares de agricultores de Maquiné (RS). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2007. 175 f.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Da “largueza” ao “cercamento”: um balanço dos programas de desenvolvimento do Cerrado. *In: ZHOURI, A. (org.). A insustentável leveza da política ambiental*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2005. p. 171-216.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. O Sertão espiado de fora: os viajantes estrangeiros descobrem o Cerrado Mineiro na primeira metade do século XIX. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, **Série Textos**. CPDA n.1, 1997.
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Meio ambiente e dinâmica das inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998. 278 p.
- RUANO-BORBALAN, Jean-Claude. Une notion clef des sciences humaines. **Sciences Humaines**, nº 27, avril, 1993. p. 16-8.
- RUSCHEINSKY, Aloísio. Sociologia das representações sociais e a educação ambiental. **Contrapontos**, v.3, n.1, jan./abr., p. 81-95. 2003.
- SÁ, Celso P.. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. *In: Spink, Mary Jane (org.). O conhecimento no cotidiano: representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 19-45.
- SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos** - Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Petrópolis, 2005. 303 p.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 474 p.
- SCHIMITZ, Pedro Ignácio. Caçadores e Coletores antigos. *In: Novaes Pinto, Maria. (org.). Cerrado: caracterização, ocupação, perspectivas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990. p. 101-46.
- SHIKI, Shigeo. Sistema agroalimentar nos cerrados brasileiros: caminhando para o caos? *In: SHIKI, Shigeo et al. (orgs.). Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro*. Uberlândia (MG): Editora UFU. 1997. p. 135-65.
- SOUZA FILHO, Edson Alves. Análise de Representações Sociais. *In: Spink, Mary Jane (org.). O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 109-45.
- SPINK, Mary Jane. O estudo empírico das Representações Sociais. *In: Spink, Mary Jane (org.). O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 85-108.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. As possibilidades das Metodologias Informacionais nas práticas sociológicas: por um novo padrão de trabalho para os sociólogos do século XXI. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, nº 5, jan/jun 2001, p. 114-46.

UMA FÁBRICA do Futuro. **Revista da Perdigão**, março/abril de 2007. Disponível em <<http://www.perdigao.com.br/paginas.cfm?area=0&sub=8>>. Acesso em 20 de abril de 2007.

VERGES, Pierre. **Ensemble de programmes permettant l'analyse des evocations**. EVOC2000. Manuel. Version 5 Avril 2002. 22 p.

VILHENA, Flávia. **Parámetros para la delimitación y el manejo adaptativo de zonas de amortiguamiento en parques nacionales del Cerrado, Brasil**. Dissertação (mestrado). Programa de Educación para el Desarrollo y la Conservación, Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza, Turrialba, Costa Rica, 2002. 200 f.

VILHENA, Flávia. **Diagnóstico Sócio-econômico**. Região do Parque Nacional das Emas. APA/CEBRAC, 2003. 187 p.

WAGNER, Wolfgang. Descrição, explicação e método na pesquisa das Representações Sociais. *In*: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. 8a. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995. p.149-86.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.336 p.

WHELAN, Robert J. Seed dispersion in relation to fire. *In*: Murray, David R. (ed.), **Seed Dispersion**. Sydney (Australia): Academic Press.1986. p.237-71.

b) consultadas:

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas lingüísticas: O que falar quer dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. 189 p.

BRANDENBURG, Alfio, FERREIRA, Ângela Damasceno, SANTOS, Leonardo. Dimensões socioambientais do rural contemporâneo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, p. 119-125, jul./dez. 2004.

CARNEIRO, Eder Jurandir. “Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável”. *In*: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice (orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2005. p.27-48.

CEMIN, Arneide Bandeira. **Colonização e Natureza: Análise da relação social do homem com a natureza na colonização agrícola em Rondônia**. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992. 327 f.

CRUSOÉ, Nilma Margarida de Castro. A teoria das representações sociais em Moscovici e sua importância para pesquisa em educação. **APRENDER- Cad. de Filosofia e Psicologia da Educação**, v.2, n.2, jan./jun., p.105-14. 2004.

FERREIRA, Lucia da Costa. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. **Ambiente & Sociedade** – Vol. VII n°. 1. p. 47-68. jan./jun. 2004..

FERREIRA, Sandra Rejane Soares. **O amor e namoro me interessam, a AIDS, nem tanto!...** Representações sociais da AIDS entre jovens de uma Escola Estadual de Ensino Fundamental de Porto Alegre. (Dissertação). Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000. 210 f.

FERREIRA, Sandra Rejane Soares; BRUM, Jane Lílian Ribeiro As representações sociais e suas contribuições no campo da saúde. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v.20, n.esp., p.5-14. 2000.

FOLADORI, Guillermo; TAKS, Javier. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. **MANA**. n.10, vol. 2, p.323-348, 2004.

FRANÇA, Júnia Lessa. **Manual de normalização de publicações técnico-científicas**. 8. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007.

GERHARDT, Cleyton Henrique; ALMEIDA, Jalcione. **Invenção de uma “problemática ambiental”?**. Disponível em <http://www.ufrgs.br/pgdr> . Acesso em janeiro/2006.

JODELET, Denise. **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2005. 392 p.

JODELET, Denise; MADEIRA, Margot Campos. **AIDS e representações sociais: à busca de sentidos**. Natal: EDUFRN. 1998.

MADEIRA, Margot Campos. Representações sociais: pressupostos e implicações. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 72, n. 172, maio/ago., p. 129-44. 1991.

MOREIRA, Renato; RAMOS NETO, Mario Barroso, *et al.* Análise temporal do uso do solo nos municípios do entorno do Parque Nacional das Emas com a utilização de imagens Landsat e CBERS-2. **Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**. Goiânia: INPE. 16-21 abril, 2005. p. 633-41.

PRADO, Rosane Manhães. As espécies exóticas somos nós: reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 205-224. out/2003.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. O pequi é nosso! Conflitos socioambientais em torno de recursos naturais e a proposta de criação de reservas extrativistas no Cerrado. 30º Encontro Nacional da ANPOCS, **Anais...**, GT02 – Conflitos sociais e meio ambiente. Caxambu (MG), out/2006.

VENTURI, Luis Antonio Bittar. **Parque Nacional das Emas: gestão e degradação**. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. 145 f.

ZANONI, Magda. M. *et al.* Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.2, jul./dez., p.39-55. 2000.

- 13) O que você acha dessa paisagem?
- 14) Você acha que essa paisagem tem utilidades? Quais?
- 15) Você considera importante preservá-la? Por quê? Como?
- 16) Como que você acha que as pessoas da região lidam com a paisagem natural daqui?

Sobre o Parque Nacional das Emas:

- 17) Você conhece o PNE? O que você acha dele?
- 18) Quem são os responsáveis por sua manutenção?
- 19) Você acha que o PNE influencia/interfere na sua vida cotidiana? Por quê?

Sobre o pertencimento a um grupo social e conflitos (existem, onde, entre quem, por quê):

- 20) Qual o papel dos agricultores (ou ambientalistas/funcionários públicos/etc) na região?
- 21) Como você enxerga a situação do seu grupo aqui? Quais as principais facilidades para exercer a profissão? E as principais dificuldades?
- 22) Você participa de reuniões do seu grupo? Com que frequência? Acha essas reuniões importantes? Por quê?
- 23) Você consulta alguém antes de tomar decisões em sua área de trabalho? Quem?

Sobre desenvolvimento (o que é, quem/o que traz, para quê):

- 24) Você acha que essa região é desenvolvida? Por quê?
- 25) O que/quem você acha que traz desenvolvimento para a região? O que/quem dificulta?
- 26) Como você espera que a região se desenvolva nas próximas décadas?
- 27) Dê um exemplo de lugar que você considere muito desenvolvido e explique porquê.

ORGANIZAÇÃO DAS PERGUNTAS QUANTO AO NÍVEL DE ANÁLISE ABORDADO:

Perguntas relacionadas à definição e à caracterização dos grupos sociais:

- 1) Idade:
- 2) Sexo:
- 3) Profissão:
- 4) Escolaridade:
- 5) Cidade de origem:

- 6) Há quanto tempo você mora/trabalha aqui?
- 1) Por que veio para essa região?
- 2) Qual profissão desempenhava antes?
- 3) Qual o papel dos agricultores (ou ambientalistas/funcionários públicos/etc) na região?
- 4) Como você enxerga a situação do seu grupo aqui? Quais as principais facilidades para exercer a profissão? E as principais dificuldades?
- 5) Você participa de reuniões do seu grupo? Com que frequência? Acha essas reuniões importantes? Por quê?
- 6) Você consulta alguém antes de tomar decisões em sua área de trabalho? Quem?

Perguntas referentes à dimensão da INFORMAÇÃO

- 1) Você tem reparado ou tem ouvido comentários acerca de mudanças na região nas últimas décadas? (Se sim:) Quais?
- 2) Qual é a paisagem natural daqui? Como você a define? Quais as principais características?
- 3) Você acha que essa paisagem tem utilidades? Quais?
- 4) Você considera importante preservá-la? Por quê? Como?
- 5) Você conhece o PNE?
- 6) Quem são os responsáveis por sua manutenção?

Perguntas referentes ao CAMPO REPRESENTACIONAL

- 1) Quando eu falo a palavra *AGRICULTURA* para você, o que vem à sua cabeça?
- 2) E quando falo a palavra *DESENVOLVIMENTO*?
- 3) E *CONSERVAÇÃO*, com o que você associa?
- 4) O que esperava encontrar aqui?
- 5) O que de fato encontrou foi condizente com suas expectativas? (sim/não e por quê?)
- 6) Como que você acha que as pessoas da região lidam com a paisagem natural daqui?
- 7) Você acha que o PNE influencia/interfere na sua vida cotidiana? Por quê?
- 8) Você acha que essa região é desenvolvida? Por quê?
- 9) O que/quem você acha que traz desenvolvimento para a região? O que/quem dificulta?

10) Dê um exemplo de lugar que você considere muito desenvolvido e explique por quê.

Perguntas referentes à dimensão da ATITUDE

- 1) Você gosta daqui? Por quê?
- 2) O que você pensa sobre a presença de migrantes na região?
- 3) O que você pensa sobre as mudanças na região?
- 4) O que você acha dessa paisagem?
- 5) Você acha que essa paisagem tem utilidades? Quais?
- 6) Você considera importante preservá-la? Por quê? Como?
- 7) Como você espera que a região se desenvolva nas próximas décadas?

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa **AGRICULTURA, CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO CERRADO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS**.

No caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço da pesquisadora, através dos quais poderá entrar em contato para esclarecer quaisquer dúvidas do projeto e de sua participação.

NOME DA PESQUISA: AGRICULTURA, CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO CERRADO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS.

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Lorena Cândido Fleury

ENDEREÇO: Rua José do Patrocínio, 804, apt. 701. Bairro Cidade Baixa. Cep: 90050-002

Porto Alegre, RS.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: lorena.fleury@ufrgs.br

TELEFONE: (51) 3286-5758

EM MINEIROS: (64)3661-1552

INSTITUIÇÃO DE PESQUISA: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PGDR/UFRGS

ENDEREÇO: Av. João Pessoa, 31. Cep: 90040-000. Porto Alegre, RS.

TELEFONE/FAX: (51) 3308-3281

OBJETIVOS: Esta pesquisa pretende contribuir para o desenvolvimento rural da região, através do reconhecimento dos principais grupos sociais que aqui atuam, sua forma de entender e praticar a relação com a agricultura e com Cerrado, assim como suas expectativas de desenvolvimento.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: A partir de seu consentimento, sua participação consistirá no fornecimento de depoimento oral, gravado digitalmente e depois transcrito literalmente, para que possa ser realizada a análise de conteúdo. Todo o material coletado será catalogado com um número de referência, preservando-se a confidencialidade dos seus dados pessoais.

RISCOS E DESCONFORTOS: Não há quaisquer riscos à sua integridade física ou emocional. Caso você o desejar, a qualquer momento poderá retirar-se da pesquisa e solicitar que o material até então coletado seja descartado.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Será garantido sigilo absoluto dos nomes de todos os sujeitos participantes para assegurar a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa.

Assinatura da Pesquisadora Responsável: _____

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, _____ (NOME DO PARTICIPANTE), declaro que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informado(a) pela pesquisadora Lorena Cândido Fleury dos procedimentos que serão utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa. Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer constrangimento. Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

_____, __/__/2007

(Nome por extenso)

(Assinatura)

APÊNDICE C – Lista de “nós” utilizados na codificação das entrevistas com o auxílio do software NVivo 2.0

(Documento gerado automaticamente pelo software, a partir dos dados utilizados pela autora na codificação).

NVivo revision 2.0.163

Licensee: Lorena

Project: Representações sociais e PNE

User: Administrator

NODE LISTING

Nodes in Set: All Tree Nodes

Created: 22/10/2007 - 12:21:04

Modified: 22/10/2007 - 12:21:04

Number of Nodes: 79

Nodes 1 to 36: (1) /Search Results

Nodes:

37 (5) /Cerrado

Description:

Reúne trechos de entrevistas que fazem referência ao Cerrado, em suas diferentes "manifestações": bioma, ecossistema, fitofisionomia, espaço de vida e de produção.

38 (5 1) /Cerrado/Significados

Description:

Reúne trechos que exemplificam as maneiras pela qual o Cerrado é entendida e praticada pelos sujeitos e grupos sociais.

39 (5 2) /Cerrado/Em relação à população local

Description:

Apresenta o posicionamento da população local quanto ao Cerrado: afeto, identidade, funcionalidade, de que forma a população local está inserida no Cerrado.

40 (5 3) /Cerrado/Em relação à agricultura

Description:

Reúne trechos referentes à associação entre Cerrado e agricultura. Como é praticar a agricultura no Cerrado, qual a importância da agricultura para o Cerrado? E, o inverso: qual a importância do Cerrado para a agricultura?

41 (5 4) /Cerrado/Em relação à conservação

Description:

Reúne trechos referentes à associação entre Cerrado e conservação. Como é praticar a conservação no Cerrado, qual a importância da conservação para o Cerrado? E, o inverso: qual a importância do Cerrado para a conservação?

42 (5 5) /Cerrado/Em relação ao desenvolvimento

Description:

Reúne trechos referentes à associação entre Cerrado e desenvolvimento. O que é o desenvolvimento no Cerrado? Qual a importância do desenvolvimento no Cerrado? E, o inverso: qual a importância do Cerrado para o desenvolvimento?

43 (6) /Diferenças entre grupos sociais

Description:

Apresenta elementos que discutem as diferenças culturais entre os grupos sociais presentes na área de estudo sob a perspectiva de sua proveniência. Quais aspectos são apresentados como característicos dos sujeitos e grupos sociais levando-se em consideração o seu estado de origem?

44 (6 1) /Diferenças entre grupos sociais/Perfil gaúcho

Description:

Reúne elementos que são apresentados como característicos dos grupos sociais e dos sujeitos que nasceram nos estados do sul do Brasil, incluindo não apenas gaúchos, mas também catarinenses, paranaenses e até paulistas.

45 (6 2) /Diferenças entre grupos sociais/Perfil centro-oeste

Description:

Reúne elementos que são apresentados como característicos dos grupos sociais e dos sujeitos que nasceram nos estados do Centro-Oeste do Brasil, incluindo goianos, mato-grossenses e sul-mato-grossenses.

46 (6 3) /Diferenças entre grupos sociais/Transição de sistemas agrários

Description:

Apresenta descrições relativas às mudanças culturais, econômicas e produtivas ocorridas entre início da década de 1970 e meados da década de 1980, quando a região deixou de ser caracterizada por uma pecuária extensiva tradicional e se tornou pólo produtivo de grãos.

47 (6 4) /Diferenças entre grupos sociais/Perfil Ambientalistas

48 (6 5) /Diferenças entre grupos sociais/Perfil Produtores rurais

49 (7) /Conflitos

Description:

Reúne elementos que permitem discutir os conflitos existentes entre os diversos grupos sociais presentes na área de estudo e suas articulações com os objetos de representação.

50 (7 1) /Conflitos/Ambientalistas x Produtores rurais

Description:

Apresenta trechos que discorrem sobre os conflitos, embates, divergências existentes na região vinculados à oposição entre um posicionamento atribuído aos ambientalistas e outro atribuído aos produtores rurais.

51 (7 2) /Conflitos/Gaúchos X Goianos

Description:

Apresenta trechos que discorrem sobre os conflitos, embates, divergências existentes na região associados à oposição entre um perfil atribuído aos sulistas e outro atribuído aos nativos do Centro-Oeste.

52 (7 3) /Conflitos/Local x Federal

Description:

Apresenta trechos que discorrem sobre os conflitos, embates, divergências existentes na região vinculados à oposição entre interesses e estratégias de gestão e manejo locais e outras características da esfera federal.

53 (7 4) /Conflitos/Conservação x Preservação

Description:

Apresenta trechos que discorrem sobre embates e divergências existentes entre os ambientalistas vinculados à oposição entre um posicionamento mais voltado para a conservação articulada com os demais atores locais e outro mais interessado na primazia da preservação ambiental.

54 (8) /Parque Nacional das Emas

Description:

Reúne trechos de entrevistas que fazem referência ao Parque Nacional das Emas: inserção no contexto local, importância, implicações, críticas...

55 (8 1) /Parque Nacional das Emas/Em relação à população local

Description:

Como a população local se relaciona com o PNE: conhece, frequenta, considera importante, ou crítica, desrespeita, considera desnecessário.

56 (8 2) /Parque Nacional das Emas/Em relação aos objetos de representa

Description:

Apresenta trechos em que o PNE é associado, favorável ou desfavoravelmente, a agricultura, conservação e desenvolvimento.

57 (8 3) /Parque Nacional das Emas/Plano de manejo

Description:

Reúne trechos que fazem referência à formulação, à implementação e às disputas acerca da Zona de Amortecimento. Seus principais impactos e implicações. Atitudes pró e atitudes contra sua implementação.

58 (9) /Papel do Estado

Description:

Reúne trechos referentes a incentivos do governo voltados para exploração e ocupação do Cerrado e relatos e discussões sobre as medidas pelas quais a atuação governamental se manifesta nas características da região.

59 (10) /Agricultura

Description:

Contém trechos de entrevistas que se referem aos elementos associados à agricultura: imagens, conteúdos concretos, importância, finalidades...

60 (10 2) /Agricultura/Agricultura + Conservação

61 (11) /Desenvolvimento

Description:

Contém trechos de entrevistas que se referem aos elementos associados ao desenvolvimento: imagens, conteúdos concretos, importância, finalidades...

62 (11 1) /Desenvolvimento/Desenvolvimento + Conservação

63 (12) /Conservação

64 (12 2) /Conservação/Campo da Representação

Description:

Contém trechos de entrevistas que se referem aos elementos associados aos objetos de representação: imagens e conteúdos concretos das proposições referentes a estes objetos.

65 (12 2 1) /Conservação/Campo da Representação/poder público

66 (12 2 2) /Conservação/Campo da Representação/produtor rural

67 (12 2 3) /Conservação/Campo da Representação/pesquisa e defesa

MAmb

68 (12 2 4) /Conservação/Campo da Representação/pop tradicional

69 (12 3) /Conservação/Informação

Description:

Reúne trechos que demonstram a organização dos conhecimentos que são apresentados a respeito dos objetos sociais pesquisados.

70 (12 4) /Conservação/Atitude

Description:

A atitude pretende destacar a orientação global em relação ao objeto da representação social [favorável ou desfavorável]. Diz respeito mais a uma valoração acerca do objeto do que a um comportamento específico.

71 (12 4 1) /Conservação/Atitude/Favorável

Description:

Pretende reunir orientações globais favoráveis em relação à conservação.

72 (12 4 1 1) /Conservação/Atitude/Favorável/poder público

73 (12 4 1 2) /Conservação/Atitude/Favorável/produtor rural

74 (12 4 1 3) /Conservação/Atitude/Favorável/pesq e defesa mamb

75 (12 4 1 4) /Conservação/Atitude/Favorável/pop tradicional

76 (12 4 3) /Conservação/Atitude/Desfavorável

Description:

Pretende reunir orientações globais desfavoráveis em relação à conservação.

77 (12 4 3 1) /Conservação/Atitude/Desfavorável/poder público

78 (12 4 3 2) /Conservação/Atitude/Desfavorável/produtor rural

79 (12 4 3 3) /Conservação/Atitude/Desfavorável/pop tradicional

APÊNDICE D – Ficha de análise do software EVOC2000 referente aos termos evocados em resposta ao termo indutor *conservação*.

(A partir das frequências e médias obtidas neste relatório, definem-se os critérios para as tabelas de centralidade dos termos em relação ao termo indutor).

fichier initial : C:\Program Files\Evoc2000\Exemples\Ficha Evoc_Conservação_4.Tm2

NOUS ALLONS RECHERCHER LES RANGS

Nous avons en entree le fichier :

C:\ProgramFiles\Evoc2000\Exemples\Ficha Evoc_Conservação_4.Tm2

ON CREE LE FICHER : C:\Program Files\Evoc2000\Exemples\Ficha Evoc_Conservação_4.dis et C:\Program Files\Evoc2000\Exemples\Ficha Evoc_Conservação_4.tm3

ENSEMBLE DES MOTS	RANGS					
	:FREQ.:	1 *	2 *	3 *	4 *	5 *
APP	: 1 :	0*	0*	0*	0*	1*
Alto-Taquari	: 1 :	1*				
Cerrado	: 4 :	1*	0*	2*	1*	
moyenne : 2.75						
Cerrado-acabando	: 1 :	0*	0*	1*		
Desmatamento	: 1 :	1*				
Deus	: 2 :	0*	0*	0*	0*	1*
rangs 6 ... 15	1*					
moyenne : 5.50						
ICMS-ecológico	: 1 :	0*	1*			
PNE	: 2 :	0*	1*	0*	0*	1*
moyenne : 3.50						
Reserva-Legal	: 1 :	0*	0*	0*	0*	0*
rangs 6 ... 15	1*					
acabando	: 1 :	0*	0*	1*		
acabou	: 1 :	0*	1*			
agressão-necessária	: 1 :	0*	0*	0*	0*	1*
agressões-à-natureza	: 2 :	0*	1*	0*	0*	1*
moyenne : 3.50						
agricultura	: 5 :	1*	2*	2*		
moyenne : 2.20						
agricultura-bem-feita	: 1 :	0*	0*	0*	0*	1*
agricultura-sustentável	: 1 :	1*				
amizade	: 1 :	0*	0*	1*		
aplicado-de-verdade	: 1 :	0*	1*			
articulação	: 1 :	1*				

assusta			:	1	:	0*	0*	0*	0*	0*
	rangs	6 ... 15		1*						
bacia			:	1	:	0*	1*			
bem-estar			:	1	:	0*	0*	0*	0*	0*
	rangs	6 ... 15		1*						
bens			:	1	:	0*	1*			
biodiversidade			:	2	:	0*	0*	1*	0*	0*
	rangs	6 ... 15		1*						
	moyenne	: 4.50								
bioma			:	1	:	0*	0*	0*	0*	0*
	rangs	6 ... 15		0*	0*	1*				
bom			:	1	:	0*	0*	0*	0*	0*
	rangs	6 ... 15		0*	0*	1*				
bonito			:	1	:	0*	1*			
básico			:	1	:	0*	1*			
campo			:	1	:	0*	0*	0*	1*	
carinho			:	1	:	0*	1*			
cidade/campo			:	1	:	0*	0*	1*		
compensação-financeira			:	2	:	1*	0*	1*		
	moyenne	: 2.00								
complicado			:	2	:	1*	0*	0*	0*	1*
	moyenne	: 3.00								
conflito			:	2	:	0*	0*	1*	0*	0*
	rangs	6 ... 15		1*						
	moyenne	: 4.50								
confuso			:	1	:	0*	0*	0*	0*	0*
	rangs	6 ... 15		1*						
conhecimento			:	2	:	0*	0*	0*	1*	0*
	rangs	6 ... 15		0*	0*	1*				
	moyenne	: 6.00								
conscientização			:	2	:	0*	0*	0*	1*	1*
	moyenne	: 4.50								
continuidade			:	1	:	0*	0*	0*	1*	
crescer			:	1	:	0*	0*	0*	0*	0*
	rangs	6 ... 15		0*	0*	1*				
crianças			:	1	:	1*				
critério			:	1	:	0*	0*	0*	1*	
cuidados			:	3	:	2*	0*	1*		
	moyenne	: 1.67								
culturas			:	1	:	0*	1*			
custos			:	1	:	0*	0*	0*	0*	0*
	rangs	6 ... 15		0*	0*	1*				

córrigos	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
degradação	:	5	:	2*	0*	1*	1*	1*
moyenne :		2.80						
dentro-do-possível	:	1	:	0*	1*			
desenvolvimento	:	1	:	1*				
desinformação	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
desmatamento	:	4	:	0*	1*	2*	0*	0*
rangs 6 ... 15		0*		1*				
moyenne :		3.75						
difícil	:	1	:	1*				
diversidade	:	2	:	0*	0*	0*	0*	1*
rangs 6 ... 15		1*						
moyenne :		5.50						
ecologia	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
ecossistema	:	1	:	0*	0*	0*	0*	0*
rangs 6 ... 15		1*						
educação	:	1	:	0*	0*	1*		
educação-ambiental	:	1	:	0*	0*	0*	0*	0*
rangs 6 ... 15		1*						
emoção	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
entorno	:	1	:	0*	1*			
equilíbrio	:	1	:	0*	0*	1*		
erosão	:	2	:	0*	0*	1*	0*	1*
moyenne :		4.00						
espécies	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
essencial	:	2	:	2*				
moyenne :		1.00						
evoluir	:	1	:	0*	0*	0*	0*	0*
rangs 6 ... 15		0*		1*				
existem	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
falta-conscientização	:	1	:	1*				
fauna	:	2	:	0*	2*			
moyenne :		2.00						
flora	:	1	:	0*	0*	1*		
futuro	:	6	:	3*	2*	0*	0*	0*
rangs 6 ... 15		1*						
moyenne :		2.17						
governo	:	1	:	0*	0*	1*		
harmonia	:	1	:	0*	0*	1*		
hipocrisia	:	1	:	0*	0*	0*	0*	0*
rangs 6 ... 15		0*		1*				

idéia	:	1	:	1*				
imagem	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
impacto-ambiental	:	2	:	0*	2*			
moyenne :		2.00						
importante	:	3	:	1*	1*	1*		
moyenne :		2.00						
incentivo-governo	:	1	:	0*	1*			
iniciativas	:	1	:	0*	1*			
intacto	:	1	:	1*				
inteligência	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
início	:	1	:	1*				
lavoura	:	2	:	0*	1*	0*	1*	
moyenne :		3.00						
lixo-no-lixo	:	1	:	0*	0*	1*		
manejo	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
manter	:	4	:	3*	0*	0*	0*	0*
rangs 6 ... 15				1*				
moyenne :		2.25						
matas-ciliares	:	1	:	0*	0*	1*		
meio-ambiente	:	6	:	4*	1*	1*		
moyenne :		1.50						
mudança	:	3	:	0*	0*	0*	1*	1*
rangs 6 ... 15				0*	1*			
moyenne :		5.33						
mãe-água	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
mídia	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
mínima	:	1	:	1*				
nada	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
nascentes	:	4	:	0*	1*	1*	2*	
moyenne :		3.25						
natureza	:	2	:	0*	0*	1*	0*	1*
moyenne :		4.00						
nos-convidando-a-sair	:	1	:	0*	0*	1*		
não-agredir	:	1	:	0*	1*			
não-brigar	:	1	:	0*	0*	0*	0*	0*
rangs 6 ... 15				0*	1*			
não-destruir	:	2	:	0*	2*			
moyenne :		2.00						
não-mexer	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
não-pode-mexer	:	1	:	0*	0*	0*	0*	0*
rangs 6 ... 15				0*	1*			
não-tem-como-viver-sem	:	1	:	0*	0*	0*	1*	

não-é-política	:	1	:	0*	0*	1*		
o-que-tem-ainda	:	1	:	1*				
obrigação	:	2	:	1*	0*	0*	1*	
perda								
moyenne :		2.50						
rangs 6 ... 15				0*	0*	1*	0*	0*
permanência	:	1	:	1*				
planejar	:	1	:	0*	0*	1*		
planeta	:	1	:	0*	1*			
plantas-medicinais	:	1	:	0*	1*			
poluindo	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
pouco-conhecimento	:	1	:	0*	0*	1*		
prejudicou-meio-ambiente	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
preservação	:	5	:	0*	3*	0*	0*	0*
rangs 6 ... 15				2*				
moyenne :		3.60						
problema	:	1	:	0*	0*	1*		
produtor	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
qualidade-de-vida	:	1	:	0*	1*			
racionalidade	:	1	:	0*	0*	0*	0*	0*
rangs 6 ... 15				0*	0*	0*	1*	
recursos-naturais	:	2	:	0*	1*	0*	0*	1*
moyenne :		3.50						
religiões	:	1	:	0*	0*	1*		
renda	:	1	:	0*	1*			
reserva-legal	:	1	:	0*	0*	1*		
resgate	:	1	:	0*	0*	0*	0*	0*
rangs 6 ... 15				0*	1*			
respeito	:	1	:	1*				
responsabilidade	:	1	:	1*				
rio-secando	:	1	:	0*	0*	0*	0*	0*
rangs 6 ... 15				1*				
rios	:	1	:	1*				
riqueza-natural	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
salvação-da-humanidade	:	2	:	2*				
moyenne :		1.00						
secando	:	1	:	0*	0*	0*	1*	

sem-exaurir		:	1	:	0*	0*	0*	1*			
sem-voçoroca		:	1	:	0*	0*	0*	0*	0*		
rangs	6 ... 15		1*								
sensibilidade		:	1	:	0*	0*	1*				
sentimento		:	1	:	0*	0*	0*	1*			
seriedade		:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*		
sobrevivência		:	1	:	0*	0*	1*				
soja		:	1	:	0*	0*	0*	1*			
solo		:	5	:	1*	3*	1*				
moyenne	: 2.00										
sustentável		:	4	:	1*	1*	0*	1*	1*		
moyenne	: 3.00										
sério		:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*		
tecnologia		:	1	:	1*						
todos-seres-vivos		:	1	:	1*						
tradições		:	1	:	0*	1*					
tudo		:	2	:	1*	0*	0*	1*			
moyenne	: 2.50										
tudo-destruído		:	1	:	0*	1*					
unidade-de-conservação		:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*		
utilização		:	4	:	2*	1*	1*				
moyenne	: 1.75										
vai-acabar		:	1	:	0*	0*	0*	1*			
vegetação-verde		:	1	:	1*						
vida		:	4	:	2*	0*	1*	1*			
moyenne	: 2.25										
vida-do-planeta		:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*		
zelar		:	2	:	0*	0*	0*	1*	0*		
rangs	6 ... 15		0*	1*							
moyenne	: 5.50										
água		:	7	:	0*	3*	2*	0*	1*		
rangs	6 ... 15		0*	1*							
moyenne	: 3.43										
DISTRIBUTION TOTALE		:	232	:	51*	49*	41*	34*	25*		
RANGS	6 ... 15		16*	9*	6*	1*	0*	0*	0*	0*	0*
0*											
RANGS	16 ... 25		0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*
0*											
RANGS	26 ... 30		0*	0*	0*	0*	0*				

Nombre total de mots differents : 151
 Nombre total de mots cites : 232

moyenne generale : 3.23

DISTRIBUTION DES FREQUENCES

freq.	* nb. mots	* Cumul	evocations et	cumul inverse
1 *	112	112	48.3 %	232 100.0 %
2 *	22	156	67.2 %	120 51.7 %
3 *	3	165	71.1 %	76 32.8 %
4 *	7	193	83.2 %	67 28.9 %
5 *	4	213	91.8 %	39 16.8 %
6 *	2	225	97.0 %	19 8.2 %
7 *	1	232	100.0 %	7 3.0 %